



**IFPA**

Campus  
Belém



**2017**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ - CAMPUS BELÉM**

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO PPP**

**Organizado por:**

**Adriana M. N. de Souza Porto  
Alexandre S. da Silva  
Elaine R. Gomes**

**Belém  
2017**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ**

**Prof. Dr. Cláudio Alex Jorge da Rocha**  
Reitor

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Elinilze Guedes Teodoro**  
Pró-Reitora de Ensino

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Paula Palheta Santana**  
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

**Prof. Msc. Fabrício Medeiros Alho**  
Pró-Reitor de Extensão

**Esp. Danilson Lobato da Costa**  
Pró-Reitor de Administração

**Prof. Msc. Raimundo Nonato Sanches de Souza**  
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO PARÁ - CAMPUS BELÉM**

**Prof. Msc. Manoel Antônio Quaresma Rodrigues**  
Diretor Geral do Campus Belém

**Prof.ª Msc. Laura Helena Barros da Silva**  
Diretora de Ensino

**Prof. Dr. Raidson Jenner Negreiros de Alencar**  
Diretor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

**Prof. Msc. Hélio Antônio Lameira de Almeida**  
Diretor de Extensão

**Regina Glória Pinheiro de O. Silveira**  
Diretora de Administração e Planejamento

**Prof.ª Msc. Adriana Mª N. de Souza Porto**  
Chefe do DEPAE

**Prof. Msc. Talisman Claudio de Queiroz Teixeira  
Júnior**  
Chefe do DEPIC

**Prof.ª Esp. Raissa Tavares da Silva**  
Chefe do DEGAS

**Prof. Msc. Cláudio Cezar Cunha de Vasconcelos  
Chaves**  
Chefe do DERIN

**Prof.ª Msc. Shirley Capela Tozi**  
Chefe do DEPRO

**Organização**

Prof.ª Msc. Adriana Mª Nª de Souza Porto  
Prof. Esp. Alexandre Santos da Silva  
Prof.ª Msc. Elaine Ribeiro Gomes

**Comissão do Projeto Político Pedagógico**

**Presidente:**

Prof.ª Msc. Adriana Mª Nª de Souza Porto

**Membros:**

Prof. Esp. Alexandre Santos da Silva  
Prof.ª Msc. Elaine Ribeiro Gomes  
Esp. Ivo Jose Paes e Silva  
Prof. Msc. Jean Guilherme G. Bittencourt  
Prof.ª Dra. Syme Regina Souza Queiroz  
Bibl. Esp. Maria Jose Souza dos Santos  
Otavio Leandro de Alencar Silva  
Regiane Carvalho Abraçado

**Equipe de Sistematização**

Prof.ª MsC. Adriana Mª Nª de Souza Porto  
Prof. Esp. Alexandre Santos da Silva  
Prof.ª Dra. Ana Paula Palheta Santana  
Prof.ª Msc Elaine Ribeiro Gomes  
Esp. Ivo Jose Paes e Silva  
Prof. Msc. Jean Guilherme G. Bittencourt  
Prof.ª Dra. Syme Regina Souza Queiroz  
Bibl. Esp. Maria Jose Souza dos Santos  
Otavio Leandro de Alencar Silva  
Regiane Carvalho Abraçado  
Ruth Catarine Ruth Catarine O. A. Rodrigues  
Prof.ª Msc Laura Helena Barros da Silva  
Prof. Dr. Raidson Jenner Negreiros de Alencar  
Prof. Msc. Hélio Antônio Lameira de Almeida  
Prof.ª Esp. Raissa Tavares da Silva  
Prof. Msc. Talisman C. Q. Teixeira Júnior  
Prof.ª Msc. Shirley Capela Tozi  
Prof. Msc Herodoto Ezequiel Fonseca da Silva  
Prof.ª Msc. Elaine Cristina de M. Wanzeler  
Prof.ª Msc Helena do Socorro C. da Rocha  
Prof. Dr. Cleber Silva e Silva  
Msc. Roseane do Socorro Brabo da Silva  
Esp. Cláudia Portela dos Santos  
Prof.ª Msc Rejane do Socorro da S. Carvalho  
Prof.ª Esp. Nilda Oliveira da S. Souza  
Irinaldo Fernandes de Oliveira

**Apoio Logístico e Administrativo**

Daniel Santiago Silva

**Apoio Audiovisual dos Seminários**

Ivo José Paes e Silva  
João Lucas Ribeiro Marinho Monteiro

**Apoio Artístico Cultural**

**Projeto Arte por Toda Parte**

Coord.: Prof.ª Msc Rosineide de Belém Lourinho dos  
Santos e alunos do Ensino Médio Integrado do IFPA -  
Campus Belém

**Cerimonial dos Seminários**

Prof.ª Msc. Yngreth da Silva Moraes e alunos do curso  
de eventos do IFPA

**Revisão Técnica**

Msc. Lara Mucci Poenaru

**Revisão Lingüístico Textual**

Prof. Msc. Herodoto Ezequiel F. Silva

**Normalização e Ficha Catalográfica**

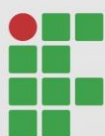
Bibl. Esp. Maria Jose Souza dos Santos

**Identidade Visual**

Ivo Jose Paes e Silva

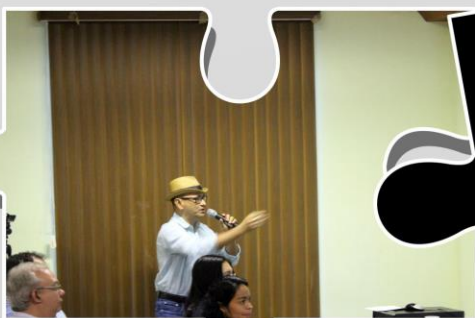
**Design da Capa**

Rubens Pinheiro Cunha



**IFPA**

Campus  
Belém



**PROJETO  
POLÍTICO  
PEDAGÓGICO**



**2017**

**2017© Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Pará - Campus Belém**

É proibida a reprodução parcial ou total desta obra com fins  
lucrativos e que não sejam para fins acadêmicos ou científicos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Campus Belém

---

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - Campus Belém  
Projeto Político Pedagógico / Organizado por Adriana M. N. de Souza Porto,  
Alexandre S. da Silva, Elaine R. Gomes. -- Belém, 2017.

351p.

ISBN: 978-85-93835-01-8

1. Projeto Político 2. Educação e Estado 3. Democratização I. Porto, Adriana M.  
N. de Souza II. Silva, Alexandre S. da III. Gomes, Elaine R. IV. Título

---

CDD: 379.2

## **AGRADECIMENTOS**

A comissão de coordenação para construção e sistematização do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) - Campus Belém agradece imensamente pelo empenho de alunos, professores, pais, mães, responsáveis, técnicos administrativos e às entidades e órgãos externos parceiros pela valiosa colaboração neste processo. Cada qual à sua maneira teve papel fundamental para que, pela primeira vez, nosso Campus tivesse um PPP, documento este construído a partir dos anseios e da participação da comunidade. Fizemos história, uma história escrita por muitas mentes, mãos e corações.

“Somos criadores de nós mesmos, da nossa vida, do nosso destino e nós queremos saber isto hoje, nas condições de hoje, da vida de hoje e não de uma vida qualquer e de um homem qualquer” (Gramsci)

## **MENSAGEM DO DIRETOR**

Em tempos de crise, e particularmente a que vivenciamos neste momento, precisamos olhar para o futuro, sem desprezar o presente, nem muito menos a história que o passado nos deixou.

Se antes pensávamos que sabíamos para onde ir, hoje não temos mais certeza, no entanto somos impulsionados a persistir, lutando por uma sociedade mais humana, organizada, com justiça, igualdade e retidão, levando em consideração o relacionamento entre os indivíduos, em que cada um queira sempre o bem do outro.

Nestas circunstâncias a construção do PPP emerge como um grande desafio na perspectiva de construir o Campus Belém que acreditamos.

A construção deste PPP reuniu experiências, reflexões e anseios regidos por interesses diversos, cujas intenções seletas de alguma forma couberam nestas páginas que nortearão, processualmente, esta Instituição nos seus procedimentos acadêmico-administrativos, principalmente no contexto de sua área de abrangência.

Sinto-me limitado para expressar esta experiência em palavras, dada a grandiosidade deste acontecimento, mesmo considerando que a materialidade apresentada não constitui um fim em si mesma, mas constitui-se um referencial.

Quero expressar minha gratidão pela dedicação de todos que se envolveram nesta trajetória, e em particular, à Comissão de Coordenação para Construção e Sistematização do PPP. Considero necessário que usemos de sensibilidade para entendermos que todos somos cúmplices do conteúdo que ora se apresenta neste importante documento, e, portanto, devemos ter o cuidado para que esta construção seja devidamente valorizada e materializada por nós no cotidiano do nosso Campus Belém.

Prof. Msc. Manoel Antônio Quaresma Rodrigues  
Diretor Geral do IFPA-Campus Belém

## PREFÁCIO

Durante a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, promovida pelo Ministério da Educação no ano de 2006, o historiador Luiz Antônio Cunha defendeu a ideia de que as escolas federais de educação tecnológica constituíam uma experiência de educação pública brasileira que deu certo. É isso que penso, a Rede Federal de Educação Tecnológica constitui um tipo de escola pública que dá certo pois assegura educação básica de qualidade, além de formação técnica específica. E se deu certo foi porque esta rede, por meio dos sujeitos que a constituem, seguiu “caminhos tortos”, ou seja, nem sempre seguiu a receita que lhe foi colocada pelos dirigentes estatais de plantão ou pelos chamados “homens do mercado”.

Esta rede tem sua origem em 1909, quando o então Presidente da República Nilo Peçanha, por meio do Decreto 7566, “cria nas capitais dos estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito”. Na sua origem estas escolas destinavam-se “aos filhos dos desfavorecidos da fortuna”, com a dupla finalidade de “formar operários e contra-mestres” e de afastá-los “da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime”. Seu currículo deveria ser composto de “ensino prático e dos conhecimentos técnicos necessários aos menores que pretendiam aprender um ofício”, os espaços de aprendizagens seriam as “oficinas de trabalho manual ou mecânico” e os docentes seriam os “mestres de oficinas”. Duas características marcam, portanto, a origem dessa rede, o seu caráter assistencialista, já que tinha uma clara intenção de prevenção à marginalidade, e seu conteúdo instrumental, necessário apenas na medida em que pudesse promover capacidades específicas de trabalho.

Seriam estas, então, as finalidades essenciais da Rede Federal de Educação Tecnológica, prevenir a marginalidade e instrumentalizar a força de trabalho necessária às economias locais? Há quem defenda isso, principalmente os “homens do mercado” que querem subordinar estas instituições aos objetivos de formação específica da força de trabalho necessária à reprodução do capital, mas a história mostrou que não. Nesses pouco mais de cem anos de existência a Rede ampliou suas funções e diversificou suas ações, constituiu centros de formação de profissionais de nível médio com habilidades e capacidades intelectuais e atitudinais necessárias para a inserção no trabalho produtivo mas também para a continuidade nos estudos e para a vida comunitária; forma não apenas técnicos, mas profissionais de nível superior, mestres e doutores em diferentes áreas do conhecimento, em particular na área tecnológica; As escolas da Rede têm oficinas de trabalho manual, assim como laboratórios modernos onde se aprende e se produz conhecimentos, tem espaços de artes, de práticas de esportes e ambientes adequados para as mais diferentes aprendizagens; na docência há profissionais das diferentes áreas com qualificação média bem superior a qualquer outra rede de

ensino básico no Brasil e estes exercitam a docência, a orientação acadêmica, a pesquisa e a extensão. Por isso se pode afirmar que as escolas da Rede não se constituíram apenas como uma estratégia de combate à marginalidade social, mas como uma opção de escola pública brasileira de qualidade, que dá certo por assegurar o desenvolvimento de diferentes capacidades humanas, práticas e intelectuais.

Mas as marcas do assistencialismo e da instrumentalização permanecem como um dilema permanente a enfrentar pois muitas foram as políticas e ações governamentais e institucionais que tentaram reduzir o papel destas escolas ao seu “conteúdo original”. Alguns governos deixaram clara a sua insatisfação com a “diversificação e ampliação de funções” que assumiu a rede. Na década de 1990, por exemplo, se tentou, por meio do Decreto 2.208/1997, limitar as funções da Rede obrigando-a a focar mais especificamente na função de profissionalização e limitando as suas ações de formação ampla, escolar.

Esse dilema também marca a história do IFPA e, de forma aberta ou não, a função social que a instituição deveria assumir sempre foi objeto de debates e conversas internas, mas cabe ao Projeto Político Pedagógico definir as finalidades que a Instituição deve assumir frente a sociedade, aos seus profissionais e aos seus alunos e em torno das quais devem integrar suas ações. O PPP, portanto, é a ferramenta adequada para que a Instituição defina em que direção deve seguir e que funções deve buscar assumir. Quando em seu PPP o IFPA–Campus Belém assume como seus Princípios Orientadores a gestão democrática e participativa da educação, a inclusão e a diversidade, a integração entre trabalho, ciência, cultura e desporto e o trabalho como princípio educativo, entre outros, revela a sua direção e o seu compromisso em fazer com que a instituição trabalhe em favor da formação ampla de seus alunos e de uma sociedade democrática, tomando a educação não como prática assistencial ou de ação instrumental, mas como prática de liberdade, como ação de promoção de pessoas com capacidades de produzir, de criticar, de fazer ciência e cultura.

Ao assumir a oferta prioritária da educação profissional técnica na sua forma integrada ao Ensino Médio o IFPA indica a recusa à perspectiva instrumental da educação e revela o compromisso de sua comunidade com um projeto de educação inteira, capaz de desenvolver a autonomia dos jovens e que os coloquem em “condições de identificar, compreender e suprir as suas necessidades com relação à participação social e (vida) produtiva”, como defende Kuenzer (2002).

O IFPA é a maior e mais importante instituição de educação profissional da Amazônia brasileira e tem a sua história marcada por muitas conquistas acadêmicas mas também por muitos embates político-administrativos, o fato de que este PPP seja “a primeira experiência do Campus Belém no que

tange a construção coletiva desse documento”<sup>1</sup> pode significar um marco importante, sinalizando a renovação por que passa a instituição que toma a democracia como um valor central, administrativa e pedagogicamente. Assim, esta Instituição se renova e ajuda na necessária transformação da cultura educacional paraense, em particular da educação profissional paraense, ainda fortemente impregnada por práticas centralizadoras e autoritárias na gestão escolar.

Tenho dialogado e aprendido muito com os profissionais do IFPA, também fiz muitos amigos nessa Instituição, por isso a minha alegria ao ler o seu PPP, de conteúdo democrático e progressista, e mais ainda de ter sido convidado a fazer este prefácio.

Fico com a convicção de que este PPP não é apenas um documento que responde a uma exigência burocrática, trata-se de um documento vivo, no qual se afirmam princípios que revelam os consensos possíveis e se assume desafios reais a serem perseguidos por sua comunidade no enfrentamento ao projeto de educação aligeirado e instrumental que se quer imputar à educação profissional brasileira. É um texto completo, explicitando valores e princípios, finalidades e metas, estratégias de intervenção e de avaliação. Fruto de debates e precedido por uma consulta pública realizada com a comunidade acadêmica do Campus, envolvendo docentes, técnicos administrativos, pais e/ou responsáveis e discentes, o PPP do IFPA–Campus Belém tem mais chances de ser efetivo documento orientador de práticas formativas por ser resultado de um trabalho coletivo.

Muitos são os desafios a enfrentar para a construção das práticas que ele propõe, mas com este documento os profissionais da educação e os alunos do IFPA dão um grande passo na consolidação de práticas pedagógicas que se comprometem com o desenvolvimento pleno de seus alunos e escrevem uma página importante da história da Rede Federal de Educação Tecnológica. Com este PPP a comunidade do IFPA se associa a todos os brasileiros que lutam por uma educação pública de qualidade social e que vêem na Rede Federal de Educação Tecnológica uma opção de escola pública que dá certo, que merece ser ampliada e que precisa ser defendida.

Este PPP precisa ser amplamente conhecido não apenas por sua comunidade, mas também por todos que se dedicam a pensar e a fazer a formação profissional e a educação pública numa perspectiva democrática e inclusiva. Parabenizo a comunidade do IFPA–Campus Belém por sua feitura e convido a todos à leitura deste guia de ação pedagógica democrática.

**Ronaldo Marcos de Lima Araujo**

Pedagogo, especialista em docência do ensino superior pela UFPA, Mestre em História e Filosofia da Educação pela PUC-SP, Doutor em Educação pela UFMG, com Pós-Doutoramento no PPFH-UERJ. Pesquisador produtividade do CNPq, Professor Associado do Instituto de Ciências da Educação da UFPA atuando na graduação e pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. Líder do GEPT- Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação-ICED/UFPA.

---

<sup>1</sup> Excerto da Introdução do PPP.

## LISTA DE GRÁFICOS

|                                                                                                              |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Gráfico 1</b> – Conhecimento sobre o que é um PPP .....                                                   | 55  |
| <b>Gráfico 2</b> – Participação na Construção de um PPP .....                                                | 55  |
| <b>Gráfico 3</b> – Práticas de Gestão Institucional .....                                                    | 75  |
| <b>Gráfico 4</b> – Atuação efetiva da gestão na resolução de problemas relacionados à oferta do ensino ..... | 77  |
| <b>Gráfico 5</b> – Qualidade do Processo de ensino e aprendizagem .....                                      | 86  |
| <b>Gráfico 6</b> – Preparação dos Alunos para o Mercado de Trabalho .....                                    | 86  |
| <b>Gráfico 7</b> – Autoavaliação e Postura Dialógica do Docente .....                                        | 91  |
| <b>Gráfico 8</b> – Utilização pelos docentes de projetos integradores .....                                  | 103 |
| <b>Gráfico 9</b> – Avaliação da política de estágio pela comunidade acadêmica .....                          | 116 |
| <b>Gráfico 10</b> – Avaliação do Funcionamento dos Cursos Superiores de Pós-Graduação .....                  | 154 |
| <b>Gráfico 11</b> – Conhecimento sobre as políticas de inclusão no Campus .....                              | 186 |
| <b>Gráfico 12</b> – Acontecimento de discriminação no campus Belém .....                                     | 187 |
| <b>Gráfico 13</b> – Avaliação das Políticas de Pesquisa e Inovação .....                                     | 201 |
| <b>Gráfico 14</b> – Alcance dos Projetos de Pesquisas à Comunidade Acadêmica .....                           | 202 |
| <b>Gráfico 15</b> – A quantidade de Projetos de Pesquisa em Relação à Demanda de Alunos .....                | 203 |
| <b>Gráfico 16</b> – Participação em Projetos de Pesquisa .....                                               | 205 |
| <b>Gráfico 17</b> – Avaliação das Políticas de Extensão .....                                                | 215 |
| <b>Gráfico 18</b> – Participação dos Docentes em Projetos de Extensão .....                                  | 217 |
| <b>Gráfico 19</b> – Avaliação das Políticas de Assistência Estudantil .....                                  | 222 |
| <b>Gráfico 20</b> – Participação em Eventos de Qualificação Profissional .....                               | 229 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                     |    |
|---------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Tabela 1</b> - Infraestrutura do Campus Belém.....               | 37 |
| <b>Tabela 2</b> – Infraestrutura Física do Campus Belém .....       | 38 |
| <b>Tabela 3</b> – Equipamento do Campus Belém .....                 | 39 |
| <b>Tabela 4</b> – Acervo da Biblioteca do Campus Belém.....         | 39 |
| <b>Tabela 5</b> – Número de participantes da consulta pública ..... | 52 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|          |                                                                                                       |
|----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| APLs     | Arranjos Produtivos Locais                                                                            |
| CAPES    | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior                                           |
| CEB      | Câmara de Educação Básica                                                                             |
| CEE      | Conselho Estadual de Educação                                                                         |
| CEFET/PA | Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará                                                        |
| CES      | Câmara do Ensino Superior                                                                             |
| CGI      | Gastos com Investimentos                                                                              |
| CGLRIE   | Coordenação Geral de Legislação, Registro e Indicadores Educacionais                                  |
| CME      | Conselho Municipal de Educação                                                                        |
| CNCT     | Catálogo Nacional de Cursos Técnicos                                                                  |
| CNE      | Conselho Nacional de Educação                                                                         |
| CNPQ     | Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico                                         |
| CONAE    | Conferência Nacional de Educação                                                                      |
| CONFEA   | Conselho Federal de Engenharia e Agronomia                                                            |
| CONIF    | Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica |
| CONSUP   | Conselho Superior                                                                                     |
| CP       | Conselho Pleno                                                                                        |
| CPF      | Cadastro de Pessoa Física                                                                             |
| CTEAD    | Centro de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância.                                            |
| DAAES    | Divisão de Apoio e Assistência Estudantil                                                             |
| DAP      | Diretoria de Administração e Planejamento                                                             |
| DCNEM    | Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio                                                 |
| DEGAS    | Departamento de Ensino, Gestão e Negócios, Ambiente e Saúde, Hospitalidade, Lazer e Segurança         |
| DEN      | Diretoria de Ensino                                                                                   |
| DEPAE    | DEPAE                                                                                                 |
| DEPIC    | Departamento de Ensino de Processos Industriais, Informação e Comunicação                             |
| DEPRO    | Departamento de Ensino, Ciências e Formação de Professores                                            |
| DERIN    | Departamento de Ensino, Recursos Naturais, Design e Infraestrutura                                    |
| DEX      | Diretoria de Extensão                                                                                 |
| DG       | Direção Geral                                                                                         |
| DGEPS    | Departamento de Gestão de Pessoas                                                                     |
| DICAE    | Divisão de Integração Campus Empresa                                                                  |

|           |                                                                                                                            |
|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| DOU       | Diário Oficial da União                                                                                                    |
| DPI       | Diretoria de Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação                                                                           |
| DRCIN     | Divisão de Registro, Controle e Indicadores                                                                                |
| EA        | Educação Ambiental                                                                                                         |
| EAA/PA    | Escola de Aprendizizes Artífices do Pará                                                                                   |
| EAC       | Eficiência Acadêmica de concluintes                                                                                        |
| EAD       | Educação à a Distância.                                                                                                    |
| EBTT      | Educação Básica, Técnica e Tecnológica                                                                                     |
| EJA       | Educação de Jovens e Adultos                                                                                               |
| EJA-EPT   | Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica                                               |
| ENADE     | Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes                                                                                |
| EPCT      | Educação Profissional, Científica e Tecnológica                                                                            |
| E-TEC     | Educação Profissional e Tecnológica à distância                                                                            |
| ETFPA     | Escola Técnica Federal do Pará                                                                                             |
| FAPESPA   | Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará                                                                   |
| FIC       | Formação Inicial e continuada ou qualificação profissional                                                                 |
| FORPROEXT | Fórum de Pró-Reitores de Extensão e Cargos Equivalentes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica |
| GAB       | Gabinete                                                                                                                   |
| GCA       | Gasto Corrente por Aluno                                                                                                   |
| GCP       | Gastos com Pessoal                                                                                                         |
| GOC       | Gastos com Outros Custeios                                                                                                 |
| IBGE      | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                                                            |
| IES       | Instituições de Ensino Superior                                                                                            |
| IFES      | Instituições Federais de Ensino                                                                                            |
| IFPA      | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará                                                                |
| INEP      | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira                                                     |
| IPES      | Instituições Públicas de Ensino Superior                                                                                   |
| LBI       | Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência                                                                       |
| LDB       | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional                                                                             |
| LI/Pará   | Liceu Industrial do Pará                                                                                                   |
| LIFE      | Laboratório de Iniciação à Formação de Educadores                                                                          |
| MCTI      | Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação                                                                              |
| MEC       | Ministério da Educação                                                                                                     |
| MRF       | Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per Capita                                                       |
| NAPNE     | Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas                                                 |

|                |                                                                                                                              |
|----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| NAPNE          | Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.                                                               |
| NDE            | Núcleo Docente Estruturante                                                                                                  |
| NEAB           | Núcleo de Estudos Afro-brasileiros                                                                                           |
| NEAB           | Núcleo de Estudos Afro Afro-brasileiros.                                                                                     |
| NEAM           | Núcleo de Educação Ambiental                                                                                                 |
| NEAM           | Núcleo de Educação Ambiental.                                                                                                |
| NTEAD          | Núcleos de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância                                                                   |
| PARFOR         | Plano Nacional de Formação de Professores                                                                                    |
| PASEP          | Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público                                                                       |
| PCNEM          | Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio                                                                        |
| PDI            | Plano de Desenvolvimento Institucional                                                                                       |
| PIBIC          | Programa Institucional de Iniciação Científica                                                                               |
| PIBICT         | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação                                             |
| PIBID          | Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência para a Diversidade                                                   |
| PIQ            | Programa de Incentivo à Qualificação Docente                                                                                 |
| PIQ            | Programa Institucional de Qualificação do IFPA.                                                                              |
| PIT            | Plano Individual de Trabalho                                                                                                 |
| PNE            | Plano Nacional de Educação                                                                                                   |
| PNEDH          | Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos                                                                               |
| PPC            | Projeto Pedagógico de Curso                                                                                                  |
| PPI            | Projeto Político pedagógico Institucional                                                                                    |
| PPP            | Projeto Político Pedagógico                                                                                                  |
| PROAD          | Pró-Reitoria de Administração                                                                                                |
| PROCAMPO       | Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo                                                   |
| PRODIN         | Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional                                                                                |
| PROEJA         | Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos |
| PROEN          | Pró-Reitoria de Ensino                                                                                                       |
| PROEX          | Pró-Reitoria de Extensão                                                                                                     |
| PROEXT-MEC     | Programa de Extensão Universitária do MEC                                                                                    |
| PROFUNCIONÁRIO | Programa Indutor de Formação Profissional em Serviço dos Funcionários da Educação Básica Pública                             |
| PRONATEC       | Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego                                                                      |
| PROP           | Programa Institucional de Pesquisa                                                                                           |
| PROPPG         | Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação                                                                           |
| PROUNI         | Programa Universidade para Todos                                                                                             |

|          |                                                                                                 |
|----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------|
| RAD      | Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral                                                |
| RAP      | Relação Aluno Professor                                                                         |
| RCM      | Relação de concluintes por matrícula atendida                                                   |
| RCV      | Relação de candidatos por vaga                                                                  |
| RENAFORM | Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública |
| RFE      | Retenção de fluxo escolar                                                                       |
| RIM      | Relação de Ingressos por matrícula atendida                                                     |
| RIT      | relatório individual de trabalho                                                                |
| SECIS    | Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social                                         |
| SEDUC    | Secretaria de Estado de Educação                                                                |
| SEESP    | Secretaria de Educação Especial e Inclusiva.                                                    |
| SEMEC    | Secretaria Municipal de Educação                                                                |
| SESU     | Secretaria de Educação Superior                                                                 |
| SETEC    | Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica                                               |
| SIGAA    | Sistema de Gerenciamento Acadêmico                                                              |
| SISTEC   | Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e tecnológica                          |
| TAEs     | Técnicos Administrativos em Educação                                                            |
| TCC      | Trabalho de Conclusão de Curso                                                                  |
| TCD      | Titulação do Corpo Docente                                                                      |
| TICs     | Tecnologias da Informação e Comunicação                                                         |
| UAB      | Universidade Aberta do Brasil                                                                   |
| UFPA     | Universidade Federal do Pará                                                                    |

## SUMÁRIO

|            |                                                                                                     |           |
|------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                             | <b>24</b> |
| <b>2</b>   | <b>MARCO REGULATÓRIO .....</b>                                                                      | <b>27</b> |
| <b>3</b>   | <b>BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL .....</b>                                                          | <b>33</b> |
| <b>4</b>   | <b>ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E PERFIL IDENTITÁRIO.....</b>                                          | <b>36</b> |
| <b>4.1</b> | <b>Infraestrutura do Campus Belém.....</b>                                                          | <b>37</b> |
| <b>4.2</b> | <b>Perfil Identitário.....</b>                                                                      | <b>40</b> |
| 4.2.1      | Função Social .....                                                                                 | 40        |
| 4.2.2      | Princípios Orientadores.....                                                                        | 44        |
| 4.2.3      | Características da Oferta .....                                                                     | 46        |
| 4.2.4      | Finalidade e Objetivos.....                                                                         | 46        |
| <b>5</b>   | <b>TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DO PPP .....</b>                                                        | <b>49</b> |
| <b>6</b>   | <b>A IMPORTÂNCIA DO PPP PARA A COMUNIDADE ACADÊMICA.....</b>                                        | <b>54</b> |
| <b>7</b>   | <b>CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DO CURRÍCULO E DAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS .....</b>        | <b>58</b> |
| <b>7.1</b> | <b>Concepção de Sociedade, Cultura, Ciência e Tecnologia.....</b>                                   | <b>58</b> |
| <b>7.2</b> | <b>Concepção de Ensino Integrado .....</b>                                                          | <b>59</b> |
| 7.2.1      | Concepção de Currículo Integrado .....                                                              | 61        |
| 7.2.2      | Fundamentos do Currículo Integrado.....                                                             | 64        |
| <b>7.3</b> | <b>Princípios Orientadores da Prática Pedagógica .....</b>                                          | <b>65</b> |
| 7.3.1      | O Trabalho como Princípio Educativo.....                                                            | 65        |
| 7.3.2      | A Pesquisa como Princípio Pedagógico .....                                                          | 67        |
| 7.3.3      | A Integração entre Trabalho, Ciência e Cultura .....                                                | 69        |
| 7.3.4      | O Respeito à Diversidade .....                                                                      | 70        |
| <b>7.4</b> | <b>Concepção de Gestão Educacional .....</b>                                                        | <b>73</b> |
| 7.4.1      | As Práticas de Gestão Educacional no IFPA-Campus Belém Sob a Ótica da Comunidade Acadêmica .....    | 74        |
| <b>7.5</b> | <b>Diretrizes para a Prática Pedagógica .....</b>                                                   | <b>78</b> |
| 7.5.1      | O Planejamento Pedagógico .....                                                                     | 78        |
| 7.5.1.1    | <i>O Planejamento Pedagógico Sob a Ótica da Comunidade Acadêmica .....</i>                          | <i>82</i> |
| 7.5.2      | O Processo de Ensino e Aprendizagem .....                                                           | 84        |
| 7.5.2.1    | <i>O Processo de Ensino e Aprendizagem Sob a Ótica da Comunidade Acadêmica .....</i>                | <i>87</i> |
| 7.5.2.2    | <i>As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) no Processo de Ensino e Aprendizagem.....</i> | <i>93</i> |
| 7.5.3      | A avaliação da aprendizagem.....                                                                    | 94        |

|            |                                                                                                                             |            |
|------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 7.5.3.1    | <i>A Avaliação da Aprendizagem Sob a Ótica da Comunidade Acadêmica</i>                                                      | 95         |
| 7.5.4      | Os Perfis Esperados de Professor e Aluno                                                                                    | 97         |
| 7.5.5      | Os Projetos Integradores                                                                                                    | 99         |
| 7.5.5.1    | <i>Diferentes Propostas de Elaboração de Projetos Curriculares Integrados: Definição de Unidades Didáticas Integradoras</i> | 101        |
| 7.5.6      | A Prática Profissional                                                                                                      | 104        |
| 7.5.6.1    | <i>A Prática Profissional como Componente Curricular</i>                                                                    | 104        |
| 7.5.6.2    | <i>O estágio Supervisionado</i>                                                                                             | 106        |
| 7.5.6.3    | <i>Outras formas de atividades acadêmico-científico-artístico-culturais e desportivas</i>                                   | 114        |
| 7.5.6.4    | <i>A prática profissional sob a ótica da comunidade acadêmica</i>                                                           | 115        |
| 7.5.7      | O Trabalho de Conclusão de Curso                                                                                            | 119        |
| 7.5.8      | As Atividades Complementares                                                                                                | 119        |
| <b>8</b>   | <b>POLÍTICAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS</b>                                                                                     | <b>122</b> |
| <b>8.1</b> | <b>A Indissociabilidade como Princípio Norteador das Políticas e Ações</b>                                                  | <b>123</b> |
| <b>8.2</b> | <b>A Política de Ensino</b>                                                                                                 | <b>126</b> |
| 8.2.1      | A Atuação no Ensino                                                                                                         | 127        |
| <b>8.3</b> | <b>Política de Educação Profissional Técnica de Nível Médio</b>                                                             | <b>128</b> |
| 8.3.1      | Concepção de Educação Profissional Técnica de Nível Médio                                                                   | 130        |
| 8.3.2      | Princípios Orientadores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio                                                     | 131        |
| 8.3.3      | Diretrizes e Indicadores Metodológicos para os Cursos Técnicos de Nível Médio                                               | 132        |
| 8.3.3.1    | <i>O Ensino Médio Integrado</i>                                                                                             | 132        |
| 8.3.3.2    | <i>Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional Técnica de Nível Médio</i>                                | 133        |
| 8.3.3.3    | <i>Cursos Subsequentes</i>                                                                                                  | 134        |
| <b>8.4</b> | <b>Política de Educação Superior de Graduação</b>                                                                           | <b>136</b> |
| 8.4.1      | Concepção de Educação Superior de Graduação                                                                                 | 138        |
| 8.4.2      | Os Cursos Superiores de Tecnologia ou de Graduação Tecnológica                                                              | 138        |
| 8.4.2.1    | <i>Princípios Orientadores dos Cursos de Graduação Tecnológica</i>                                                          | 141        |
| 8.4.2.2    | <i>Diretrizes e Indicadores Metodológicos para os Cursos Superiores de Tecnologia ou Graduação Tecnológica</i>              | 141        |
| 8.4.3      | Os Cursos de Engenharia                                                                                                     | 142        |
| 8.4.3.1    | <i>Princípios Orientadores e Características dos Cursos de Engenharia</i>                                                   | 144        |
| 8.4.3.2    | <i>Diretrizes e Indicadores Metodológicos para os Cursos de Engenharia</i>                                                  | 145        |
| 8.4.4      | Os Cursos de Licenciatura                                                                                                   | 147        |
| 8.4.4.1    | <i>Dimensões da Formação Profissional Docente</i>                                                                           | 148        |
| 8.4.4.2    | <i>Formação Profissional para a Docência</i>                                                                                | 149        |
| 8.4.4.3    | <i>Princípios Orientadores da Formação de Professores</i>                                                                   | 149        |

|            |                                                                                                    |            |
|------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 8.4.4.4    | <i>Diretrizes e Indicadores Metodológicos dos Cursos de Licenciatura em Educação Básica</i> .....  | 151        |
| <b>8.5</b> | <b>Política de Educação Superior de Pós Graduação</b> .....                                        | <b>153</b> |
| 8.5.1      | Concepção e Princípios da Educação Superior de Pós-Graduação .....                                 | 154        |
| 8.5.2      | Diretrizes e Indicadores Metodológicos dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu .....                | 156        |
| 8.5.3      | Diretrizes e Indicadores Metodológicos dos Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu .....             | 157        |
| 8.5.4      | Diretrizes Gerais de Certificação/Diplomação para os Cursos de Pós-Graduação.....                  | 157        |
| <b>9</b>   | <b>POLÍTICA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL</b> .....                 | <b>160</b> |
| <b>10</b>  | <b>POLÍTICA DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL</b> .....                                                 | <b>167</b> |
| <b>11</b>  | <b>POLÍTICA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA</b> .....                                                      | <b>171</b> |
| <b>12</b>  | <b>POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA</b> .....                                                        | <b>177</b> |
| 12.1       | Concepção de Educação Inclusiva .....                                                              | 182        |
| 12.2       | Princípios Orientadores de Educação Inclusiva .....                                                | 184        |
| 12.3       | Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva .....                                 | 185        |
| <b>13</b>  | <b>POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS</b> .....                                              | <b>190</b> |
| <b>14</b>  | <b>POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b> .....                                                        | <b>194</b> |
| <b>15</b>  | <b>POLÍTICA DE PESQUISA E INOVAÇÃO</b> .....                                                       | <b>197</b> |
| 15.1       | Concepção de Pesquisa .....                                                                        | 197        |
| 15.2       | Princípios Orientadores da Pesquisa.....                                                           | 198        |
| 15.3       | Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Pesquisa.....                                            | 199        |
| 15.4       | As Atividades de Pesquisa na Educação Básica .....                                                 | 199        |
| 15.5       | As Atividades da Pesquisa na Educação Superior .....                                               | 200        |
| 15.6       | As Atividades da Pesquisa na Pós-Graduação .....                                                   | 200        |
| <b>16</b>  | <b>POLÍTICA DE EXTENSÃO E INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE</b> .....                                      | <b>207</b> |
| 16.1       | Concepção de Extensão.....                                                                         | 208        |
| 16.2       | Princípios Orientadores de Extensão E Interação com a Sociedade .....                              | 209        |
| 16.3       | Diretrizes e indicadores metodológicos de extensão e interação com a sociedade .....               | 212        |
| <b>17</b>  | <b>POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL</b> .....                                                    | <b>219</b> |
| 17.1       | Concepção de Assistência Estudantil .....                                                          | 220        |
| 17.2       | Princípios Orientadores da Assistência Estudantil .....                                            | 220        |
| 17.3       | Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Assistência Estudantil .....                             | 221        |
| <b>18</b>  | <b>POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE SERVIDORES</b> .....          | <b>225</b> |
| 18.1       | Concepção de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional .....                              | 225        |
| 18.2       | Princípios Orientadores de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional.....                 | 226        |
| 18.3       | Diretrizes e Indicadores Metodológicos De Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional ..... | 227        |

|             |                                                          |            |
|-------------|----------------------------------------------------------|------------|
| <b>19</b>   | <b>ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP .....</b>           | <b>232</b> |
| <b>19.1</b> | <b>Concepção de Avaliação do PPP .....</b>               | <b>232</b> |
| <b>19.2</b> | <b>Aspectos Teórico-Metodológicos do Processo .....</b>  | <b>233</b> |
| <b>19.3</b> | <b>Diretrizes para a Implementação do Processo .....</b> | <b>235</b> |
| <b>19.4</b> | <b>O Programa Institucional de Avaliação.....</b>        | <b>236</b> |
| 19.4.1      | Objetivos .....                                          | 236        |
| 19.4.2      | Metodologia no Processo Autoavaliativo .....             | 237        |
| 19.4.3      | Resultados da Autoavaliação.....                         | 238        |
| <b>20</b>   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                         | <b>241</b> |
|             | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                 | <b>244</b> |
|             | <b>APÊNDICES .....</b>                                   | <b>247</b> |
|             | <b>ANEXOS.....</b>                                       | <b>238</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O movimento para a construção do PPP do IFPA-Campus Belém efetivamente teve sua origem a partir do ano de 2014 quando este Campus, em transição para uma nova gestão eleita pela comunidade acadêmica, começou a viver mais intensamente a necessidade de se ter um referencial teórico, metodológico e de identidade institucional que de fato expressasse as características, especificidades e sua própria história. A necessidade de orientação, planejamento, proposições, diretrizes teórico-metodológicas de funcionamento e a sistematização da prática pedagógica aqui realizada se tornou cada vez mais imperativa, visto que todos os outros documentos institucionais, tais como: normativas e regimentos internos; Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCS); planejamento de ensino; planos de disciplina; projetos integradores; entre outros, devem emergir e estar em consonância com o Projeto Político Pedagógico da Instituição (PPI).

No período das eleições para o cargo de Diretor Geral do IFPA-Campus Belém, havia consenso entre os então candidatos sobre a necessidade de reorganização das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPA e que tal organização não seria possível sem que se tivesse um horizonte, um referencial identitário a seguir. A falta deste referencial se expressava na desorganização das ações pedagógicas e dos documentos internos, especialmente nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), como se cada curso fosse um elemento desconectado do todo da instituição, com características e objetivos diferentes, muitas vezes contraditórios e conflitantes.

O então candidato à Direção Geral do Campus, Prof. Msc Manoel Antonio Quaresma Rodrigues, em seu plano de gestão, apontava como prioridade máxima a construção coletiva e democrática do PPP do IFPA-Campus Belém. Com a eleição do Prof.Msc. Manoel Antônio Quaresma Rodrigues em dezembro de 2014 e sua posse em abril de 2015, por meio da Portaria nº 603/2015-GAB/Reitoria, publicada no Diário Oficial da União em 30/04/2015, logo após a composição da equipe gestora do campus e da aprovação do novo organograma, por meio da Resolução nº 110/2015-CONSUP, de 19 de agosto de 2015, iniciou-se o processo de constituição de uma comissão para conduzir, organizar e sistematizar a construção do Projeto Político Pedagógico do Campus Belém.

Por meio da Portaria 354/2015-Campus Belém/IFPA, de 06 de agosto de 2015, foi designada pelo Diretor Geral Manoel Antônio Quaresma Rodrigues a comissão para conduzir o processo de construção do PPP do Campus Belém, estando composta pelos seguintes representantes das categorias da comunidade acadêmica: Prof.<sup>a</sup> Msc. Adriana Maria Nazaré de Souza Porto (Presidente, Pedagoga, Técnico Administrativa), Prof. Esp. Alexandre Santos da Silva (Membro, Pedagogo, Técnico Administrativo), Prof.<sup>a</sup> Msc. Elaine Ribeiro Gomes (Membro, Pedagoga, Técnico Administrativa), Ivo Jose Paes e Silva (Membro, Técnico em Audiovisual, Técnico Administrativo), Prof. Msc. Jean

Guilherme Guimarães Bittencourt (Membro, Sociólogo, Professor EBTT), Bibl. Esp. Maria José Souza dos Santos (Membro, Bibliotecária, Técnico Administrativa), Otavio Leandro de Alencar Silva (Membro, Discente do Curso Técnico em Edificações na forma de oferta Integrado ao Ensino Médio), Regiane Carvalho Abraçado (Membro, Discente do Ensino Superior, Licenciatura Plena em Pedagogia) e Prof.<sup>a</sup> Dra. Syme Regina Souza Queiroz (Membro, Engenheira Civil, Professora EBTT). É importante ressaltar que este PPP está em consonância com o PPI/2014-2018 e com o Plano de Desenvolvimento Institucional/2014-2018 (PDI/2014-2018).

Apesar de seus 106 anos de história na oferta de Ensino Técnico no estado do Pará, e tendo vivido todas as reformas da Educação Profissional do Brasil até a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica por meio da Lei 11.982, de 29 de dezembro de 2008, não há registro de um documento cujo objetivo fosse lançar bases para o trabalho pedagógico do Campus Belém. Sendo assim, este PPP foi a primeira experiência do Campus Belém no que tange a construção coletiva desse documento.

Muitas expectativas emergiram em função deste movimento de construção do PPP, a principal delas partiu justamente da preocupação em dar um caráter democrático e participativo a essa construção, no qual a comunidade pudesse em primeiro lugar conhecer a importância deste documento para a instituição, seu significado e de que maneira ele deve se materializar no cotidiano do nosso Instituto. Depois disso, entendendo qual o papel do PPP, como orientador do trabalho pedagógico, foi necessário fazer um trabalho de sensibilização para que a comunidade se sentisse parte fundamental desse processo, tendo voz e responsabilidade na tomadas das decisões durante o percurso de construção, refletindo a dimensão democrático-participativa na tessitura do PPP.

Além de se constituir como documento norteador, consolidador e amálgama de ligação entre as ações referentes tanto à oferta da Educação Básica, no Ensino Superior e na Pós-Graduação no que tange a tríade indissociável entre ensino, pesquisa e extensão no campus Belém, a construção do nosso PPP funcionou como um resgate da autoestima da comunidade acadêmica; como oportunidade para o início do rompimento de uma cultura individualista e pragmática de valorização do saber científico em detrimento do senso comum; de separação entre os que pensam e os que executam, caminhamos para a construção de uma cultura de participação por meio da tomada de decisões colegiadas, participações em seminários e audiências públicas com a comunidade e etc.

Sabemos que o processo de construção de uma cultura de participação é algo lento, que requer paciência e empenho dos sujeitos envolvidos, bem como a construção de uma sistemática que privilegie os interesses coletivos em detrimento de interesses particulares, e a ruptura de culturas historicamente enraizadas no cotidiano da instituição, que têm causado entraves no avanço do Campus Belém rumo à qualificação do ensino, da pesquisa e da extensão.

O reconhecimento da história desta instituição e dos sujeitos que por aqui já passaram e aqueles que permanecem foi fundamental para a construção do porvir, para o estabelecimento de bases teórico-metodológicas, para a construção de rotinas institucionais, para a valorização das experiências educativas que acontecem em nosso campus, para a reorientação das práticas formativas e para o reconhecimento de nossa identidade.

Portanto, almejando transformações significativas rumo à excelência do ensino, sabemos que o PPP do Campus Belém nos dará bases para nos reencontrar e nos reorganizar, mas principalmente, nos dará a oportunidade de pensar sobre nosso futuro, de nos preparar para os desafios que virão, de nos autoavaliar e seguir nos fortalecendo, recuperando nossa credibilidade e nosso status de referência para a formação técnica e a formação superior dos filhos e filhas de trabalhadores do Estado do Pará.

## 2 MARCO REGULATÓRIO

A necessidade das instituições de ensino em ter seu PPP é de cunho ético-político e pressupõe qualquer determinação legal. Entretanto é importante destacar a relevância que reside no fato de a lei maior que rege a educação nacional fazer esta exigência, já que todo estabelecimento de ensino precisa ter uma função social, princípios e objetivos claros. Partimos então do que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 que é o referencial legal precípua que orienta este PPP,

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Um dos princípios que regem a educação nacional é o da gestão democrática, portanto , a construção coletiva do PPP pela comunidade acadêmica. Sua implementação e acompanhamento é um passo essencial para que cada vez mais a comunidade se empodere e possa participar ativamente da gestão do IFPA-Campus Belém.

É base legal deste PPP também a Lei 11.892 de 29/12/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e que criou os Institutos Federais, incluindo o nosso IFPA. Esta lei estabelece que:

Art. 2º Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

Esta definição lança bases para o estabelecimento da identidade dos Institutos Federais enquanto instituições únicas, diferenciadas, que abrangem tanto a Educação Básica, quanto Educação Superior em nível de graduação e pós-graduação que, se bem articuladas, considerando que em nível superior o foco de nossa oferta se dá no âmbito das licenciaturas, pode contribuir significativamente para a qualificação do Ensino Médio Integrado, que é a prioridade de nossa oferta nos termos da referida lei. A Lei 11.892 de 29/12/2008 na Seção II, das finalidades e características dos institutos federais, estabelece em seu Art. 6º,

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

A Lei 11. 892/2008 elenca também os objetivos dos Institutos Federais:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.

§ 1º O cumprimento dos percentuais referidos no caput deverá observar o conceito de aluno-equivalente, conforme regulamentação a ser expedida pelo Ministério da Educação.

§ 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei.

É base legal deste PPP também o Plano Nacional de Educação (PNE) - 2014-2024 implantado pela Lei 13.005/2014 que estabelece as metas e estratégias que precisamos ter como horizonte, com a finalidade de qualificar a educação em âmbito nacional. O PNE, em síntese, aponta caminhos que servem como fio condutor aos gestores do ensino tomando como referencial a garantia ao aluno em ter **acesso, permanência e êxito** na instituição. As metas do PNE estão divididas em quatro grandes áreas:

- Metas estruturantes: (1, 2, 3, 5, 6,7, 9, 10, 11 e 20);
- Metas para redução das desigualdades e valorização da diversidade (4 e 8);
- Metas para a valorização dos profissionais da educação: (15,16,17, 18 e 19);
- Metas específicas para o ensino superior: (12,13 e 14).

Nossa tendência enquanto Instituição Federal de Ensino (IFE) é focar nas metas 10 e 11, pois são as que estão mais diretamente ligadas à nossa demanda prioritária que é a Educação Profissional de Nível Técnico na forma Integrada ao Ensino Médio, entretanto, todas as metas citadas de alguma forma exigem nosso esforço institucional considerando nossa natureza pluricurricular.

Ao longo do PPP, trataremos de maneira mais aprofundada as metas do PNE, pois fizemos a opção de ir tecendo a sua articulação com os dados obtidos por meio da pesquisa feita, dentro das seções que tratam especificamente dos temas afins no texto.

Em se tratando da Educação Básica, a organização do trabalho pedagógico do IFPA-Campus Belém precisa estar articulada também com os eixos que norteiam o estabelecimento de indicadores educacionais, são eles:

- ✓ **Indicadores Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação e Cultura (INEP/MEC):**
  - Média de alunos por turma;

- Média de horas-aula diária;
- Taxa de distorção idade-série;
- Taxas de rendimento;
- Taxa de não resposta;
- Percentual de docentes em curso superior;
- Adequação da formação docente;
- Regularidade do corpo docente;
- Esforço docente;
- Complexidade de gestão da escola;
- Nível socioeconômico.

✓ **Indicadores Educacionais do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC):**

- Relação de candidatos por vaga (RCV): Este indicador mede a consonância entre a oferta de vagas em relação à procura do público;
- Relação de Ingressos por matrícula atendida (RIM): Este indicador mede a capacidade de renovação do quadro discente;
- Relação de concluintes por matrícula atendida (RCM): Este indicador mede a capacidade de alcançar êxito escolar, por meio de uma equação;
- Eficiência Acadêmica de concluintes (EAC): Este indicador mede a capacidade de alcançar êxito entre os alunos que finalizam;
- Retenção de fluxo escolar (RFE): Este indicador mede a relação de alunos que não concluem seus cursos no período previsto;
- Relação de Alunos por Docentes em Tempo Integral (RAD): Este indicador mede a capacidade de atendimento pela força de trabalho docente;
- Titulação do Corpo Docente (TCD): Este indicador mede o índice de atualização do corpo docente;
- Gasto Corrente por Aluno (GCA): Este indicador mede o custo médio de cada aluno da Instituição;
- Gastos com Pessoal (GCP): Este indicador mede os gastos com pessoal em relação aos gastos totais da Instituição;
- Gastos com Outros Custeios (Excluído Benefícios e PASEP (GOC): Este indicador mede os gastos com outros custeios em relação aos gastos totais da Instituição;

- Gastos com Investimentos (CGI): Este indicador mede os gastos com investimentos em relação aos gastos totais da Instituição;
- Matriculados Classificados de Acordo com a Renda Familiar per Capita (MRF): Este indicador mede a capacidade de inclusão social da instituição.

Seguindo a linha de articulação das ações de qualificação do ensino com base nos indicadores educacionais, é pertinente também que conste em nosso referencial o manual para produção e análise de indicadores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPCT/SISTEC), mais especificamente no que concerne à área do ensino.

Foi com base nesses referenciais que o PPP foi construído.

**IFPA**Campus  
Belém**PROJETO  
POLÍTICO  
PEDAGÓGICO****2017**

### 3 BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL

O IFPA foi criado por meio da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. Esta lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vinculada ao MS. O capítulo II, seção I, inciso XX estabeleceu que o então Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e as Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e Marabá passassem a ser uma mesma instituição, o IFPA. A partir desta lei, as instituições e unidades vinculadas ao IFPA passaram para a condição de Campus, desta forma nossa unidade em Belém passou para o status de Campus do IFPA.

O IFPA-Campus Belém possui 106 anos de história, passando por várias reformas ocorridas na Educação Profissional do Brasil, tendo sido: Escola de Aprendizes Artífices do Pará (EAA/PA) – 1909; Liceu Industrial do Pará (LI/Pará) – 1937; Escola Industrial de Belém – 1942; Escola Federal Industrial do Pará - 1966, Escola Técnica Federal do Pará (ETFPA) - 1968; Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET/PA) – 1999, e desde 2008 foi incorporado como Campus integrante do IFPA.

O IFPA–Campus Belém é localizado na Avenida Almirante Barroso nº 1.155, entre travessa Timbó e travessa da Estrella, bairro do Marco, CEP 66.093-020. A área de abrangência do Campus Belém, foi definida pela Resolução nº 111/2015-CONSUP de 19 de agosto de 2015, e além do município de Belém, no que tange a oferta de ensino, os municípios de Benevides, Cachoeira do Arari, Marituba, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Bárbara, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure também fazem parte dessa abrangência. Atualmente o IFPA–Campus Belém oferta cursos de **nível médio**, na modalidade da Educação Profissional e Tecnológica nas formas **Integrada ao Ensino Médio** (ensino médio e educação profissional compondo um currículo único e integrado, constituído de formação geral e formação técnica, destinando-se ao público que concluiu o ensino fundamental, preferencialmente na faixa etária própria: menores de 18 anos) e **Subsequente** (curso técnico de nível médio destinado àqueles que já concluíram o Ensino Médio, com currículo constituído apenas da formação técnica), são eles: técnico em Telecomunicações, técnico em Eletrotécnica, técnico em Eletrônica, técnico em Informática, técnico em Química, técnico em Metalurgia, técnico em Mecânica, técnico em Agente Comunitário de Saúde, técnico em Eventos, técnico em Segurança do Trabalho, técnico em Edificações, técnico em Estradas, técnico em Agrimensura, Geodésia e Cartografia, técnico em Design de Interiores, técnico em Mineração, técnico em Pesca e Aquicultura e técnico em Saneamento.

Compõem a oferta do IFPA-Campus Belém **cursos Superiores de Tecnologia**, em nível de graduação, com currículo específico estruturado para uma área de formação específica, que têm como pré-requisito a conclusão do ensino médio por parte do ingressante, são eles: Tecnologia em Sistemas

de Telecomunicações; Tecnologia em Eletrotécnica Industrial; Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Saneamento Ambiental; Tecnologia em Gestão Pública e Tecnologia e Gestão de Saúde.

Ainda no que tange a oferta do **ensino superior**, o IFPA-Campus Belém possui cursos de **graduação na área da Engenharia**, para os quais é exigido como pré-requisito a conclusão do ensino médio por parte do ingressante. Estão assim elencados: Engenharia de Materiais e Engenharia de Controle e Automação.

O IFPA-Campus Belém oferta ainda cursos de **graduação na área das licenciaturas**, para os quais também é necessário que o ingressante tenha concluído o ensino médio: Licenciatura em Geografia; Licenciatura em Física; Licenciatura em Química; Licenciatura em Matemática; Licenciatura em Ciências Biológicas; Licenciatura em Letras e Licenciatura em Pedagogia.

Em nível de **pós-graduação lato sensu** está vigente a oferta do curso de Especialização em Educação para as Relações Etnicorraciais, História e Cultura Afro-brasileira e Africana na forma semipresencial e o Curso de Especialização em Educação para as Relações Etnicorraciais na forma presencial coordenado pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Diversidades (NEAB).

Para este curso é necessário que o ingressante tenha concluído o curso de graduação. Em nível de pós-graduação **stricto sensu** já está aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) o curso de Mestrado em Engenharia de Materiais, com previsão de abertura de edital para a primeira turma em 2016. A retomada de oferta de cursos em Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT) já está em fase de estruturação e construção das propostas pelo Campus Belém. Outras ofertas são realizadas por meio de Programas como: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), Universidade Aberta do Brasil (UAB), Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (E-TEC e RENAFORM), que estão finalizando turmas em andamento e/ou em processo de retomada de oferta, ressaltando-se as especificidades da oferta de cada programa.

Atualmente o IFPA-Campus Belém conta com aproximadamente 3.582 alunos e 341 professores, destes 313 são docentes do quadro efetivo, dos quais 71 têm o título de doutorado, 142 têm o título de mestrado, 72 têm o título de especialista, 25 têm graduação e 03 com curso de aperfeiçoamento. O Instituto conta ainda com 146 técnicos administrativos em seu quadro de servidores.

**IFPA**Campus  
Belém**PROJETO  
POLÍTICO  
PEDAGÓGICO****2017**

#### 4 ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E PERFIL IDENTITÁRIO

De acordo com o organograma do Campus Belém (Anexo A), compõe a estrutura da Direção de Ensino (DEN) os seguintes Departamentos: Departamento Pedagógico de Apoio ao Ensino (DEPAE); Departamento de Ensino, Processos Industriais, Informação e Comunicação (DEPIC); Departamento de Ensino, Gestão e Negócios, Ambiente e Saúde, Hospitalidade, Lazer e Segurança (DEGAS); Departamento de Ensino, Recursos Naturais, Design e Infraestrutura (DERIN) e Departamento de Ensino, Ciências e Formação de Professores (DEPRO).

O IFPA-Campus Belém possui uma oferta bastante diversificada, que compreende a educação básica e o ensino superior em nível de graduação e pós-graduação. Por este motivo, apesar da história como instituição referência no ensino técnico, não se pode falar em uma identidade única e sim em “identidades”, pois cada etapa e nível de ensino possuem especificidades, funções e objetivos diferentes, cuja regulação, ainda que parta da lei maior que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96, também possui legislação específica que rege cada etapa, nível, modalidade e forma de oferta.

A organização institucional como um todo, parte da definição destas “identidades”, para isto é necessário, a priori, destacar o papel que a educação deve exercer na vida do sujeito e qual o perfil de escola pública que queremos, quais as diretrizes educacionais iremos seguir, que conceito mais geral irá nos embasar e orientar nossas práticas, caminhos e, sobretudo, nossas lutas em prol da constante qualificação da oferta educacional. Assim, é necessário, em síntese, definir qual o perfil de educação pública almejamos para o IFPA-Campus Belém.

Visando contribuir para a definição da instituição que queremos e, portanto, do conceito de educação que deverá nos reger, Paro (2010) nos coloca em primeira instância o conceito de educação que emerge do senso comum e que, tão presente está no cotidiano das instituições de ensino, acabou por se naturalizar e cristalizar a ideia de que deve existir o sujeito que é o detentor do saber, dos conhecimentos e das informações e aquele que não os detém. O sujeito que “sabe”, portanto, assume o papel de passar/transmitir esses saberes, conhecimentos e informações aos que “não sabem”. Esta concepção nos remonta ao fato de que a tarefa da educação seria somente, a partir desta perspectiva, passar/transmitir conteúdos e que para este processo ser bem sucedido bastaria que o trabalho pedagógico estivesse organizado de modo que os conteúdos estivessem “palatáveis para quem os engole” (PARO, 2010, p. 83).

A provocação que o autor nos faz é justamente para refletirmos se de fato é este tipo de educação que pretendemos em nosso Campus, uma educação que apenas se ocupe de transmitir conteúdos sem considerar a forma como este processo se dá, sem considerar o educador e o

educando, colocando como protagonista do processo o conteúdo e marginalizando o papel dos sujeitos envolvidos. Entendemos que o compromisso que devemos assumir enquanto comunidade acadêmica do IFPA-Campus Belém é justamente o rompimento com este modelo que trata o educando como depósito de informações, que o “coisifica”, que restringe suas múltiplas capacidades de se desenvolver. É necessário avançar com base em um conceito de educação amplo que proporcione ao educando humanizar-se; é necessário abandonar os modelos educacionais que embruteçam e adotar o caminho para uma educação emancipatória e humanizadora, na qual o sujeito construa o mundo em que vive, os meios para viver, mas que também construa a si mesmo, sua própria história.

Partimos do pressuposto que a educação é trabalho humano e precisa estar atrelada a um fim que deve estar relacionado à construção do homem histórico, essa construção perpassa o processo pedagógico que vise transformar o educando, que proporcione ao sujeito agir autonomamente, para isto é necessário integrar a forma ao conteúdo e o conteúdo à forma (PARO, 2010).

#### 4.1 Infraestrutura do Campus Belém

Iniciaremos esta seção do PPP fazendo a descrição da infraestrutura do Campus Belém, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) em vigor (IFPA, 2014 – 2018, p. 161-3) descrito pela gestão do campus.

##### a) Infraestrutura:

**Tabela 1 - Infraestrutura do Campus Belém**

(Continua)

| TIPO                                                                                        | QUANTIDADE |      |      |      |      |      |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|------------|------|------|------|------|------|
|                                                                                             | ATUAL      | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Alojamento                                                                                  | 2          | 2    | 2    | 2    | 2    | 2    |
| Área de lazer/espço livre                                                                   | 1          | 1    | 1    | 0    | 0    | 0    |
| Auditório/Miniauditório /Centro de convenções/Anfiteatro                                    | 4          | 0    | 0    | 1    | 0    | 0    |
| Biblioteca                                                                                  | 1          | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Cantina                                                                                     | 1          | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Dependência e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzidos               | 5          | 5    | 5    | 8    | 12   | 15   |
| Espço cultural                                                                              | 3          | 3    | 3    | 3    | 3    | 3    |
| Espço de conveniência                                                                       | 8          | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    |
| Espço de educação esportiva                                                                 | 8          | 8    | 8    | 8    | 8    | 8    |
| Espço do docente e tutor                                                                    | 1          | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    |
| Espço do funcionário                                                                        | 1          | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    |
| Espço para atividade administrativa                                                         | 50         | 63   | 78   | 98   | 122  | 153  |
| Espço para aula prática (laboratórios, consultórios, oficina, núcleo de prática, hospital). | 60         | 75   | 94   | 117  | 146  | 183  |
| Espço para coordenação                                                                      | 48         | 60   | 75   | 94   | 117  | 146  |
| Espço multimeios                                                                            | 60         | 75   | 94   | 117  | 146  | 146  |
| Galpão/rancho/paiol/barracão                                                                | 1          | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    |
| Laboratórios de informática                                                                 | 24         | 30   | 38   | 47   | 59   | 73   |

| TIPO                                                                 | QUANTIDADE |      |      |      |      |      |
|----------------------------------------------------------------------|------------|------|------|------|------|------|
|                                                                      | ATUAL      | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Refeitório                                                           | 1          | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    |
| Residência para servidores                                           | 0          | 0    | 0    | 0    | 0    | 0    |
| Restaurante                                                          | 0          | 0    | 1    | 1    | 1    | 1    |
| Sala de estudos (individual/grupo)                                   | 8          | 10   | 13   | 16   | 20   | 20   |
| Sala de teleconferência                                              | 60         | 75   | 94   | 117  | 146  | 146  |
| Sala de videoconferências                                            | 60         | 75   | 94   | 117  | 146  | 146  |
| Sala de aula                                                         | 62         | 78   | 97   | 121  | 151  | 146  |
| Sanitários fora dos prédios                                          | 8          | 10   | 13   | 16   | 20   | 20   |
| Sanitários adequados a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida | 4          | 4    | 4    | 4    | 4    | 4    |
| Sanitários dentro dos prédios                                        | 34         | 34   | 40   | 44   | 46   | 48   |
| Unidade acompanhamento psicológico                                   | 1          | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    |
| Videoteca                                                            | 1          | 0    | 1    | 0    | 1    | 1    |
| Espaço para preparo da merenda                                       | 10         | 0    | 2    | 0    | 0    | 0    |
| Núcleo docente estruturante                                          | 15         | 15   | 15   | 15   | 15   | 15   |
| Sala dos professores                                                 | 34         | 34   | 34   | 50   | 75   | 150  |

Fonte: IFPA, PDI. 2014, [mimeo].

A Tabela a seguir demonstra, de forma geral, a infraestrutura física do campus Belém:

**Tabela 2 – Infraestrutura Física do Campus Belém**

| DESCRIÇÃO DA ÁREA                                                    | ÁREA (M) |        |        |        |        |        |
|----------------------------------------------------------------------|----------|--------|--------|--------|--------|--------|
|                                                                      | Atual    | 2014   | 2015   | 2016   | 2017   | 2018   |
| Área do terreno (total)                                              | 60.000   | 60.000 | 60.000 | 60.000 | 60.000 | 60.000 |
| Área construída                                                      | 38.285   | 45.785 | 50.285 | 52.785 | 64.285 | 84.385 |
| Área Administrativa                                                  | 12.762   | 14.218 | 15.819 | 17.944 | 19.756 | 21.387 |
| Área pedagógica (Sala de aula, Laboratório, Biblioteca, UEP's, etc.) | 15.524   | 15.524 | 21.928 | 30.427 | 38.926 | 45.451 |
| Área Esportiva                                                       | 10.000   | 10.000 | 10.000 | 10.000 | 10.000 | 10.000 |

Fonte: IFPA, PDI. 2014, [mimeo]..

#### **b) Equipamentos:**

Ressaltamos que os itens abaixo relacionados são de uso comum e podem ter sofrido alterações, tendo em vista as aquisições realizadas nos anos de 2015 e previstas para 2016.

**Tabela 3 – Equipamento do Campus Belém**

| EQUIPAMENTO                                         | QUANTIDADE |      |      |      |      |      |
|-----------------------------------------------------|------------|------|------|------|------|------|
|                                                     | Atual      | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
| Aparelho de reprodução de vídeo (DVD, etc.)         | 15         | 17   | 18   | 20   | 22   | 24   |
| Ar-condicionado de janela                           | 300        | 330  | 363  | 399  | 439  | 483  |
| Ar-condicionado / Split                             | 150        | 165  | 182  | 200  | 220  | 242  |
| Equipamento de áudio                                | 20         | 22   | 24   | 27   | 29   | 32   |
| Equipamento de Videoconferência / Teleconferência   | 2          | 2    | 2    | 3    | 3    | 3    |
| Equipamentos eletrônicos / Informáticos Relevantes  | 30         | 33   | 36   | 40   | 44   | 48   |
| Equipamentos específicos (microscópio, torno, etc.) | 20         | 22   | 24   | 27   | 29   | 32   |
| Estabilizadores                                     | 300        | 330  | 363  | 399  | 439  | 483  |
| Filmadora                                           | 15         | 17   | 18   | 20   | 22   | 24   |
| Impressora                                          | 180        | 198  | 218  | 240  | 264  | 290  |
| Máquina Fotográfica                                 | 12         | 13   | 15   | 16   | 18   | 19   |
| Microcomputador                                     | 600        | 660  | 726  | 799  | 878  | 966  |
| Nobreak                                             | 30         | 33   | 36   | 40   | 44   | 48   |
| Notebook/netbook                                    | 100        | 110  | 121  | 133  | 146  | 161  |
| Projeto Multimídia                                  | 100        | 110  | 121  | 133  | 146  | 161  |
| Scanner                                             | 10         | 11   | 12   | 13   | 15   | 16   |
| Servidor de Rede                                    | 2          | 2    | 2    | 3    | 3    | 3    |
| Sistema antifurto Biblioteca                        | 1          | 1    | 1    | 1    | 1    | 1    |
| Televisão                                           | 50         | 55   | 61   | 67   | 73   | 81   |
| Lousas Interativas                                  | 49         | 54   | 59   | 65   | 72   | 79   |

Fonte: IFPA, PDI. 2014, [mimeo].

### c) Acervo Bibliográfico:

Consta no PDI vigente a totalidade de livros abaixo descrita. Ressaltamos que o acervo pode ter sofrido alteração tendo em vista as aquisições feitas em 2015 e 2016.

**Tabela 4 – Acervo da Biblioteca do Campus Belém**

| ACERVO BIBLIOTECA                                  | QUANTIDADE |        |        |        |        |        |
|----------------------------------------------------|------------|--------|--------|--------|--------|--------|
|                                                    | Atual      | 2014   | 2015   | 2016   | 2017   | 2018   |
| Títulos                                            | 2.847      | 3.132  | 3.445  | 3.789  | 4.168  | 4.585  |
| Exemplares                                         | 14.119     | 15.531 | 17.084 | 18.792 | 20.672 | 22.739 |
| Periódicos                                         | 48         | 53     | 58     | 64     | 70     | 77     |
| Outros – TCC, Folhetos, Dissertações, Tese, CD ROM | 256        | 282    | 310    | 341    | 375    | 412    |

Fonte: IFPA, PDI. 2014, [mimeo].

### d) Acessibilidade:

Em relação à acessibilidade do Campus Belém, podemos destacar (PDI/IFPA, 2014-2014, p. 163):

- Banheiros, rampas de acesso, plataformas (Bloco C e E) que têm por objetivo atender às necessidades de acessibilidade de servidores, alunos ou membros da comunidade externa que utilizam cadeiras de rodas, muletas ou que possuam mobilidade reduzida, mesmo sem o uso de aparelhos ou próteses;
- Reordenação de espaço, no ano de 2014, com o deslocamento das diretorias de Ensino e de Pessoal para o térreo do Bloco A, a fim de facilitar o acesso ao público interno e externo;
- Em 2015, por meio de adesão à ata de registros de preços, o Campus celebrou contrato com uma empresa de manutenção predial que, entre outros serviços, deverá refazer o calçamento externo, a fim de facilitar toda a locomoção nas suas dependências. Nivelamento das calçadas e adaptação para pessoas com deficiência visual e dificuldades de mobilidade; cobertura de passarelas existentes com vistas à proteção em tempos chuvosos, característico de nossa região;
- Tramita, desde 2015, junto à Secretaria de Mobilidade Urbana de Belém, um processo para a execução de projeto de calçamento externo no entorno do Campus para que a área possa ser transformada em "calçada cidadã".

## 4.2 Perfil Identitário

### 4.2.1 Função Social

A definição da **função social** do IFPA-Campus Belém perpassa pelo entendimento de que a educação possui um duplo aspecto: a incorporação ou o progresso. Pinto (2010) afirma que esta é uma relação de contradição que faz parte da essência da educação, pois ao passo que funciona como “incorporação dos indivíduos ao estado existente (a intenção de perpetuidade, de conservação, de invariabilidade, inércia pedagógica, estabilidade educacional)” também gera a “necessidade de ruptura do equilíbrio presente, de adiantamento, de criação do novo” (PINTO, 2010, p. 33). Isto implica dizer que a educação pode servir tanto para a cristalização e manutenção de uma dada realidade, quanto para a sua ruptura e avanço; pode estar comprometida tanto com a homogeneização e uniformização de saberes, sujeitos, culturas, quanto para a garantia do direito à diversidade.

A educação, segundo Pinto (2010), é uma atividade teleológica, ou seja, parte do pressuposto de que a formação do indivíduo está sempre subordinada a um fim específico, “dirigida para”, em síntese: “esse fim é a conversão do educando em membro útil da comunidade. No sentido restrito, formal, escolar, é a preparação de diferentes tipos de indivíduos para executar as tarefas específicas

da vida comunitária” (PINTO, 2010, p. 35), e o que tem determinado historicamente estes fins são os interesses dos grupos que possuem hegemonia social.

A organização do IFPA-Campus Belém toma como base o conceito amplo de educação enquanto formação, o qual está intrinsecamente ligado ao processo pedagógico que, por sua vez, pressupõe a integração entre forma e conteúdo.

Sendo assim, a educação possui uma **função social** de caráter permanente, ou seja, todos educam e todos são educados pelas relações sociais que vivenciam ao longo da vida. Não existe povo sem educação, não existe alguém que ignore tudo. Existem saberes que se diferenciam de acordo com o modo de vida de cada sujeito e de acordo com as experiências por eles vivenciadas, sejam elas institucionalizadas e formais, que se relacionam mais propriamente com a educação escolarizada, portanto sistematizadas, seja por meio das experiências de vida e das relações sociais, ou seja, não sistematizadas, que não possuem objetivos e finalidades pré-determinados.

Quando definimos que a concepção de educação adotada pelo IFPA-Campus Belém é o de **educação/formação**, dentro de uma perspectiva ampla, na qual o sujeito deve ter acesso a saberes que lhe proporcionem o desenvolvimento de suas múltiplas capacidades (técnicas, intelectuais, sociais, políticas, culturais, corporais e etc.), partimos do pressuposto de que o homem é um ser inacabado, que está em permanente aprendizado, que quanto maior for sua compreensão sobre o mundo em que vive, tanto mais será sua capacidade de transformá-lo. Desta forma, opta-se pelo rompimento do modelo educacional tecnocrata, no qual o domínio da técnica e o trabalho manual se sobrepõem ao domínio dos fundamentos teóricos, científicos e tecnológicos de determinado objeto, conteúdo, atividade e etc., busca-se a ruptura com as dicotomias entre trabalho manual x trabalho intelectual e entre saber x fazer.

A apreensão de determinados saberes em totalidade, mediante suas múltiplas determinações em proporcionar uma educação que forme pessoas e não coisas, nos transporta para uma discussão cuja centralidade está na relação entre a organização da educação escolarizada (forma) e na concepção e relações próprias do processo de ensino-aprendizagem (conteúdo). Estas duas dimensões constituem uma relação dicotômica pelo fato de que historicamente as políticas educacionais ou se concentram em questões de cunho mais operacional (envolvendo procedimentos, técnicas, organização e metodologias) ou de cunho mais conceitual (concepção de educação, saberes a serem trabalhados, matérias e até disciplinas).

Antes de falar da relação conteúdo e forma propriamente dita, é correto compreendermos a priori o que cada uma destas dimensões representa e para isto ancoraremos nossa análise em Pinto (2010). O autor ao fazer a diferença entre conteúdo e forma na educação, primeiramente expõe a visão ingênua sobre o primeiro, que segundo ele é a ideia de que o conteúdo da educação é tudo o que é

passado do professor para o aluno por meio de disciplinas, do currículo, das lições ou que se constitui como objeto da aprendizagem, sobre a qual são concentrados todos os esforços de educadores e legisladores em torná-lo adequado, funcional, em fazer as escolhas mais pertinentes ao processo educacional. A crítica feita por Pinto (2010) a esta visão ingênua é a de que educação é mais que transmissão de conhecimentos; o conteúdo não se constitui somente por aquilo que é ensinado, mas compreende todo o ato educacional onde se incluem os sujeitos envolvidos, as condições econômicas, sociais e estruturais em que ocorrem, é algo dinâmico e não estático, tem caráter histórico e social, é intrinsecamente ligado à forma. Para ele o conteúdo: Não está constituído somente por “aquilo que” se ensina, mas igualmente por aquilo “que” ensina, “aquilo que” é ensinado, com todo o complexo de suas condições pessoais, pelas circunstâncias reais dentro das quais se desenvolve o processo educacional (PINTO, 2010, p. 46).

Sobre a questão da forma Pinto (2010) também faz uma análise recorrendo primeiramente ao conceito que chama de ingênuo, que é a forma como um conjunto de procedimentos pedagógicos, técnicas, métodos de administrar e organizar o ensino. Sob esta vertente, a forma é colocada como apartada do conteúdo. O cerne da relação conteúdo e forma reside justamente no fato de que essas duas dimensões constituem uma unidade: o ato educacional. A forma está relacionada aos fins da educação, a fins que estejam atrelados ao acesso das massas ao direito a uma educação que proporcione transformações na condição desses sujeitos. Concordamos com Pinto (2010) na afirmação de que conteúdo e forma são interdependentes, distintos, porém, constituintes de uma identidade, não apenas coexistem ou se justapõem, são uma unidade. Para o autor, “[...] o conteúdo determina a forma da educação na qual é ministrada, porém esta por sua vez determina a possibilidade da variação do conteúdo, aumentando-o, em um processo sem fim” (PINTO, 2010, p.49).

Ainda que haja o fenômeno da resistência dos profissionais da educação a mudanças em suas práticas pedagógicas, não é esse o fator mais decisivo para que as inovações aconteçam na realidade nas escolas. Há aspectos sociais, políticos e ideológicos no interior do conceito de currículo, que podem explicar a possibilidade ou não dessas mudanças, que não dependem simplesmente de alterações de conteúdos (MACHADO, 2010, p. 94).

Para Pinto (2010) o conteúdo na educação envolve algumas indagações que funcionam como se fossem pontos de partida: A quem educar? Quem educa? Com que fins? Por que meios? Em síntese, conteúdo e forma determinam um ao outro e correspondem à totalidade do ato educacional, e esta totalidade perpassa pela contextualização do processo educacional: “Contextualizar significa, portanto, vincular processos educativos a processos sociais, escola e vida, currículo escolar e realidade local, teoria e prática, educação e trabalho” (MACHADO, 2010, p. 88). A partir da categoria da práxis podemos inferir que forma e conteúdo devem constituir uma unidade cujo objetivo maior é não somente compor o ato educacional, mas transformá-lo, qualificá-lo, torná-lo vivo e acessível aos alunos, para

que eles possam vivê-lo não como mais uma dicotomia presente no espaço escolar, mas como totalidade concreta (PORTO, 2011).

A consulta pública feita com a comunidade acadêmica do Campus Belém contribuiu significativamente para a definição de nossa função social. Para os docentes, técnicos administrativos, pais e/ou responsáveis e discentes a função social do IFPA-Campus Belém envolve a formação profissional e a preparação para o mercado de trabalho, abarcando aspectos de uma educação mais inteira e de cunho mais humanista.

“Atender a comunidade interna e externa através do estudo, pesquisa e extensão”. (TAE);

“Produzir cidadãos aptos para o mercado, conscientes sobre seu papel social e motivacionalmente transformador”. (TAE);

“Formação profissional e inserção no mercado de trabalho”. (Docente);

“Do meu ponto de vista, é colocar profissionais no mercado com visão humanística e ajudar a comunidade a ter uma vida digna”. (Docente);

“Contribuir com a formação de profissionais e cidadãos qualificados para o desenvolvimento da sociedade”, “inserção de pessoas no mercado de trabalho”. (Docente);

“Contribuir e capacitar futuros profissionais para o mercado de trabalho”. (Pais e/ou Responsáveis);

“Ajudar o aluno a construir conhecimento e orientá-lo enquanto cidadão”. (Pais e/ou Responsáveis);

“Preparar o aluno como ser humano e para o mercado de trabalho”. (Pais e/ou Responsáveis);

“Formar profissionais competentes, desenvolver consciências críticas, capazes de refletir a realidade que os cerca”. (Pais e/ou Responsáveis).

“Formar profissionais capacitados e, acima de tudo, contribuir com a formação de pessoas com noções de cidadania e respeito”. (Discente);

“Formar profissionais preparados não só para o mercado, mas para todos os aspectos da vida”. (Discente);

“Por fazer parte da rede IF já temos um grande diferencial, pois menos de 5% dos estudantes de ensino médio no Brasil cursam o mesmo em instituição federal. Vejo como papel social o da mudança, fazer a diferença em nossa cidade”. (Discente).

Nesse contexto, os dados levantados falam sobre a importância de formar dialogando com o mercado, considerando a importância da empregabilidade, mas em conexão com aspectos de uma educação ampla e humanizadora. Demonstram que pais e responsáveis esperam que os filhos sejam bons profissionais, mas não a qualquer custo, não é somente isto que almejam, querem também que a instituição promova uma formação ampla para que seus filhos saibam conviver em sociedade de maneira crítica e transformadora.

Assim, podemos definir, a partir do exposto, que a **função social** do IFPA-Campus Belém é promover em todas as etapas, níveis e formas de oferta uma educação profissional e tecnológica de caráter amplo e formativo, baseada no princípio da integração entre trabalho, ciência, cultura e desporto; no trabalho como princípio educativo, considerando como essencial a formação do

trabalhador capaz de dominar as bases científicas, tecnológicas, políticas e sociais de sua profissão, por meio da integração entre a elevação de sua escolaridade e a sua qualificação profissional. O IFPA-Campus Belém se compromete com a formação omnilateral dos educandos com vistas à sua atuação não somente no mundo do trabalho, mas como agente político de transformação social, e que para isto é indispensável à promoção de uma cultura de inclusão social, de cidadania, de paz, de respeito à diversidade, de produção e de socialização de conhecimentos, com base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

#### 4.2.2 Princípios Orientadores

Os princípios que regem a oferta do ensino no IFPA-Campus Belém partem da definição da educação como direito público subjetivo estabelecido na Constituição Federal de 1988, em seus Artigos 205 e 206 que dispõem,

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: **I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)" (BRASIL, 1988).**

Desta forma, este princípio demonstra que todos devem ter acesso à educação, mas não qualquer educação, uma educação de qualidade social, humanística, democratizada e democratizante, uma educação para além da mera instrução, para que todos tenham condições de formarem-se dirigentes e que isto não seja mais privilégio da classe dominante. Já dizia Arroyo (2002) que reprimir a educação e formação do trabalhador é reprimir o saber e o poder de classe, pois o direito do trabalhador não se esgota no acesso à escola.

Julgamos que defender o direito dos trabalhadores à educação é uma proposta mais radical do que apenas defender escola para todos. A distinção entre educação, entendida enquanto instrução, e educação entendida enquanto produção-formação de homens, construção da identidade de uma classe, é uma velha distinção que vai além de uma diferença nominal e encontra uma longa e tensa tradição teórica e prática. Entre nós a negação da escola ao povo faz parte não apenas de uma negação dos instrumentos básicos transmitidos pela

escola, mas da negação do direito das classes trabalhadoras à educação e à formação da cultura e da identidade enquanto classe. (ARROYO, 2002, p. 77).

Ao IFPA-Campus Belém não interessa apenas promover o acesso à instituição, é imperativo que nossa luta diária seja em prol de uma instituição com condições dignas para receber o educando, para que ele permaneça e que possa concluir seu curso com aproveitamento, e isto perpassa pela qualificação do ensino, pesquisa e extensão; qualificação da estrutura física e logística e qualificação e valorização de pessoal docente e técnico.

Para que a educação cumpra seu papel de formar integralmente é necessário um conjunto de políticas e ações integradas que articulem todos os aspectos supracitados, do contrário estaremos apenas reproduzindo um modelo de educação falido que não tem promovido a inclusão, pelo contrário, tem estado a serviço do capital, que seleciona e exclui conforme lhe é conveniente e lucrativo.

Elencamos ainda como princípios orientadores para a oferta do ensino no IFPA-Campus Belém: gestão democrática e participativa da educação; inclusão e diversidade; integração entre trabalho, ciência, cultura e esporte; ética e cidadania; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como princípio educativo; sustentabilidade; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e democratização do acesso, permanência e êxito.

É fundamental que, além de prescritos neste PPP, estes princípios sirvam com fundamento para todas as ações pedagógicas instituídas no Campus Belém para, desta forma, se materializarem em nossa prática pedagógica e assim os efeitos possam ser experimentados pela comunidade acadêmica e corroborem para a qualificação do ensino.

Quando colocamos a formação do indivíduo como central no processo de ensino e aprendizagem, não significa desconsiderar o mundo do trabalho e o mercado, significa que nossa missão é ainda mais radical do que ensinar para uma tarefa específica, ou uma empresa específica. Significa dar ao trabalhador a oportunidade de construir itinerários formativos, almejando que sua educação formação seja permanente e de caráter contínuo em detrimento de uma educação fragmentada que serve apenas para “treinar” o sujeito e não para educá-lo integralmente.

Desta forma, portanto, o IFPA-Campus Belém também se compromete com a redução das desigualdades sociais, com o desenvolvimento econômico sustentável e com o direito de todos a uma educação pública de qualidade socialmente referenciada.

### 4.2.3 Características da Oferta

As **características da oferta** do IFPA-Campus Belém seguem o que está determinado pela lei de **Criação dos IFES 11.892**, de 29 de dezembro de 2008, destacando:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

### 4.2.4 Finalidade e Objetivos

As **finalidades** e os **objetivos** do IFPA-Campus Belém, em relação a sua oferta são:

- Ofertar prioritariamente a Educação Profissional de nível técnico na forma integrada ao Ensino Médio a partir de estudos acerca dos arranjos produtivos locais (APLs), indicadores educacionais e demandas sociais de nossa área de abrangência;
- Ofertar prioritariamente Educação Profissional de nível técnico na forma integrada à Educação de Jovens e Adultos a partir de estudos acerca dos APLs, indicadores educacionais e demandas sociais de nossa área de abrangência;
- Ofertar cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional a partir de estudos acerca dos APLs, indicadores educacionais e demandas sociais de nossa área de abrangência;

- Ofertar cursos superiores de graduação, prioritariamente na área das licenciaturas, buscando integração com as redes públicas de ensino, preferencialmente com a rede estadual Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) e a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC).
- Ofertar cursos superiores de graduação na área das tecnologias a partir de estudos acerca dos APLs, indicadores educacionais e demandas sociais de nossa área de abrangência;
- Ofertar cursos superiores de graduação na área das engenharias a partir de estudos acerca dos APLs, indicadores educacionais e demandas sociais de nossa área de abrangência;
- Ofertar cursos de pós graduação lato sensu e stricto sensu a partir de estudos acerca dos APLs, indicadores educacionais e demandas sociais de nossa área de abrangência e, ainda, preferencialmente em áreas nas quais a instituição já oferte cursos de graduação organizados, consolidados e com avaliação satisfatória do MEC;
- Fomentar a integração entre trabalho, ciência, cultura e desporto em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino ofertadas no Campus Belém, resguardando as especificidades de cada oferta;
- Fomentar a pesquisa como princípio educativo tanto na educação básica, como ensino superior de graduação e de pós-graduação, resguardando as especificidades de cada nível de ensino;
- Fortalecer e ampliar a relação com a comunidade externa de nossa área de abrangência por meio das ações de extensão.

**IFPA**Campus  
Belém

# PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**2017**

## 5 TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DO PPP

As orientações iniciais para a construção do PPP aconteceram na I Reunião de Diretores de Ensino que foi realizada no final de agosto de 2015, na qual a Pró-reitora de Ensino (PROEN) anunciou que todos os Campi do IFPA teriam que construir e/ou revisar seus PPP's. Na ocasião da referida reunião, a PROEN nos apresentou um cronograma de ações, que incluía uma proposta de estrutura para os PPP's dos campi e um cronograma de trabalho para que pudéssemos nos organizar de forma que em cada reunião de diretores de ensino que viriam a acontecer (Campus de Castanhal, Campus de Marabá Industrial e Campus de Tucuruí) pudéssemos ir apresentando os resultados acerca da construção coletiva do documento.

Essa dinâmica permitiu que todos os campi pudessem trocar experiências, angústias, estabelecessem um elo no qual foi possível socializar materiais, estratégias de sensibilização da comunidade acadêmica, e, sobretudo, unissem forças e renovassem as energias tão necessárias a um processo tão longo, cansativo e desgastante, que implica mobilizar as categorias da comunidade acadêmica, promover audiências públicas, seminários, aplicar questionários, fazer entrevistas, envolver as pessoas em torno de algo que, à primeira vista, parece ser coisa de “pedagogo”, mas que na verdade é tarefa de todos.

Entendemos que esta mobilização, esse esforço de tirar os sujeitos dos lugares onde estavam, repetindo as mesmas práticas, hábitos e contribuindo para a cristalização de uma cultura da crítica pela crítica e não participação das decisões e ações institucionais, tenha sido o que de mais doloroso fizemos, tanto para nossa comunidade quanto para nós que conduzimos este processo. A riqueza deste PPP, como disse a Prof.<sup>a</sup> Dra. Terezinha Monteiro da Universidade Federal do Pará (UFPA), no nosso II Seminário para a construção do PPP do Campus Belém, está exatamente no caminho percorrido, não que o “produto”, o documento não seja importante, pelo contrário, a importância dele reside em todas as relações e caminhos vividos nesta trajetória de construção. Não há dúvida, não somos os mesmos de agosto do ano passado, saímos outro Campus Belém deste processo e saímos com as melhores perspectivas para o futuro, um futuro onde as relações domésticas não terão mais espaço, pois quanto mais a comunidade acadêmica toma para si o que é seu, menos veremos esta instituição como um espaço privado que serve apenas a alguns, e mais avançaremos para a consolidação de um Campus Belém que sirva ao bem coletivo, que seja forte, fraterno, onde seja possível ensinar, aprender e se humanizar.

Nesta construção, coube a alguns representantes da comunidade acadêmica compor uma comissão, que já foi citada na introdução do PPP, responsável pela condução dos trabalhos, estabelecimento de uma metodologia, organização de espaços de discussão e sistematização de

dados e do texto. Entretanto, outros tantos foram se somando ao longo do percurso, cada qual à sua maneira, contribuindo para que chegássemos ao resultado deste trabalho: técnicos administrativos, pais e responsáveis de alunos, professores do Campus Belém e de outros campi, instituições externas, estagiários e principalmente: os alunos, os protagonistas, eles que abraçaram esta comissão e participaram em peso dos dois seminários promovidos, tanto enquanto público, quanto na organização dos eventos e apresentações artístico-culturais por meio do projeto de ensino “Arte Por Toda Parte” coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Msc. Rosineide de Belém Lourinho do Santos.

No início dos trabalhos da comissão tivemos reuniões mensais (20/08, 09/09 e 03/11), entretanto nosso contato era quase que diário por meio da troca de e-mails institucionais, visitas aos setores uns dos outros, reuniões mais rápidas para organizar tarefas, grupo em rede social e etc.

Dentre as várias ações realizadas por esta comissão, destacamos as seguintes:

- A **revisão bibliográfica** e definição de referências para dar suporte teórico e metodológico à construção do PPP;
- A realização do **I Seminário para a Construção do PPP** do IFPA-Campus Belém, no mês de novembro de 2015, que teve como tema: “**Construindo a Identidade do Ensino no IFPA, Campus Belém**”. Este seminário promoveu discussões e reflexões sobre a importância do projeto político e pedagógico para a instituição, sensibilizando a comunidade escolar para a necessidade de sua construção por ser um instrumento que reflete a identidade da escola (Anexo B);
- Elaboração de questionários por segmento da comunidade para consulta pública;
- Socialização de materiais, no site do Campus Belém, com textos, vídeos, portarias, fotos, espaço para publicação dos questionários e etc., como forma de estabelecer um canal com a comunidade acadêmica;
- Consulta pública, via questionários, para cada categoria por meio da nossa aba no site do Campus Belém, disponível no período de 14/12/2015 a 30/01/16, data ampliada até 05/02/16 a pedido da Direção Geral do Campus, devido ao período de recesso dos docentes;
- Divulgação da publicação dos questionários por meio dos e-mails institucionais, nas redes sociais e visita, *in loco*, aos setores do campus, por parte dos membros da comissão, em decorrência da baixa participação de servidores Técnicos Administrativos (TAEs) na consulta pública. Assim, dos 49 questionários entregues para preenchimento manual, apenas 14 retornaram;
- Realização de reunião pedagógica no dia 23/02/16 com a presença de 143 professores no auditório central, na qual um dos pontos de pauta foi o PPP quanto ao preenchimento dos questionários. Nesse momento, foi exposto aos presentes os números preocupantes que tínhamos quanto à participação (questionários), que naquela altura era o seguinte: professores (8) técnicos administrativos (7), pais e responsáveis (0) e alunos (42).

- Finalização da consulta pelo site dia 05/02/16 com o seguinte quantitativo de questionários preenchidos: professores (27), técnicos administrativos (18), pais e responsáveis (04) e alunos (49);
- Reunião dia 19/02/16 com os representantes de turma, cujo principal ponto de pauta foi o PPP e aqueles que não acessaram o site puderam preencher o questionário simplificado manualmente;
- Nos dias 22 e 23/02 houve uma reunião com os pais e responsáveis dos discentes, quando também o PPP foi o principal ponto de pauta. Na ocasião os pais receberam questionários simplificados para responderem;
- Realização de outra reunião com os professores, no dia 12/03/16, quando mais uma vez o PPP foi pauta e questionários foram aplicados para que os docentes preenchessem manualmente;
- Realização do **II Seminário para construção do PPP**, em abril de 2016, com o tema **“Gestão democrática e participativa: mecanismos para consolidação e materialização do PPP do IFPA-Campus Belém”**, com o objetivo de buscar a participação efetiva da comunidade acadêmica por meio dos debates e palestras com instituições externas que já tinham alguma parceria com o Campus Belém ou que poderia vir a firmar parcerias. Foram convidadas a SEDUC, a SEMEC e as Prefeituras de Benevides, Cachoeira do Arari, Marituba, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Bárbara, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure, que de acordo com a Resolução nº 111/2015-CONSUP de 19 de agosto de 2015, compõem a área de abrangência do Campus Belém (Anexo C). Nesse segundo seminário foi possível apresentar à comunidade os dados extraídos da consulta pública, realizada por meio dos questionários, bem como socializar o texto preliminar do PPP e orientá-los sobre como poderiam colaborar para os ajustes finais do documento.

Com essas ações foi possível promover discussões e reflexões sobre a importância da participação da comunidade acadêmica na construção do projeto político e pedagógico, sensibilizando-os e instrumentalizando-os cada vez mais para o protagonismo no campo das decisões coletivas no âmbito da instituição.

Com todo este esforço e mobilização, chegamos a um total de **224** questionários preenchidos de dezembro de 2015 a abril de 2016, distribuídos de acordo com a tabela abaixo:

**Tabela 5 – Número de participantes da consulta pública**

| <b>CATEGORIA</b>              | <b>PARTICIPAÇÃO<br/>ON LINE</b> | <b>PREENCHIMENTO<br/>MANUAL</b> | <b>TOTAL POR<br/>CATEGORIA</b> |
|-------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| <b>Pais e/ou Responsáveis</b> | 04                              | 85                              | <b>89</b>                      |
| <b>Docentes</b>               | 19                              | 38                              | <b>57</b>                      |
| <b>TAEs</b>                   | 15                              | 14                              | <b>29</b>                      |
| <b>Discentes</b>              | 49                              | NÃO HOUVE                       | <b>49</b>                      |

Fonte: Dados da consulta pública realizada pela comissão do PPP.

Com a finalização da consulta pública, ainda tivemos mais um momento com a categoria docente para falar do PPP e apresentar os dados da consulta com ênfase no que os alunos expressaram acerca do nosso campus, mais especificamente acerca da atuação do corpo docente. Esse momento foi realizado durante o Planejamento Pedagógico para o ano letivo de 2016, ocorrido no período de 30/05 a 10/06 no campus Belém, pelo membro da comissão o pedagogo Prof. Esp. Alexandre Silva e a presidente da comissão a pedagoga Prof.<sup>a</sup> Msc. Adriana Porto.

Por fim, considerando que a construção desse documento é coletiva e participativa, a comissão do PPP solicitou a colaboração de alguns setores desse Instituto na escritura do documento, em decorrência da especificidade e do objeto de trabalho desses setores. Esta solicitação teve como objetivo envolver ainda mais Diretorias e Departamentos na tessitura do PPP.

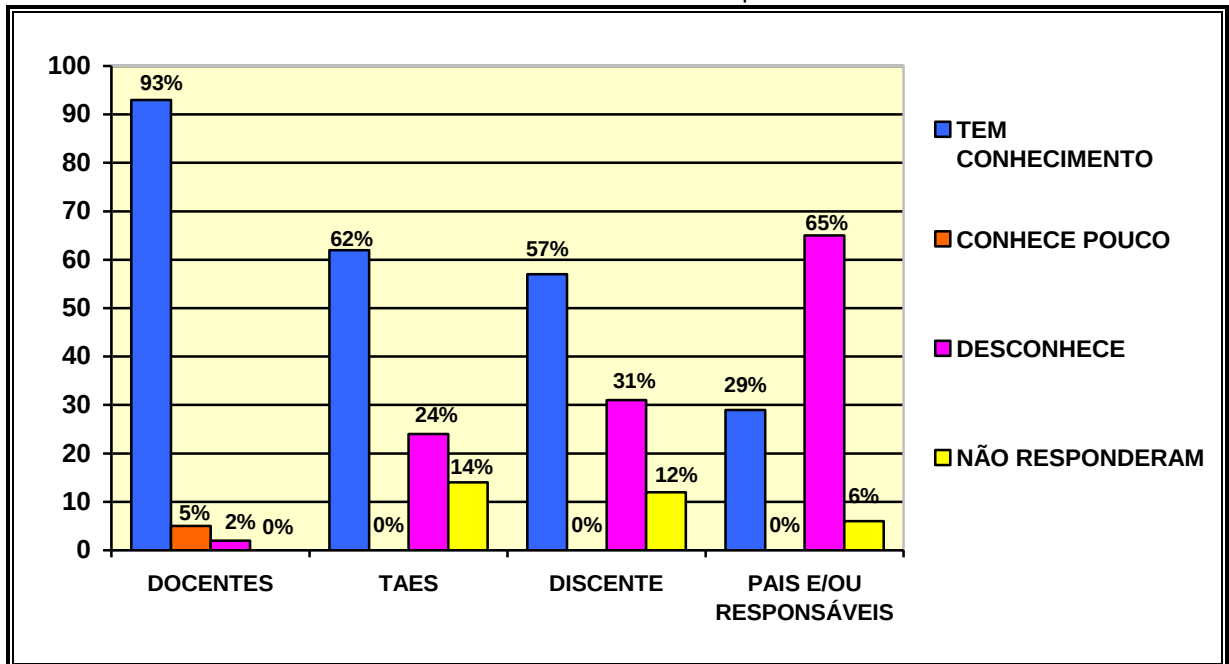
**IFPA**Campus  
Belém**PROJETO  
POLÍTICO  
PEDAGÓGICO****2017**

## 6 A IMPORTÂNCIA DO PPP PARA A COMUNIDADE ACADÊMICA

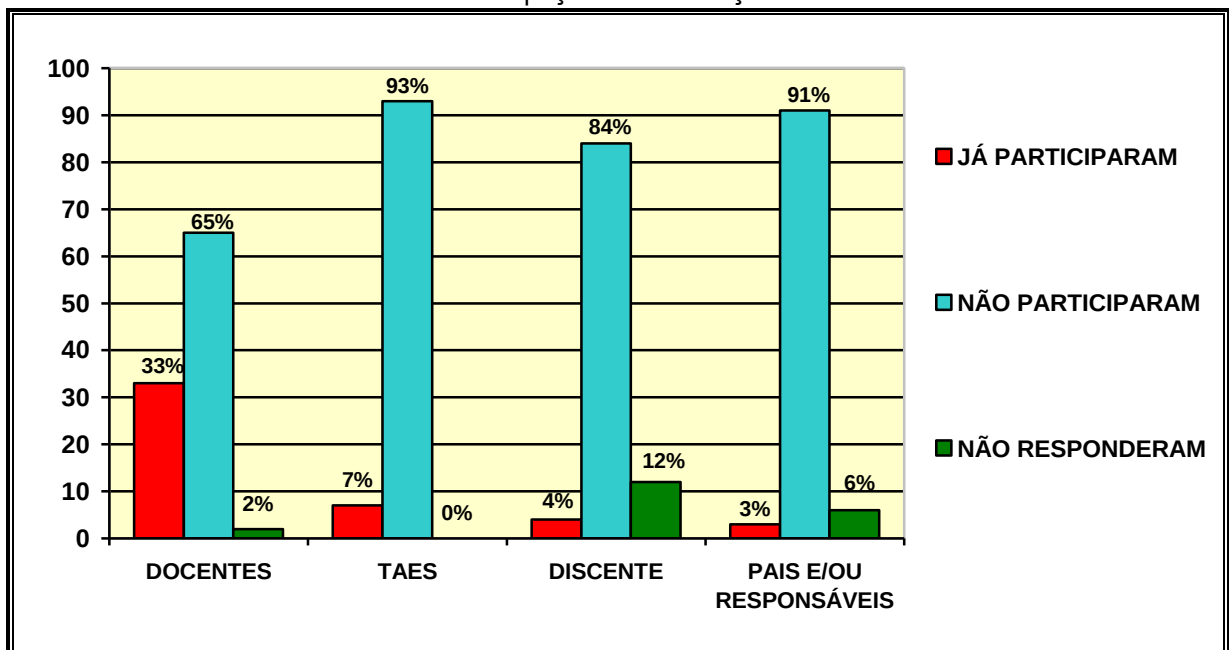
Pensar na construção de um PPP é pensar na melhoria da qualidade do ensino. O PPP é uma ação intencional; se constitui como um processo democrático de decisões que buscam a organização de todo o trabalho pedagógico da escola, assumindo um compromisso que é definido coletivamente. Portanto, construir um PPP é pensar na própria identidade da escola, como um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico. O PPP contempla o planejamento e a gestão escolar. Por ser um projeto é dialético, flexível e sempre requererá ser revisitado, pois a dinâmica da escola sofre transformações constantes. Por ser político está comprometido com a formação de cidadãos, como membros transformadores da sociedade onde vivem. É pedagógico, pois possibilita a organização e a efetivação de ações educativas necessárias ao ensino e aprendizagem, ou seja, ao alcance dos objetivos educacionais. Enfim, o PPP deve ser compreendido em sua globalidade, deve envolver todos os segmentos de uma Instituição Escolar e deve, acima de tudo, conceber uma escola justa, inclusiva, fraterna, solidária, transformadora, compromissada e efetivamente democrática.

O processo de construção e revisão de um PPP é uma experiência tão trabalhosa quanto valiosa, e neste percurso percebemos que apesar dos anos de experiência que temos em instituições de ensino, poucos viveram ou participaram ativamente de uma construção como essa antes. É possível observar isto a partir dos dados da consulta pública feita junto à comunidade.

Em relação ao conhecimento sobre o que é um PPP e a participação na sua construção, podemos observar que entre os docentes, 93% conhecem o que é um PPP, mas apenas 33% já participaram da construção desse documento; entre os discentes, 57% conhecem e 4% já participaram; na categoria dos técnicos administrativos, 62% conhecem e apenas 7% já participaram de sua construção; em relação aos pais e/ou responsáveis, 29% sabem o que é um PPP e apenas 3% já fizeram parte da elaboração de um. O gráfico abaixo demonstra melhor esses aspectos:

**Gráfico 1 – Conhecimento sobre o que é um PPP**

Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário.

**Gráfico 2 – Participação na Construção de um PPP**

Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário

Conforme podemos observar nos dados apresentados nos gráficos acima, percebemos que grande parte da comunidade acadêmica é conhecedora sobre o que é um PPP, com exceção dos respondentes da categoria dos pais e/ou responsáveis, que, em sua quase totalidade, desconhecem-no. No entanto, apesar do conhecimento, poucos tiveram a oportunidade de participar da construção de

um. Apesar disso, todas as categorias destacaram a importância desse documento para a vida da Instituição, conforme demonstramos abaixo:

“É um documento muito importante, responsável pelas diretrizes, direitos e deveres de toda a comunidade, mas para ser bem elaborado precisa da compreensão e participação de todos”. (TAE);

“O PPP é fundamental para delinear todo o trabalho a ser desenvolvido em uma instituição, que vai desde a concepção de educação que queremos até o pensamento de ações para a concretização desse trabalho”. (TAE).

“Uma escola sem PPP não tem função social, não tem rumo, portanto não há qualquer compromisso com uma formação ampla e em uma perspectiva humanizadora”. (TAE).

“Instrumento fundamental para nortear as ações pedagógicas, políticas e gerenciais da instituição”. (Docente).

“É a identidade da instituição. É um projeto que determina as metas em relação ao ensino, extensão e pesquisa que o instituto pretende alcançar”. (Docente).

“Instrumento essencial e base de toda e qualquer proposta educacional em especial nas elaborações do PPC”. (Docente).

“A construção do PPP fortalece as práticas pedagógicas e sociais de todos os envolvidos na instituição”. (Pais e/ou Responsáveis).

“Toda a mobilização em favor de uma qualidade no ensino de nossos jovens é relevante”. (Pais e/ou Responsáveis).

“Um projeto de pesquisa para avaliação do curso, do Instituto e equipe técnica”. (Discente).

“Entendi sua importância no evento ocorrido sobre o PPP no Campus Belém”. (Discente).

Ao nos depararmos com estes dados, observamos o quanto ainda, independente da categoria da comunidade acadêmica, é imperativo que o IFPA-Campus Belém esteja cada vez mais aberto à gestão democrática e participativa. Sabemos que a iniciativa de implantação dos fóruns permanentes de ensino, pesquisa, extensão e administração pela gestão atual é um importante passo para que a cultura de participação das decisões e construções de nosso campus possa ser semeada, entretanto é necessário fortalecer estes espaços, torná-los vivos. A categoria de pais e/ou responsáveis e a categoria discente, por exemplo, costumam dar excelentes retornos quando são sensibilizadas a participar. Assim, os dados demonstram que eles querem participar, inclusive cabe a nós trabalhar para que a participação da coletividade deixe de ser pontual passe a ser uma prática institucional.

**IFPA**Campus  
Belém**PROJETO  
POLÍTICO  
PEDAGÓGICO****2017**

## **7 CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DO CURRÍCULO E DAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS**

Nesta seção trabalharemos algumas concepções que deverão servir de base para nortear todo o trabalho desenvolvido no IFPA–Campus Belém.

### **7.1 Concepção de Sociedade, Cultura, Ciência e Tecnologia**

Conforme observado por SILVA (2009, p. 8),

O foco dos institutos federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como à busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias.

Sendo assim, podemos perceber que a missão dos institutos federais envolve uma determinada concepção de sociedade, de cultura, de ciência e de tecnologia, estando todas estas concepções intimamente entrelaçadas por meio da inclusão social.

O IFPA, campus Belém, como parte integrante da rede federal de educação, ciência e tecnologia – ocupando aí, diga-se de passagem, um lugar de destaque por sua relevância histórica, tal como demonstrado anteriormente – é partícipe dessa missão institucional e deve buscar realizá-la de forma satisfatória diante dos novos desafios e demandas que a sociedade democrática e o mundo do trabalho impõem. Pois bem, aí reside o grande problema: como conciliar uma sociedade, a brasileira, ainda muito desigual que, no entanto, tem aprendido cada vez mais nos últimos anos a se mobilizar, reivindicando maior justiça social, inclusão e igualdade, com as demandas do mercado de trabalho e as exigências de produtividade e eficiência que assumem muitas vezes um caráter excludente?

Como sabemos, durante muito tempo, o foco da educação profissional e tecnológica no Brasil esteve na formação para o mercado de trabalho, hoje, o objetivo passa a ser também a inclusão social e a formação para o exercício da cidadania. Portanto, a concepção de sociedade com a qual devemos operar enquanto educadores e servidores da rede federal de educação tecnológica instituída, como vimos, pela Lei 11.892/08, implica a noção de inclusão social, num sentido amplo, e não apenas para o mercado de trabalho. Esta inclusão a que nos referimos significa a efetivação dos direitos sociais, previstos na própria Carta Magna de 1988, que possibilitará aos milhões de brasileiros dos estratos mais humildes, bem como das chamadas “minorias sociais” (negros, afrodescendentes, portadores de necessidades especiais, homossexuais, etc.) obter condições de vida digna no que diz respeito à

moradia, saúde, educação, segurança alimentar, segurança pública, renda, lazer, saneamento, mobilidade urbana, acesso à Justiça, respeito às diferenças, dentre outros direitos.

A noção de cultura, por sua vez, envolve o reconhecimento da diversidade e o respeito a ela, sem o qual a inclusão não se efetivará a contento. É com base nesta concepção de sociedade inclusiva e, por conseguinte, democrática, rica em diversidade cultural, que devemos repensar o papel da ciência e da tecnologia. Claro está que ambas continuarão gerando lucros para as empresas, criarão produtos e serviços para aumentar nosso grau de conforto, ampliando, conseqüentemente, nossa qualidade de vida, facilitando nosso cotidiano. Contudo, se pretendemos alcançar, de fato, um patamar de maior equidade e justiça social há que se alargar este conceito de ciência e tecnologia para além da esfera da produção e do consumo propriamente ditos, estendendo-os à esfera da sociabilidade, isto é, ao conjunto das relações sociais, sem perder de vista a relação do ser humano com o meio ambiente.

Daí a importância das ciências humanas e das ciências ambientais nesse novo contexto social, econômico, político e cultural que não é apenas local, regional ou nacional, mas, acima de tudo, global. Surgem assim as chamadas tecnologias sociais e ambientais, isto é, as formas de intervenção sobre a realidade baseadas em pesquisa científica, voltadas para a solução de mazelas sociais, combate à violência, seja ela física ou simbólica, redução da pobreza e da desigualdade, sustentabilidade, etc, que podem e devem dialogar com as ciências da natureza, da linguagem, com a matemática, e até mesmo com os saberes tradicionais, exercitando, desse modo, a interdisciplinaridade.

Nesse contexto, o PPP ora apresentado baseia-se nesse novo paradigma e entende que é dever de todos os membros da comunidade IFPA/campus Belém, adquirir e por em prática essa nova consciência acerca do papel da educação, da ciência e da tecnologia na sociedade contemporânea e globalizada.

## **7.2 Concepção de Ensino Integrado**

Iniciaremos esta seção esclarecendo que tratamos o “Ensino Integrado” enquanto uma concepção de ensino que pode se expressar em diferentes formas de organização curricular, e sobre isto faremos o devido aprofundamento a posteriori.

Para compreendermos a integração é necessário abandonar a ideia de que “Ensino Integrado” é sinônimo de “Ensino Médio Integrado”, pois nem todo Ensino Integrado é Ensino Médio Integrado, ou seja, é possível trabalhar a partir da concepção de integração e com um currículo integrado na educação básica em todos os seus níveis; no ensino superior, nos cursos de formação inicial e continuada; nos cursos de pós graduação e etc. Seguindo esta lógica não podemos afirmar que todo Ensino Médio Integrado está ancorado em uma concepção de ensino baseada na integração. É

possível que um curso subsequente viva mais a integração do que o curso na forma integrada por exemplo, apesar de que em termos de organização curricular, fundamentos e princípios o ensino médio integrado seja a forma que mais tem possibilidades concretas de viver esta integração, enquanto concepção de ensino. Dito isto, a fim de elucidá-los acerca da integração prosseguimos esta análise.

Tomando como base a práxis e a totalidade como fundamentos do ensino integrado, consideramos também a educação em uma perspectiva transformadora, que requer o enfrentamento também da dicotomia: conteúdo x forma. Nesta perspectiva, o discente não é um mero “receptor” de informações, mas precisa ter condições de apreender os saberes em sua totalidade, mediante suas múltiplas determinações; é formado enquanto pessoa humana e não “coisa”. Portanto a centralidade dessa discussão é em torno da relação entre a organização da educação escolarizada (forma) e a concepção e relações próprias do processo de ensino-aprendizagem (conteúdo). (PORTO, 2011).

Estas duas dimensões constituem uma relação dicotômica pelo fato de que historicamente as políticas educacionais ou se concentram em questões de cunho mais operacional (envolvendo procedimentos, técnicas, organização e metodologias) ou de cunho mais conceitual (concepção de educação, saberes a serem trabalhados, matérias e até disciplinas).

É pertinente compreendermos o que cada uma destas dimensões representa. Pinto (2010), ao fazer a diferença entre conteúdo e forma na educação, primeiramente expõe a visão ingênua sobre o primeiro, que segundo ele é a ideia de que o conteúdo da educação é tudo o que é passado do professor para o aluno por meio de disciplinas, do currículo, das lições ou que se constituem como objeto da aprendizagem, sobre a qual são concentrados todos os esforços de educadores e legisladores em torná-lo adequado, funcional; em fazer as escolhas mais pertinentes ao processo educacional. A crítica feita por Pinto (2010) a esta visão ingênua é a de que a educação é mais que transmissão de conhecimentos; o conteúdo não se constitui somente por aquilo que é ensinado, mas compreende todo o ato educacional, onde se incluem os sujeitos envolvidos, as condições econômicas, sociais e estruturais em que ocorrem. É algo dinâmico e não estático, tem caráter histórico e social; é intrinsecamente ligado à forma.

Para o autor, conteúdo não está constituído somente por “aquilo que” se ensina, mas igualmente por aquilo “que” ensina, “aquilo que” é ensinado, com todo o complexo de suas condições pessoais, pelas circunstâncias reais dentro das quais se desenvolve o processo educacional (PINTO, 2010, p.46). Sobre a questão da forma, Pinto (2010) também faz uma análise recorrendo primeiramente ao conceito que chama de ingênuo, que é a forma como um conjunto de procedimentos pedagógicos, técnicas, métodos de administrar e organizar o ensino. Sob esta vertente, a forma é colocada como apartada do conteúdo. O cerne desta relação conteúdo e forma reside justamente no fato de que essas duas dimensões constituem uma unidade: o ato educacional. A forma está

relacionada aos fins da educação, a fins que estejam atrelados ao acesso das massas ao direito a uma educação que proporcione transformações na condição desses sujeitos (PORTO, 2011).

Concordamos com Pinto (2010) na afirmação de que conteúdo e forma são interdependentes, distintos, porém, constituintes de uma identidade, não apenas coexistem ou se justapõem, são uma unidade: [...] o conteúdo determina a forma da educação na qual é ministrada, porém esta por sua vez determina a possibilidade da variação do conteúdo, aumentando-o, em um processo sem fim (PINTO, 2010, p. 49).

No bojo desta discussão é pertinente dizer que o conteúdo por si só é algo disforme que acaba por não atender às finalidades educacionais a que se propõe, assim como a forma sem o conteúdo é esvaziada de sentidos, nexos, finalidades, e principalmente tende à ineficiência.

Ainda que haja o fenômeno da resistência dos profissionais da educação a mudanças em suas práticas pedagógicas, não é esse o fator mais decisivo para que as inovações aconteçam na realidade nas escolas. Há aspectos sociais, políticos e ideológicos no interior do conceito de currículo, que podem explicar a possibilidade ou não dessas mudanças, que não dependem simplesmente de alterações de conteúdos (MACHADO, 2010, p. 94).

Portanto, para Pinto (2010), o conteúdo na educação envolve algumas indagações que funcionam como se fossem pontos de partida: A quem educar? Quem educa? Com que fins? Por que meios? Em síntese, conteúdo e forma determinam um ao outro e correspondem à totalidade do ato educacional, e esta totalidade perpassa pela contextualização do processo educacional. Como afirma Machado, “contextualizar significa, portanto, vincular processos educativos a processos sociais, escola e vida, currículo escolar e realidade local, teoria e prática, educação e trabalho” (PINTO, 2010, p. 88).

### 7.2.1 Concepção de Currículo Integrado

Tomando como base a concepção de ensino integrado que deve reger a organização de toda a vida acadêmica do IFPA-Campus Belém, seguimos para a definição das orientações acerca da concepção que deve reger a organização curricular dos cursos em todos os níveis, etapas, formas e modalidades. Entretanto, para isso, é importante também esclarecer que quando se fala em Educação Profissional de nível técnico estamos falando de ensino médio, porém o conceito de Educação Profissional numa perspectiva ampla remete à formação do trabalhador, ou seja, o próprio ensino superior de graduação é considerado Educação Profissional sob esta ótica.

Considerando o exposto, é fundamental que se faça um breve resgate da história da Educação Profissional no Brasil, que tem sido configurada de forma a atender exigências orquestradas por uma classe dominante, reforçando uma dicotomia que é fruto de processos e fatos históricos, dentre os

quais podemos citar o escravagismo, no qual os trabalhos braçais e trabalhos de “menor valor”, de modo geral, cabiam apenas aos escravos, dualismo este que evidencia uma ruptura entre o ensino propedêutico e o ensino profissional, trabalho manual e trabalho intelectual, o saber e o fazer.

Em se tratando de currículo de ensino é necessário que se pense primeiramente que tipo de sociedade pretende-se construir, haja vista que existe uma diversidade de definições acerca de currículo, justamente pelo fato de que existem várias e distintas concepções de homem e de educação. Clara prevalência de um determinado paradigma científico em detrimento de outros, práticas diversificadas, tensão teórico-prática entre o currículo real e o currículo oculto, e entre aquilo que é ensinado e o que deveria ser ensinado. Isto ocorre, pois dependendo da forma como é concebido, estruturado e incorporado à prática educativa, o currículo pode proporcionar a reprodução ou superação, a resistência ou a transformação crítica da sociedade e a legitimação ou não de uma ideologia dominante.

Ainda que consideremos a complexidade que permeia o espaço escolar, é através do debate em torno do currículo que se pode estudar e analisar o papel e o valor da escola, e conseqüentemente sua contribuição para a formação do homem abrangendo todas as suas potencialidades, já que formalmente a escola é a instituição encarregada do tratamento pedagógico-didático de conteúdos de natureza cultural.

O currículo é simultaneamente projeto e prática, na medida em que compete às instituições de ensino concretizar na prática um projeto de sociedade e de homem/mulher, ou seja, o currículo se legitima quando é concretizado, posto em prática a partir do avanço ou não dos alunos, o que pode ser acompanhado a partir das seguintes indagações: O que está prescrito? E o que está sendo feito?

O currículo escolar, além dos conteúdos formais previstos nos referenciais legais, precisa considerar aquilo que é palpável e que vem do conhecimento de mundo e das experiências vividas e trazidas pelos alunos para o ambiente educativo, buscando o enlace entre o global, o nacional e o local e, principalmente, considerando que todos os que estão envolvidos no espaço escolar são formadores, precisam ter voz e contribuir para a construção daquele que se configura como a identidade da instituição.

O currículo é um instrumento norteador da prática educativa; ele emerge da prática e se constitui como elemento nuclear e iluminador da práxis pedagógico-didática, não deve ser radicalmente fechado e inflexível, pelo contrário, deve estar em constante processo de construção e ampliação, isto se expressa na LDB 9.394/96 que aponta para a flexibilidade dos currículos e autonomia para que as instituições de ensino possam estruturar os seus de acordo com suas realidades e a as realidades do contexto onde estão inseridas. O currículo emerge da prática para a prática, e isto permite seu constante repensar.

O currículo é a expressão do equilíbrio ideológico, de interesses, valores e forças também presentes no subsistema educativo e escolar. O currículo é simultaneamente um elemento de mediação entre sociedade e escola, entre a cultura e as aprendizagens socialmente significativas, entendendo como significativo aquilo que permanece e lhe é útil e que proporciona construção de conhecimento, e por fim é mediação entre a teoria e a prática (PORTO, 2011).

Desta maneira, é necessário repensar o modelo de organização do currículo escolar centrado em disciplinas, como fragmentos empacotados, que oferecem algumas formas de conhecimento que pouco tem a ver com o saber fora da escola. É necessário também transgredir a incapacidade da escola para repensá-lo de maneira permanente, dialogar com as transformações que acontecem na sociedade, nos alunos e na própria educação.

Dentre as questões centrais a serem consideradas na estrutura de um currículo, é pertinente refletir sobre o que se deve ser ensinado, a questão do poder, que questiona sobre um determinado conhecimento e não outro; a questão do sujeito e da subjetividade e ainda sobre valores.

Outro ponto importante desta discussão sobre currículo é o fato de que o educando constrói seu conhecimento não apenas no espaço escolar, mas também em todo o espaço social onde habita e interage, sua vida não se resume ao trabalho. Currículos que atendam tão somente ao conhecimento formal ou que apenas visem à colocação no mercado de trabalho precisam ser repensados e superados.

Nosso ponto de partida para pensar/repensar os currículos dos cursos do IFPA-Campus Belém é a integração entre teoria e prática, entre o saber e o fazer. O Documento Base do PROEJA faz a seguinte definição e que nos é de grande valia: “Em relação ao currículo, pode ser traduzido em termos de integração entre uma formação humana mais geral, uma formação para o ensino médio e para a formação profissional” (BRASIL, 2006). Trazendo esta orientação para um nível macro e considerando nossa diversidade de oferta, precisamos de currículos em todos os níveis, etapas e modalidades que propiciem ao discente conhecer seu objeto de estudo/trabalho em suas múltiplas determinações.

A opção feita pelo **currículo integrado** se justifica pela necessidade, inclusive, expressa nos dados da pesquisa/consulta pública feita para a construção deste PPP, em que a comunidade acadêmica expressa a necessidade de se ter uma instituição que promova um ensino de qualidade formando trabalhadores/cidadãos.

Desta maneira, um currículo que pretenda promover a inclusão e essa formação ampla do educando deve estar alinhado à concepção de ensino baseada na integração. O currículo escolar integrado, à medida que proporciona o diálogo epistemológico entre os conteúdos, as metodologias e as práticas educativas, resgata o valor entre o saber e o saber fazer e, conseqüentemente, a formação integral do indivíduo.

## 7.2.2 Fundamentos do Currículo Integrado

A expressão integrar em seu sentido amplo foi assim definida por Maria Ciavatta.

Remetemos o termo [integrar] ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos [...]. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos. (CIAVATTA, 2005, p. 84).

O currículo integrado trata-se da integração da teoria com a prática, um currículo vivo que leve os alunos a pesquisar a partir dos problemas relacionados com situações da vida real, que saiba fazer relações, estabelecer significados e nexos, com o mundo que o cerca e construir conhecimentos que possam promover a transformação da sociedade. Essa compreensão se relaciona com a capacidade de pesquisar um tema mediante estratégias como explicar, encontrar evidências e exemplos, generalizar, aplicar, estabelecer analogias e representar um tema mediante uma nova forma. Assim, o currículo integrado pretende organizar os conhecimentos escolares a partir de grandes temas – problemas que permitem não só explorar campos de saber tradicionalmente fora da escola, mas também ensinar aos alunos uma série de busca, ordenação, análise, interpretação e representação da informação, que lhes permitirá explorar outros temas e questões de forma mais ou menos autônoma. (BRASIL, 2006).

A discussão inicial sobre integração que foi realizada remonta ao fato de que: somar ou justapor duas partes de um processo amplo de formação como escolarização e educação profissional significaria uma redução no próprio sentido de integralidade que permeia essa formação, ou seja, juntar disciplinas de formação geral com disciplinas técnicas por si só não se configura como integração. A proposta de integração aparece como uma alternativa à dualidade, ao dilema que é escolher entre a desintegração e a mera soma que, dependendo da forma como estiver organizada a oferta educacional, no máximo pode ganhar um status de articulação. A superação da dualidade e também da mera articulação entre escolarização e profissionalização reduzida à soma de partes, perpassa pela compreensão do sentido radical de integrar e principalmente pela ruptura da organização escolar dogmática e fragmentada que temos (PORTO, 2011).

### 7.3 Princípios Orientadores da Prática Pedagógica

Iremos destacar a seguir alguns princípios que são estruturantes para o ensino integrado e para a organização do currículo integrado.

#### 7.3.1 O Trabalho como Princípio Educativo

O princípio educativo do trabalho pode ser entendido, partindo do pressuposto de que o trabalho enquanto atividade de produção e criação humana é capaz de educar, proporcionar a aquisição e construção de saberes inerentes à atuação profissional, política e social dos sujeitos sociais. Estes saberes, a partir da leitura deste princípio, não são produzidos somente nos limites espaciais da escola, mas sim no conjunto das relações sociais e das atividades práticas do homem, em seu trabalho (FRIGOTTO, 2003).

Nesse sentido, compreendemos o trabalho como mediação primeira entre o homem e a natureza e, portanto, elemento central na produção da existência humana. Dessa forma, é na busca da produção da própria existência que o homem gera conhecimentos, os quais são histórica, social e culturalmente acumulados, ampliados e transformados (FRIGOTTO, 2003)

É pelo trabalho que o homem constrói a sua essência; constrói sua subjetividade ao longo de um processo histórico, e é mediante as relações de trabalho que este se torna complexo e aperfeiçoa o seu Eu (Marx e Engels apud Saviani, 2006b). Para Saviani (2006b) o homem não nasce homem, ele se forma homem, aprende a ser homem e a produzir a sua existência ao longo de sua trajetória caracterizando um processo educativo, legitimando então a relação trabalho e educação como indissociável, uma relação de identidade. Saviani (1994) não distingue o surgimento do trabalho e da educação, ele o analisa de forma associada defendendo a ideia de que a ação consciente já é uma síntese entre os dois. Aqui trabalho não é compreendido no sentido estrito do emprego, como trabalho assalariado, mas trabalho como atividade humana de produção dos bens.

É importante esclarecer que compreendemos o trabalho como princípio educativo, considerando, portanto, o seu caráter histórico e ontológico na produção da existência humana. Nesse sentido, compreendemos que uma prática pedagógica significativa demanda análises sobre o mundo do trabalho (sem reduzi-lo apenas ao espaço onde ocorre o trabalho assalariado), incluindo a sua cultura, os conflitos nele existentes e suas vinculações aos projetos societários em disputa, suas relações com implicações sobre a natureza, os conhecimentos construídos a partir do trabalho e das relações sociais que se estabelecem na sua produção, etc. (RAMOS, 2008). Assim, o trabalho possui

uma dimensão ontológica e histórica, e o homem atua neste processo enquanto modificador da natureza, e também de sua subjetividade (FRIGOTTO, 2005).

No seu primeiro Manuscrito, Marx trata do trabalho alienado e justamente do fato de que o acúmulo de capital pela classe burguesa e o aumento do volume da produção implicam diretamente a proliferação da miséria, a desvalorização daquilo que é humano e o protagonismo do mundo dos objetos, tornando o homem escravo daquilo que é a síntese da sua atividade de produção: **o produto** do seu trabalho. Para Marx, a alienação pode ser definida assim:

A alienação do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo a existência externa, mas ainda que existe independentemente, fora dele mesmo, e a ele estranho, e que com ele se defronta com uma força autônoma" (MARX, 1844, p. 13).

Para compreender o trabalho como princípio educativo é necessário fazer a seguinte conceituação sobre o trabalho: "**trabalho concreto** é atividade histórica de criação e autocriação humana, possui dimensão ontológica mediante a produção de bens materiais com valor de uso" (FRIGOTTO, 2005, p. 63). "O **trabalho abstrato** é o trabalho enquanto mercadoria, assalariado, a força de trabalho, cujo conteúdo é abstrato, interessa ao mercado enquanto valor de troca e mais-valia" (FRIGOTTO, 2005, p. 63).

O reconhecimento de que a atividade humana chamada trabalho educa contribui para a desmistificação do papel da escola, na sua estrutura formal, como depositária do saber científico e tecnológico. A escola formal muito precariamente tem oferecido o acesso a alguns princípios teóricos e metodológicos que podem, mediante a prática social, proporcionar a apropriação destes saberes. Sobre o papel da escola Kuenzer (1991) revela que:

[...] se a lógica do capital é a distribuição desigual do saber, a escola presta um serviço à classe trabalhadora, e não ao capital, ao formular propostas pedagógicas que democratizem o saber sobre o trabalho. Contrariamente, ao articular-se às necessidades do mercado de trabalho, serve ao capital (KUENZER, 1991, p. 26).

A fala de Kuenzer revela o caráter dual da escola, enfatizando que assim como ela pode estar comprometida com uma educação digna para a formação do trabalhador, pode estar conscientemente e inconscientemente prestando um serviço nefastamente "eficaz" ao capital.

É importante destacar que a Educação Profissional com base humanizadora nada tem a ver com a formação profissional aligeirada, marcada por características de "treinamento ou adestramento", difundidas por instituições de ensino que atuam sob a égide da formação unicamente instrumental **e**

utilitária, mas sim com a formação omnilateral do trabalhador (intelectual, física, psíquica, profissional, cultural, e lúdica). (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

A integração entre o **trabalho**, enquanto categoria ontológica, unindo a produção intelectual e a técnica, a construção do **conhecimento científico** para a compreensão e transformação da sociedade, **a cultura** nas suas múltiplas determinações, e inter-relações tendo como pano de fundo as questões próprias da diversidade, dão base para o resgate do sentido de formação integral do homem, omnilateral (intelectual, física, psíquica, profissional, cultural e lúdica) de desenvolvimento de todas as suas potencialidades enquanto sujeito capaz de pensar sobre sua condição e buscar mecanismos para superar as limitações impostas pela vida em sociedade.

Nosella (2009, p.1, 4) defende a tese de que: “O trabalho como produção coletiva da existência humana é o princípio educativo geral de todo o sistema escolar”. O autor explica ainda que este princípio assume duas dimensões no processo de ensino-aprendizagem: a primeira por ser base organizacional do processo e a segunda por se constituir na razão de ser do processo escolar, na finalidade da educação, em que a partir dela os saberes que serão trabalhados durante a trajetória educacional serão convertidos, selecionados e sistematizados. Nosella (2009) ainda faz uma distinção entre princípio educativo e princípio pedagógico:

A tese deste texto me levou a preferir o termo “pedagógico”, pois se o princípio educativo se aplica indistintamente a todo o sistema escolar, o princípio pedagógico caracteriza a especificidade metodológico escolar de cada fase do ensino. Assim, “princípio educativo” não é sinônimo de “princípio pedagógico”: o primeiro é um conceito mais amplo que se aplica a todo o processo educativo, o segundo é a especificidade pedagógica que diferencia cada etapa do sistema escolar. (NOSELLA, 2009, p. 10 - 11).

### 7.3.2 A Pesquisa como Princípio Pedagógico

Em 2004, quando o MEC instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, ratificou no capítulo sobre as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio o que o Parecer CNE/CEB 05/2011 já havia previsto no que diz respeito à Pesquisa como Princípio Educativo, a saber: que a Educação Profissional deve ser exercida por professores que despertem nos alunos a habilidade de desenvolver a prática da pesquisa.

Admitir que a pesquisa é um princípio relevante para a formação discente é, essencialmente, assumir que a educação profissional pode (e deve!) superar a dicotomia histórica entre ensino técnico (o desenvolvimento do fazer) *versus* ensino propedêutico (o desenvolvimento do pensar), uma vez que a pesquisa se debruça sobre o desenvolvimento do trabalho intelectual.

Desse modo, a pesquisa desenvolvida no âmbito do ensino oportuniza:

A necessária autonomia para que o ser humano possa, por meio do trabalho, atuar (...) potencializada pela pesquisa, a qual contribui para a construção da autonomia intelectual e deve ser intrínseca ao ensino, bem como estar orientada ao estudo e à busca de soluções para as questões teóricas e práticas da vida cotidiana dos sujeitos trabalhadores.

Nesse sentido, é necessário que a pesquisa como princípio educativo esteja presente em toda a educação escolar dos que vivem e viverão do próprio trabalho. Ela instiga o estudante no sentido da curiosidade em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude, para os que não sejam incorporados por *pacotes fechados* de visão de mundo, de informações e de saberes, quer sejam do senso comum, escolares ou científicos. (BRASIL, 2007:48).

Percebe-se que esse Princípio é plenamente contemplado na Lei nº 11.892/2008 que cria os Institutos Federais. No art. 6º da referida Lei, que trata das finalidades e características dos mesmos, define-se o caráter investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; estabelece-se a necessidade de realizar e estimular a pesquisa aplicada e o desenvolvimento científico e tecnológico; imputa-se a promoção da produção, do desenvolvimento e da transferência de tecnologias sociais. A autonomia sugerida pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação encontra perfeita harmonia no âmbito da Rede Federal, posto que esta deve desenvolver a pesquisa, a pesquisa aplicada e a Inovação.

No âmbito do IFPA-Campus Belém, a pesquisa como Princípio Educativo está posta no desafio de superação do modelo de ensino-aprendizagem baseado no *repassé* de conhecimento, no qual o professor é o transmissor do conhecimento. Neste aspecto, cabe o esforço de ser o professor, também, um pesquisadores, assim, aprender e ensinar com vistas à independência intelectual dos discentes.

Para tanto, é necessário que haja condições para que o docente desenvolva suas atividades de pesquisa. Com a expertise acumulada, certamente os professores encontrarão e/ou produzirão novos conhecimentos para si e para os discentes. Há de se considerar, igualmente, que ao formar o professor-pesquisador para o ensino profissional de nível médio, o campus Belém também está atuando e disseminando a pesquisa em outros níveis de ensino.

Pode-se, erroneamente, pressupor que recai sobre o professor uma carga extra de trabalho por nele residir a expectativa de iniciar os alunos no universo da pesquisa. De fato, depende do docente mostrar ao discente que existe a dimensão da pesquisa na qual este pode ser inserido. No entanto, não se trata de “mais uma atividade”.

Isso porque a Pesquisa desenvolvida no campus Belém deve ser associada às atividades de Ensino, não havendo qualquer concorrência entre estes aspectos da formação discente. Ao contrário, tal princípio institui a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Portanto, estabelecer neste PPP o Princípio Educativo da Pesquisa é a legitimação e o compromisso da comunidade acadêmica com a oferta de uma formação integrada, de qualidade e cidadã, sendo esta uma marca do IFPA-Campus Belém.

### 7.3.3 A Integração entre Trabalho, Ciência e Cultura

A integração entre trabalho, ciência e cultura, enquanto eixo estruturante de uma organização curricular integrada é um dos aportes ao projeto de educação ampla baseada na integração, é um dos pilares de sustentação referente ao desenvolvimento da educação politécnica.

Ao falarmos sobre integração e suas dimensões de conteúdo e de forma, nos questionamos sobre o que é integrar, afinal? O princípio tratado aqui deve ser compreendido como o resgate de uma formação humana com vistas ao desenvolvimento do homem em suas múltiplas capacidades, do pensar sobre sua condição, na busca de mecanismos para a superação das limitações econômicas, sociais e culturais impostas pelas relações de classe, possibilitando o acesso a saberes que nos levem a pensar sobre outras formas de viver. Neste contexto, a integração entre trabalho, ciência e cultura defendida como base para o Ensino Integrado deve ser compreendida como a integração entre teoria e prática, entre o saber propedêutico e o saber técnico, posto que estas duas dimensões são indissociáveis, já que a teoria sem aplicabilidade e a prática sem as bases teóricas tornam-se esvaziadas, e a produção humana deve pressupor pensamento-reflexão-ação (PORTO, 2011).

A integração entre o **trabalho** enquanto categoria ontológica, da **ciência** enquanto construção do conhecimento científico para a compreensão e transformação da sociedade, e da **cultura** nas suas múltiplas determinações, e inter-relações dão base para o resgate do sentido de formação que para Gramsci remete a:

[...] uma escola única de cultura geral humanística, no sentido amplo e não somente tradicional [...]. Esse sentido amplo corresponde a uma identificação com: [...]a concepção de uma cultura e de um modo de vida modernos, ligados aos novos sistemas de produção, e com isso se conecta à ideia de uma atividade prática embebida de caráter científico e de uma ciência capaz de produzir etc. É no liceu que deve começar o estudo do método científico, um estudo criativo e não somente receptivo. (MANACORDA, 2008, p. 171, 175).

A integração entre o trabalho como princípio educativo, a ciência como os saberes produzidos e legitimados na sociedade historicamente pela necessidade do homem em compreender os fenômenos naturais e sociais do qual faz parte, e a cultura como a síntese do diverso, das diferentes formas de criação, de viver e pensar dos sujeitos, constituída pela marca específica de cada grupo social, são dimensões que se opõem a uma formação unilateral de educação subalternizada, a fim de

manutenção e reprodução de uma sociedade desigual, que tem proporcionado uma formação dicotômica, determinando aquilo que uns podem aprender e outros não, negligenciando a educação como direito de todos ao acesso a saberes da e para vida (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2004).

### 7.3.4 O Respeito à Diversidade

O termo diversidade é citado no corpo do texto do PDI do IFPA dezenove vezes. A importância da temática é visível na Missão institucional, que é:

Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação para o desenvolvimento regional sustentável, **valorizando a diversidade** e a integração dos saberes. (PDI, 2014, p. 19, **grifo nosso**).

No mesmo documento, pode-se visualizar o termo acrescido do verbo garantir, quando se trata da Visão institucional:

Ser uma instituição de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, garantindo a integração e diversidade dos saberes e a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho. (PDI, 2014, p. 19)

Nos valores institucionais, apostos no PDI, tem-se: "[...] Inclusão e integração da diversidade. [...]" (PDI, 2014, p. 19). E, no objetivo geral do ensino, no mesmo documento, encontramos a valorização da diversidade como pressuposto para a promoção da educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades.

Dentre as políticas institucionais encontramos o compromisso institucional com a diversidade e as diferenças: "[...] XIV Fortalecimento de programas e ações pedagógicas que valorizem a diversidade e as diferenças entre as pessoas [...]" (PDI, 2014, p. 51).

O IFPA-Campus Belém como instituição de ensino pluricurricular oferta desde a Formação Inicial e Continuada até cursos de Pós-graduação *stricto sensu* nos dias atuais e, dessa forma, o processo educativo é complexo e fortemente marcado por variáveis pedagógicas e sociais, determinadas por diferenças derivadas de dinâmicas sociais como classe social, gênero, etnia, sexualidade, diversidade geracional, cultura e religião.

Dessa forma, cabe-nos enquanto instituição de ensino criar mecanismos que impeçam que essas diferenças se transformem em desigualdades, mecanismo esse que impulsiona a exclusão no âmbito institucional.

É objetivo institucional neste PPP que tanto o currículo prescrito como o currículo oculto não naturalizem essas diferenças, mas que as tratem como “invenções/construções” históricas passíveis de serem desestabilizadas e desconstruídas.

Moreira e Candau (2006, p. 161), tratam dessa postura institucional:

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamado a enfrentar.

Essas diversidades devem ser tratadas pedagogicamente e descortinadas academicamente no interior do Campus Belém e nas salas de aula cotidianamente, para que isso se reflita no trato entre seres humanos que somos, dentro e fora do ambiente escolar. Cabe-nos acolher a diversidade de saberes, manifestações culturais e os diferentes olhares que permeiam o interior da instituição.

Portanto, neste PPP, predomina o trato de todos os atores envolvidos no processo educacional (professores, gestores, técnico-administrativos) com as diversidades com práticas positivas, que ultrapassem as iniciativas de senso comum e preconceituosas.

O Reconhecimento e o respeito às diversidades pressupõe algumas posturas dos atores envolvidos no interior do campus Belém:

- Inserção das diversidades nos currículos implicando compreender como algumas diferenças foram naturalizadas e inferiorizadas sendo, portanto, tratadas de forma desigual e discriminatória;
- Incorporar no currículo, nos livros didáticos, nos planos de disciplina, no PPP e demais documentos institucionais os saberes produzidos pelas diversas áreas do conhecimento, articulados com os saberes produzidos pela comunidade.

Falar de respeito às Diversidades nos impele a buscar respaldo legal na Resolução CNE/CP 01/2012 e no Parecer CNE/CP 08/2012 que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006).

A Educação em Direitos Humanos, que permeia o IFPA-Campus Belém está fundamentada nos seguintes princípios:

I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; **III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades**; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2012, Art. 3º).

O trato com a Educação em Direitos Humanos terá o cotidiano como referência para analisá-lo, compreendê-lo e modificá-lo, através da prática sistemática dos direitos conquistados, bem como a ampliação de novos direitos.

É competência do NEAB IFPA-Campus Belém acompanhar sua promoção em três dimensões: **a) conhecimentos e habilidades:** compreender os direitos humanos e os mecanismos existentes para a sua proteção, assim como incentivar o exercício de habilidades na vida cotidiana; **b) valores, atitudes e comportamentos:** desenvolver valores e fortalecer atitudes e comportamentos que respeitem os direitos humanos; **c) ações:** desencadear atividades para a promoção, defesa e reparação das violações aos direitos humanos.

Referendada pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNDEH), as práticas profissionais e de gestão no IFPA-Campus Belém estão estruturadas na tríade acesso, permanência e sucesso, primando pela diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, a equidade (etnicorracialetnicorracial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação. (BRASIL, 2008, p. 31-32)

No âmbito do **ensino** no IFPA-Campus Belém, a Educação em Direitos Humanos será incluída de duas formas: a) nos Cursos de Educação Profissional (Técnico e Subsequente), de Tecnologias e Engenharias, como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar, primando pela transversalidade e interdisciplinaridade; b) No caso da Formação Inicial e Continuada de Professores, a Educação em Direitos Humanos será um componente curricular obrigatório. Além da produção de material didático para atuação com a temática na Educação Básica através de construção de protótipos de Tecnologias Educacionais.

As ações no ensino estarão permeadas pelas noções de Interdisciplinaridade e de Transversalidade, uma vez que tais dimensões pedagógicas da ação docente são formas de trabalhar o conhecimento com vistas à reintegração de dimensões isoladas umas das outras pelo tratamento disciplinar. Além disto, designam um arcabouço teórico-conceitual capaz de fundamentar questões que exigem uma abordagem ampla e plural como necessariamente o são as que envolvem a Educação em Direitos Humanos.

A **transversalidade** se refere à dimensão didática e diz respeito à compreensão dos diferentes objetos de conhecimento, possibilitando a referência a sistemas construídos na realidade dos alunos. A **interdisciplinaridade** refere-se à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, questionando a visão compartimentada da realidade sobre a qual a escola se constituiu, mas trabalha ainda, considerando a “disciplinarização” do currículo.

Na **pesquisa**, sua inclusão se dará através de fomento e de uma política de incentivo que institua esse tema como área de conhecimento de caráter interdisciplinar e transdisciplinar no âmbito da iniciação científica através de bolsas de pesquisa, bem como, através de registros de patentes e propriedade intelectual dos materiais didáticos e protótipos construídos para esse fim, junto ao Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IFPA.

Na **extensão**, a inserção desse tema em programas e projetos de extensão envolve atividades de capacitação, assessoria e realização de eventos, articuladas com as áreas de ensino e pesquisa, contemplando temas diversos. Além da socialização do material didático para atuação com a temática na Educação Básica, através de transferência tecnológica de protótipos de Tecnologias Educacionais e na oferta de cursos de Aperfeiçoamento.

Tais posturas nos subsidiarão enquanto instituição formadora a superar tratos escolares românticos sobre as diversidades e, tendo a diferença como referência, considerando como pressuposto as metas específicas para a redução das desigualdades e valorização da diversidade, previstas no PNE 2014-2014:

**Meta 4:** universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

**Meta 8:** elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

#### 7.4 Concepção de Gestão Educacional

A concepção que deve permear as práticas de gestão do IFPA-Campus Belém é da **gestão democrática e participativa da educação**, pelo fato de que é a forma que mais se alinha ao que esteve expresso nas falas das categorias entrevistadas que tanto pleiteiam participar de forma mais ativa e protagonista dos espaços de gestão e decisão deste campus.

A gestão democrática e participativa significa a ruptura com os modelos gerenciais, autoritários e meritocráticos que tendem a centralizar as decisões acerca da instituição de ensino na figura de seus

dirigentes, dando pouca ou quase nenhuma voz aos anseios da comunidade, enfraquecendo os espaços colegiados e de conselhos gestores.

Na gestão democrática o caminho é exatamente fortalecer estes espaços: conselhos, fóruns, colegiados e etc., de maneira que a comunidade possa reconhecer a relevância de seu papel nesses espaços. O movimento atual é para que cada vez mais o Campus Belém seja um espaço público de fato e de direito, um espaço onde o bem coletivo prevaleça sobre os interesses privados em que as pessoas se sintam bem, livres para estudar ou desempenhar seus trabalhos de maneira ética, transparente e comprometida com um bem maior que é o alcance da excelência do ensino.

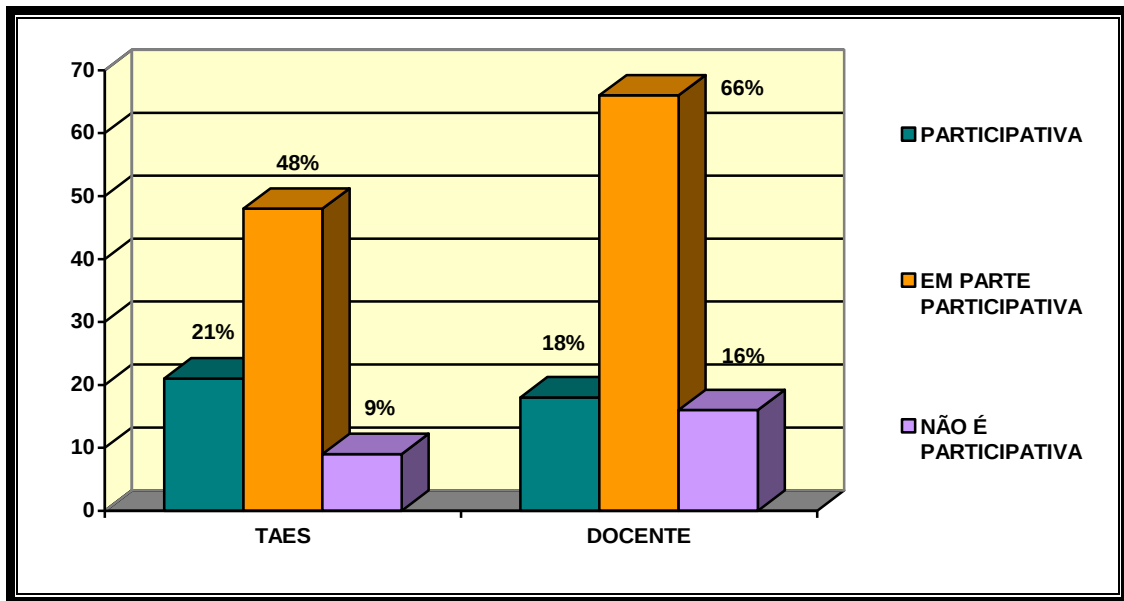
São fundamentos da gestão democrática e participativa:

- A participação da comunidade acadêmica;
- A autonomia para as categorias expressarem suas demandas e contribuírem para a melhoria do Campus;
- Práticas organizacionais que privilegiem o bem coletivo;
- A integração entre os diferentes setores e categorias que fazem a instituição;
- A descentralização do poder;
- O fortalecimento dos fóruns permanentes de ensino, pesquisa, extensão e administração.
- Publicidade de informações, fluxos, diretrizes, normas e etc.

#### 7.4.1 As Práticas de Gestão Educacional no IFPA-Campus Belém Sob a Ótica da Comunidade Acadêmica

Nesta seção trazemos os dados da pesquisa feita junto à comunidade acadêmica acerca da gestão do nosso campus com a finalidade de proporcionar “um olhar para dentro”; uma oportunidade de repensar nossas práticas e de redirecioná-las sempre com o objetivo maior que é a qualificação do ensino ofertado pelo IFPA-Campus Belém.

Na opinião dos servidores técnico-administrativos, com um percentual de 48%, e dos docentes, com um total de 66%, as deliberações realizadas pela gestão são em parte participativas. Isso vem demonstrar que as ações e decisões implementadas pela gestão do campus precisam ser repensadas e revistas, reforçando que a comunidade acadêmica deve estar envolvida nesse processo. Assim, uma boa gestão, democrática, inclusiva e participativa, requer a formação e a articulação de parcerias entre a instituição educativa e a comunidade acadêmica. Sobre esse aspecto, o gráfico abaixo identifica que:

**Gráfico 3 – Práticas de Gestão Institucional**

Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário.

A realidade expressa no gráfico acima, também pode ser ratificada pelas seguintes afirmações:

“Há uma centralidade ainda muito grande”. (TAE).

“Muitas vezes observo que as decisões são participativas”. (TAE).

“Muitas vezes a tomada de decisão não acontece abrangendo a todos”. (Docente).

“Agora está melhorando, a comunidade tem sido consultada e ou informada”. (Docente).

“Algumas atitudes são democráticas”,

“É necessário ampliar as informações no espaço da gestão”. (Docente).

“O que posso dizer que atualmente vislumbramos essa possibilidade, mas nunca foi assim”. (Docente).

“Só recentemente essa prática tem melhorado”. (Docente).

“Falta mais diálogo e participação de todas as esferas do IFPA nas tomadas de decisão”. (Docente).

“Não percebo essa democracia e participação, pois acho que falta divulgação maior das ações”. (Docente).

Em relação à participação da comunidade acadêmica na Gestão Institucional, o cenário não foi diferente. Tanto para os TAEs quanto para os docentes, há pouca representação nas decisões institucionais, geralmente, retratado pela falta de interesse da própria comunidade. Os TAEs assim se expressaram: 52% afirmaram que participam “em parte”; 17% que participam e 31% alegaram que não há participação efetiva. Para a categoria docente, 61% responderam que a participação é “em parte”, 26% responderam que não há participação, 11% responderam que há participação e 2% não opinaram. Esses dados são representados nas seguintes falas:

“Não há essa cultura ainda”. (Docente).

“Infelizmente a maioria dos professores e funcionários não se veem como gestores em outras escalas”. (Docente).

“Precisamos ser despertado do poder que possuímos”. (Docente).

“Não há demonstração de interesse, como deveria”. (TAE).

“Há a necessidade de criar o elo escola – família (ex. grupo de pais)”. (TAE).

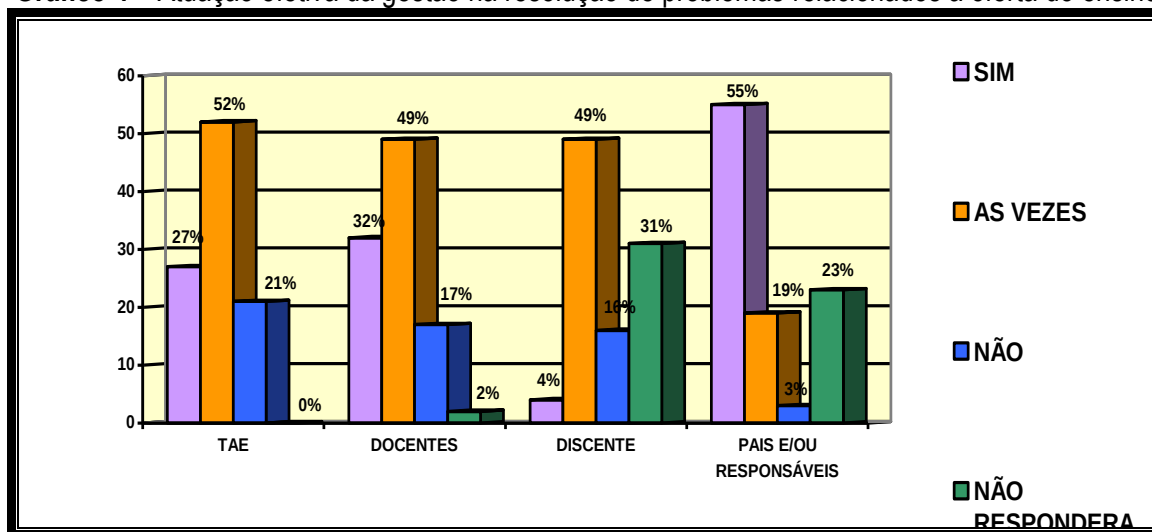
Os servidores técnico-administrativos também se manifestaram sobre o tratamento que recebem da gestão do campus. A maioria, 55%, considera o tratamento bom; 28% afirmam que é regular; 7% opinaram como ruim e 10% não responderam. Apesar do tratamento dispensado pela gestão aos TAEs ser bom, muito ainda precisa melhorar. É fundamental ampliar a concepção do papel do técnico na instituição, pois tanto ele quanto o docente contribuem para a formação dos alunos como cidadãos. Nessa perspectiva, destacamos:

“Falta considerar que os técnicos administrativos também podem desenvolver projetos e orientar trabalhos conforme a sua formação profissional”;

“Mas entendo que seja necessário que cada servidor entenda seu papel na dimensão institucional”;

“Sempre procuramos atender com urbanidade”.

Outro aspecto importante que foi abordado na consulta pública refere-se à atuação efetiva da gestão (direções, departamentos, coordenações e etc.) na colaboração, com os TAEs, docentes, discentes e pais e/ou responsáveis para a resolução de problemas relacionados à oferta do ensino no IFPA– Campus Belém. Para essas categorias, a maioria afirmou que “às vezes” há colaboração por parte da gestão na resolução de problemas institucionais. Apenas para a categoria dos pais e/ou responsáveis, com 55% das respostas, afirmaram que conseguem resolver suas pendências junto aos setores/departamentos. Esses dados estão retratados no gráfico abaixo:

**Gráfico 4 – Atuação efetiva da gestão na resolução de problemas relacionados à oferta do ensino**

Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário.

Sobre essa perspectiva, as falas abaixo corroboram os dados apresentados acima.

“Tem-se uma percepção de que as prioridades de ações e linhas de atendimento são direcionadas aos docentes”. (TAE).

“Algumas ações ficam restritas aos gabinetes dos gestores”. (TAE).

“Infelizmente, ainda é muito forte o corporativismo por parte dos professores que se julgam superiores à categoria dos técnicos administrativos”. (TAE).

“Falta gestão mais democrática”. (Docente).

“Está se reestruturando com tendência de melhor definição”. (Docente).

“Acredito que estamos num momento de revisão de tudo isso, mas nos últimos seis anos a gestão se perdeu do ensino e olhou a educação apenas como mercadoria”. (Docente).

“A instituição tem colaborado para a solução de problemas de ensino”. (Pais e/ ou responsáveis).

“Estive na instituição e não obtive as informações necessárias”. (Pais e/ ou responsáveis).

“Sempre que precisei fui atendida com resultados positivos”. (Pais e/ ou responsáveis).

“Buscando informar sempre os pais”. (Pais e/ ou responsáveis).

Nesse contexto, fazendo uma análise sintética acerca dos dados apresentados nesta seção em todas as categorias, destacamos alguns aspectos importantes que devem funcionar como ponto de partida para nossas ações de qualificação da oferta do ensino em nosso campus:

- O fortalecimento dos espaços que proporcionem participação coletiva tais como conselhos, fóruns, colegiados e etc;
- A promoção de uma cultura de participação efetiva de todas as categorias na gestão do campus;
- A criação de ações e políticas específicas de valorização dos técnicos administrativos;

- O Fomento de uma relação respeitosa e igualitária entre a categoria docente e a categoria dos TAEs, pois todos têm responsabilidades específicas de grande relevância para qualificação do campus;
- A maior publicidade às ações de gestão;
- A oferta de infraestrutura e condições de trabalho dignas para professores e TAEs;
- O planejamento de ações de gestão com antecedência para que as demandas não se tornem de conhecimento público apenas na finalização das ações e prazos;
- A realização de um estudo acerca da falta de professores nos cursos e continuar trabalhando para sanar esta situação;
- A Organização e o cumprimento do currículo dos cursos, bem como dos horários e turnos de funcionamento dos mesmos;
- A Elaboração de estratégias e ações em prol da melhoria da didática do professor com o objetivo de qualificar o processo de ensino e aprendizagem.

### **7.5 Diretrizes para a Prática Pedagógica**

A qualificação do processo de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, a melhoria da oferta educacional do IFPA-Campus Belém perpassa pela organização do trabalho pedagógico e de rotinas que são básicas para o bom funcionamento da instituição. São pressupostos inerentes principalmente ao trabalho docente e que fazem parte de suas atribuições fazer um bom planejamento pedagógico e promover uma avaliação da aprendizagem justa, igualitária e comprometida com o êxito do aluno.

O desenvolvimento de projetos integradores, a prática profissional, as atividades acadêmico-científicas, as atividades de cultura e de desporto, o trabalho de conclusão do curso, as atividades complementares e o uso das tecnologias da informação e comunicação são aspectos que precisam estar destacados para melhor subsidiar os docentes em sua prática pedagógica. Portanto, o objetivo desta seção é tratar dessas temáticas e, a partir dos dados da pesquisa, traçar o perfil esperado de professor e aluno, não com o objetivo de padronização ou homogeneização, mas no sentido de promover uma reflexão sobre que tipo de aluno temos tido e que tipo de professores temos sido.

#### **7.5.1 O Planejamento Pedagógico**

O alcance da excelência do ensino envolve todas as dimensões de uma instituição: administrativa, pedagógica, política e financeira; envolve também a participação e comprometimento de

todas as categorias nela existentes, cada qual contribuindo a partir de suas atribuições e funções para aquilo que deve ser o nosso maior objetivo: a qualificação do ensino do IFPA-Campus Belém.

O planejamento pedagógico como ação estratégica no início de cada novo ano letivo é um momento privilegiado de interação e integração entre os educadores da instituição nas suas mais diferentes áreas, pois cada ciclo do processo de ensino e de aprendizagem de nossos alunos é um convite ao rompimento das várias dicotomias que têm sido marca histórica da Educação Profissional do Brasil: trabalho manual x trabalho intelectual, pensar x fazer, teoria x prática, formação geral x formação técnica, pragmatismo x práxis, etc. Tal rompimento só é possível mediante novas posturas e novas práticas, envolvendo a todos nós educadores.

O ato de planejar é um grande exercício de organização de nossas ações. Por meio do planejamento é possível minimizar boa parte dos entraves que ocorrem ao longo do processo formativo, dá transparência sobre o caminho que traçamos para conduzir nossas aulas e a avaliação da aprendizagem, permite-nos ter acesso antecipado a todo suporte necessário para desenvolvermos nossas atividades (material impresso, data-show, utilização de laboratórios, dentre outros).

Este planejamento (período previsto no calendário acadêmico do campus) deve culminar em um plano de disciplina no qual constará toda a descrição/sistematização do processo de organização da ação: turma para a qual se destina, quantidade de alunos atendidos, curso, nível de ensino, forma de oferta, conteúdos a serem trabalhados, metodologia de ensino, tempos, espaços, recursos, avaliação da aprendizagem, referencial teórico, dentre outros elementos que possam vir a se constituir como fundamentais à construção de um percurso formativo que propicie a aprendizagem significativa.

Anteriormente havia um modelo de planejamento, em forma de planilha, que era utilizado há bastante tempo na instituição. A partir do ano letivo de 2016, o Campus Belém passou a adotar o lançamento do planejamento no Sistema de Gerenciamento Acadêmico (SIGAA), com prazo previamente estabelecido e tornado público por meio do calendário acadêmico do campus. Ainda este ano, como estamos em transição para o novo sistema, será necessária também uma cópia assinada que deve ser entregue no Departamento Pedagógico de Apoio ao Ensino (DEPAE), em atendimento ao disposto no Art.232, letra “a” da resolução nº 041/2015 que trata do Regulamento Didático Pedagógico do IFPA, para fins de avaliação, acompanhamento e feedback acerca do planejamento. Futuramente, esperamos poder fazer inclusive esta avaliação via sistema sem a necessidade de utilizar o material impresso.

O planejamento docente requer o entendimento de que existem especificidades que são próprias da educação básica, que no IFPA-Campus Belém está representada pela oferta de Educação Profissional Técnica nas formas integrada ao ensino médio e subsequente, além do PROEJA. Existem

especificidades próprias do ensino superior, aqui representado pela oferta de cursos tecnológicos, licenciaturas e engenharias, e ainda, as especificidades que caracterizam os cursos de pós-graduação.

Diferenças de etapa, nível de ensino, forma de oferta, público, turno, faixa etária, entre outras, tornam a organização do trabalho pedagógico e o processo de planejamento mais complexo do que imaginamos, pois para nós seria muito mais simples tomar como ponto de partida os conteúdos previstos para serem ensinados durante um determinado período e a partir disto “ajustar” os alunos às metodologias, avaliação e etc. Entretanto, isto não é desejável, construir planos fechados como se somente o conteúdo e o número de horas destinadas à disciplina fossem suficientes para que ela possa ser ministrada para qualquer público é algo que precisa ser superado, pois temos observado o desempenho dos alunos, que, com frequência, se sentem perdidos e não conseguem estabelecer os nexos necessários entre os saberes que constituem a organização curricular do seu curso, encontrando dificuldades também na relação entre a teoria e a prática destes saberes.

Neste sentido, e partindo do princípio da gestão democrática da educação, o ato de planejar se constitui como inerente à prática docente; deve ser um momento de discussão e construção coletiva no âmbito da instituição, com o objetivo de promover, principalmente, um espaço de interlocução entre professores, DEN, DEPAE, DEPIC, DEGAS, DERIN e o DEPRO, em torno da construção de seus planos.

Ao mesmo tempo, essa interlocução deve abordar temáticas que instrumentalizem o professor na organização do seu planejamento de ensino e suas práticas pedagógicas ao longo do ano letivo. Alguns exemplos são: apresentação do calendário acadêmico do campus, a entrega dos horários de aula, o uso do SIGAA, a relação professor e aluno, a didática a ser utilizada, os preenchimentos dos instrumentos de acompanhamento da vida acadêmica (Diários de classe, plano individual de trabalho-PIT, relatório individual de trabalho-RIT, lançamento de frequências e notas e etc).

A **metodologia** utilizada nos períodos de planejamento prevê relatos de experiência para promover a integração e a interlocução entre os docentes da instituição. São previstos momentos em que todos discutem temas mais gerais, mas também contamos com programações específicas de cada coordenação com seus respectivos Departamentos de Ensino (DEGAS, DERIN, DEPIC e DEPRO). Há também um tempo específico para que os docentes lancem seus planos no SIGAA, entreguem os RIT's do semestre/ano anterior e entreguem os PIT's do semestre/ano que inicia.

Elencamos abaixo alguns pontos que devem ser considerados no ato de planejar, seja para o planejamento de disciplinas, seja para planejar ou construir um projeto integrador (sobre este último faremos uma apresentação mais aprofundada em uma seção posterior). Assim, **no ato de planejar é importante:**

Fazer a distinção do que é essencial em termos de conhecimentos e conteúdos e aquilo que é complementar ou de cunho mais “acessório”;

Não perder os referenciais das ciências básicas (formação geral);

Lembrar que sobreposição, soma ou junção de disciplinas não é integração.

Redefinir os processos de ensino buscando práticas alternativas às tradicionais tais como: a proposição de desafios, problemas e ou projetos, desencadeados por parte do aluno, ações resolutivas, pesquisa, estudos de situações/casos, elaboração de projetos de intervenção, construção de protótipos, entre outros.

Ter a interdisciplinaridade como método.

Trabalhar na perspectiva da interdisciplinaridade é a tentativa de rompimento com uma concepção fragmentária de ser humano em prol de uma concepção unitária de ser humano. Desta maneira a interdisciplinaridade pressupõe:

Uma atitude de abertura, não preconceituosa, com a qual todo o conhecimento é igualmente importante, e o conhecimento individual anula-se frente ao saber universal;

Uma atitude coerente, sabendo ouvir opinião crítica do outro mantendo-se engajado e comprometido frente aos fatos da realidade educacional e pedagógica;

Nessa ação a relevância metodológica é indiscutível, porém é necessário não fazer-se dela um fim, pois interdisciplinaridade não se ensina nem se aprende, apenas vive-se, exerce-se e, por isso, exige uma nova pedagogia (Fazenda, 1993).

Pensar em um planejamento com base da integração significa partir de alguns questionamentos fundamentais propostos por Santomé (1998):

- Por que se deseja integrar? (O que nos leva a considerar a integração? Que resultados se preveem para a escola, para os outros e pra nós mesmos?);
- Quem faz a integração? (alunos ou professores?);
- Que estudantes? (só os mais jovens? Os mais capazes?);
- Que corpo docente? (só os mais experientes? só os da minha área?);
- Qual o status dos envolvidos?
- Quais são as suas filiações departamentais? Seu compromisso com a integração é departamental? (Conservarão seus papéis dentro do departamento? Quais as implicações neste caso?);
- Quais são as atitudes dos envolvidos? (entusiasmo, tolerância, apatia, oposição?);
- Quantos professores? quantos estudantes? Como estão organizados? Como serão selecionados? Com que horário?

**Quanto aos conteúdos/saberes:**

- O que se deseja integrar?
- Qual a natureza das disciplinas a integrar? (inclui história, geografia, línguas, como se diferirá seu conteúdo? Quem decide o vai ser integrado e em que base?
- O currículo integrado satisfaz os critérios de outros? Como é a relação com os departamentos existentes? (as ciências humanas dialogam com a geomática por exemplo? conseguirão trabalhar numa avaliação conjunta?).

**Quanto aos aspectos institucionais:**

- Que modalidade de comunicação? (só alguns membros da equipe docente devem ser envolvidos na discussão? Como o resto da equipe se mantém informado? Que tipo de comunicação desenvolve-se na instituição?
- Quais os referenciais aceitos pelos departamentos? Existe alguma evidência de cooperação?
- Quais as implicações para os horários? Se é fechado, como adequá-lo às necessidades dos demais?
- Como os discentes serão agrupados? (grupos com duração anual, semestral, por nível de capacidade, escolaridade, habilidades e etc.);
- Como estará organizado o ensino? Com um professor em cada sala de aula?
- Há a possibilidade de algumas aulas em conjunto? Como serão tomadas as decisões? (por um pequeno grupo do corpo docente, os mais antigos?); reunindo os diretores dos departamentos? Com a totalidade do pessoal?
- Como se tornarão efetivas?
- Com quais Recursos?

**7.5.1.1 O Planejamento Pedagógico Sob a Ótica da Comunidade Acadêmica**

Quanto ao momento do planejamento docente, desde 2014, o DEPAE tem reorganizado a dinâmica e a metodologia do mesmo, pois isso já é um anseio antigo da categoria docente. Exatamente com a preocupação em torná-lo um momento formativo e ao mesmo tempo prático e útil com temáticas que ajudassem o professor a desenvolver seu trabalho da melhor maneira possível é que o planejamento pedagógico para o ano letivo de 2016 já teve outra “cara” e por isso foi bastante elogiado por quem de fato participou da programação. Este questionário foi aplicado entre dezembro de 2015 e

fevereiro de 2016 e o planejamento 2016 foi realizado entre 30/05 e 10/06, portanto, se esta pesquisa fosse empreendida hoje, certamente teríamos outros indicadores.

A categoria docente, ao ser perguntada sobre sua participação nos momentos de planejamento pedagógico, assim se posicionou: 84% responderam que participam, 12% responderam que “em parte” e 4% responderam que não participam desses momentos. Os principais comentários foram:

“Nestes momentos são identificadas as falhas que devem ser corrigidas no processo de ensino”;

“É um momento de troca de experiências e propostas de novas metodologias. Infelizmente tem pouca participação”;

“Momento para reflexão sobre a sua prática pedagógica”;

“Porque não vejo sentido. Ninguém dialoga. Apenas preenchem papéis. E papel eu preencho em casa sozinha”

“É uma maneira de integração e troca de informações com a instituição”;

“Tempo perdido, qualquer planejamento inicia com a avaliação do que foi planejado anteriormente, quem sabe quando isso ocorrer o planejamento seja eficiente”;

“Participo, mas acho que deveríamos ter oficinas que nos ajude mais nas nossas ações, como, por exemplo, na construção de PPCs, que é alma dos cursos”.

Quanto à realização de oficinas para o Projeto Pedagógico de Curso, o DEPAE realizou no dia 07 de março de 2016 (após a aplicação do questionário) uma formação para todos os coordenadores de curso e presidentes de NDE do Campus Belém, no auditório da construção civil, de 8h a 12h e de 14h a 18h, com a temática sobre o “PPC”. Foi um momento de orientação acerca da tessitura dos PPC’s dos cursos onde apresentamos roteiros, estabelecemos metodologias e tiramos dúvidas, sendo de grande valia aos que participaram efetivamente. O resultado deste apoio que não se limitou apenas a este dia (o DEPAE atende diariamente coordenadores e professores acerca de orientações desta natureza e de outras), expressou-se no grande salto de qualidade refletidos nos 45 PPC’s que deram entrada no DEPAE para análise e parecer pedagógico, para fins de regularização e oferta em 2017.

Ainda em relação ao planejamento pedagógico, a categoria dos alunos se manifestou acerca do planejamento docente, ou seja, sobre a percepção que eles têm da organização das aulas por parte dos professores. Para a grande maioria dos alunos, os professores precisam melhorar e muito nesse aspecto, pois essa organização é fundamental para a qualidade das aulas e, conseqüentemente, do ensino. Para fins de demonstração, destacamos aqui alguns comentários:

“Alguns professores se planejam outros não”;

“Temos um professor que ao dar suas matérias, repassa os tópicos aos alunos para eles explicarem ao longo do semestre”;

“Alguns sim, outros não! teve um professor que somente conversou sobre suas viagens, e experiências sem cobrir nem 10% do conteúdo”;

“Ao longo de 3 anos de estudo no IFPA, creio que eu tenha passado por no máximo 2 ou 3 professores que faziam um planejamento prévio. É algo que me desestimula muito”;  
 “Depende do professor. Alguns nem lembram a aula que ministraram antes”;  
 “Alguns professores são bem organizados”.

Para a categoria dos servidores técnicos administrativos, quando perguntado sobre a sua participação em planejamentos, eventos, congressos, seminários e palestras no IFPA-Campus Belém, foi assim demonstrada: 59% afirmaram que participam constantemente; 24% disseram que “em parte” e 17% disseram que não participam. Alguns comentários foram destacados:

“Deveria ser mais constante”;  
 “São fundamentais para o aprimoramento do meu trabalho”;  
 “Deveria acontecer também para os TAEs”.

Nessa perspectiva, fazendo uma análise sintética acerca dos dados apresentados nesta seção, em todas as categorias, destacamos alguns tópicos importantes que devem funcionar como ponto de partida para nossas ações de qualificação da oferta do ensino em nosso campus:

- A categoria docente apesar de, em grande parte, compreender a importância do planejamento pedagógico ainda participa pouco;
- O formato das semanas de planejamento pedagógico deve estar em constante transformação, sempre privilegiando temas que ao mesmo tempo sejam formativos e úteis ao trabalho docente;
- Na ausência de planejamento, o que predomina é o improviso e isto desestimula o aluno, pois ele percebe que não houve organização prévia;
- Precisamos melhorar a nossa didática em sala de aula;
- O aluno não é uma caixa vazia, esperando que você o preencha. Ele tem saberes, história, ele percebe perfeitamente quando não houve planejamento da aula.

## 7.5.2 O Processo de Ensino e Aprendizagem

Pensar sobre o processo de ensino e aprendizagem nos remete a falar sobre a importância da prática educativa, sobre a relação/interação entre professor e aluno, sobre como o professor ensina e como o aluno aprende e, sobretudo, como o processo de ensinar pode conduzir a aprendizagem.

Historicamente, o processo de ensino e aprendizagem vem se constituindo de diferentes formas e concepções, que emana desde a ênfase no papel do professor como agente transmissor de conhecimento e de valores sociais acumulados através dos tempos e repassados aos alunos como

verdades absolutas, no qual a aprendizagem é considerada receptiva e mecânica, sem se considerarem as características próprias de cada idade e os tempos diferenciados de cada aluno, até as concepções atuais que caracterizam o processo de ensino e aprendizagem como um todo integrado e articulado, em que o aluno ocupa um papel central nesse processo. Nessa perspectiva, o aluno atua como partícipe e não como mero receptor de conhecimentos. O professor atua como mediador entre o saber e o aluno. Nesse processo é fundamental que professores e alunos venham a atingir um nível de consciência da realidade em que vivem na busca da transformação social. (LUCKESI, 1994).

Assim, acreditamos que o processo de ensino e aprendizagem deve estar baseado na aprendizagem significativa, a partir da qual o aluno seja capaz de desenvolver o seu próprio raciocínio, fazer relações entre um conhecimento e outro e sabendo utilizá-lo em seu cotidiano, fazer comparações entre fatos e acontecimentos, saber explicar uma ideia com suas próprias palavras, ter uma postura crítica, desenvolver a capacidade de argumentação, ou seja, o aluno deve ser agente construtor do seu próprio conhecimento.

Para isso, o professor deve atuar como o agente que vai propiciar essa construção, por meio da relação entre a mediação do conhecimento e a interação com a experiência do aluno, ou seja, a aprendizagem deve ser o resultado da relação ativa, interativa e dinâmica entre sujeito e objeto, mediatizados pelo mundo histórico e social.

Sendo assim, defendemos que o processo de ensino e aprendizagem adotado no IFPA-Campus Belém deve estar pautado numa concepção sócioconstrutivista e numa perspectiva histórico-cultural. Nas palavras de Libâneo (2001, p. 2),

Pode-se dizer que a perspectiva histórico-cultural se aproxima de uma concepção *sócioconstrutivista*. É *sócio* porque compreende a situação de ensino e aprendizagem como uma atividade conjunta, compartilhada, do professor e dos alunos, como uma relação social entre professor e alunos frente ao saber escolar. Quer dizer: o aluno constrói, elabora, seus conhecimentos, seus métodos de estudo, sua afetividade, com a ajuda do professor. O professor é aqui um parceiro mais experiente na conquista do conhecimento, interagindo com a experiência do aluno. O papel do ensino - e, portanto, do professor - é mediar a relação de conhecimento que o aluno trava com os objetos de conhecimento e consigo mesmo, para a construção de sua aprendizagem. É *construtivista* porque o papel do ensino é possibilitar que o aluno desenvolva suas próprias capacidades para que ele mesmo realize as tarefas de aprendizagem e produza sua autonomia de pensamento.

Portanto, para dar suporte a esse aluno que desejamos formar, é fundamental que o professor planeje e organize o seu fazer, que faça da escola e da sala de aula um espaço que desenvolva o potencial do aluno, que crie condições propícias à construção do conhecimento, que incentive os alunos, que esteja aberto ao diálogo. Em outras palavras, a escola deve ser concebida como um espaço aberto, dinâmico, autônomo, socializador, formador, participativo, crítico, interativo e

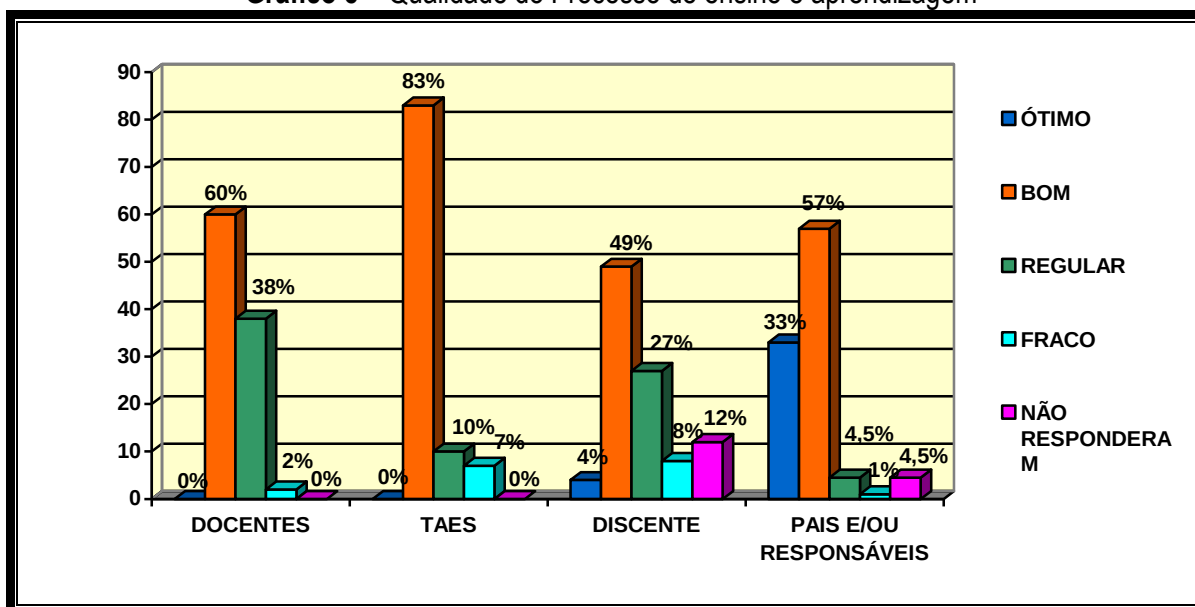
transformador, em que o ato de educar e a intervenção pedagógica tenham uma intencionalidade que legitime o processo de ensino e aprendizagem.

#### 7.5.2.1 O Processo de Ensino e Aprendizagem Sob a Óptica da Comunidade Acadêmica

Nesta seção trazemos os dados da pesquisa feita junto à comunidade acadêmica acerca do processo de ensino e aprendizagem no IFPA-Campus Belém, da organização curricular dos cursos, de como a comunidade avalia o ensino em nossa instituição e das expectativas que geramos a comunidade em termos de formação dos educandos. O objetivo aqui é avaliar nossa prática dentro do eixo ensino e aprendizagem e refletir sobre nossas fragilidades, traçando assim uma linha de trabalho que contribua para a superação dos problemas históricos que temos e nos dê subsídios para as ações necessárias à qualificação do ensino, da pesquisa e da extensão.

Sobre o processo de ensino e aprendizagem em nosso campus, podemos perceber que a grande maioria da comunidade acadêmica o considera bom, destacando as seguintes representações: para os TAEs, 83%; para os docentes, 60%; para os discentes, 49%, para os pais e/ou responsáveis, 57%, de acordo com o gráfico abaixo:

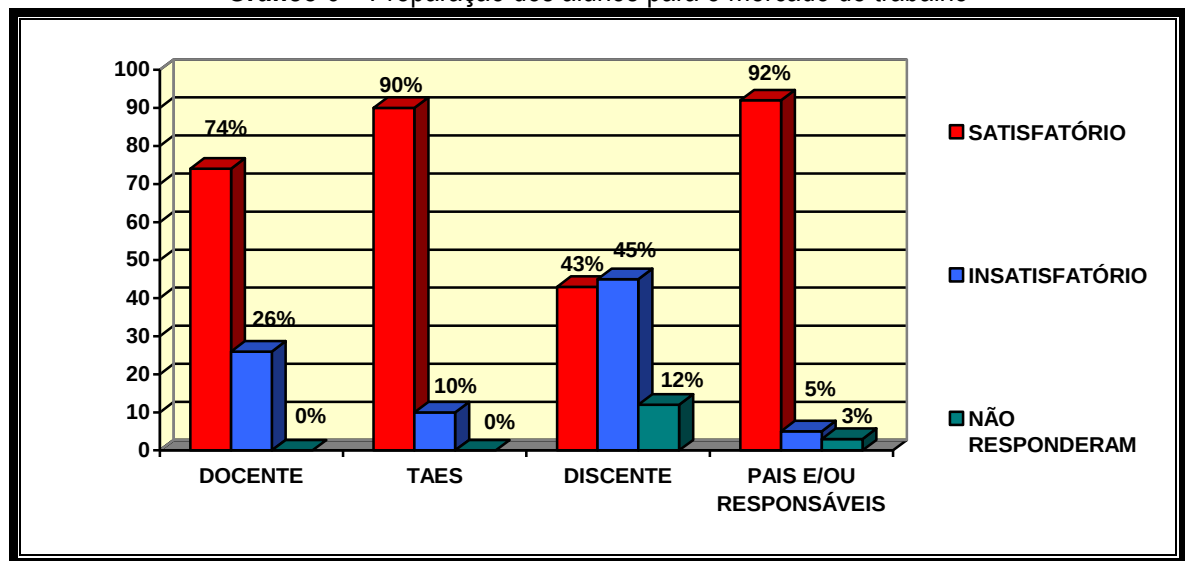
**Gráfico 5 – Qualidade do Processo de ensino e aprendizagem**



Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário.

Fazendo uma relação sobre a qualidade do ensino e a preparação dos alunos para o mercado de trabalho, observamos que: 90% dos Técnicos, 74% dos docentes, 92% dos pais e/ou responsáveis e 43% dos discentes acreditam na formação que é realizada pelo IFPA-Campus Belém, como sendo satisfatória para a atuação no mercado de trabalho. O Gráfico abaixo elucida melhor essas informações

**Gráfico 6 – Preparação dos alunos para o mercado de trabalho**



Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário.

Fazer uma avaliação do processo de ensino e aprendizagem e a consequente formação dos alunos para o mercado de trabalho se mostrou bem equilibrado nas respostas apresentadas. No entanto, percebemos que muito ainda precisa ser feito para melhorar, principalmente na opinião dos discentes. Para eles:

“Não somos preparados adequadamente, professores descompromissados, coordenação conivente com os professores ausentes” (Discente).

“Apesar das dificuldades, os professores de minha coordenação ofereceram-me excelente formação”. (Discente).

“Falta muito comprometimento por parte da equipe de professores para eu me auto identificar preparado, de fato, para atuar no mercado de trabalho competitivo e extremamente esmagador dos dias de hoje”. (Discente).

“No ensino profissional sim, no quesito educação básica ainda temos muito para melhorar”. (Discente).

“Sim, mas com algumas ressalvas. Tais como: as pouquíssimas visitas técnicas que representem com clareza a área de atuação do profissional de Controle e Automação; as poucas aulas práticas e, consequentemente, a pouca integração entre as disciplinas e aplicações dentro e fora do curso”. (Discente).

Na opinião das outras categorias, destacamos:

“Carecemos de melhor estrutura para que as aulas e práticas profissionais tenham mais qualidade. Apesar de termos um corpo docente majoritariamente capacitado precisamos ainda humanizar o nosso fazer e relações profissionais, especialmente no trato com os alunos. Também precisamos de capacitação na área de educação para os técnicos administrativos uma vez que a instituição é de ensino”. (TAE).

“A atualização de PPC's e de cursos são essenciais para as atualizações no mundo do trabalho”. (Docente).

“Faltam visitas técnicas”. (Docente).

“Procuramos acompanhar as novas tecnologias de construção e trazemos para a sala de aula”. (Docente).

“Observo que se houvesse mais cursos de extensão de formação complementar, e mais práticas de campo, o aluno sairia melhor preparado”. (Docente).

“Necessidade de melhorar a estrutura dos laboratórios (Telecom)”. (Docente).

“Tecnologias obsoletas, professores do tipo ‘funcionários públicos’ gestão complicada”. (Docente).

“Grande parte dos docentes conseguem mesmo com as dificuldades fazer um bom trabalho, apesar de que em relação aos laboratórios ainda estão aquém do desejado”. (Docente).

“Falta estrutura física para o perfeito processo de ensino e aprendizagem”. (Docente).

“Os conhecimentos constantes na matriz curricular garantem a formação profissional, mas não damos conta de formar o CIDADÃO PLENO DE DIREITOS”. (Docente).

“A instituição IFPA está de parabéns pelo nível de ensino que tem sido de grande proveito para os alunos”. (Pais e/ou Responsáveis).

“Apesar de oferecer um bom ensino está faltando professores. Qual a razão?” (Pais e/ou Responsáveis).

“Através das atividades pedagógicas, corpo docente qualificado, a chamada dos responsáveis, transparência em todos os segmentos direcionados aos alunos”. (Pais e/ou Responsáveis).

“Aqui realmente se estuda. Isso é muito importante para a educação de nossos filhos”. (Pais e/ou Responsáveis).

“É uma boa escola, tem professores presentes, tem estrutura, uma coordenação que funciona. Os pontos negativos são as greves”. (Pais e/ou Responsáveis).

“Poderia ser melhor. Em relação a outras instituições, o IFPA ainda é a melhor em relação à qualidade do ensino e qualificação para o mercado de trabalho”. (Pais e/ou Responsáveis).

“IFPA possui muitas dificuldades, mas ainda se faz um bom trabalho pedagógico”. (Pais e/ou Responsáveis).

“A instituição IFPA é muito séria, e acredito na sua capacidade de ensino”. (Pais e/ou Responsáveis).

“Acredito que minha filha estará preparada para o mercado de trabalho”. (Pais e/ou Responsáveis).

Sobre a organização curricular, 51% dos TAEs afirmaram que é parcialmente satisfatória; 28% afirmaram ser satisfatória e 21% afirmaram não ser satisfatória. Para os Docentes, 46% revelam que a organização do currículo é satisfatória; 40% é parcialmente e 14% é insatisfatória. Em geral, as respostas dos docentes se alinham no sentido de ressaltar que, apesar do funcionamento dos cursos ser diferente, acontece recorrentemente o não cumprimento de carga horária por parte de alguns professores, bem como disciplinas que não ocorrem no tempo certo e passam para outros semestres. Entretanto, acreditam que, com a reformulação dos PPC's e a construção do PPP, a instituição se reequilibre e se reorganize. Assim destacamos as seguintes falas:

“Há necessidade de materializar projetos de pesquisa e extensão; equipar laboratórios; dar continuidade às ações de infraestrutura”. (TAE).

“Acredito que a instituição busque sempre novas formas de inovação”. (TAE).

“O que falta é a comunicação efetiva entre os profissionais que atuam em cada semestre e que as disciplinas dialoguem entre si, para isso sugiro PROJETO INTEGRADOR”. (Docentes).

“Acredito que os ajustes necessários serão implementados assim que o novo PPC for aprovado”. (Docentes).

“Nos últimos anos em decorrência de nossas greves a atividade de ensino tem se sobrecarregado, mas são os ônus da reivindicação”. (Docentes).

A maioria dos docentes concorda que com a atualização dos PPC's e a revisão das matrizes curriculares será possível melhorar a organização dos cursos. Outro ponto que precisa melhorar é o trabalho integrado com os professores de outras disciplinas, bem como de outros cursos. De acordo com os docentes, 47% afirmaram que realizam um trabalho integrado; 28% realizam em parte e 25% não adotam uma postura integralizada em relação a outras disciplinas/cursos. As falas mais recorrentes dos docentes foram:

“Trabalhamos para a execução do projeto de integralização”;

“Às vezes consigo integrar discussões e disciplinas no nível superior”;

“Ainda não tem nada feito nessa área”;

“Só tem sido possível realizar tal integração com disciplinas de ciências humanas”;

“Não amadurecemos para isso”;

“Por minha própria conta eu contextualizo com física, história, química. Mas participo do programa de física” e ainda “temos atividades e projetos de integração interdisciplinar”.

Para os discentes, o que apareceu bastante recorrente em suas falas em relação ao desenvolvimento do currículo do curso foi a sobrecarga de disciplinas, decorrente, principalmente, da falta de professores e da greve dos docentes. Este dado é corroborado pelas falas destacadas a seguir:

“Algumas ementas não foram seguidas na integra, e a greve apertou a agenda sacrificando os discentes”;

“Por causa da greve, acredito, passamos por momentos em que ficamos extremamente sobrecarregados”;

“Estamos com algumas matérias atrasadas por falta de professores para nossa turma”;

“Sem sombra de dúvidas há sim a sobrecarga em alguns semestres tendo como principal fator a greve que impossibilita a forma fluente das aulas, ocasionando após a volta às aulas, a sobrecarga de assuntos, trabalhos e aulas ao sábado, pelo fato de que temos que aprender porque é necessário. No entanto ‘aprender’ não seria a palavra por mim utilizada”;

“Alguns semestres ficam sobrecarregados devido a inclusão de disciplinas que no semestre anterior não foram fechadas por falta de professores”;

“Falta de integração entre certas áreas, que hoje em dia é essencial para o desenvolvimento”.

Na concepção dos pais e/ou responsáveis sobre a organização curricular do curso, que incide diretamente no processo ensino e aprendizagem, foram apontadas as principais dificuldades que os alunos enfrentam no IFPA-Campus Belém. Essas dificuldades, retratadas abaixo, envolvem a falta de

professores; as aulas fora do turno normal e sobrecarga de conteúdos, em decorrência da greve; a metodologia adotada pelo professor, bem como a falta de comunicação entre eles.

“Falta mais comunicação entre professores e alunos”;

“A falta de professores e passar o dia inteiro na instituição”;

“Os professores faltam”;

“Devido à greve, a reposição das aulas fica muito cansativa”;

“A falta de infraestrutura presente principalmente em relações aos cursos técnicos, deveria haver mais informação e prática daquilo que lhe será exigido”;

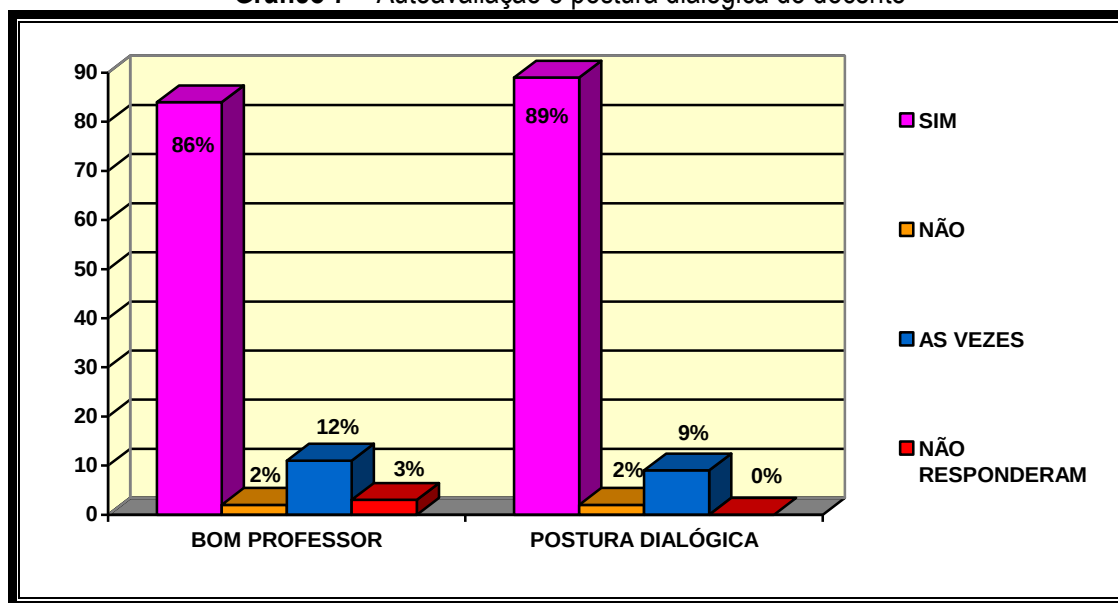
“Entender metodologia de alguns professores, exemplo: muitos exercícios sem exposição prévia do assunto”;

“Aulas fora do turno normal”;

“A defasagem de conhecimento, em vista que alguns professores ‘atropelam’ o conteúdo por conta de greves”.

Outro aspecto retratado pela categoria dos pais e/ou responsáveis refere-se ao tratamento que é dispensado pelos docentes e servidores técnicos administrativos aos alunos. Para eles, o tratamento foi considerado bom e ótimo, com 65% e 19% para os docentes e 56% e 27% para os TAEs, respectivamente. Se somarmos os dois percentuais, teremos mais de 80% de satisfação pelo tratamento que é destinado aos seus filhos, visto que tanto os docentes quanto os técnicos administrativos devem dispensar um tratamento harmonioso e respeitoso para com os alunos, o que é fundamental em uma instituição de educação.

Em relação à prática docente, ou seja, em ser um bom professor, 84% dos docentes se autoavaliaram como bons e 89% afirmam que adotam uma postura dialógica em sala de aula. É importante destacar que o diálogo é um dos componentes relevantes para uma aprendizagem significativa. Atuando nessa perspectiva, o professor deixa de ser visto como um mero transmissor de conteúdos, mas passa a ser concebido como um mediador, um articulador do conhecimento, tornando sua prática docente mais humanizadora. O gráfico abaixo representa bem essas informações.

**Gráfico 7 – Autoavaliação e postura dialógica do docente**

Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário.

Segundo os docentes, ser um bom professor e adotar uma postura dialógica em sala de aula é fundamental tanto para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, quanto para a formação do cidadão, conforme demonstram os relatos abaixo:

“Procuro ser educador e não apenas professor”;

“Sempre. Compreendo que a condução do processo de ensino e aprendizagem se faz mediada entre o conhecimento do aluno e o conhecimento científico”;

“Isso é a base da educação”;

“Acho importante, pois ajuda a formar o cidadão”;

“Considero-me um bom professor pois me capacitei para isso, porque tento cumprir com minhas obrigações pedagógicas e tento melhorar minha prática pedagógica a cada ano” e ainda “me esforço para ser um bom professor”;

“Minha prática pauta-se no diálogo sempre ouvindo o ponto de vista do OUTRO que é o aluno”;

“Não somos mais os detentores do saber. Somos indutores e orientadores e consequentemente sem diálogo não despertaremos o interesse e participação efetiva do educando”;

“Procuro interagir com os alunos e tentar identificar suas dificuldades e ajudá-los a superá-las”.

“Dependemos de vários contextos para o desenvolvimento da boa prática docente, mas não são só os institucionais, outros aspectos influenciam a boa aula - o ser bom professor faz parte”;

“Penso permanentemente os conteúdos, minha didática, metodologia e avaliação”.

Nesse contexto, fazendo uma análise sintética acerca dos dados apresentados nesta seção, em todas as categorias, destacamos alguns pontos importantes que devem funcionar como ponto de partida para nossas ações de qualificação da oferta do ensino em nosso campus:

- É necessário humanizar as relações entre servidores, alunos e famílias;
- Há uma real necessidade de continuar o processo de melhoria da infraestrutura física do campus;
- Apesar de estarmos vivendo a revisão de todos os PPC's dos cursos do Campus Belém, é necessária uma ação mais focada de revisão e reorganização das matrizes curriculares dos cursos, para, posteriormente, fazer o acompanhamento para que elas sejam seguidas tal como foram aprovadas;
- Os cursos precisam acompanhar as transformações do mundo do trabalho;
- Há a necessidade de se ampliar a oferta de atividades de extensão, com maior aproximação da comunidade externa e ampliação de oportunidades de estágio e prática profissional aos alunos;
- Um caminho interessante para estimular e ter experiências de integração é por meio dos projetos integradores, entretanto é necessário estabelecer bases teórico-metodológicas e diretrizes que orientem a construção de realização desses projetos para que não se configurem com base numa "pseudointegração";
- A sobrecarga de disciplinas tem influenciado diretamente o desempenho de nossos alunos, sobretudo os do Ensino Médio Integrado;
- As falas apontam falta de professores, entretanto se considerarmos a Relação Aluno Professor-RAP do Campus Belém, que é 17 alunos para cada professor, e que o estabelecido pelo Ministério da Educação é de 20 para 01, estamos abaixo do mínimo, ou seja, de acordo com os números, o que falta no Campus Belém é aluno e não professor. Precisamos nos debruçar sobre esta problemática;
- Falta organização das rotinas docentes como cumprimento de prazos de lançamento de notas e frequência, organização e planejamento das aulas e etc.
- Não estamos conseguindo nos refazer nos períodos de pós-greve. A carga horária das disciplinas dos alunos em parte não são cumpridas e estes ficam sobrecarregados. Isto pode implicar a elevação do número de alunos em dependência e retenção e, por conseguinte, a evasão escolar.
- Os alunos têm problemas de aprendizagem na base, as áreas precisam dialogar, principalmente a área técnica com a formação geral.

### *7.5.2.2 As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) no Processo de Ensino e Aprendizagem*

As Tecnologias de Informação e Comunicação, também conhecidas como TIC's, estão cada vez mais inseridas no cotidiano social. As constantes mudanças provocadas pelos avanços científicos e tecnológicos também têm contribuído para transformações sociais e econômicas. Novas formas de se estabelecer a comunicação, de construir conhecimento e, sobretudo, de socializá-lo têm sido experimentadas a partir do uso dessas tecnologias.

Nessa perspectiva, não seria precipitado afirmar que as TIC's têm sido um importante eixo condutor que tem impulsionado diferentes modos de comunicação, de relacionamento entre pessoas, de manipulação dos objetos e de transformação do mundo onde vivemos, em que se expandem as fronteiras, rompem-se as distâncias virtuais, e promove-se a conexão entre diferentes contextos sociais.

Diante de tais transformações, as instituições de ensino tem feito o exercício de acompanhar este processo, e a socialização do conhecimento historicamente sistematizado por meio da educação formal encontra, no uso das TIC's, uma estratégia e ferramenta de grande valia, fundamental na promoção de uma educação inclusiva.

As TICS 's – correspondem ao conjunto de recursos tecnológicos que, integrados em torno de um objetivo comum, contribuem e mediam os processos de comunicação, informação e as relações sociais. Podem ser utilizadas de várias formas: em processos industriais, automação, no comércio, na publicidade, no processo de ensino aprendizagem e etc. Em se tratando da área da educação, há uma modalidade específica definida na LDB 9.394/96 que se constituiu no e para o uso das TIC's: a Educação a Distância.

São exemplos de TIC's: ambientes virtuais de aprendizagem; chats; fóruns; comunidades e grupos on-line; uso de arquivos digitais; aplicativos; data show; telefonia; uso de redes sociais e etc.

É importante destacar que no caso da Educação a Distância o processo de ensino e aprendizagem se dá por meio das TIC's, diferentemente dos cursos presenciais, que possuem metodologias que primam pela interação e integração dos sujeitos, mediante relações presenciais. Neste contexto, as TIC's funcionam como complemento, como mais uma estratégia de aprendizagem, como recurso e ferramenta que colaboram para a aprendizagem do aluno, quando os objetivos da aula e os conteúdos ministrados assim o requererem. Devem ser utilizados com critério, método e objetivos definidos para que não sejam banalizadas.

É muito comum atualmente encontrarmos professores que só ministram aula se tiver um data show, por exemplo, isto cria uma dependência da tecnologia, e acaba levando o professor a uma certa acomodação, pois outras formas de ensinar poderiam estar sendo experimentadas. Problemático

também é quando, no ensino presencial, o docente centraliza sua prática pedagógica em torno de inter-relações virtuais por meio de redes sociais, por exemplo, substituindo a presença, quando ao invés de exposição oral, debates em sala de aula em torno do conteúdo ministrado, opta por passar videoaulas indiscriminadamente.

As TIC's estão para servir de apoio ao trabalho docente e não para substituí-lo. Mesmo na Educação a Distância, não há ausência do professor, há professores e tutores que atuam junto aos discentes nos ambientes virtuais, inclusive a atuação desses profissionais é determinante para a qualidade do curso e para evitar a evasão, que nesta modalidade é bastante significativa.

### 7.5.3 A avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem no IFPA-Campus Belém, bem como as práticas avaliativas e procedimentos adotados pelos docentes têm como objetivo principal o aspecto **formativo** do aluno, considerando seu desenvolvimento e trajetória no processo de ensino e aprendizagem durante o período letivo. Práticas de avaliação de cunho unicamente classificatório, meritocrático e punitivo e que, ao invés de colaborar para a aprendizagem significativa do educando, contribuem para sua exclusão do processo educativo formal devem ser evitadas, por estarem em desacordo não somente ao que dispõe a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional 9.394/96, mas principalmente por ferirem os princípios que norteiam a construção e consolidação de uma escola que promova educação-formação numa perspectiva democrática e com vistas à inclusão social do educando.

A avaliação da aprendizagem deve servir para que o docente faça uma diagnose sobre os pontos fortes e frágeis no que tange a aprendizagem do educando e a partir disto possa criar estratégias para que o aluno tenha condições de superar suas dificuldades e prosseguir seus estudos. Isto não quer dizer que o aluno não possa ficar reprovado/retido, significa dizer que é necessário construir práticas pedagógicas que diminuam esta incidência.

A aprovação do discente e sua consequente aprovação no curso devem estar atreladas à sua aprendizagem efetiva e devem ser resultado de um trabalho pedagógico comprometido com a função social da escola envolvendo professores, setor pedagógico, assistência estudantil, diretorias sistêmicas e outros setores estratégicos da instituição que estejam diretamente vinculados ao ensino, a pesquisa e a extensão. É necessária a realização de práticas que favoreçam a aprendizagem dos alunos, para que eles aprendam; tenham uma formação crítica e estejam preparados para exercerem sua cidadania e contribuir para a transformação da sociedade.

Nessa perspectiva, partindo do pressuposto de que a avaliação da aprendizagem deve ser formativa, processual e cumulativa e, sobretudo, dialógica, destacamos o Artigo 24 da LDB 9.394/96, que dispõe:

V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com **prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos** e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Em se tratando do nível médio, na LDB 9394/96, seção IV do Ensino Médio, em seu Artigo 36, destacamos:

II - adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

II - conhecimento das formas contemporâneas de linguagem.

De maneira mais específica no âmbito do IFPA, a resolução 041/2015-CONSUP de 15 de maio de 2015, que trata do Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA, em seu capítulo VIII trata “*Da Avaliação da Aprendizagem*”. O capítulo, de maneira geral estabelece os procedimentos da avaliação, instrumentos de avaliação, fluxos, periodicidade, parâmetros para práticas avaliativas, critérios de avaliação dentre outras diretrizes pertinentes à verificação e acompanhamento da aprendizagem do educando. Assim, para fins de operacionalização e aplicabilidade, fica estabelecido o disposto na resolução supracitada, capítulo VIII, como diretriz geral a ser cumprida no âmbito do IFPA–Campus Belém em todos os cursos deste campus, em todos os níveis, modalidades e formas de oferta, excetuando-se da obrigatoriedade os cursos de pós-graduação, pois possuem regulamentação própria.

#### 7.5.3.1 A Avaliação da Aprendizagem Sob a Ótica da Comunidade Acadêmica

Sobre a avaliação da aprendizagem, foi perguntado aos docentes e discentes de que forma ela é realizada e quais os critérios utilizados em sala de aula.

A categoria docente se manifestou afirmando que os critérios da avaliação são discutidos e apresentados aos alunos, bem como as formas de avaliação realizadas que, geralmente, envolvem

provas, trabalhos individuais e/ou em grupo, seminários, produção de artigos, etc., acordados no início do semestre ou no primeiro dia de aula, representado nas seguintes falas:

“Os critérios são discutidos e apresentados no primeiro dia de aula”;

“São utilizadas várias formas de avaliação, que vai depender da disciplina em questão. Cita-se: provas escritas, trabalhos de pesquisa, seminários, elaboração de artigos científicos e etc.”;

“Provas, seminários, atividades práticas. Esta metodologia é apresentada e discutida com as turmas”;

“Tento sempre adotar instrumentos que favoreçam a expressão livre do pensamento e das opiniões dos discentes. Sim sempre discuto com a turma no início de cada semestre”;

“Sempre no primeiro dia de aula costumo apresentar o plano da disciplina a ser desenvolvido explicando como iremos trabalhar e como a turma será avaliada quanto à aprendizagem”;

“Sim, como contratos didáticos sempre no início do semestre”;

“Sim, são apresentados, minha avaliação ocorre ao longo de todo o bimestre ou semestre, de forma qualidade e quantitativa”;

“É realizada de forma constante por meio da participação, assiduidade e pontualidade do aluno, por meio de trabalho individual ou em grupo e por provas escritas”.

No entanto, para os discentes a situação se mostrou um pouco diferente no que se refere aos critérios utilizados para a avaliação da aprendizagem. Para eles, falta mais empenho dos docentes nos acordos estabelecidos em sala de aula, bem como precisa ressignificar a forma como os tipos de avaliação são adotados. Assim, destacamos:

“Em parte alguns professores apresentam a ementa e apresentam previamente os critérios de avaliação”;

“Alguns professores não apresentam antes ou mudam os critérios no dia da avaliação”;

“Alguns professores estão deixando de dar aula e depositando o trabalho pros alunos em forma de muitos seminários depois cobra o conteúdo em provas nas disciplinas do técnico”;

“Sim, sempre, até porque os alunos cobram isso no 1º dia de aula (minha turma, por exemplo)”;

“Geralmente sim, através de provas escritas, seminários, trabalhos, resumos, resenhas, critérios como participação e presença em sala”;

“A maioria apresenta no primeiro dia de aula”.

Fazendo uma análise acerca dos dados apresentados nesta seção, para os docentes e discentes, destacamos alguns aspectos importantes que devem funcionar como ponto de partida para nossas ações de qualificação da oferta do ensino em nosso campus:

- Boa parte dos professores realiza avaliação processual e qualitativa, entretanto é necessário melhorar o diálogo e a clareza em relação aos critérios;
- O acompanhamento das turmas no sentido de solicitar o plano de disciplina do professor, dialogar previamente sobre a avaliação e solicitar que os critérios sejam

estabelecidos previamente, contribui para a qualificação do processo de ensino aprendizagem e ao trabalho docente;

- A mudança de critérios de avaliação pré-estabelecidos fragiliza a relação entre aluno e professor e pode prejudicar o desempenho discente; assim como o não cumprimento, por parte do aluno, ao que foi acordado com o professor também contribui para a perda de confiança e fragilização das relações.

#### 7.5.4 Os Perfis Esperados de Professor e Aluno

Pautado no que foi apresentado no item sobre o processo de ensino e de aprendizagem, concebemos o ato educativo baseado em uma posição filosófica, sustentada em uma relação entre a educação e a sociedade. Dessa forma, nosso entendimento em delinear um perfil para o professor e para o aluno está alicerçado em uma concepção crítica, dialética e sócio-histórica. Assim, desejamos que professores e alunos sejam autores envolvidos e comprometidos com o ensinar e com o aprender e que a escola, enquanto instituição de socialização e de produção de conhecimentos, deve tornar-se um espaço de participação, de formação e socialização da cultura, garantindo a igualdade de oportunidades de aprendizagens, buscando superar o modelo de escola tradicional, trabalhando o conhecimento numa perspectiva crítica, interativa e transformadora.

Sendo assim, sobre o perfil de professor que queremos para o IFPA-Campus Belém, os alunos apontaram, por meio da consulta pública, que desejam um professor que abranja os seguintes aspectos:

- Planejado, organizado e dinâmico para acompanhar o ritmo da turma;
- Assíduo e pontual;
- Ético, transparente, ativo, paciente e compreensivo;
- Atualizado com os requisitos do mercado de trabalho e tecnologias inovadoras, essenciais a nossa área;
- Comprometido com a educação, que não falte às aulas e ministre no mínimo o conteúdo da disciplina;
- Democrático e experiente, que nos faça aprender até mesmo fora da salas de aula;
- Responsável e presente na educação de fato; e
- Com uma boa didática e com domínio do conteúdo ministrado. Que se preocupe se nós alunos estamos realmente aprendendo o que está sendo ensinado.

Complementando o que foi colocado pelos alunos, compreendemos que o perfil de professor que esperamos para o IFPA-Campus Belém também envolve:

- Conhecimento sobre as teorias sobre o desenvolvimento e aprendizagem;
- Capacidade de integrar teoria e prática no cotidiano educativo, de forma crítica e reflexiva;
- Envolvimento e compromisso com o seu fazer pedagógico, nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Postura dialógica, de integração e envolvimento com o ato de ensinar, de forma prazerosa e afetiva;
- Respeito às diferenças e às diversidades presentes em sala de aula: sociais, culturais, étnicas, raciais, gênero, etc.;
- Aplicação do conceito de trabalho como princípio educativo;
- Domínio das metodologias de ensino, favorecendo o processo ensino-aprendizagem;
- Capacidade de contextualização e flexibilização dos conteúdos, dinamizando a prática educativa para além da sala de aula;
- Atualização contínua, manutenção do interesse e comprometimento com a sua formação profissional e com a formação dos seus alunos, nas dimensões humanas, técnicas e tecnológicas, e
- Reflexão permanentemente sobre o seu papel de professor, não só pela sua importância como facilitador e mediador do acesso ao conhecimento, mas como agente transformador que é.

Em relação ao perfil do aluno que queremos para o IFPA-Campus Belém, os professores assinalaram, também por meio da consulta pública, que esperam encontrar alunos que possuam os seguintes atributos:

- Participativo, integrado e questionador;
- Proativo e responsável;
- Com sede de conhecimento;
- Postura adequada às demandas do mercado de trabalho e qualificação em alto nível;
- Com conhecimentos básicos de matemática e física, dimensão espacial para que possamos aqui aprimorar;
- Capacidade de problematizar a realidade, propondo resolutivas fundamentadas;
- Capacidade de se autoavaliar e de administrar sua própria aprendizagem;
- Responsável, crítico, ético e compromissado em desenvolver uma sociedade melhor;
- Um profissional acima de tudo autossuficiente, porém com objetivo de sempre melhorar, buscando novas qualificações e obviamente aplicando em seu ambiente de trabalho;

- Consciente do espaço em que vive; e
- Crítico, participativo e comprometido com o processo ensino-aprendizagem.

Complementando o que foi colocado pelos professores, compreendemos que o perfil de aluno que queremos para o IFPA-Campus Belém também envolva:

- Desenvolver o seu próprio raciocínio, ser agente construtor do seu conhecimento, com autonomia intelectual;
- Fazer relações entre um conhecimento e outro e saber utilizá-lo em seu cotidiano, associando o conteúdo acadêmico ao seu contexto de vida;
- Ser capaz de construir e reconstruir o conhecimento sistematizado, sabendo explicar uma ideia com suas próprias palavras;
- Ser capaz de argumentar e questionar, como agente participativo e crítico do processo educativo;
- Compreensão da concepção de trabalho como princípio educativo;
- Participar de ações colegiadas, bem como de atividades de pesquisa e extensão; e
- Ser responsável e compromissado com a sua formação acadêmica e profissional.

#### 7.5.5 Os Projetos Integradores

A opção feita pela concepção de integração como aporte para o processo de ensino no IFPA–Campus Belém nos remete à necessidade do rigor teórico e metodológico em todas as ações desenvolvidas por nós, para que não caiamos na velha cilada na qual nos propomos a algo, mas realizamos o contrário, ou mesmo quando não nos apropriamos de uma determinada teoria ou concepção, mas ainda sim utilizamos seus conceitos e termos indiscriminadamente e como sinônimos para ações que não estão organizadas e nem alinhadas com o real sentido desses conceitos.

Quando falamos de “Projeto Integrador” devemos nos remeter à própria concepção de integração sobre a qual já tratamos anteriormente, ou seja, para que um projeto seja considerado “integrador” é necessário que esteja ancorado nos princípios da interação do trabalho, da ciência e da cultura, no trabalho como princípio educativo, no compromisso com a formação omnilateral do educando, na unidade dos conteúdos e saberes intrinsecamente ligadas a sua dimensão diversa e conectada a totalidade concreta e a diversidade na unidade, ou seja, na relação parte e todo, todo e parte, isto quer dizer que assim como no currículo integrado a justaposição ou soma de disciplinas não é integração, não podemos chamar todos os projetos realizados no IFPA–Campus Belém de “projetos integradores”, pois, para que estes se “enquadrem” neste “status”, não basta juntar ou somar

disciplinas, áreas, cursos, eixos e etc., é necessário que haja sentidos e nexos entre os diferentes saberes trabalhados ao longo do semestre ou do ano.

O projeto integrador não necessariamente precisar ser a culminância de um semestre ou ano letivo, ele pode ser realizado ao longo do período letivo, desde que esteja assentado nos princípios e fundamentos do ensino integrado.

Relembramos que o ensino integrado e ensino *médio* integrado são coisas diferentes, portanto projetos integradores baseados na concepção de integração podem ser realizados em todos os níveis, etapas, modalidades e formas de oferta educacional realizadas no Campus Belém.

O exercício de integração não é algo fácil e rápido, pelo contrário, exige uma série de mudanças institucionais e também mudanças atitudinais das pessoas envolvidas, requer rupturas, o abandono de dogmas e a transcendência de barreiras entre posturas e saberes. Neste sentido, a realização de projetos integradores é um importante exercício de integração, um excelente ponto de partida rumo a experiências mais radicais de integração no cotidiano da escola. Os projetos integrados precisam estar comprometidos com os seguintes rompimentos: dualidade na educação, educação meramente utilitária e pragmática, descontinuidade e formação fragmentada. Ramos (2005) ensina que devemos partir das seguintes bases na elaboração de uma proposta de integração:

- Problematicar fenômenos, fatos e situações significativas e relevantes para compreendermos o mundo em que vivemos, bem como os processos tecnológicos da área profissional para a qual se pretende formar, buscando compreendê-los em múltiplas perspectivas: tecnológica, econômica, histórica, ambiental, social, cultural etc.
- Explicar teorias e conceitos fundamentais para a compreensão dos objetos de estudo nas múltiplas perspectivas e localizá-los nos respectivos campos da ciência (áreas do conhecimento, disciplinas científicas e ou profissionais, identificar relações com conceitos do mesmo campo (disciplinaridade) e de campos distintos do saber (interdisciplinaridade).
- Situar os conceitos como conhecimentos de formação geral e específica, tendo como referência a base científica dos conceitos e sua apropriação tecnológica, social e cultural.
- A partir dessa localização e das múltiplas relações, organizar os componentes curriculares e as práticas pedagógicas, visando corresponder, nas escolhas, nas relações e realizações, ao pressuposto da totalidade do real como síntese de múltiplas determinações.
- A partir dessas considerações, apresentamos algumas ideias que podem contribuir com essa construção, as quais estão sujeitas às análises, críticas, sugestões, revisões ou substituições por outras possibilidades compatíveis com a realidade de cada escola.

### 7.5.5.1 Diferentes Propostas de Elaboração de Projetos Curriculares Integrados: Definição de Unidades Didáticas Integradoras

- Integração correlacionando diversas disciplinas;
- Integração através de temas, tópicos ou ideias;
- Integração em torno da vida prática e diária (abordagem centrada em resoluções de problemas) Ex: a partir de sua disciplina, cada professor junto com seus alunos fornece dados e fatos para interpretação visando à solução dos problemas propostos, tais como, por exemplo: relações de gênero, desarmamento, drogas, entre outros;
- Integração a partir de temas e pesquisas definidas pelos alunos. O que é importante para o jovem conhecer? Sobre o que ele tem curiosidade?;
- Integração através de conceitos (Abordagens por meio de esquemas conceituais), como foco em conceitos amplos, que mantenham conexão com várias ciências, desenvolvidos sob diversos contextos. Por exemplo: democracia, cidadania, a seca, redes sociais, sustentabilidade, entre outros;
- Integração em torno de períodos históricos ou geográficos. Por exemplo: As guerras mundiais, os processos de colonização, a cultura grega clássica, o muro de Berlim, e etc.;
- Integração com base em instituições e grupos humanos. Por exemplo: Os povos ciganos, instituições escolares, igrejas, sindicatos, partidos políticos, e etc.;
- Integração em torno de ideias e invenções. Por exemplo: a escrita, a imprensa, a energia, a roda, o cinema, o dinheiro, e etc.;
- Integração mediante áreas do conhecimento agrupando disciplinas afins ou estabelecendo eixos tipo: Natureza e Trabalho; Sociedade e Trabalho; Multiculturalismo e Trabalho; Linguagens e Trabalho; Ciência, Tecnologia e Trabalho; Saúde e Trabalho; Memória e Trabalho; Gênero e Trabalho; Etnicidade e Trabalho; Éticas religiosas e Trabalho;
- Integração através de grandes temas, temas geradores e transversais e que abranjam conteúdos mínimos a serem estudados;
- Integração em torno de alguma notícia, ou um fato ocorrido de grande relevância para a sociedade.

Ao exercício de integrar importa que:

- Os conteúdos/saberes possam ser abordados sob o enfoque de cada área do conhecimento;
- Possibilitem compreender o contexto em que os alunos vivem;
- Atendam as condições intelectuais e sócio-pedagógicas dos alunos;

- Produzam nexos e sentidos.
- Permitam o exercício de uma pedagogia problematizadora.
- Garantam um aprofundamento progressivo ao longo do curso;
- Privilegiem o aprofundamento e a ampliação do conhecimento do aluno.

O ensino integrado, traduzido no planejamento de projetos integradores, deve assentar possibilidades diversas de formações específicas **no trabalho**, como formação profissional; **na ciência**, como iniciação científica e **na cultura**, como ampliação da formação cultural. O que devemos almejar ao realizar projetos integradores:

- Procuramos considerar uma organização que culmine na formação ampla dos trabalhadores. Isso se opõe à formação como treinamento;
- Esta perspectiva se opõe a um modelo de formação estreita, orientada apenas por aquilo que é prático-utilitário e que interessa apenas às empresas;
- Pensamos, portanto, em um tipo de formação que desenvolva capacidades amplas e duradouras, de modo a valorizar a força de trabalho;
- Propostas educacionais pautadas somente na ideia de empregabilidade resgatam e cristalizam a noção de educação profissional como treinamento ou adestramento, o que dificulta a continuidade do percurso formativo do aluno.
- Um ensino meramente utilitário pode ter uma repercussão nociva:
- Aos alunos – futuros trabalhadores – pois os colocam à mercê das oscilações do mercado de trabalho;
- Às instituições formadoras sérias, pois, ao se basear na reprodução desses procedimentos, dificultam o desenvolvimento das forças criativas de seus discentes e docentes;
- À sociedade, pois é um tipo de formação que se compromete apenas com o presente e não com a construção de um futuro melhor, de solidariedade e de justiça social.

De maneira prática, ao organizar projetos integradores é necessário pensar nas seguintes questões:

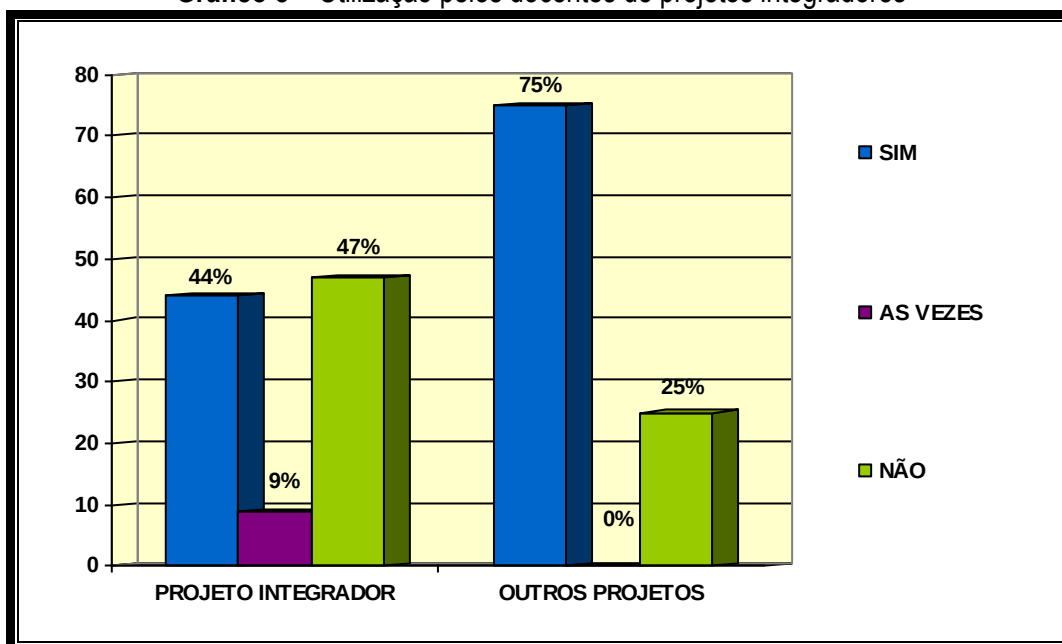
- Quanto tempo será dedicado ao projeto integrador? De onde será tirado este tempo? Quem irá defini-lo e sob quais critérios?
- Quais são as implicações para o uso do espaço? Existirão salas de aula por especialidade? Haverá sala de aula e de recursos?
- Que recursos estão disponíveis? Facilidades de meios de reprodução? Especialistas em meios de comunicação e uso de tecnologias?

- De que recursos adicionais precisarão? Como serão obtidos? Por meio de compras, aluguel?

Em relação aos projetos integradores, a pesquisa realizada junto à comunidade acadêmica revelou que, entre os servidores técnicos administrativos, 52% nunca participaram de projetos chamados “integradores”, 24% disseram que já participaram, 21% afirmaram que participaram “em parte” e 3% não respondeu.

Para os docentes, o quadro se mostrou um pouco diferente. Dentre os respondentes dessa categoria, 75% afirmaram estarem envolvidos em projetos de ensino, pesquisa e extensão (não necessariamente em projeto integrador) e 44% responderam que estão envolvidos com projetos integradores. Esse percentual é baixo considerando que, de acordo com o Regulamento Didático Pedagógico do IFPA, resolução 041/2015, o projeto integrador se constitui como uma atividade acadêmica específica obrigatória nos cursos técnicos de nível médio. Essas informações são retratadas no gráfico abaixo.

**Gráfico 8 – Utilização pelos docentes de projetos integradores**



Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário.

Nessa perspectiva, sobre o projeto integrador, destacamos alguns comentários dos docentes:

“isso não existe no campus”;

“projeto integrador no qual a atividade desenvolvida englobou várias disciplinas técnicas do curso”;

“Estamos trabalhando em um”;

“Os seminários integradores das licenciaturas, mas da forma como são organizados e conduzidos, não são capazes de integrar nem alunos nem docentes”;

“A atividade de projetos Integradores com essa nomenclatura ainda é uma novidade pra mim”;

“Nunca houve essa experiência nos cursos que eu ministro”;

Fazendo uma análise sintética acerca dos dados apresentados nesta seção, destacamos alguns pontos importantes que devem funcionar como ponto de partida para nossas ações de qualificação da oferta do ensino em nosso campus:

- Ainda não há efetivamente uma compreensão sobre o que de fato seja o projeto integrador;
- É necessária a compreensão sobre a concepção de integração para então partirmos para a construção de projetos integradores;
- Não podemos afirmar que todo projeto que desenvolvemos no Campus Belém é projeto integrador;
- É imperativa a necessidade no âmbito do IFPA de regulamentação e estabelecimento de diretrizes teórico-metodológicas acerca dos projetos integradores;
- Tanto docentes quanto TAEs e alunos podem e devem estar envolvidos no planejamento, construção e implementação de projetos integradores.

#### 7.5.6 A Prática Profissional

Segundo as orientações curriculares nacionais e com o Regulamento Didático Pedagógico do IFPA, Resolução nº 041/2015, a prática profissional deve ser concebida como um componente curricular obrigatório nos cursos técnicos de nível médio (integrados e subsequentes) e nos cursos superiores de graduação. Envolve um conjunto de atividades formativas voltadas para o exercício profissional, buscando a articulação entre teoria e prática. Sendo assim, a prática profissional deve contribuir para a formação integral do aluno, por meio da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

##### *7.5.6.1 A Prática Profissional como Componente Curricular*

De acordo com o Conselho Nacional de Ensino – Conselho Pleno 35/2003, o qual trata sobre as Normas para a organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional, a prática profissional supõe o desenvolvimento, ao longo de todo o curso, de atividades

tais como, estudos de caso, conhecimento de mercado e das empresas, pesquisas individuais e em equipe, projetos, estágios e exercício profissional efetivo. A prática profissional constitui e organiza o currículo, devendo ser a ele incorporada no plano de curso. Inclui, quando necessário, o estágio supervisionado realizado em empresas e outras instituições. Assim, as situações ou modalidades e o tempo de prática profissional deverão ser previstos e incluídos pela escola na organização curricular do curso.

Um exercício profissional competente implica um efetivo preparo para enfrentar situações esperadas e inesperadas, previsíveis e imprevisíveis, rotineiras e inusitadas, em condições de responder aos novos desafios profissionais, propostos diariamente ao cidadão trabalhador, de modo original e criativo, de forma inovadora, imaginativa, empreendedora, eficiente no processo e eficaz nos resultados, que demonstre senso de responsabilidade, espírito crítico, autoestima compatível, autoconfiança, sociabilidade, firmeza e segurança nas decisões e ações, capacidade de autogerenciamento com autonomia e disposição empreendedora, honestidade e integridade ética.

Estas demandas, em relação às escolas que oferecem educação técnica, são, ao mesmo tempo, muito simples e muito complexas e exigentes. Elas supõem pesquisa, planejamento, utilização e avaliação de métodos, processos, conteúdos programáticos, arranjos didáticos e modalidades de programação em função de resultados. Espera-se que essas escolas preparem profissionais que tenham aprendido a aprender e a gerar um conhecimento atualizado, inovador, criativo e operativo, que incorporem as mais recentes contribuições científicas e tecnológicas das diferentes áreas do saber.

No caso da formação de nível superior, a Lei de Diretrizes e Bases 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no seu Art. 61, aponta que a formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009);

**II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço; (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009);**

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades. (Incluído pela Lei nº 12.014, de 2009).

Isso reflete a importância de implementar na matriz curricular dos cursos da Instituição de Ensino a Prática Profissional. O Parecer 28/2001 do Conselho Nacional de Ensino - Conselho Pleno, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, também ratifica tal importância.

Neste documento, a Prática deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo.

Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador. Por outro lado, é preciso considerar outro componente curricular obrigatório integrado à proposta pedagógica: estágio curricular supervisionado de ensino entendido como o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. Por isso é que este momento se chama estágio curricular supervisionado. Este é um período de formação profissional do formando seja pelo exercício direto *in loco*, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado. Ele não é uma atividade facultativa, sendo uma das condições para a obtenção da respectiva licença.

Dentro deste contexto, entende-se que a prática profissional supervisionada, caracterizada como prática profissional em situação real de trabalho configura-se como uma atividade de estágio profissional supervisionado, assumido como ato educativo da instituição educacional. Somente poderá ser aproveitada a prática profissional supervisionada como estágio profissional supervisionado, quando o IFPA não captar e ofertar estágio até o início do último semestre acadêmico, e desde que as práticas profissionais supervisionadas sejam concluídas após o período previsto para a realização do estágio supervisionado. Também poderá ser aproveitada a prática profissional realizada em outra Instituição ou Órgão, quando esta ocorrer após o período previsto para a realização do estágio supervisionado, e desde que seja acompanhada por professor lotado na Coordenação do Curso.

#### *7.5.6.2 O estágio Supervisionado*

O estágio pode ser considerado como uma fase essencial ao processo de formação profissional, por permitir aproximar os fundamentos teóricos e técnicos adquiridos ao longo da vida acadêmica à execução da prática profissional, com tomadas de decisões, cumprimento de metas, desenvolvimento de relações interpessoais, incremento do senso crítico e da autonomia pessoal, tudo isso construído sob o olhar de profissionais nas duas esferas de atuação: academia e mundo do trabalho, para garantir a consolidação dos saberes.

No caminho que leva o discente ao contato direto com mundo do trabalho, estão envolvidos, como interlocutores, em uma das extremidades da formação; a Instituição de ensino e, em outra ponta, o Setor Privado (empresas), Órgãos Públicos, além de Profissionais liberais. Completam a cadeia construída para assegurar o aspecto legal do estágio os agentes de integração, cuja função está além da intermediação entre o ensino e a prática profissional, pois, atualmente colaboram também com técnicas e orientações sobre a postura profissional, incentivo ao censo proativos, etc.

Sob o aspecto legal, o **estágio supervisionado na formação técnica** baseia-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, na Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio), bem como nas normas definidas pelo Parecer CNE/CEB nº 35/2003 e Resolução CNE/CEB nº 1/2004 (referentes à organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional, bem como Educação Especial e de Jovens e Adultos). Esses documentos apontam o estágio aos estudantes, enquanto “ato educativo escolar, supervisionado e desenvolvido no ambiente de trabalho”, obrigatório ou não, “faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando”. Os referidos dispositivos legais demonstram a necessidade de contextualização curricular e sua importância para o desenvolvimento de saberes próprios da atividade profissional e para a vida cidadã, através da articulação que congregue as instituições de ensino, instituições públicas, as empresas e organizações sociais ambientalmente responsáveis.

O estágio supervisionado é, essencialmente, “estágio curricular”, o qual pode assumir uma das seguintes formas:

- a) ou estágio profissional supervisionado, portanto, de caráter profissionalizante, direto e específico;
- b) ou estágio de contato com o mundo do trabalho, objetivando sua vinculação (LDB, Artigo 1º, §2º), em termos de desenvolvimento sociocultural;
- c) ou participação em empreendimentos ou projetos de interesse social ou cultural, assumindo a forma de atividades de extensão;
- d) ou estágio de prestação de serviço civil, obrigatório ou voluntário, que poderá vir a se constituir num eventual substitutivo ao atual serviço militar. Esta última forma pode, ainda, ser considerada como um desdobramento da forma anterior, ampliando-a como serviço civil voluntário.

O estágio supervisionado não se confunde com o chamado “primeiro emprego”, pois é, antes de tudo, uma atividade curricular da escola, um ato educativo assumido intencionalmente pela escola, visando propiciar uma integração dos estudantes com a realidade do mundo do trabalho. Na realidade, o estágio supervisionado oferece ao aluno a oportunidade de qualificação prática, pela experiência no

exercício profissional ou social, acompanhado e supervisionado profissionalmente, o que o torna uma atividade facilitadora da obtenção de um trabalho, na maior parte das vezes, do “primeiro emprego”.

Ele deve ser entendido como uma excelente alternativa para a inserção de jovens no mundo do trabalho, sustentando uma política de educação profissional ou de preparação básica para o trabalho, na perspectiva do desenvolvimento de competências profissionais, caracterizado pela capacidade de enfrentar desafios imprevistos, não planejados e imprevisíveis, expresso pela capacidade de julgamento, decisão e intervenção diante do novo e do inusitado.

A Diretoria de Extensão (DEX) atua no setor de Estágio através da Divisão de Integração Campus Empresa (DICAIE) legislando internamente acerca da captação e validação no IFPA-Campus Belém no âmbito das Licenciaturas, Cursos de Engenharias e Tecnologias e Cursos Técnicos Integrados e Subsequentes. O estágio profissional supervisionado pode ser realizado em empresas e outras organizações públicas e privadas, à luz da Lei nº 11.788/2008, e conforme Diretrizes específicas editadas pelo Conselho Nacional de Educação, descritas na Resolução CNE/CEB Nº01/2004, com as seguintes modalidades a saber:

Art. 5º São modalidades de estágio curricular supervisionado, a serem incluídas no projeto pedagógico da Instituição de Ensino e no planejamento curricular do curso, como ato educativo:

**I - Estágio profissional obrigatório**, em função das exigências decorrentes da própria natureza da habilitação ou qualificação profissional, planejado, executado e avaliado à luz do perfil profissional de conclusão do curso;

**II - Estágio profissional não obrigatório**, mas incluído no respectivo plano de curso, o que o torna obrigatório para os seus alunos, mantendo coerência com o perfil profissional de conclusão do curso;

**III - Estágio sociocultural** ou de iniciação científica, previsto na proposta pedagógica da escola como forma de contextualização do currículo, em termos de educação para o trabalho e a cidadania, o que o torna obrigatório para os seus alunos, assumindo a forma de atividade de extensão;

**IV - Estágio profissional, sociocultural** ou de iniciação científica, não incluído no planejamento da Instituição de Ensino, não obrigatório, mas assumido intencionalmente pela mesma, a partir de demanda de seus alunos ou de organizações de sua comunidade, objetivando o desenvolvimento de competências para a vida cidadã e para o trabalho produtivo;

**V - Estágio civil**, caracterizado pela participação do aluno, em decorrência de ato educativo assumido intencionalmente pela Instituição de Ensino, em empreendimentos ou projetos de interesse social ou cultural da comunidade; ou em projetos de prestação de serviço civil, em sistemas estaduais ou municipais de defesa civil; ou prestação de serviços voluntários de relevante caráter social, desenvolvido pelas equipes escolares, nos termos do respectivo projeto pedagógico.

§ 1º Mesmo quando a atividade de estágio, assumida intencionalmente pela escola como ato educativo, for de livre escolha do aluno, deve ser devidamente registrada no seu prontuário.

§ 2º A modalidade de estágio civil somente poderá ser exercida junto a atividades ou programas de natureza pública ou sem fins lucrativos.

§ 3º As modalidades específicas de estágio profissional supervisionado somente serão admitidas quando vinculadas a um curso específico de educação profissional, nos níveis

básico, técnico e tecnológico, ou de ensino médio, com orientação e ênfase profissionalizantes.

Compreende-se como **estágio obrigatório** aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma e como **estágio não-obrigatório**, aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. Ressalta-se que, independentemente da nomenclatura que se atribua à utilização de mão-de-obra de estudantes, somente poderão ser equiparadas ao estágio da Lei 11.788/2008, as atividades expressamente previstas no projeto pedagógico do curso. Nos casos de estágio obrigatório, é possibilitado ao aluno trabalhador que comprovar exercer funções correspondentes às competências profissionais a serem desenvolvidas, à luz do perfil profissional de conclusão do curso, ser dispensado, em parte, das atividades de estágio, mediante avaliação da escola. (Art. nº11, Resolução 01/2004).

A Divisão de Integração Campus Empresa (DICAIE) deverá registrar, nos prontuários escolares do aluno, o cômputo do tempo de trabalho aceito parcial ou totalmente como atividade de estágio. Para realização do estágio supervisionado, obrigatório ou não obrigatório, o estudante deverá estar regularmente matriculado, haverá necessidade de celebração de termo de compromisso de estágio e ser aprovada, pelo Coordenador do Curso, a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso (art. 3º, da Lei nº 11.788/08). Também haverá necessidade de contratação de seguro contra acidentes pessoais ao estagiário, de indicação de supervisor de estágio pela concedente (art. 9º, IV, parágrafo único, da Lei nº 11.788/08) e de disponibilidade de professor orientador de estagiário pelo IFPA, (art. 3º, §1º, da Lei nº 11.788/08), entre outras obrigações previstas na Lei nº 11.788/08.

Em relação ao **estágio supervisionado na formação docente**, conforme a Resolução 02/2015, a docência é entendida como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico (Art. 2º, § 1º) que envolve conhecimentos inerentes à formação científica do ensinar e aprender, e precisa ser vislumbrada pelo acadêmico do curso de pedagogia em todos os semestres e períodos no decorrer de sua formação profissional, considerando que o enfoque central de sua atuação futura concentra-se na educação básica (Art. 3º).

Por sua vez o exercício desta docência (Art. 2º § 2º) está permeado por dimensões técnicas, mas também políticas e éticas que só fazem sentido se vivenciadas nos contextos educacionais e pedagógicos da escola, para que os conteúdos, os métodos, as linguagens e as tecnologias contribuam efetivamente para a construção de uma visão e de uma perspectiva de atuação deste futuro profissional.

A aproximação dos discentes do curso com o conceito de docência e com as perspectivas para o exercício da docência como estrutura fundante das propostas pedagógicas ainda está demarcada

como um princípio da formação profissional, ao estabelecer (Art. 3º §5º item V) “a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Outro aspecto que se nos revela com relativa urgência, nesses tópicos introdutórios da concepção de estágio supervisionado, diz respeito à articulação entre o IFPA como instituição de ensino superior e o sistema de educação básica, com vistas tanto a garantir a presença, ação e reflexão dos acadêmicos nas escolas de educação básica como “espaços privilegiados da práxis docente”, mas também como espaço educacional contextualizado regionalmente (Art. 3º § 6º, itens II e III).

O estágio curricular supervisionado é um componente obrigatório da organização curricular das Licenciaturas, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico.

As atividades programadas para o estágio devem manter uma correspondência com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno no decorrer do curso. A Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, define o estágio supervisionado como um:

[...] ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008, Art. 1º).

O estágio supervisionado, assim definido, deve possibilitar ao formando o desenvolvimento de saberes ligados à prática profissional docente. Impõem-se então discussões acerca do número de horas, da inserção nos cursos e da frequência com que os estágios devem ser realizados. O estágio deve ser realizado ao longo do curso, permeando o desenvolvimento dos diversos componentes curriculares e não deve ser etapa desvinculada do currículo (§ 3º, Art.nº2, Resolução 01/2004)

Observando os aparatos legais, os cursos de Licenciatura do IFPA- Campus Belém cumprem com as especificações da Resolução CNE/CP nº 2 de 2015, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciaturas, prevendo que os graduandos devam cumprir um total de 400 horas de Estágio Curricular Supervisionado. A Resolução CNE/CP 1/2006, que trata especificamente da Formação do Pedagogo, vai estabelecer em relação ao Estágio Supervisionado:

Art. 7º(...):

I - (...);

II - 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição;

III - 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria.

Art. 8º(...):

IV - estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências:

a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente;

b) nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal;

c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar;

d) na Educação de Jovens e Adultos;

e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos;

f) em reuniões de formação pedagógica. (BRASIL, 2006).

Considerando a Resolução CNE/CP nº 2, de 01 de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, assegura-se que:

Art. 13. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares.

§ 1º Os cursos de que trata o *caput* terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

**II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;**

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes

As atividades de Estágio Supervisionado fazem parte da Matriz Curricular do Curso, devendo ser realizadas, preferencialmente, em escolas públicas, aceitando-se sua realização em escolas privadas e regulamentadas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) e Conselho Municipal de

Educação (CME). Constitui-se assim como um processo de articulação e integração da teoria com a prática, sendo necessário o acompanhamento por um orientador de estágio da Instituição e um professor supervisor da escola-estágio.

O programa de estágio a ser desenvolvido nos cursos de Licenciatura se divide em 4 (quatro) períodos, contabilizando 400 horas conforme a Resolução CNE/CP nº 02/2015, e no caso do Curso de Licenciatura em Pedagogia obedece a Resolução Específica do Curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 01/2006 ).

A carga horária semanal desenvolvida pelo estagiário deve ser registrada na ficha modelo, de acordo com o Manual de Estágio vigente. Seguindo o fluxo de finalização de cada etapa do estágio, as fichas de registro de carga horária ao final do estágio são destinadas à Coordenação de Estágio pelo Coordenador do Curso para encaminhamento ao DICA/DEX para emissão do Atestado de Estágio.

As etapas que ocorrem no início de cada semestre destinado ao estágio são as seguintes:

a) O Coordenador do Curso libera para o orientador de estágio o kit estágio contendo uma carta de apresentação do aluno e os anexos correspondentes a cada etapa do Estágio Curricular Supervisionado.

b) O professor orientador faz as orientações necessárias sobre o kit estágio, sobre a conduta do aluno no ambiente da escola cedente e quanto ao amparo pelo seguro obrigatório concedido pela Diretoria de Extensão (DEX).

No decorrer do desenvolvimento do estágio, uma vez por semana, por um período de 2 horas/aula, o aluno terá encontro com o professor da área de formação específica como orientador de estágio no *Campus* Belém para verificação quanto à realização das atividades do estágio. Na escola campo de estágio o mesmo será acompanhado por um professor supervisor da área específica da formação do licenciando por todos os períodos em que estiver cumprindo a carga horária obrigatória.

Ao final da totalização da carga horária, o professor supervisor assinará as fichas de registro de carga horária e preencherá as fichas avaliativas e o professor orientador receberá do aluno o relatório final com fichas preenchidas e avaliadas para entregar na Coordenação do Curso.

O Estágio Supervisionado será avaliado através de três instrumentos a seguir:

- Avaliação do Professor Orientador (orientação permanente com os alunos, relatos orais, plano de estágio, relatórios parciais e finais e registro de frequência no diário de classe);
- Avaliação do Professor Supervisor da Escola-Estágio (preenchimento de fichas avaliativas, formulários e pareceres);
- Avaliação do Relatório Final do aluno.

O aluno será considerado aprovado quando cumprir satisfatoriamente todas as etapas previstas, ou seja, atingir nota mínima 7,0 (sete). O estudante que não cumprir toda a carga horária

prevista e/ou não atingir a nota mínima citada fica obrigado a realizar novo período de Estágio concomitante ao do semestre em curso, através de renovação de matrícula.

O Relatório Parcial/Final de Estágio deve ser entregue pelo aluno ao Professor Orientador de Estágio para avaliação e obtenção de nota.

Ao Professor Orientador de Estágio, cabem as seguintes atribuições:

- Organizar, acompanhar e avaliar a etapa do estágio supervisionado em curso junto aos orientandos;
- Encaminhar os orientandos com o kit estágio para a escola-campo de estágio;
- Organizar planilha de localização das escolas-estágio;
- Auxiliar o aluno quanto à definição da escola-estágio;
- Orientar para a participação do aluno nas atividades de ensino
- Orientar a elaboração das aulas a serem ministradas pelo aluno estagiário;
- Acompanhar o estudante ao campo de estágio para avaliação de, no mínimo, duas aulas ministradas pelo aluno estagiário;
- Auxiliar o aluno quanto à escola de metodologias e recursos didáticos adequados para cada conteúdo;
- Manter contato permanente com o professor que ministra a disciplina Estágio Curricular Supervisionado para verificar a articulação entre a referida disciplina e a prática que está sendo desenvolvida pelo aluno.

Cada professor orientador acompanhará entre 05 e 10 orientandos, sendo destinadas 2h/ aula semanais de encontros para orientações no *Campus* Belém. Estas atividades de orientação deverão ser registradas no Diário de Classe.

No início de cada semestre acadêmico, o aluno deve se apresentar na Divisão de Integração Campus Empresa, onde deverá preencher a ficha de estágio e receber o Termo de Compromisso (anexo VII do Manual de Estágio Curricular 2015) em 3 vias, para apresentação na Direção da escola-campo de estágio. Após ser devidamente assinada pela Direção da Escola, uma cópia desse documento ficará na escola-campo de estágio, outra cópia deverá ser entregue ao Professor Orientador do Campus Belém e a última ficará com o aluno.

Com o Termo de Compromisso devidamente assinado, a Divisão de Integração Campus Empresa o incluirá na apólice de seguro coletivo e ele estará apto a iniciar seu estágio. Vale ressaltar que em todo período de estágio o discente deverá ser supervisionado e segurado, mesmo nos casos em que não são obrigatórios.

### *7.5.6.3 Outras formas de atividades acadêmico-científico-artístico-culturais e desportivas*

As atividades acadêmico-científico-artístico-culturais e desportivas têm por finalidade oferecer aos acadêmicos do IFPA–Campus Belém a oportunidades de enriquecimento curricular. As atividades acadêmico-científico-artístico-culturais visam contribuir para uma formação mais ampla do discente, incentivando-o a procurar por ambientes culturalmente ricos e diversos.

Hoje, é necessário à atuação profissional uma maior compreensão da realidade dos vários grupos sociais, seus saberes e suas manifestações culturais. Indissociável a isso é a experiência em projetos de extensão nos quais o acadêmico desenvolverá sua capacidade de argumentação, sistematização, observação, reflexão e produção de conhecimento.

Completando essa formação, ressaltam-se as atividades de extensão, que podem promover a aproximação entre docentes, discentes e a comunidade externa. Integrando-se ensino, extensão e pesquisa, extrapolam-se os limites tradicionais da formação profissional e multiplicam-se os espaços das práticas educativas.

Para se considerar a atividade como sendo acadêmico-científico-artístico-cultural e desportiva, são aceitas as atividades realizadas no âmbito da instituição, e também atividades externas promovidas pela IFPA–Campus Belém ou por outros órgãos. Enquadram-se nas atividades acadêmico-científico-culturais e desportivas, atividades diversificadas que irão favorecer a ampliação do universo artístico-cultural dos acadêmicos por meio da pluralidade de espaços educacionais e de iniciativas de grupos formados por profissionais de diferentes áreas do saber.

Entretanto, partindo do pressuposto de que um dos eixos estruturantes do ensino integrado é a integração entre trabalho, ciência e cultura, e que o compromisso do nosso Campus é promover a formação ampla dos discentes, acreditamos que no âmbito da formação profissional e escolarização ainda não temos caminhado com os passos que gostaríamos, apesar de já termos experimentado avanços, como é percebido um movimento constante, talvez ainda não nas proporções e qualidade desejáveis, no âmbito do desporto. Contudo, no que tange o campo das atividades culturais e artísticas, temos atualmente pouquíssimas ações consolidadas e ativas. Atualmente o Projeto Arte por Toda parte, coordenado pela Prof.a. de Artes Rosineide Lourinho tem retomando esse movimento no Campus Belém, assim como o trabalho desenvolvido pela Prof.<sup>a</sup> Weiller Pessoa Lucena, envolvendo os alunos com a música, tem resistido bravamente.

#### 7.5.6.4 A prática profissional sob a óptica da comunidade acadêmica

A comunidade acadêmica do IFPA-Campus Belém teve a oportunidade de opinar sobre o desenvolvimento de práticas profissionais adotadas pelo instituto. Na opinião dos servidores técnico administrativos, em relação à prática profissional dos discentes, quanto ao seu aproveitamento e à sua capacidade em integrar saberes práticos e teóricos, 45% afirmaram que “em parte” os alunos conseguem fazer essa integração; 45% também consideram que eles não conseguem fazê-la, e apenas 10% avaliam que os alunos conseguem articular os saberes teóricos com os práticos.

Para os docentes, a grande maioria, 40%, afirmou que sim, ou seja, que consegue perceber o aluno integrando saberes práticos e teóricos de maneira significativa; 32% disseram que os alunos conseguem realizar essa integração “em parte”; 19% afirmaram que os alunos não conseguem e 9% não quis opinar.

Esse panorama demonstra opiniões bem diferentes para TAEs e docentes sobre a qualidade da prática profissional desenvolvida pelos alunos. No entanto, os alunos também opinaram sobre esse aspecto. Para eles, apenas 14% afirmaram que consegue integrar teoria e prática satisfatoriamente; 29% disse que não consegue realizar essa articulação; 31% afirmaram que consegue “em parte” e 26% não respondeu. Assim, podemos perceber, pelas respostas, que as categorias TAEs e alunos estão bem próximos em suas opiniões, ao afirmarem que a prática profissional como uma forma de articular saberes teóricos e práticos precisa melhorar, como demonstram as falas abaixo:

“Para mim, trata-se de um processo que precisa de intensa reflexão e ação acerca dos conhecimentos teóricos aprendidos no curso e da prática profissional no ambiente locus de sua atuação. Vejo que precisam estreitar as relações entre o Instituto e as escolas por meio do estabelecimento de política de estágio e de acordos de cooperação com as instituições em nível estadual e municipal” (TAE);

“O microestágio e estágios são fundamentais à junção de conhecimentos teóricos e práticos” (Docente);

“Devido à aplicação dos conhecimentos teórico e práticos como meio de integração”, “através do PIBID e da Vivência na prática educativa vejo a simetria invertida se materializar embora os alunos não se deem conta que estão a fazer isso” (Docente);

“A prática profissional é o instrumento que possibilita ao aluno vivenciar a rotina do mercado de trabalho e colocar em prática os conhecimentos teóricos adquiridos” (Docente);

“É onde conseguimos estimular o aluno, mostrando a realidade que ele encontrará no mundo do trabalho, e a resposta tem sido muito gratificante” (Docente);

“Trabalho com microestágio e visita técnica e essas práticas profissionais são de fundamental importância no aprendizado dos alunos” (Docente);

“Nem sempre os alunos conseguem entender a finalidade dessas práticas” (Docente).

“Sequer fizemos visitas técnicas e a instituição não se empenha em nos conseguir estágios” (Discente);

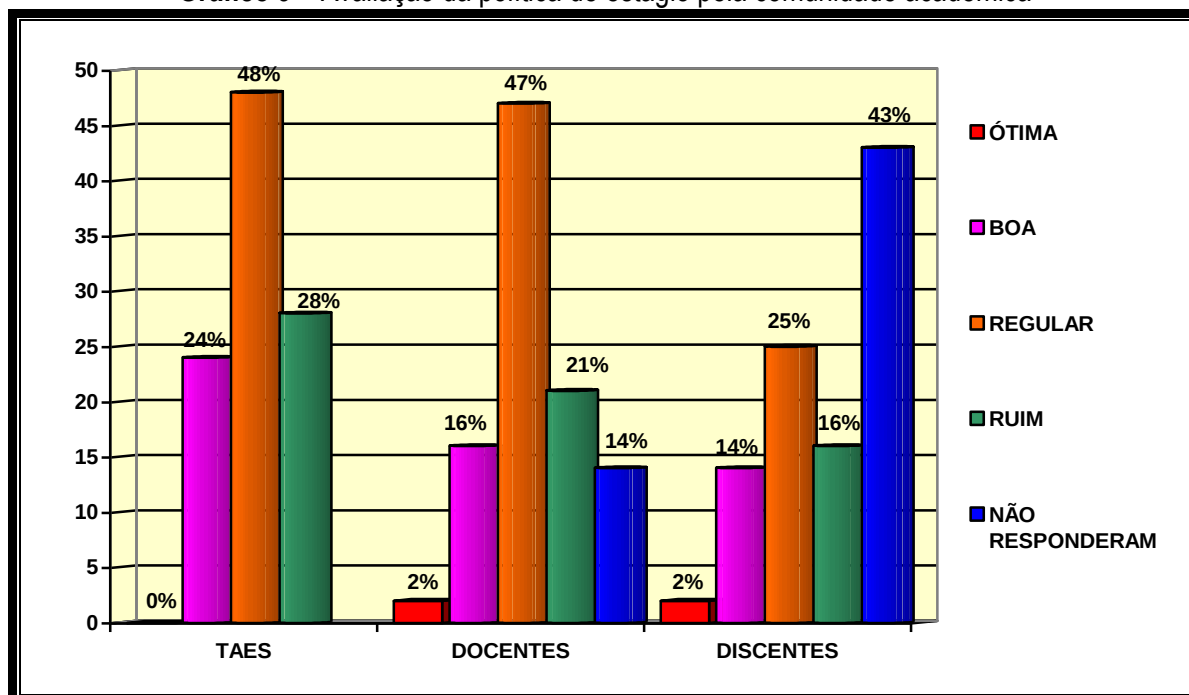
“Não temos nem aula prática, imagine microestágio!” (Discente);

“Nos cursos há necessidade de mais oportunidades práticas, microestágios, visitas técnicas e suporte laboratoriais” (Discente);

“Os estágios deveriam ser realmente supervisionado por professores” (Discente).

Sobre a política de estágio do IFPA-Campus Belém, a grande maioria dos docentes (47%), TAEs (48%) e discentes (25%) avaliou o estágio como regular, o que vem a corroborar com os dados apresentados em relação à prática profissional. Esses dados podem ser observados com mais clareza no gráfico abaixo:

**Gráfico 9 – Avaliação da política de estágio pela comunidade acadêmica**



Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário.

Nesse contexto, é importante destacar o quanto a política de estágio é fragilizada no Campus Belém, indicando que precisa ser melhorada para atender com qualidade a comunidade acadêmica, principalmente os alunos, que necessitam dessas práticas para a sua formação e qualificação profissional.

“Faltam laboratórios com equipamentos funcionando para que o estágio seja satisfatório” (TAE);

“É dever da instituição oferecer estágio, mas precisa rever essa política” (TAE);

“Ela pode complementar o conhecimento desde que os estagiários passem a fazer estágio direcionado a sua área e deixem de exercer a função de office boy ou digitador...” (TAE);

“Os alunos contemplados com estágios avaliam muito bem essa prática”, (TAE);

“O estágio é sempre o complemento o conhecimento para formação” (TAE);

“Não existe política de estágio no campus Belém” (Docente);

“O IFPA-Campus Belém precisa de mais parcerias com as empresas, objetivando a disponibilização de mais vagas de estágios para os alunos” (Docente);

“Falta regulamentação, organização e controle maior dos estágios” (Docente);

“São poucas as empresas que oferecem estágios” (Docente);

“Precisa ser definida e possuir recursos humanos para este acompanhar junto às empresas” (Docente);

“É fundamental a atualização dos docentes para que o conhecimento construído esteja de acordo com a realidade do mundo do trabalho” (Docente);

“Ainda não fiz estágio” (Discente);

“Tenho medo de estagiar, pois tive pouquíssimas aulas práticas” (Discente)

“Tenho amigos q se dizem satisfeitos” (Discente);

“Muita demanda pra pouquíssima vaga” (Discente);

“Sem informação, pouca divulgação” (Discente);

“Falta mais assistência ao aluno (os alunos têm que procurar estágio, o Instituto deveria ter escolas parceiras para essa finalidade)” (Discente).

Outro ponto que merece destaque refere-se às atividades culturais, artísticas e desportivas realizadas pelo instituto. Para a comunidade acadêmica, a realização de projetos que envolvam essas formas de atividades também precisa melhorar. Na verdade, o Campus Belém precisa retomar e incentivar o desenvolvimento dessas práticas educativas.

A categoria dos TAEs, quando perguntada sobre a realização de projetos no âmbito da cultura, da arte e do desporto no Campus Belém, respondeu da seguinte forma: 31% consideram regular; 24% consideram bom; 14% consideram ruim e 31% não opinaram. Os docentes, em sua maioria, avaliaram a realização dessas atividades como regular, com 51% das respostas; 30% consideram essas atividades como ruins; 9% avaliaram como boas; 2% como ótimas e 7% não responderam. Para os discentes a situação não foi muito diferente. A maioria, 35%, avaliou com regular; 18% declaram essas atividades como boas; 18% como ruim; 4% opinaram como ótima e 25% não responderam. Para os pais e/ou responsáveis, a avaliação foi um pouco diferente: 44% declararam que as atividades culturais, artísticas e desportivas no campus são boas; 18% avaliaram como ótimas; 15% declararam como regular; 1% avaliou como ruim e 22% não opinaram sobre essa questão. Seguem alguns comentários sobre essa questão.

“Falta mais incentivo e estrutura para que tais projetos e eventos ocorram no campus” (TAE);

“Boa, pois observamos a participação dos alunos em várias atividades, em momentos diferentes no seguimento acima informado” (TAE);

“Não há valorização das ações culturais que são projetadas para o campus” (TAE);

“Vejo poucas ações relacionadas a esse assunto” (TAE);

“Falta mais incentivo e estrutura para que tais projetos e eventos ocorram no campus” (TAE);

“Poderiam ser elaborados projetos de atividades físicas e laborais para os servidores” (TAE);

“Exceto no esporte, as outras deixam a desejar” (Docente);

“Ainda é muito restrito a eventos isolados” (Docente);

“Falta mais apoio” (Docente);

“Acho que quando há, não trabalha a integração, e sim os grupos individualmente” (Docente);

“Para professores não há nada de esportivo” (Docente);

“Deviam ter mais eventos para trazer mais alunos e seus familiares para a escola” (Docente);

“Já foi bem melhor, porém pode melhorar” (Docente);

“Professores e técnicos, não. Temos um conjunto de equipamentos de ginástica acumulados nos fundos da instituição, mas sem uso” (Docente);

“Falta um calendário cultural e atividades fora dos horários de aula” (Docente);

“Falta mais empenho em relação à cultura e lazer na escola” (Pais e/ou Responsáveis).

“Precisamos de mais atividades culturais, artísticas e desportivas” (Discente);

“A questão artística não é muito trabalhada isso implica a deterioração dos poucos materiais que poderiam estar sendo usados por alunos do curso integrado ao ensino médio. E sem contar que como sendo um Instituto Federal que antes possuía bandas que tocavam em eventos, hoje está bem desestruturada porque nem banda existe mais, acredito que assim como é investido no esporte com quadras, bolsas, viagens e eventos criados” (Discente);

“Acho que é dada muita atenção aos esportes deixando uma brecha na parte cultural” (Discente).

É cada dia mais imperativo que o Campus Belém retome seus projetos culturais e artísticos, pois uma instituição de ensino que valoriza, apoia e realiza este tipo de atividade tem vida, movimento, e a comunidade passa a ter prazer em estar e conviver em um ambiente onde a diversidade dessas manifestações e ações acontece. Os dados da pesquisa feita junto à comunidade acadêmica demonstram o quanto precisamos avançar neste âmbito. Assim, para superar as situações relatadas acima, é necessário que o instituto invista em projetos e ações como:

“Festivais de dança, de interpretação vocal, música, teatro, concursos de redação, vídeo e fotografia” (TAE);

“Projeto incluindo os tec. e docentes voltados para a qualidade de vida, tanto na quadra poliesportiva quanto na academia” (TAE);

“Projetos voltados para nossa cultura regional” (TAE);

“Dança de salão, participação dos servidores na academia, incentivo à atividade física dos servidores” (TAE);

“Deveria ter aulas de música, dança, teatro...” (Pais e/ou Responsáveis);

“Grupos de teatro, dança” (Pais e/ou Responsáveis);

“Mais cultura paraense, pois nossos jovens necessitam estar mais atrelados à cultura local” (Pais e/ou Responsáveis);

“Palestras educacionais, projeto de teatro” (Pais e/ou Responsáveis);

“Atividades que envolvam os pais” (Pais e/ou Responsáveis).

Nessa perspectiva, fazendo uma análise sintética acerca dos dados apresentados nesta seção, em todas as categorias, destacamos alguns tópicos importantes que devem funcionar como ponto de partida para nossas ações de qualificação da oferta do ensino em nosso campus:

- IFPA-Campus Belém precisa ampliar sua política de estágio, se aproximando mais da comunidade externa e estabelecendo novas parcerias;
- A demanda por estágio está desproporcional à quantidade de vagas que estão sendo ofertadas e muitos alunos estão ficando sem estágio;
- É necessário melhorar o acompanhamento dos alunos que estão em campo estagiando;
- Retomada do coral e de projetos de música;
- Fomentar a organização de grupos de dança e teatro;
- Colocar a academia de ginástica do campus Belém em funcionamento;
- Resolver a situação do funcionamento da piscina do Campus Belém;
- Dar apoio e infraestrutura adequada (material e predial) para que os projetos de arte, cultura e desporto possam ter condições para se consolidar;
- Promover a ampliação e o fortalecimento das atividades culturais, artísticas e desportivas de maneira que TAEs, alunos, docentes e pais e/ou responsáveis sejam incluídos.

#### 7.5.7 O Trabalho de Conclusão de Curso

O trabalho de conclusão de curso (TCC) se constitui em componente curricular obrigatório. Na verdade, é uma atividade acadêmica específica obrigatória nos cursos superiores de graduação e facultada nos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ofertados nas modalidades de ensino presencial e a distância. O TCC corresponde a uma produção acadêmica, orientada por um ou mais docentes, resultante do conhecimento adquirido e acumulado pelo estudante durante a realização do curso. O TCC apresenta regulamentação interna própria, sob a responsabilidade da PROEN. (Art. 93 da Resolução Didático Pedagógica do IFPA, nº 041/2015 – CONSUP).

#### 7.5.8 As Atividades Complementares

O Regulamento Didático Pedagógico do IFPA, resolução 041/2015 – CONSUP, em seus Artigos 90 e 91, dispõe sobre as atividades complementares. Segundo esta resolução, as atividades complementares têm como objetivo complementar a formação dos discentes e ampliar o seu conhecimento teórico e prático. São atividades obrigatórias nos cursos Superiores de Graduação e facultada nos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, ofertados nas modalidades de ensino presencial e a distância. A carga horária destinada a essas atividades, bem como a sua comprovação devem estar previstas nos projetos pedagógico dos cursos, a destacar:

§1º As Atividades Complementares terão sua carga horária definida e distribuída no PPC, observando o cumprimento da legislação educacional vigente.

§2º A comprovação do cumprimento da carga horária das Atividades Complementares, quando previstas no PPC, deverá ser entregue pelo estudante à Coordenação de Curso para validação e registro no sistema de gerenciamento acadêmico.

§3º A comprovação do cumprimento da carga horária das Atividades Complementares poderá ser feita mediante apresentação de declaração, atestado, certificado e diploma.

§4º Somente serão convalidadas as horas das Atividades Complementares realizadas a partir da data de ingresso do estudante no curso.

§5º Caso as Atividades Complementares estejam previstas no PPC, o estudante que não cumprir a carga horária descrita não poderá outorgar grau e nem requerer o Diploma e Histórico Escolar de conclusão de curso.

As atividades complementares devem estar relacionadas com a área de formação do estudante, podendo ser assim consideradas:

- Participação em Congressos, Seminários, conferências, jornadas, fóruns, palestras e similares;
- Participação em produções artísticas, apresentação oral de trabalhos, exposição de mostras e condução de cursos, minicursos, palestras e oficinas;
- Atividades assistenciais e comunitárias (voluntariado);
- Publicação de artigo científico/acadêmico em periódico especializado;
- Autoria ou coautoria de capítulo de livro;
- Resumo de trabalho em evento acadêmico e/ou científico;
- Participação em cursos, minicursos, oficinas ou atividades culturais;
- Organização e participação em eventos acadêmicos e/ou científicos, tais como: semana cultural, ciclo de palestras, etc.;
- Membros de comissões avaliativas e propositivas no âmbito da educação básica e/ou superior
- Membro de fóruns ou conselhos municipais ou estaduais
- Exercício de cargos de representação estudantil
- Participação em projetos e programas de iniciação científica, iniciação à docência e projetos de extensão.
- Atividade de Monitoria
- Estágio extracurricular.

**IFPA**Campus  
Belém**PROJETO  
POLÍTICO  
PEDAGÓGICO****2017**

## 8 POLÍTICAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

No âmbito do IFPA-Campus Belém, um campus que viveu a história da educação profissional no Brasil e suas reformas de maneira bastante veemente, quando se trata do estabelecimento de políticas e ações institucionais, é necessário compreender que o processo pelo qual tem passado em termos de construção de identidade não é fácil, tampouco rápido; entretanto, o compromisso que se estabelece como primordial do Campus Belém é com a oferta de uma educação profissional digna e de qualidade para todos e isto perpassa pelo fortalecimento e consolidação de políticas institucionais que funcionem como um amálgama para as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. As ações necessárias para a consolidação das ações das políticas institucionais perpassam desde as condições básicas, estruturais, materiais e logísticas do Campus, assim como pela valorização e qualificação dos servidores, qualificação do ensino e fomento aos projetos de pesquisa e extensão.

No que tange mais especificamente as políticas educacionais, o Campus Belém toma como base o disposto na LDB 9394/96, a lei de criação dos Institutos Federais, no Plano Nacional de Educação e nas diretrizes específicas para cada nível e modalidade de ensino ofertada no âmbito da instituição. Além do prescrito, busca-se cada vez mais o diálogo com a comunidade, esclarecendo e empoderando os diferentes seguimentos, encorajando-os a participar dos processos de consulta, construções e decisões no âmbito do Campus. Inclusive, este é um anseio visível nas respostas dos questionários da consulta pública: a comunidade que conhecer, participar, colaborar e acompanhar a implementação das políticas e ações institucionais no Campus Belém.

A definição de políticas no âmbito educacional deve convergir para um projeto maior que é um projeto de sociedade. A escola que queremos, o tipo de sujeito que queremos formar está diretamente ligado ao tipo de sociedade que almejamos e vice-versa.

A construção deste PPP se configurou como importante exercício, já que, por meio dele, definições acerca do planejamento, estrutura, organização, concepções, finalidades, objetivos educacionais, intencionalidades e metodologias foram objeto de seminários e consulta pública.

O conjunto de políticas e ações institucionais e educacionais definido para o Campus Belém será abordado nos itens que se sucedem, tratando das dimensões formativas relacionadas à educação profissional científica e tecnológica, ensino superior de graduação e pós-graduação.

## 8.1 A Indissociabilidade como Princípio Norteador das Políticas e Ações Institucionais

O IFPA-Campus Belém, conforme estabelecido no Projeto Pedagógico Institucional do IFPA (PPI), adota o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que demonstra que a construção do conhecimento pode concretizar-se por meio de práticas acadêmicas que articulem os conhecimentos decorrentes do processo ensino-aprendizagem (e/ou resultantes da interação entre professor-alunos geralmente no contexto da sala de aula), os conhecimentos decorrentes de estudos investigativos, metódicos (e/ou resultantes de ações específicas de pesquisa, como observação, levantamento, descrição e análise de dados), mais os saberes construídos na aplicação prática, na convivência com as comunidades que já possuem saberes que se encontram em seu próprio arcabouço histórico-cultural.

Quanto à área do ensino, o IFPA, a partir da publicação do Decreto nº 5154/2004, adota o currículo integrado como diretriz norteadora da formação dos seus educandos. Este tipo de currículo é compreendido como forma de articular os saberes científicos aos saberes populares, contextualizando os conhecimentos de forma interdisciplinar, transdisciplinar e multidisciplinar.

Desta forma, a proposta dos cursos oferecidos com base na concepção de currículo integrado possibilita e incentiva a criação e a recriação de novas práticas e saberes pedagógicos, em seus diferentes níveis de formação, tendo como eixos de sua práxis pedagógica os seguintes elementos:

- a) **o trabalho:** o ser humano se diferencia dos demais seres pelo fato de produzir, conscientemente, por meio do trabalho, seus próprios meios de vida. Nós somos frutos do trabalho. O que os indivíduos são e pensam depende das condições materiais de sua produção.
- b) **processos de auto-organização dos educandos:** as pessoas aprendem fazendo, participando, assumindo responsabilidades e desafios. A formação é uma forma de ação, de organização, de convivência. Nesse sentido, a estrutura orgânica dos cursos deve possibilitar aos educandos exercícios e aprendizado daquilo que deve ser nossa organicidade na prática. Tanto do ponto de vista da concepção como do funcionamento. Refletir e aplicar os princípios do respeito ao coletivo.
- c) **relação escola e comunidade como elemento estratégico:** no currículo integrado, os conteúdos a serem estudados durante os cursos são elementos de discussão, estudo e problematização de questões da realidade contemporânea, na perspectiva de construir possibilidades de enfrentamento coletivo dessas questões, permitindo que as diferentes dimensões da realidade atual sejam repensadas.

O desenvolvimento do processo educativo tem na pesquisa importante área paulatinamente valorizada nos diferentes níveis de ensino. O IFPA adota como princípio valorizar também as práticas científicas de investigação associadas ao ensino, por meio das quais são definidos os objetos/ as realidades a serem pesquisados/as, de forma a delimitar o “centro” que aglutinará o conhecimento a ser construído durante o processo de escolarização. O “centro/foco” da pesquisa constitui-se no elemento ao redor do qual o processo de apreensão e reelaboração do conhecimento (empírico e escolar) se organiza. O IFPA vem gradualmente consolidando a valorização de metodologias ensejadas pelo rigor científico pelo fomento de publicações e/ou divulgação de produções acadêmicas em periódicos especializados. (PPI-2014/2018).

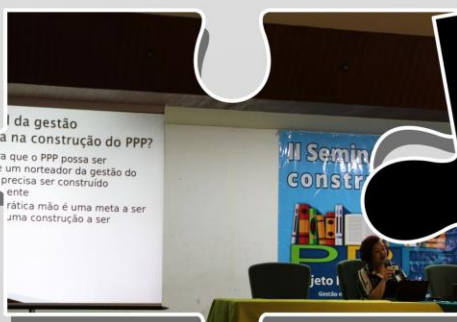
Sobre a tríade: ensino-pesquisa-extensão, destacamos algumas falas extraídas da consulta pública que corroboram o que foi mencionado: **“Aparentemente esses três setores não articulam entre si as suas ações, trabalhando isoladamente.”**, **“Compreende que muitas ações trabalham de forma isoladas”**, **“Deve de integrar cada vez mais!”**, **“Talvez por limite orçamentário”**, **“Vemos diversas ações em prol disso, porém ainda tímidas”** e ainda **“pois faltam documentos que respaldem essa ação, a exemplo a falta do próprio PPP.”**

Observa-se pelas falas destacadas a necessidade de caminharmos cada vez mais no sentido da integração das ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão, de rompimento das ações isoladas e maior sintonia entre os segmentos que compõem nosso Campus.



**IFPA**

Campus  
Belém



**PROJETO  
POLÍTICO  
PEDAGÓGICO**



**2017**

## 8.2 A Política de Ensino

O processo de ensino e aprendizagem se configura como um conjunto de ações que envolvem planejamento, atitude, sistematização, avaliação, definições acerca de conteúdo e construção de saberes, são duas dimensões que estão intrinsecamente ligadas e são interdependentes.

O ensino se configura como o principal pilar de sustentação da produção do conhecimento socialmente referenciado e a maneira como é organizado e desenvolvido produz impactos diretos no desempenho discente.

É por meio do ensino que é possível fazer a articulação entre as dimensões da pesquisa e da extensão, é onde o sujeito aprende a conhecer, a compreender e a transformar coisas e realidades. As experiências de aprendizagem, cada uma delas, só ganha sentido se estiverem relacionadas com o todo, ou seja, o processo de aprendizagem escolar articulado aos processos de aprendizagem em geral e que, por sua vez, estão articulados à vida social. É isso que dá sentido aos processos de aprender e de ensinar. (PORTO, 2011).

Reforçamos então o caráter integrador que deve permear o processo de construção do conhecimento no âmbito do IFPA-Campus Belém, uma concepção que prima pela articulação entre a formação humana e a formação profissional, que esteja comprometida com o processo de elevação da escolaridade do educando e também com a sua qualificação profissional, que seja capaz de promover experiências que permitam ao aluno desenvolver-se plenamente enquanto trabalhador e, sobretudo, ser humano.

O ensino no âmbito do IFPA é coordenado pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), setor responsável pela formulação de políticas e desenvolvimento do ensino em todos os 18 campi que compõem a instituição, incluindo o Campus Belém. É tarefa da PROEN a definição, a proposição, o fomento e a implementação das políticas educacionais, além de acompanhar e avaliar o desenvolvimento dessas políticas nos cursos ofertados nos campi em suas diferentes formas, exceto os cursos de pós-graduação, pois estes estão no campo de atuação da PROPPG (Pró-Reitoria de pesquisa, pós-graduação e inovação).

De acordo com o organograma do IFPA-Campus Belém, o ensino é responsabilidade da DEN (DEN) que é ligada a Direção Geral do Campus. A DEN é composta por 5 (cinco) departamentos: DEPAE – DEPAE; Departamento de Ensino de Processos Industriais, Informação e Comunicação – DEPIC; DEGAS; DERIN e DEPRO.

### 8.2.1 A Atuação no Ensino

A oferta educacional do IFPA-Campus Belém, no que tange os níveis, etapas, modalidades e formas de oferta, está de acordo com a função social estabelecida neste PPP e acompanhando o estabelecido na lei 11.892/08, que determina:

Art. 2º “Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei”.

O campus Belém atua na Educação Básica com cursos na forma de oferta Integrado ao Ensino Médio, PROEJA e EJA EPT e cursos subsequentes e no ensino superior com a oferta de cursos de tecnologia, engenharias e licenciaturas, atua também na pós-graduação com cursos de especialização e mestrado profissional. A oferta do Campus Belém é bastante diversificada, podendo ser na modalidade presencial ou a distância, abrangendo também cursos de formação inicial e continuada e programas como PARFOR, PRONATEC, E-TEC, UAB, PROFUNCIÓNÁRIO e etc.

Quanto aos eixos tecnológicos e os cursos ofertados, o campus Belém não promoveu grandes mudanças nos últimos anos; entretanto, desde 2015 tem intensificado estudos e interlocuções com a comunidade por meio de seminários e palestras, buscando analisar arranjos produtivos locais, indicadores educacionais e demandas sociais no sentido de reorganizar sua oferta educacional de maneira a responder as necessidades educativas da nossa região de abrangência e buscar a sintonia entre a demanda dos cursos, do setor produtivo e dos trabalhadores.

Com a revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos que foi iniciada em 2015 e o processo que estamos vivendo de reorganização dos cursos, muitas questões emergiram. A principal delas é que critérios e referências devem ser considerados ao se fazer a opção pela oferta de um curso especificamente. Aspectos como: relação professor/aluno, estrutura física/salas de aula, laboratórios, número de técnicos administrativos no campus, em especial nos setores que tratam diretamente com professores e alunos, formas de oferta definidas como prioritárias e turno de funcionamento de acordo com a forma de oferta e a faixa etária.

A atuação do ensino integrado a outras dimensões institucionais deve ter como diretrizes as metas estruturantes estabelecidas no PNE 2014-2024:

- **Meta 3:** universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

- **Meta 6:** oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.
- **Meta 7:** fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio.
- **Meta 10:** oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
- **Meta 11:** triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Diante das constantes transformações da sociedade e das suas necessidades educacionais e produtivas, é necessário que o Campus Belém possa periodicamente, de maneira transparente, democrática e coletiva, realizar o processo de revisão de suas ofertas educacionais. Para isso, é indispensável promover debates internos, preferencialmente por meio dos fóruns do ensino, cujo tema seja a revisão curricular dos cursos.

Essa revisão das ofertas educacionais carece, entretanto, de diretrizes construídas e deliberadas coletivamente no âmbito da PROEN, para que, após isto, cada campus possa tomar como referência e organizar seus processos internos.

### 8.3 Política de Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio no IFPA-Campus Belém está baseada no disposto na LDB 9394/96, Seção IV-A:

Art. 36-A. Sem prejuízo do disposto na Seção IV deste Capítulo, o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas.

Parágrafo único. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional.

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I - articulada com o ensino médio;

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio.

Parágrafo único. A educação profissional técnica de nível médio deverá observar:

I - os objetivos e definições contidos nas diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino;

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

Art. 36-C. A educação profissional técnica de nível médio articulada, prevista no inciso I do caput do art. 36-B desta Lei, será desenvolvida de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, e podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

A relevância desta oferta tem se reforçado, considerando os indicadores educacionais da nossa região que demonstram a carência na oferta da educação básica aos jovens e adultos, e a necessidade destes jovens e adultos em obter meios para prover sua existência no que tange direitos básicos como: saúde, educação, moradia e alimentação. Estes sujeitos têm a necessidade do acesso ao emprego por meio da qualificação profissional, ao mesmo tempo em que têm o direito à elevação de sua escolaridade e continuidade de estudos.

O IFPA-Campus Belém, ao ofertar a educação profissional de nível médio, além de atender à exigência da lei 11.892/2008, que dispõe que 50% das vagas da instituição devem ser neste nível e modalidade de ensino, reafirma a continuidade de sua história e identidade enquanto uma instituição que, ao longo de seus 107 anos, tem se dedicado à formação profissional de trabalhadores.

Neste sentido, na consulta pública feita à comunidade para a construção deste PPP, foi dada a oportunidade das categorias se posicionarem e avaliarem esta oferta no âmbito do nosso Campus. Sobre o funcionamento dos cursos, as pessoas que responderam aos questionários (TAEs, docentes, alunos e professores) fizeram comentários bastante relevantes, dentre os quais destacamos alguns: “Faltam professores para algumas disciplinas e equipamentos e outras estruturas para aulas práticas”; “Necessitam apenas regularizar os PPC's dos mesmos e ter ato normativo para legitimar seu funcionamento”; “Não tenho muita contribuição para responder com propriedade, mas identifico muita fragilidade na integração para o estágio”; “Um projeto que deu certo.”; “Temos um índice de evasão muito grande nos cursos subsequentes, mas o curso integrado responde satisfatoriamente”; “O IFPA tem formado bons profissionais com grandes perspectivas profissionais para atuarem no mercado de trabalho” e “Apesar das dificuldades são bons, mas podem melhorar em termos de estrutura física, laboratórios e disciplinas básicas comuns a todos os cursos”.

As falas destacadas apontam para o reforço da necessidade de continuidade da oferta da Educação Profissional de Nível Técnico; entretanto, é necessário que cada vez mais haja um esforço institucional em garantir condições básicas de infraestrutura para os cursos, lotação de professores, e estratégias efetivas para permanência e êxito do aluno.

### 8.3.1 Concepção de Educação Profissional Técnica de Nível Médio

A concepção de educação profissional técnica de nível médio que está em sintonia com o tipo de educação que pretendemos ofertar, o tipo de sujeito que pretendemos formar e o projeto de sociedade igualitária que pretendemos viver é a concepção **integrada**. Sobre este conceito Ciavatta (2005) esclarece o seguinte:

Remetemos o termo [integrar] ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos [...]. Significa que buscamos enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (BRASIL *apud* CIAVATTA, 2005, p.85).

A concepção de integração, nesse sentido, pode ser compreendida como o eixo norteador, a base para o conteúdo dos cursos técnicos, sejam eles na forma de oferta Integrada ao Ensino Médio ou na forma Subsequente. A concepção de integração deve permear todo o processo educacional, seus fundamentos, princípios, saberes construídos e desconstruídos no processo de escolarização, aquilo que é trabalhado nas disciplinas, nos projetos integradores, e na prática pedagógica de maneira geral.

O **conteúdo** da integração possui uma relação intrínseca à **forma**, esta última aqui entendida como a estrutura, a organização, a maneira como é desenhada a metodologia de ensino; os planos de curso; os projetos pedagógicos; os currículos; a organização dos espaços e tempos educativos; a estruturação dos itinerários formativos sejam por módulos, fases, centros de interesse, disciplinas específicas, etc; a forma como está proposta nas bases legais nacionais; as possibilidades de organização da educação enquanto nível, etapa, modalidade, forma de oferta etc. Em síntese, o conteúdo da educação profissional técnica de nível médio tem a ver com seu projeto amplo de educação. Já a forma, tem a ver com sua estrutura.

A organização dos cursos ofertados no Campus Belém independente da forma, seja ela integrada, subsequente, concomitante, articulada à EJA e etc, deve considerar o educando enquanto

sujeito crítico e reflexivo, ou seja, deve permitir que ele tenha condições de desenvolver-se plenamente em suas múltiplas capacidades, contribuindo assim para o rompimento da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual.

### 8.3.2 Princípios Orientadores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Considerando a concepção integrada de educação profissional técnica de nível médio aliada à função social do IFPA-Campus Belém, elencamos a seguir os princípios que devem orientar a oferta dos nossos cursos:

- a) A integração entre trabalho, ciência, cultura e desporto;
- b) O trabalho como princípio educativo;
- c) A pesquisa como princípio educativo;
- d) A politecnia e a unitariedade do ensino;
- e) A compreensão da realidade concreta em suas múltiplas determinações;
- f) A compreensão de homens e mulheres enquanto sujeitos históricos capazes de transformar o mundo e a si mesmos por meio do trabalho;
- g) A integração entre qualificação profissional e elevação da escolaridade
- h) Uma organização curricular baseada na integração de saberes das diferentes áreas com vistas à formação omnilateral dos sujeitos;
- i) O respeito à pluralidade de ideias, valores e culturas;
- j) A inclusão e a diversidade como direito público inerente aos sujeitos;
- k) O processo de ensino aprendizagem democrático que permita aos sujeitos envolvidos a vivência e a construção da práxis;
- l) A interdisciplinaridade como método para a integração;
- m) A superação da dualidade entre formação geral e formação técnica;
- n) Autonomia pedagógica;
- o) Gestão democrática e participativa;
- p) Reconhecimento do direito à educação, enquanto um direito público e subjetivo de todos.

Os princípios elencados acima se constituem enquanto fundamentais não somente para a educação profissional técnica de nível médio, mas para toda a oferta educacional do IFPA-Campus Belém, para a organização de toda prática pedagógica institucional, para a construção e implementação das políticas educacionais e para o fortalecimento de uma educação pública de cunho emancipatória e transformador.

### 8.3.3 Diretrizes e indicadores metodológicos para os cursos técnicos de nível médio

No que tange as diretrizes e indicadores metodológicos para os cursos técnicos de nível médio, o IFPA-Campus Belém seguirá o disposto no Regulamento Didático Pedagógico do IFPA:

**Art. 33** A organização curricular dos cursos técnicos de nível médio observará as determinações legais previstas na LDB nº 9.394/96, no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, na Resolução CNE/CEB nº 06/2012 e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o PPP do Campus ofertante.

**Art. 34** O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) deverá observar, além das regulamentações e legislação vigentes, os(as):

- I) Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM);
- II) Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM);
- III) Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de estágio curricular supervisionado;
- IV) Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- V) Regulamentação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT);
- VI) Regulamentação dos Conselhos Profissionais e
- VII) Regulamentação da educação a distância.

**Parágrafo Único:** Os cursos técnicos de nível médio devem atender ainda, as diretrizes e normas nacionais para modalidade específica, ou seja, da Educação de Jovens e Adultos, da Educação do Campo, da Educação Escolar Indígena, da Educação Quilombola, de pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade e da Educação Especial.

**Art. 35** Os cursos técnicos de nível médio, organizados por eixos tecnológicos, de acordo com as cargas horárias mínimas e o perfil profissional de conclusão estabelecido no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos vigente poderão ser ofertados nas seguintes formas:

- I) Articulada integrada, destinada aos portadores de certificado de conclusão do Ensino Fundamental regular ou na modalidade EJA:
  - a) Integrada com o Ensino Médio regularmente oferecido no mesmo estabelecimento de ensino;
  - b) Integrada com o Ensino Médio no âmbito do PROEJA (Decreto nº 5.840/2006).
- II) Subsequente, destinada aos portadores de certificado de conclusão do Ensino Médio regular ou na modalidade EJA:

**Art. 36** Para cursos técnicos de nível médio ofertados na modalidade presencial, será permitido planejar atividades não-presenciais, respeitado o máximo de até 20% (vinte por cento) da carga horária diária ou de cada tempo de organização curricular, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores, devendo estar previsto no PPC.

#### 8.3.3.1 O Ensino Médio Integrado

Quanto ao Ensino Médio Integrado o IFPA-Campus Belém seguirá o disposto no regulamento didático pedagógico do IFPA, subseção I:

**Art. 37** Os cursos técnicos integrados ao Ensino Médio são destinados aos portadores de certificado de conclusão do Ensino Fundamental e planejados de modo a conduzir, simultaneamente, o estudante à conclusão do Ensino Médio e à habilitação técnica de nível médio, possibilitando-lhe a inserção no mundo do trabalho e a continuidade de estudos no Ensino Superior.

**Art. 38** A matriz curricular dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio regulares será organizada em regime seriado, devendo ter:

I) A matriz tecnológica, contemplando métodos, técnicas, ferramentas e outros elementos das tecnologias relativas aos cursos;

II) O núcleo politécnico comum correspondente a cada eixo tecnológico em que se situa o curso, que compreende os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização do mesmo no sistema de produção social;

III) Os conhecimentos e as habilidades nas áreas de linguagens e códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, vinculados à Educação Básica, deverão permear o currículo dos cursos técnicos de nível médio, de acordo com as especificidades dos mesmos, como elementos essenciais para a formação e o desenvolvimento profissional do cidadão.

IV) **Art. 39** A duração dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio deverão contemplar as cargas horárias mínimas destinadas ao Ensino Médio e a carga horária da formação profissional, conforme previsto na LDB, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNCT), respectivamente.

#### *8.3.3.2 Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional Técnica de Nível Médio*

Quanto à Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o IFPA-Campus Belém seguirá o disposto no regulamento didático pedagógico do IFPA, subseção II:

**Art. 40** Os cursos técnicos integrados ao ensino médio no âmbito do PROEJA são destinados aos portadores de certificado de conclusão do Ensino Fundamental, com 18 anos completos ou mais, organizados e planejados de modo a conduzir o estudante a uma formação profissional técnica de nível médio, possibilitando-lhe a inserção no mundo do trabalho.

**Art. 41** A estrutura curricular dos cursos técnicos integrados ao ensino médio no âmbito do PROEJA será organizada em regime seriado, observando o perfil constante no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

**Parágrafo Único:** A estrutura curricular mínima a que se refere o caput está prevista na em Resolução própria do CONSUP.

**Art. 42** A carga horária mínima para os cursos técnicos integrados ao ensino médio no âmbito do PROEJA tem a carga horária mínima total de 2.400 horas, devendo assegurar, cumulativamente, o mínimo de 1.200 horas para a formação geral, acrescidas das cargas horárias mínimas de cada curso previstas no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

### 8.3.3.3 Cursos Subsequentes

Quanto aos cursos Subsequentes, o IFPA-Campus Belém seguirá o disposto no regulamento didático pedagógico do IFPA, subseção III:

**Art. 43** Os cursos técnicos de nível médio na forma de oferta subsequente são destinados aos portadores de certificado de conclusão do Ensino Médio, independente da faixa etária, organizados e planejados de modo a conduzir o estudante a uma formação profissional técnica de nível médio, possibilitando-lhe a inserção no mundo do trabalho.

**Art. 44** A estrutura curricular dos cursos técnicos de nível médio na forma de oferta subsequente será organizada em regime seriado, observando o perfil constante no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

**Parágrafo Único:** A estrutura curricular mínima a que se refere o caput está prevista em Resolução própria do CONSUP.

**Art. 45** A carga horária mínima para os cursos técnicos de nível médio na forma subsequente é de 800, 1.000 ou 1.200 horas, dependendo do eixo tecnológico e do curso, conforme previsto no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos vigentes.

**IFPA**Campus  
Belém**PROJETO  
POLÍTICO  
PEDAGÓGICO****2017**

## 8.4 Política de Educação Superior de Graduação

A Política Nacional de Ensino Superior no Brasil, por meio da Lei Nº 9.131, de 24 de Novembro de 1995 é atribuída pelo Ministério de Educação e do Desporto (MEC), por meio da Secretaria de Educação Superior (Sesu), baseada no modelo da década de 50, cujas demandas têm partido das próprias Instituições de ensino e outras entidades de organização social, que pleiteiam um conjunto de reivindicações relacionadas ao ensino e a pesquisa, como uma necessidade perceptível a partir destas instituições de ensino superior federais, como se observa nos quatro pontos abaixo como eixo fundamental à “inclusão social”:

- Ampliação do número de alunos atendidos;
- A melhoria do ensino;
- A elevação do nível de qualificação do corpo docente;
- Aumento da produção científica.

No caso da Região Norte, a União detém quase que a maioria das Instituições de Ensino Superior, revelando-se uma dependência dos estados desta região em relação ao sistema de ensino federal superior.

Ainda, segundo o IBGE (2016), os anos de 2006, 2007 e 2008 detêm Taxas de Analfabetismo em torno de 10,47%; 10,09% e 9,99%, respectivamente, num país com mais de 204.450.649 milhões de habitantes (Brasil).

Logo, essa necessidade e o contexto em que se situa esta região, seja pelo seu potencial em biodiversidade, megadiversidade, potencial hídricos, têm demandando uma preocupação com os recursos naturais, muito pertinentes, sobretudo, num contexto de Amazônia.

Existem três programas entre as **principais Ações e Programas de responsabilidade do Ministério da Educação no PPA 2012 – 2015, pela qual cada sua especificidade ou programas temáticos:**

- 2030-Programa Educação Básica;
- 2031-Programa Educação Profissional e Tecnológica;
- 2032- Programa Educação Superior-Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

**Destacamos o último citado acima, no qual se reconhece o papel das universidades como essenciais ao desenvolvimento econômico e social do país**, especialmente em um mundo onde o conhecimento se sobrepõe aos recursos naturais como fator de desenvolvimento humano, cresce a importância da escolarização e, em particular, da educação oriunda das Instituições de Ensino Superior (IES); todavia, requer-se: ampliar e oportunizar esse nível de ensino a uma parcela cada vez

maior da sociedade, sobretudo, para o estreitamento das desigualdades sociais locais, regionais, especialmente, onde o próprio Estado via ações de formação, educação, ensino e pesquisa; necessita identificar, conhecer, pesquisar e inventariar seus recursos naturais.

O Estado do Pará possui 144 municípios, com população estimada em 8.272.724 (IBGE – 2016) e sua capital com 1.439.561 habitantes. (<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pa>).

A matrícula de docentes em 2015 segundo o IBGE para o ensino fundamental foi de 8.118, para o ensino médio, em torno de 3.979 e na educação infantil, 1.299. Ainda segundo o IBGE (2016), comparando com a população total estimada e quantidade de matrículas em 2015, tem-se: 185.958 para o ensino médio; 63.106 para o ensino fundamental e 25.482 para ensino pré-escolar. Revelando uma distorção de professores atuando na educação básica no município.

Essa modalidade de acesso deve também primar em fornecer condições de formação e o ingresso de estudantes em cursos de licenciaturas, pois, atende algumas demandas e outras demandas ainda não superadas: a) a de professores leigos<sup>22</sup> que ainda atuam em salas de aula no Brasil e também na Região Norte; b) a ampliação do quadro de professores licenciados.

A comunidade acadêmica teve a oportunidade de avaliar os cursos superiores de graduação. Tanto para a categoria técnico administrativa, quanto para os docentes, a oferta dos cursos superiores foi avaliada entre bom e regular, com 64% e 14% das respostas, respectivamente, na opinião dos TAEs, e 38% e 44% para os docentes, respectivamente.

Alguns docentes, 16%, não quiseram opinar, pois afirmaram que ainda não atuam no ensino superior e os que atuam acham que este utiliza a mesma estrutura física do ensino médio, faltando, assim, mais estrutura física, laboratórios e disciplinas básicas comuns a todos os cursos.

Dentre os depoimentos dos TAEs, destacamos as seguintes falas:

“Tais cursos apresentam uma maior regularidade ao se comparar com os de nível médio”

“Recentemente tivemos duas graduações ‘reativadas’ Física e Biologia”

“Acredito que os cursos tecnológicos estão funcionando melhor do que os de licenciatura”

“Bons cursos com grandes oportunidades de realização profissional”

Portanto, as avaliações demonstraram que a oferta dos cursos superiores no campus Belém, apesar de ficar no patamar entre regular e bom, ainda precisa melhorar, principalmente no aspecto físico e de infraestrutura.

---

<sup>22</sup> Conjunto de pessoa que atuam na educação básica sem ter passado pelo processo de formação regular numa Instituição de Ensino Superior, muitas vezes tendo cursado até, apenas, a 4ª série do ensino fundamental.

#### 8.4.1 Concepção de Educação Superior de Graduação

Assim como na educação profissional de nível técnico, para os cursos superiores de tecnologia, bacharelado, engenharias e licenciaturas, a concepção que deve orientar a construção dos cursos, a definição curricular, de metodologia de ensino e a prática pedagógica deve ser baseada na concepção de ensino integrado no termos já abordados em seções anteriores deste PPP.

Quanto à oferta da educação superior em nível de graduação, o IFPA-Campus Belém segue o estabelecido no PPI (2014-2018):

Os Cursos Superiores de Graduação do IFPA devem promover a formação de cidadão com o intuito de:

- I- privilegiar valores humanos, éticos e morais em suas relações pessoais e profissionais;
- II- aplicar as bases científicas e tecnológicas necessárias ao desempenho de suas atividades profissionais de modo adequado e atual;
- III- promover autonomia intelectual.

Os Cursos Superiores de Tecnologia ou Cursos de Graduação Tecnológica, destinados aos portadores de certificado de conclusão do Ensino Médio, são organizados para contemplar a formação de um profissional para aplicação e desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológica; difusão de tecnologias; gestão de processos de produção de bens e serviços; desenvolvimento da capacidade empreendedora; manutenção das suas competências em sintonia com o mundo do trabalho; e desenvolvimento no contexto das respectivas áreas profissionais, proporcionando ao estudante formação profissional de nível superior de graduação.

Os Cursos de Bacharelado, destinados aos portadores de certificado de conclusão do Ensino Médio, são planejados de modo a conduzir o discente a uma formação profissional de nível Superior.

Os Cursos de Licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a Educação Básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional em Educação Básica, destinados aos portadores de certificado de conclusão do Ensino Médio, são organizados para contemplar a formação do estudante em nível superior de graduação.

#### 8.4.2 Os Cursos Superiores de Tecnologia ou de Graduação Tecnológica

Atualmente, vem se debatendo a possibilidade de promover alterações nos sistemas de educação e de investigação da Educação Superior, no sentido de estimular e gerar novas formas de aprendizagem e de produção, gestão e aplicação do conhecimento. Nesse sentido, têm sido colocados

em xeque a contribuição e o papel dos sistemas e das instituições de ES, em sua tarefa de transmitir, produzir e disseminar conhecimento com compromisso e responsabilidade social, mostrando atenção aos desafios globais e de construção de sociedades mais justas e igualitárias. Essa discussão tem revelado a necessidade de se gerarem mudanças para construir sistemas e instituições que promovam a equidade e a ampliação dos mecanismos de inclusão social, ao mesmo tempo em que mantenham a qualidade da formação.

As novas tendências da política de educação superior no Brasil apresentam avanços, entre eles: ampliação de vagas públicas, interiorização, ampliação do financiamento aos estudantes via novas políticas de financiamento e o fortalecimento da educação tecnológica, com a reestruturação de 33 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), os quais mudaram o foco do ensino médio para o superior, tornando-se Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBN nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, consolidada pós-redemocratização do país, inaugurou uma nova fase da educação brasileira. A educação Profissional, consoante seu Art. 39.

A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, (...)

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos (...)

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Assim como no Art. 43, que trata da educação superior que abrange vários cursos e programas e deverá ser ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização.

O Decreto 5.154/2004 regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Arts 39 a 41 da LDB:

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:

I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;

II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia,

III - a centralidade do trabalho como princípio educativo;

IV - a indissociabilidade entre teoria e prática.

(...)

Art. 5º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne aos objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

O Decreto 5.773/2006 vem regular, supervisionar e avaliar as instituições de educação superior e de cursos superiores, a fim de zelar pela conformidade da oferta de educação superior no sistema federal de ensino com a legislação aplicável.

O Decreto nº 5.154/2004, que regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Art. 39 a 43 da Lei nº 9.394/96, dispõe:

Art.5º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne aos objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação.

Os cursos de graduação tecnológicos são cursos regulares de educação superior, enquadrados no disposto no inciso II, art. 44, da Lei nº 9.394/96 (LDB), com Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo CNE, com foco no domínio e na aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos em áreas específicas de conhecimento relacionado a uma ou mais áreas profissionais.

Esses cursos têm por finalidade o desenvolvimento de competências profissionais que permitam tanto a correta utilização e aplicação da tecnologia e o desenvolvimento de novas aplicações ou adaptação em novas situações profissionais, quanto o entendimento das implicações daí decorrentes e de suas relações com o processo produtivo e a sociedade. Os objetivos a serem atingidos pelos cursos superiores de tecnologia são (Resolução CNE/CP nº 3/2002, art. 2º):

- I - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;
- II - incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- III - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;
- IV - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;
- V - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;
- VI - adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;
- VII - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

#### *8.4.2.1 Princípios Orientadores dos Cursos de Graduação Tecnológica*

Os currículos dos Cursos Superiores de Tecnologia devem ser estruturados em função das competências a serem adquiridas e ser elaborados a partir das necessidades oriundas do mundo do trabalho. O objetivo é o de capacitar o estudante para o desenvolvimento de competências profissionais que se traduzam na aplicação, no desenvolvimento (pesquisa aplicada e inovação tecnológica) e na difusão de tecnologias, na gestão de processos de produção de bens e serviços e na criação de condições para articular, mobilizar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, valores e atitudes para responder, de forma original e criativa, com eficiência e eficácia, aos desafios e requerimentos do mundo do trabalho. São princípios norteadores da Educação Profissional de Nível Tecnológico, essencialmente, aqueles enunciados pelo Artigo 3º da LDB para toda a Educação Escolar. É importante registrá-los neste parecer, para que sejam efetivamente considerados pelos estabelecimentos de ensino em seus respectivos Projetos Pedagógicos. São eles:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

#### *8.4.2.2 Diretrizes e Indicadores Metodológicos para os Cursos Superiores de Tecnologia ou Graduação Tecnológica*

A organização curricular dos cursos de graduação tecnológica, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância, observa os referenciais legais que norteiam as instituições formadoras, definem o perfil, a atuação e os requisitos básicos necessários à formação profissional do

Tecnólogo, e estabelecem competências e habilidades, conteúdos curriculares, prática profissional, bem como os procedimentos de organização e funcionamento dos cursos.

A matriz curricular dos cursos deve atender às exigências de carga horária presentes no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, com um determinado percentual de horas destinadas à formação científico-tecnológica, de acordo com o eixo tecnológico, envolvendo prática profissional como componente curricular (não contabilizada na carga horária mínima exigida), produção de trabalho de conclusão de curso e atividades de pesquisa e extensão.

Apresentam-se, a seguir, as diretrizes e os indicadores metodológicos para os cursos superiores de tecnologia, tomando-se como referência: estrutura curricular, prática profissional, requisitos e formas de acesso.

No que se refere à estrutura curricular, deve-se considerar a organização dos cursos superiores de tecnologia em núcleos que respondam às necessidades formativas resultantes de constante contato com o setor produtivo, às definições do perfil de conclusão, às características especiais da graduação tecnológica e às exigências metodológicas de ordem teórica e prática. Desse modo, a matriz curricular dos cursos de graduação tecnológica está organizada em dois núcleos: o núcleo fundamental e o núcleo científico e tecnológico.

O núcleo fundamental compreende conhecimentos científicos imprescindíveis ao bom desempenho acadêmico dos ingressantes, e contempla, ainda, proposta de revisão de conhecimentos de formação geral que servirão de base para a formação técnica. Tem como elementos indispensáveis o domínio da língua materna e os conceitos básicos das ciências, de acordo com as necessidades do curso.

O núcleo científico e tecnológico compreende disciplinas destinadas à caracterização da identidade do profissional tecnólogo, e é composto por: uma unidade básica, relativa a conhecimentos de formação científica para o ensino superior e de formação tecnológica básica; e uma unidade tecnológica, relativa à formação tecnológica específica, de acordo com o curso de tecnologia, contemplando conhecimentos de estreita articulação com o curso, elementos expressivos para a integração curricular e conhecimentos da formação específica, de acordo com o campo de conhecimentos da área, com a atuação profissional e as regulamentações do exercício da profissão.

#### 8.4.3 Os Cursos de Engenharia

A Lei 5194/66 caracterizou a profissão de engenheiro nas realizações de interesse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos:

- aproveitamento e utilização de recursos naturais;

- meios de locomoção e comunicações;
- edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos;
- instalações e meios de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres;
- desenvolvimento industrial e agropecuário.
- A mesma Lei dispõe que o engenheiro tem como atividades e atribuições profissionais:
- desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas, de economia mista e privada;
- planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;
- estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;
- ensino, pesquisas, experimentação e ensaios;
- fiscalização de obras e serviços técnicos;
- direção de obras e serviços técnicos;
- execução de obras e serviços técnicos;
- produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.

Segundo a Resolução 218/73 do CONFEA, as atividades que podem ser executadas por engenheiros são:

- Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;
- Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;
- Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;
- Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria;
- Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico;
- Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;
- Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica;
- Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica, extensão;
- Atividade 09 - Elaboração de orçamento;
- Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;
- Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico;
- Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;

- Atividade 13 - Produção técnica e especializada;
- Atividade 14 - Condução de trabalho técnico;
- Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
- Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;
- Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;
- Atividade 18 - Execução de desenho técnico.

A Resolução CNE/CES 11, de 11 de março de 2002, estabelece o perfil do egresso dos cursos de engenharia, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a absorver e a desenvolver novas tecnologias, estimulando a atuação crítica e criativa na identificação e na resolução de problemas, bem como considerando os aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

#### *8.4.3.1 Princípios Orientadores e Características dos Cursos de Engenharia*

A SETEC/MEC publicou um documento intitulado “Princípios Norteadores das Engenharias nos Institutos Federais”, em 2009. Ele estabelece que os currículos dos cursos de engenharia devem contemplar ações incisivas para conter e reverter o processo de comprometimento e destruição do planeta. Além disso, devem retratar a realidade social que as instituições assumem, sem deixar de lado uma base sólida na área específica, mas com a devida flexibilidade para permitir sucessivas especializações ou atualizações contínuas.

No modelo pensado para os Institutos Federais, há um fator a mais que precisa ser considerado. Por se tratar de instituição que busca um grau elevado de integração entre as propostas de formação, a convivência de diferentes modalidades de graduações no interior dos Institutos favorece a interlocução de saberes.

Com base nesses requisitos, as propostas curriculares dos cursos superiores de graduação devem ser norteadas pelos seguintes princípios e características:

- sintonia com a sociedade e o mundo produtivo;
- diálogo com os arranjos produtivos culturais, locais e regionais;
- preocupação com o desenvolvimento humano sustentável;
- estabelecimento de metodologias que viabilizem a ação pedagógica interdisciplinar e transdisciplinar dos saberes;
- realização de atividades em ambientes de formação para além dos espaços convencionais;

- interação de saberes teórico-práticos ao longo do curso;
- percepção da pesquisa e da extensão como sustentadoras das ações na construção do conhecimento;
- construção da autonomia dos discentes na aprendizagem;
- promoção da mobilidade acadêmica por meio de cooperação técnica intrainstitucional e interinstitucional, possibilitando o compartilhamento de recursos, a construção de projetos de pesquisa e de extensão intrainstitucionais e interinstitucionais;
- possibilidade de alteração no itinerário curricular para os estudantes intra e interinstitucional;
- estabelecimento de procedimentos inovadores para o acesso e para a certificação dos estudantes;
- comparabilidade de currículo, com adoção de procedimentos que concorram para as ações de ensino, pesquisa e extensão;
- integração da comunidade discente de diferentes níveis e modalidades de ensino, contribuindo para a concretização do princípio da verticalização.

#### *8.4.3.2 Diretrizes e Indicadores Metodológicos para os Cursos de Engenharia*

A organização curricular dos cursos de engenharia, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância, observa os referenciais legais que norteiam as instituições formadoras, definem o perfil, a atuação e os requisitos básicos necessários à formação profissional do Engenheiro, e estabelecem competências e habilidades, conteúdos curriculares, prática profissional, bem como os procedimentos de organização e funcionamento dos cursos.

Os cursos de engenharia devem ser organizados em uma base de conhecimentos científicos e tecnológicos e desenvolvidos com uma carga horária mínima de 3600 horas, de acordo com a Resolução CNE/CES 002/2007. A estrutura curricular deve compreender dez períodos letivos, na proporção de um semestre para cada período letivo, em regime seriado, com período semestral, ou 5 períodos letivos, na proporção de um ano para cada período letivo, em regime seriado, com período anual.

Apresentam-se, a seguir, as diretrizes e os indicadores metodológicos para os cursos superiores de engenharia, tomando-se como referência a estrutura curricular, a prática profissional e os requisitos e formas de acesso.

Em relação à estrutura curricular, de acordo com a Resolução CNE/CES 11/2002, todo curso de engenharia, independentemente de sua modalidade, deve possuir em seu currículo um núcleo de

conteúdos básicos, um núcleo de conteúdos profissionalizantes e um núcleo de conteúdos específicos que caracterizem a modalidade:

- núcleo de conteúdos básicos, cerca de 30% da carga horária mínima, versará sobre os tópicos que seguem: I - Metodologia Científica e Tecnológica; II - Comunicação e Expressão; III - Informática; IV - Expressão Gráfica; V - Matemática; VI - Física; VII - Fenômenos de Transporte; VIII - Mecânica dos Sólidos; IX - Eletricidade Aplicada; X - Química; XI - Ciência e Tecnologia dos Materiais; XII - Administração; XIII - Economia; XIV - Ciências do Ambiente; XV - Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania.

- núcleo de conteúdos profissionalizantes, cerca de 15% de carga horária mínima, versará sobre um subconjunto coerente dos tópicos abaixo discriminados, a ser definido pela IES: I - Algoritmos e Estruturas de Dados; II - Bioquímica; III - Ciência dos Materiais; IV - Circuitos Elétricos; V - Circuitos Lógicos; VI - Compiladores; VII - Construção Civil; VIII - Controle de Sistemas Dinâmicos; IX - Conversão de Energia; X - Eletromagnetismo; XI - Eletrônica Analógica e Digital; XII - Engenharia do Produto; XIII - Ergonomia e Segurança do Trabalho; XIV - Estratégia e Organização; XV - Físico-química; XVI - Geoprocessamento; XVII - Geotecnia; XVIII - Gerência de Produção; XIX - Gestão Ambiental; XX - Gestão Econômica; XXI - Gestão de Tecnologia; XXII - Hidráulica, Hidrologia Aplicada e Saneamento Básico; XXIII - Instrumentação; XXIV - Máquinas de fluxo; XXV - Matemática discreta; XXVI - Materiais de Construção Civil; XXVII - Materiais de Construção Mecânica; XXVIII - Materiais Elétricos; XXIX - Mecânica Aplicada; XXX - Métodos Numéricos; XXXI - Microbiologia; XXXII - Mineralogia e Tratamento de Minérios; XXXIII - Modelagem, Análise e Simulação de Sistemas; XXXIV - Operações Unitárias; XXXV - Organização de computadores; XXXVI - Paradigmas de Programação; XXXVII - Pesquisa Operacional; XXXVIII - Processos de Fabricação; XXXIX - Processos Químicos e Bioquímicos; XL - Qualidade; XLI - Química Analítica; XLII - Química Orgânica; XLIII - Reatores Químicos e Bioquímicos; XLIV - Sistemas Estruturais e Teoria das Estruturas; XLV - Sistemas de Informação; XLVI - Sistemas Mecânicos; XLVII - Sistemas operacionais; XLVIII - Sistemas Térmicos; XLIX - Tecnologia Mecânica; L - Telecomunicações; LI - Termodinâmica Aplicada; LII - Topografia e Geodésia; LIII - Transporte e Logística três unidades: a unidade básica, a unidade estruturante/engenharia básica e a unidade de engenharia.

- núcleo de conteúdos específicos se constitui em extensões e aprofundamentos dos conteúdos do núcleo de conteúdos profissionalizantes, bem como de outros conteúdos destinados a caracterizar modalidades. Estes, consubstanciando o restante da carga horária total, serão propostos exclusivamente pela IES. Constituem-se em conhecimentos científicos, tecnológicos e instrumentais necessários para a definição das modalidades de engenharia e devem garantir o desenvolvimento das competências e habilidades estabelecidas nas diretrizes.

Além disso, nos conteúdos de Física, Química e Informática, é obrigatória a existência de atividades de laboratório. Nos demais conteúdos básicos, deverão ser previstas atividades práticas e de laboratórios, com enfoques e intensidade compatíveis com a modalidade pleiteada.

As disciplinas que compõem a matriz curricular devem estar articuladas, fundamentadas numa visão interdisciplinar e orientadas pelos perfis profissionais de conclusão, ensejando ao educando a formação de uma base de conhecimentos científicos e tecnológicos, bem como a aplicação de conhecimentos teórico-práticos específicos de uma área profissional. A matriz curricular contribui, assim, para uma sólida formação técnico-humanística.

Devem ser estimuladas atividades complementares que articulem teoria e prática, como, por exemplo, trabalhos de iniciação científica, projetos multidisciplinares, visitas técnicas, trabalhos em equipe, desenvolvimento de protótipos, monitorias e participação em empresas juniores. Nessas atividades, devem-se desenvolver posturas de cooperação, comunicação e liderança.

Ao final do curso, deve ser desenvolvido um trabalho de conclusão de curso, com o registro das atividades de pesquisa e/ou de extensão realizadas durante o ciclo, como atividade de síntese e integração de conhecimento.

A formação do engenheiro incluirá, como etapa integrante da graduação, estágios curriculares obrigatórios sob supervisão direta da instituição de ensino, através de relatórios técnicos e acompanhamento individualizado durante o período de realização da atividade. A carga horária mínima do estágio curricular deverá atingir 160 (cento e sessenta) horas. Ao integralizar todos os componentes curriculares do ciclo de engenharia, o estudante recebe o diploma de engenheiro no respectivo curso.

Tanto os projetos quanto o estágio podem ser desenvolvidos no IFPA, na comunidade e/ou em locais de trabalho, objetivando a unidade entre teoria-prática e baseando-se nos princípios da interdisciplinaridade e da contextualização e na gestão de processos de produção.

#### 8.4.4 Os Cursos de Licenciatura

Existe uma intenção a ser seguida e estabelecida na construção de um novo Plano Nacional de Educação, no “PNE 2015 Planos e Estratégias”, extraída da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010) publicada pelo próprio Ministério da Educação, que para o Ensino Superior prevê: **a)** a ampliação e expansão da oferta do ensino superior, especialmente a pública, por meio da garantia de acesso e permanência na instituição **b)** excelência na formação de profissionais da educação.

Nesse contexto, o **Programa de Formação de Professores (PARFOR)** nasce com o objetivo de induzir e fomentar a oferta e formação no ensino superior. Esse Programa emergencial, instituído para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e

implantado em regime de colaboração entre a Capes, os estados, municípios o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES (BRASIL, 2016), prevê num só Programa de formação atender:

- I. Licenciatura**
- II. Segunda licenciatura**
- III. Formação pedagógica**

Assim como o ProUni – Programa Universidade para Todos foi criado pelo Governo Federal em 2004 pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o PARFOR tem como objetivo a emissão de bolsas de estudos para alunos matriculados em cursos de graduação junto a instituições privadas de educação superior.

Portanto, a valorização de cursos de formação superior nas modalidades presenciais ou a distância tem se revelado promissora no Brasil, desde 2004, pois tem sido possível a democratização do acesso ao ensino superior em lugares, regiões, onde, muitas vezes, as condições geográficas dificultam esse acesso.

#### *8.4.4.1 Dimensões da Formação Profissional Docente*

À medida que a legislação máxima da educação exige, por meio de um instrumento jurídico, a formação docente, com base, na absorção de conhecimento científico e na capacitação e/ou formação continuada, no seu bojo, o legislador já previa que a escola enquanto organismo dinâmico exigiria novas adequações, novos olhares, novas práticas, pois, a escola, mais do que nunca, se tornou um todo complexo no fazer cotidiano, que muitas vezes leva o Professor a (re)repensar permanentemente suas práticas.

A necessidade da instrução do sujeito, obriga um novo processo (re)formativo, pois, “Instruir é proporcionar conhecimentos e habilidades que permitam às pessoas ganhar seu pão e seu conforto com facilidade” (MOREIRA, 2012), pois, o próprio papel que o hoje assume o profissional docente no “educar” do aluno, precisa ser refletido seriamente, para além do mero discurso em “ser educador”: “...educar é criar hábitos e sentimentos que permitam ao educando adaptar ao meio social em que há de viver, para nele ser feliz sem impedir a felicidade dos outros”, pois esse chamado exige um nível de formação/capacitação que precisa ser seriamente pensando, estudado e praticado.

Somente a partir da análise do conceito “dimensionar” já nos permite longas horas de reflexão, ou no dizeres de Castrogiovanni (2012): “uma educação que tem por objetivo a autonomia do sujeito passa por municiar o aluno de instrumentos que lhe permitam pensar, ser criativo e ter informações a

respeito do mundo em que vive”, o tripé acima citado, “pensamento”, “criatividade” e informação é o puro reflexo do dimensionar a formação do professor para e no século XXI.

#### *8.4.4.2 Formação Profissional para a Docência*

Considerando o disposto na Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases (LDB), estabelece-se que a formação dos profissionais em educação far-se-á mediante passagem pelo rito superior em curso de licenciatura, de graduação plena, para a prática e o exercício do magistério, podendo ser utilizados os recursos tecnológicos da educação à distância como subsídio, pois a preferência deve ser na modalidade presencial.

Inclusive cabendo à união, estados e municípios a promoção da formação e a capacitação desses profissionais. Logo, não basta ser formando nesta ou naquela área, mas é necessário renovar-se adequadamente para os desafios constantes que a profissão exige.

Considerando-se esses aspectos, o processo formativo para atuação em sala de aula pressupõe que o profissional da educação também passe por um “banco de escola” no seu processo formativo, em face da própria complexidade que o exercício de “ser professor” exige, pois, à medida que a escola se desenvolve, seu espaço como um todo é um espaço complexo, no sentido que a escola deve ser vivida por esse profissional, pois, o sujeito a ser formado é cada vez mais exigente e ao mesmo tempo mais carente face ao desenvolvimento da sociedade.

Hoje em dia, a prática desse profissional exige que ele seja professor, mas o condiciona a ser chamado de educador (Moreira, 2012), não no sentido de ser autor da autonomia de um sujeito, mas ao chamado para atuar num perfil de escola, que não é meramente um espaço com alunos presentes, mas uma constituição de identidades que exige do professor uma formação sólida, como acesso a uma literatura e disciplinas nas mais diversas áreas do conhecimento que lhe permitam enxergar e pensar como atuar na docência. Por essa razão, há inúmeras discussões de separação entre os cursos formadores de bacharéis e licenciaturas, pois muitas vezes, por sua natureza distinta no processo formativo, o primeiro, nem sempre prepara o profissional para atuar no ambiente labiríntico da sala de aula, pois essa é a realidade atual do aluno e não podemos negar-lhe essa realidade enquanto processo formativo (STRAFORINI, 2004).

#### *8.4.4.3 Princípios Orientadores da Formação de Professores*

A Resolução CNE/CP nº 02/2015 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para

graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Essa resolução prevê um conjunto de princípios, estabelecidos em seu Art. 3, § 5º. São eles:

I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da educação básica como compromisso público de Estado, buscando assegurar o direito das crianças, jovens e adultos à educação de qualidade, construída em bases científicas e técnicas sólidas em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica;

II - a formação dos profissionais do magistério (formadores e estudantes) como compromisso com projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e grupos sociais, atenta ao reconhecimento e à valorização da diversidade e, portanto, contrária a toda forma de discriminação;

III - a colaboração constante entre os entes federados na consecução dos objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, articulada entre o Ministério da Educação (MEC), as instituições formadoras e os sistemas e redes de ensino e suas instituições;

IV - a garantia de padrão de qualidade dos cursos de formação de docentes ofertados pelas instituições formadoras;

V - a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

VI - o reconhecimento das instituições de educação básica como espaços necessários à formação dos profissionais do magistério;

VII - um projeto formativo nas instituições de educação sob uma sólida base teórica e interdisciplinar que reflita a especificidade da formação docente, assegurando organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorrem para essa formação;

VIII - a equidade no acesso à formação inicial e continuada, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, regionais e locais;

IX - a articulação entre formação inicial e formação continuada, bem como entre os diferentes níveis e modalidades de educação;

X - a compreensão da formação continuada como componente essencial da profissionalização inspirado nos diferentes saberes e na experiência docente, integrando-a ao cotidiano da instituição educativa, bem como ao projeto pedagógico da instituição de educação básica;

XI - a compreensão dos profissionais do magistério como agentes formativos de cultura.

Os elementos ensino, diversidade, práticas culturais e investigativas (projeto e pesquisa), o uso de tecnologias de informação e desenvolvimento de atividade em equipe, enquanto princípios, devem estar de acordo com um novo contexto social no Brasil, que influencia a formação de um novo tipo de profissional que vai atuar na área da educação, pois o todo da escola que se apresenta hoje é muito complexo no exercício cotidiano de ser professor.

#### *8.4.4.4 Diretrizes e Indicadores Metodológicos dos Cursos de Licenciatura em Educação Básica*

Elencamos abaixo algumas diretrizes e indicadores metodológicos que devem reger este nível de ensino:

- Elaboração de aulas temáticas associadas a eixos transversais que valorizem a cultura local e o respeito à diversidade de gênero;
- A promoção de atividades científicas e culturais, tais como visitas em locais de difusão de elementos artísticos e culturais como complementação de carga horária;
- Acesso a cursos de formação nas áreas de recursos didáticos e metodologia no âmbito das tecnologias para uso e aplicação no ensino;
- fomento de trabalhos em equipe a partir da: teorização, orientação, construção aplicação e socialização da Pedagogia de Projetos no ambiente escolar associado.

**IFPA**Campus  
Belém**PROJETO  
POLÍTICO  
PEDAGÓGICO****2017**

## 8.5 Política de Educação Superior de Pós Graduação

A política de pós-graduação no Instituto Federal do Pará é definida pela Resolução n° 201/2015 - CONSUP, de 14 de Dezembro de 2015, e está, por sua vez, alinhada com a Lei n° 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e demais legislações pertinentes. Conforme a supracitada Lei 11.892/2008, n° Art. 7°, é definido como objetivo dos Institutos Federais:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

VI - ministrar em nível de educação superior:

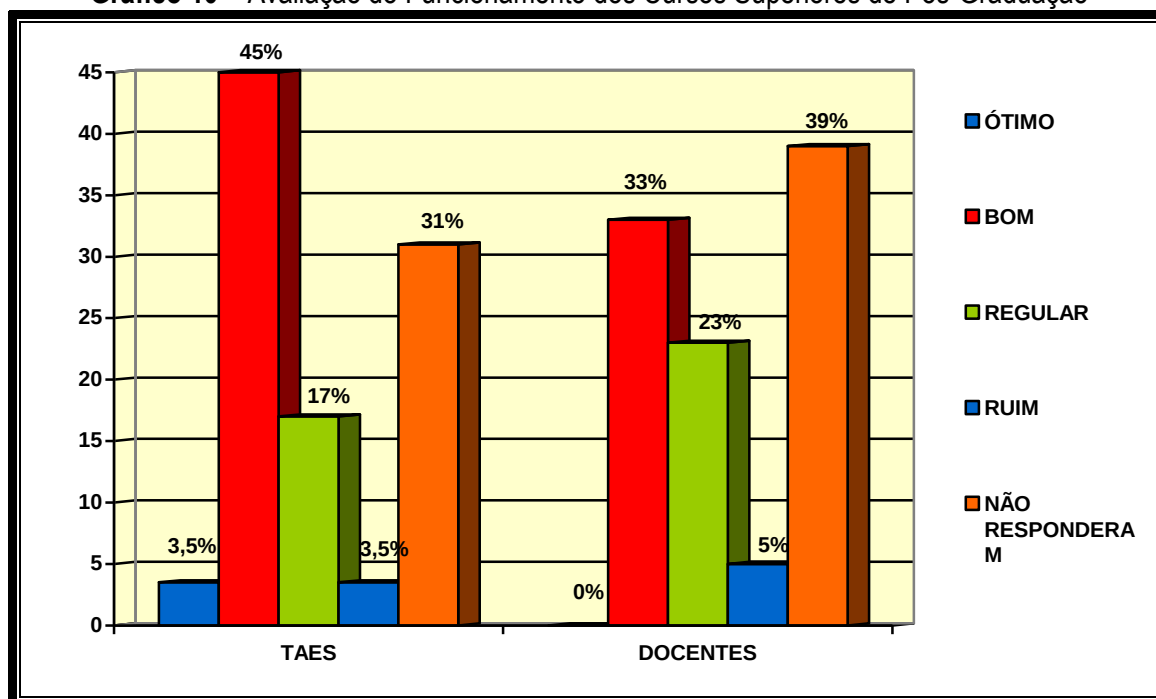
**d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e**

**e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (Grifo nosso).**

Percebe-se, portanto, que os Institutos Federais são instituições que tem a oferta de pós-graduação, tanto no nível *lato sensu* quanto no nível *stricto sensu*, como um de seus objetivos precípuos. Ainda a mencionada legislação, no Art. 6° estabelece que as ofertas educativas devem estar orientadas à consolidação e fortalecimento dos arranjos locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal.

As modalidades de oferta e a forma de implementação dos cursos de pós-graduação também estão definidas na Resolução n° 201/2015. O Art. 2° estabelece que as referidas ofertas podem ser implementadas exclusivamente pela instituição ou através de parcerias devidamente aprovadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.

Durante a consulta pública, os servidores técnicos administrativos e docentes avaliaram o funcionamento dos cursos superiores de pós-graduação ofertados pelo IFPA-Campus Belém. Ambas as categorias avaliaram como bom o funcionamento, 45% e 33%, respectivamente. O gráfico abaixo demonstra com exatidão essas informações.

**Gráfico 10 – Avaliação do Funcionamento dos Cursos Superiores de Pós-Graduação**

Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário.

Portanto, os dados apontam que, apesar de estarem em um patamar avaliativo “bom”, muito ainda precisa melhorar em relação à oferta de cursos superiores de pós-graduação, principalmente em relação ao mestrado. Outro ponto bem relevante dessa pesquisa é que muitos docentes e TAEs não souberam ou não quiseram avaliar essa política, com 39% e 31%, respectivamente. Alguns docentes justificam a sua falta de avaliação, pois não atuam na pós-graduação; os que atuam acham bom com restrições porque pode melhorar muito em vários aspectos, como infraestrutura física, laboratórios e apoio didático. Em relação aos TAEs, muitos afirmam não terem conhecimento específico e suficiente para avaliar.

#### 8.5.1 Concepção e Princípios da Educação Superior de Pós-Graduação

Os princípios da oferta de cursos de pós-graduação no IFPA devem estar alinhados com sua vocação, que é a formação de pessoal qualificado para atuar no mundo do trabalho. Não há dúvidas de que as exigências do universo profissional, nos dias atuais, demonstram a necessidade de profissionais pós-graduados com habilidade de elaborar técnicas e aperfeiçoar processos com um perfil diferenciado daqueles profissionais que possuem apenas a graduação. É claro também, que o perfil dos egressos dos cursos de pós-graduação com roupagem excessivamente acadêmica, como no caso das ofertas formativas oriundas das Universidades, também não atende a essa realidade. É nesse nicho que o IFPA propõe a sua atuação. Assim, a concepção dos cursos de pós-graduação do IFPA deve ter essa

visão em foco. O perfil do egresso deve refletir de forma consistente a aplicação profissional, de forma prática e articulada com o mundo do trabalho e com as necessidades dos arranjos produtivos locais, regionais e nacionais.

O Art. 7º da Lei nº 11.892 deixa claro que o desenvolvimento da pesquisa aplicada é um dos objetivos dos Institutos Federais. Cabe aqui um parêntese para que seja definida a pesquisa aplicada. Segundo a Resolução 160/2015 - CONSUP, de 27/11/2015, em seu anexo, Art. 3º define-se:

Art. 3º. Para os fins de aplicação deste regulamento, a Pesquisa é classificada como:

**II - Pesquisa Aplicada: é a relacionada às atividades que utilizam o conhecimento gerado por meio da pesquisa básica para resolver problemas voltados para aplicações concretas, incluindo as atividades de inovação;** (Grifo nosso)

Percebe-se, portanto, que o foco das atividades desenvolvidas nos cursos de pós-graduação deve estar voltado para o desenvolvimento de pesquisas que atendam a necessidades práticas e problemas reais, fator preponderante da pesquisa aplicada. Deve-se deixar bem claro que a pesquisa básica, com perfil mais acadêmico também tem sua importância e, de forma alguma deve ser desprezada; entretanto, a concepção dos Institutos Federais deixa claro que essa modalidade não deve ser a principal via de fomento.

Assim, entende-se que as propostas de curso de pós-graduação no IFPA - Campus Belém devem atender essa diretriz. Compreende-se que essa é a vocação da instituição.

Outro ponto importante a ser tratado é o perfil de formação dos docentes que compõem o quadro de professores. É sabido que a grande maioria dos professores do Campus Belém possuem formação, em nível de pós-graduação, com perfil acadêmico e, dessa forma, é natural que as ofertas de cursos reflitam essa realidade. Assim, é fundamental que haja um comprometimento dos mesmos em buscar uma nova forma de pesquisar, com ponto de vista mais voltado à pesquisa aplicada, que consequentemente irá refletir nas ofertas formativas da pós-graduação.

Mediante o exposto, percebe-se que a vocação da instituição aponta para a oferta de pós-graduação nos seguintes moldes:

- Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*: Constituem-se cursos de Especialização, com duração mínima de 360 horas, além do tempo necessário para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) individual. Tais cursos devem refletir a necessidade de formação de recursos humanos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho e dos arranjos produtivos locais, regionais e nacionais;
- Cursos de Mestrado Profissional: Devem ser constituídos em cursos que ofereçam capacitação profissional de natureza diferente da oferecida pelos mestrados

acadêmicos, com definição clara da linha de pesquisa voltada à pesquisa aplicada. Devem associar de forma clara a teoria e a prática, enfatizando sua inserção social e incluindo relacionamentos com parceiros do mundo do trabalho.

- Cursos de Doutorado: Devem atender as exigências regulamentares de cada área de atuação, de acordo com as normas da CAPES.

#### 8.5.2 Diretrizes e Indicadores Metodológicos dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu

Os cursos de pós-graduação Lato Sensu são cursos que compreendem as formações especializadas em determinada área do conhecimento com duração mínima de 360 horas, acrescidas do tempo necessário para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso. No IFPA, a regulamentação da oferta dos cursos de pós-graduação Lato Sensu é feita pela Resolução nº 201/2015 – CONSUP, de 14/12/2016. As principais diretrizes para essa modalidade são:

- Os cursos poderão ser ofertados nas modalidades presencial, semipresencial e a distância;
- Poderão ser oferecidos de forma exclusiva pelo IFPA, ou por meio de associações com outras instituições ou em rede;
- A proposta de criação dos cursos de pós-graduação Lato Sensu deverá ser elaborada por comissão designada pelo Diretor geral do Campus interessado;
- A proposta do Plano Pedagógico do Curso (PPC) deverá ser aprovada pelo Conselho Diretor do Campus;
- O processo seletivo do curso Lato Sensu só poderá ser realizado após a aprovação de sua implantação pelo CONSUP;
- Pelo menos 75% dos integrantes do Corpo Docente dos cursos de pós-graduação Lato Sensu deverão ser servidores ativos do IFPA e;
- O corpo docente deverá ser constituído por professores especialistas ou de reconhecida capacidade técnico-profissional, sendo que 50% (cinquenta por cento) destes, pelo menos, deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor obtido em programa de pós-graduação stricto sensu reconhecido pelo Ministério da Educação.

Os principais indicadores metodológicos dos cursos de Pós-graduação Lato Sensu são:

- Número de Cursos Oferecidos;
- Número de Alunos ingressantes;
- Número de Alunos concluintes;

### 8.5.3 Diretrizes e Indicadores Metodológicos dos Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu

Os cursos de Pós-graduação Stricto Sensu compreendem os cursos de mestrado, mestrado profissional e doutorado. No IFPA, esses cursos são regulamentados pela mesma resolução que regulamentou os cursos de pós-graduação stricto sensu, ou seja, a Resolução nº 201/2015 – CONSUP, de 14/12/2015. Para essa modalidade, as principais diretrizes são:

- Os cursos poderão ser ofertados somente na modalidade presencial;
- Poderão ser oferecidos de forma exclusiva pelo IFPA, ou por meio de associações com outras instituições ou em rede;
- A proposta de criação dos cursos de pós-graduação Lato Sensu deverá ser elaborada por comissão designada pelo Diretor geral do Campus interessado;
- A proposta do Plano Pedagógico do Curso (PPC) deverá ser aprovada pelo Conselho Diretor do Campus;
- O processo seletivo do curso Lato Sensu só poderá ser realizado após a aprovação de sua implantação pela CAPES;
- Pelo menos 75% dos integrantes do Corpo Docente dos cursos de pós-graduação Lato Sensu deverão ser servidores ativos do IFPA e;
- O Corpo Docente deverá ser constituído por professores com título de doutor para os cursos de Doutorado e Mestrado Acadêmico e para os cursos de Mestrado Acadêmico é exigido o que dispõe a Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de Dezembro de 2009.

Os principais indicadores metodológicos dos cursos de Pós-graduação Lato Sensu são:

- Número de Cursos Oferecidos;
- Número de Alunos ingressantes;
- Número de Alunos concluintes.

### 8.5.4 Diretrizes Gerais de Certificação/Diplomação para os Cursos de Pós-Graduação

Aos concluintes dos cursos de pós-graduação Lato Sensu será expedido certificado com título de Especialista na área de conhecimento relativa ao curso. O certificado somente poderá ser concedido após a conclusão de todas as disciplinas, bem com a defesa do trabalho de conclusão de curso, que obrigatoriamente deverá ser desenvolvido individualmente pelo aluno.

Com relação aos cursos de pós-graduação Stricto sensu será expedido diploma de Mestre ou Doutor na área de conhecimento relativa ao curso. O diploma dos cursos de mestrado profissional possui o mesmo valor e dá os mesmos direitos que os portadores de diplomas de curso de mestrado

acadêmicos. Os diplomas serão concedidos apenas após a conclusão de todos os créditos necessários e a defesa de dissertação ou tese de conclusão e após homologação por parte do colegiado do curso.

**IFPA**Campus  
Belém

# PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**2017**

## 9 POLÍTICA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O IFPA-Campus Belém, com base na legislação que dá suporte à oferta de educação profissional e tecnológica na rede federal, além da oferta de cursos de cursos técnicos, tecnológicos, engenharias, licenciaturas e de pós-graduação, pode também desenvolver cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (FIC).

Para efeitos legais, a oferta de cursos FIC no IFPA-Campus Belém deverá estar em sintonia com o Regulamento Didático Pedagógico do IFPA (Resolução 041/2015-CONSUP ) que trata desta oferta no título III, capítulo I, seção I, artigos 20 a 30 e na seção II, artigos 31 e 32.

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI-2014/2018), os programas em funcionamento no âmbito do IFPA, incluindo o Campus Belém são os seguintes:

**PROCAMPO:** Como o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) apóia a implantação de cursos regulares de licenciatura em Educação do Campo em instituições públicas de Ensino Superior, o IFPA participa desse programa com vistas à formação de educadores para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio nas escolas rurais. A consolidação de oferta de cursos de formação por meio desse programa consolida a política de ensino defendida pela PROEN em favor das demandas oriundas das necessidades circunscritas à zona rural e dos movimentos sociais;

**PARFOR:** O Plano Nacional de Formação de Professores de Educação Básica (PARFOR), na modalidade presencial, é um programa instituído para atender ao disposto no inciso III do Artigo 1º do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e implantado em regime de colaboração entre a CAPES, os estados, os municípios, o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior – IES. Como o PARFOR propõe-se a fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de Educação Básica, com o objetivo de que estes profissionais possam obter formação exigida pela LDB, o IFPA continua a participar desse programa educacional, desde 2010.

**PIBID:** O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) é um programa educacional proposto pela CAPES que visa à valorização do magistério a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Seu objetivo principal é proporcionar aos alunos bolsistas qualificação que lhes permita adquirir habilidades para o desenvolvimento da prática docente. O IFPA, ao ofertar cursos de licenciatura, reúne condições desde 2010 para participar desse programa a partir

de um trabalho articulado com as escolas públicas estaduais, consideradas escolas parceiras na recepção dos alunos do IFPA em seus primeiros passos para o exercício da carreira como futuros professores. Atualmente, o PIBID IFPA está presente em três campi: Abaetetuba, Belém e Bragança. A Resolução nº206/2014-CONSUP aprova o Regimento Interno para o PIBID, no âmbito do IFPA.

**PIBID DIVERSIDADE:** O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência para a Diversidade – PIBID Diversidade é um programa educacional proposto pela CAPES tem como objetivo o aperfeiçoamento da formação inicial de professores para o exercício da docência nas escolas indígenas e do campo. O PIBID Diversidade concede bolsas a alunos matriculados em cursos de licenciatura nas áreas Intercultural Indígena e Educação do Campo, para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas em escolas de educação básica indígenas e do campo (incluídas as escolas quilombolas, extrativistas e ribeirinhas). O IFPA, ao ofertar cursos de licenciatura para alunos que já atuam em escolas localizadas na zona rural, reúne condições para participar desse programa educacional. Assim, desde 2013, está presente em dois campi: Bragança e Santarém.

**LIFE:** O Laboratório de Iniciação à Formação de Educadores (LIFE) em 2011 selecionou propostas que tivessem por objetivo criar laboratórios interdisciplinares de formação de educadores. Esses laboratórios constituem espaços de uso comum das licenciaturas nas dependências de Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), destinados a promover a interação entre diferentes cursos de formação de professores, de modo a incentivar o desenvolvimento de metodologias voltadas para: a inovação das práticas pedagógicas; a formação de caráter interdisciplinar a estudantes de licenciatura; a elaboração de materiais didáticos de caráter interdisciplinar; o uso de TIC; e a articulação entre os programas da Capes relacionados à educação básica. No IFPA, o LIFE foi implementado em dois *campi*: Belém e Abaetetuba, reunindo de forma interdisciplinar os Cursos de Letras, Matemática, Química e Geografia.

**Rede e-Tec Brasil:** A Rede e-Tec do Brasil constitui uma ação do Ministério da Educação com foco na oferta de cursos técnicos a distância, além de formação inicial e continuada de trabalhadores egressos do Ensino Médio ou da Educação de Jovens e Adultos. A participação do IFPA na Rede e-Tec se dá desde 2008.

**Profucionário:** O Programa Profucionário visa à formação dos funcionários de escola, em efetivo exercício, em habilitação compatível com a atividade que exerce na educação. Articulado com as escolas públicas estaduais e as do município, o IFPA desenvolve o Profucionário desde 2010,

favorecendo a certificação de capacitação técnica dos funcionários das escolas estaduais e municipais, conforme estabelece as regras do referido programa.

**PROEXT-MEC:** O PROEXT-MEC é o Programa de Extensão Universitária do MEC que visa fomentar as ações de extensão das instituições de ensino superior. Abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior.

**Ciência sem Fronteiras:** Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

**Bolsa Formação – PRONATEC:** A Bolsa-Formação é uma ação no âmbito do Pronatec, que diz respeito à oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada, ou de qualificação profissional. Seu público prioritário é constituído por estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, entre outros.

**MULHERES MIL:** Em 2011 o IFPA aderiu ao Programa Nacional Mulheres Mil, que foi Instituído pela Portaria MEC nº 1.015, de 21 de julho de 2011. Desenhado a partir da observância das diretrizes do governo brasileiro, em torno da redução da desigualdade social e econômica de populações marginalizadas, e do compromisso do país com a defesa da igualdade de gênero, o Programa integra as ações do Plano Brasil sem Miséria, instituído pelo Decreto nº 7.492, de 2 de julho de 2011. O Programa surge como uma possibilidade de aliar a educação à qualificação profissional, visando à diminuição de problemas sociais em comunidades de baixo índice de desenvolvimento humano, bem como contribui com a ampliação da formação de profissionais para os mais diversos setores.

**Centros Vocacionais Tecnológicos:** Os Centros Vocacionais Tecnológicos fazem parte da política governamental de ciência e tecnologia, da Secretaria Ciência e Tecnologia para Inclusão Social-SECIS do Ministério da Ciência e Tecnologia. São unidades de ensino e de profissionalização, voltados para a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, conhecimentos práticos na área de serviços técnicos, além da transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processo produtivo.

**Núcleo de Tecnologias Assistivas:** O Núcleo de Tecnologias Assistivas do IFPA foi aprovado em 2012, através de Edital lançado pela Secretaria de Ciência e Tecnologia pra a Inclusão Social (SECIS/MCT), atendendo ao Plano governamental Viver Sem Limites da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

**PRO-EXTENSÃO:** O PRO-EXTENSÃO é o Programa Institucional de Incentivo às Atividades de Extensão do IFPA e tem como objetivo fomentar a realização de projetos integrados de extensão comunitária e tecnológica em todos os Campi do IFPA. O Programa contempla a implementação inicial dos objetivos estratégicos traçados em conjunto pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) e pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão e Cargos Equivalentes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (FORPROEXT). O PRÓ-EXTENSÃO visa ainda consolidar a Extensão como atividade fim que contribua na construção da identidade dos *campi* por meio de uma ação integradora do currículo, com fim de solidificar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

**Observatório do Mundo do Trabalho:** O Observatório do Mundo do Trabalho visa implementar a Política Institucional de Acompanhamento de Egressos, estabelecendo mecanismos e indicadores para reconhecer o perfil atual do egresso do IFPA, identificando as demandas e oportunidades no mundo do trabalho que estarão ao alcance dos discentes, ao encerrarem suas atividades acadêmicas no instituto, além de acompanhar a atuação dos egressos nesse contexto.

**Jovens Talentos:** O programa de incentivo à iniciação científica, Jovens Talentos para a Ciência, é destinado a estudantes de graduação de todas as áreas do conhecimento e tem o objetivo de inserir precocemente os estudantes no meio científico.

**Programa institucional de bolsas de iniciação científica tecnológica e inovação do IFPA:** O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação (PIBICTI) tem por

objetivo estimular os jovens do ensino médio e superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento científico e tecnológico e processos de inovação. Através do PIBITI são disponibilizadas bolsas de iniciação científica do PIBIC/CNPq, PIBIC-EM/CNPq, PIBIC-AF/CNPq, PIBITI/CNPq, PIBIC/FAPESPA.

**Programa institucional de qualificação (PIQ):** O Programa Institucional de Qualificação do IFPA (Resolução nº 03/2013 – CONSUP - PIQ/IFPA) tem por objetivo principal viabilizar a formação, em nível de pós-graduação *stricto sensu* no país, dos integrantes do quadro de pessoal permanente do IFPA.

**Programa institucional de pesquisa:** O Programa Institucional de Pesquisa (Resolução nº 54/2013 – CONSUP – PROP/IFPA) é um programa no âmbito da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) destinado a apoiar os servidores do IFPA na iniciação e manutenção de suas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

**IFPA**Campus  
Belém**PROJETO  
POLÍTICO  
PEDAGÓGICO****2017**

**IFPA**Campus  
Belém**PROJETO  
POLÍTICO  
PEDAGÓGICO****2017**

## 10 POLÍTICA DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Sobre este item cumpre-se o que está disposto na resolução 041/2015-CONSUP que trata do Regulamento Didático Pedagógico do IFPA CAPÍTULO X DO PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL Art. 309:

Entende-se por certificação profissional o reconhecimento formal de saberes requeridos para o exercício de atividades laborais, e abrange a avaliação do itinerário profissional e de vida do estudante, visando ao seu aproveitamento para prosseguimento de estudos ou ao reconhecimento para fins de certificação para o exercício profissional, de estudos não formais e experiência no trabalho, bem como de orientação para continuidade de estudos, segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar.

Rege também a política de certificação profissional do IFPA-Campus Belém a mesma resolução supracitada, assim como para todos os campi. Os artigos específicos estão elencados a partir do 310 do regulamento didático pedagógico do IFPA.

A diplomação é realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) - Campus Belém, no que se refere aos cursos técnicos na forma integrada e subsequente, pela Divisão de Registro, Controle e Indicadores (DRCIN) e no que diz respeito aos cursos superiores pela Coordenação Geral de Legislação, Registro e Indicadores Educacionais (CGLRIE) vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) deste Instituto.

A expedição do diploma é efetivada mediante a integralização curricular do curso pelo estudante, conforme o Art. 208 do Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA, de 21 de maio de 2015. A integralização curricular consiste no cumprimento com aproveitamento dos componentes curriculares obrigatórios e da carga horária dos componentes optativos, quando previstos no Plano Pedagógico de Curso (PPC), e atividades acadêmicas específicas de uma estrutura curricular definidas no PPC.

Para a obtenção do diploma de conclusão dos cursos técnicos integrados ao ensino médio, integrados ao ensino médio no âmbito do PROEJA e na forma subsequente, bem como do título de técnico (a) na respectiva habilitação profissional, é requisito necessário a integralização curricular de todos os componentes curriculares, incluindo a conclusão da prática profissional e/ou estágio curricular estabelecidos em PPC.

Para a obtenção do diploma de conclusão dos cursos superiores de graduação, com o título de Tecnólogo (a), Bacharel (a) ou Licenciado (a) conforme habilitação profissional, são requisitos necessários a integralização curricular de todos os componentes curriculares, incluindo o cumprimento da carga horária mínima das atividades complementares, a conclusão da prática profissional e/ou

estágio curricular, definidos em PPC, assim como a defesa e aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

No que se refere à diplomação dos cursos superiores de graduação deverá ser observada também a realização, pelo estudante, na condição de participante ou dispensado, do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), conforme previsão no Art. 33-G da Portaria Normativa Nº 40 de 12 de dezembro de 2007, “O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos superiores, devendo constar do histórico escolar de todo estudante a participação ou dispensa da prova, nos termos desta Portaria Normativa.”

Do mesmo modo, deve-se verificar se o estudante participou da Colação de Grau, pois esta se configura como um requisito obrigatório à diplomação dos cursos superiores de graduação, considerando o que define o Art. 29 da Resolução Nº 018/2013 – CONSUP de 09 de abril de 2013 que “Após a colação de grau o formando estará apto a solicitar, via processo, sua diplomação.”

Fundamentando-se ainda nas recomendações do referido Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA em seu Art. 370 e 371, assim como nas orientações repassadas pela CGLRIE-PROEN deste IFPA em forma de Tutorial, o estudante que solicitar a emissão de diploma deverá preencher formulário próprio, anexar cópias dos seguintes documentos, e protocolar no Campus de conclusão do curso:

**I) Documentos obrigatórios para o diploma de Técnico e Graduação (Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado), que o estudante deverá anexar:**

- a) Documento de identificação oficial;
- b) Certidão de nascimento ou casamento;
- c) Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- d) Título eleitoral com quitação eleitoral;
- e) Documento de quitação com o serviço militar (para homens com idade entre 18 e 45 anos)
- f) Comprovante de isenção de débito com a Biblioteca do Campus;

**II) Documentos obrigatórios para diploma de técnico de nível médio na forma integrada, que o estudante deverá anexar também:**

- a) Histórico escolar e certificado de conclusão do ensino fundamental;
- b) Atestado de Conclusão de estágio curricular supervisionado expedido pelo Setor de Estágio do Campus;

**III) Documentos obrigatórios para diploma de técnico de nível médio na forma subsequente, que o estudante deverá anexar também:**

- a) Histórico escolar e certificado de conclusão do ensino médio;
- b) Atestado de Conclusão de estágio curricular supervisionado expedido pelo Setor de Estágio do Campus;

**IV) Documentos obrigatórios para diploma de Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado que o estudante deverá anexar também:**

- a) Histórico Escolar e certificado de conclusão do ensino médio;
- b) Atestado de Conclusão de estágio curricular supervisionado expedido pelo Setor de Estágio do Campus;
- c) Ata de defesa do TCC;

**IFPA**Campus  
Belém**PROJETO  
POLÍTICO  
PEDAGÓGICO****2017**

## 11 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

A política de educação a distância do IFPA-Campus Belém segue o previsto no **PPI (2014-2018)** que rege esta modalidade de ensino no âmbito do IFPA como um todo e assim está expressa:

Como instituição federal de ensino, pesquisa e extensão, o IFPA, pautado na missão, na visão e nos valores que lhes dão identidade e características próprias, deve garantir o direito constitucional à educação, especialmente para a população do estado do Pará, expandindo sempre que possível seu território de atuação e a oferta de vagas e cursos em todos os níveis, formas e modalidades de ensino.

Nesse sentido, além dos esforços para ampliar o número de *campi* no estado do Pará, a Educação a Distância (EaD) se apresenta como importante alternativa para a expansão e interiorização dos serviços educacionais oferecidos pelo IFPA, especialmente devido às características socioeconômicas e geográficas regionais, que impõem uma série de desafios para o acesso de grande parcela da população paraense à educação.

Além disso, investir em EaD significa colocar decisivamente o IFPA no contexto sociocultural em vigor, no qual as TIC desempenham um papel preponderante nos mais diversos âmbitos da experiência humana. Portanto, desenvolver políticas de EaD é uma exigência do mundo contemporâneo, onde a familiaridade com as TIC é uma realidade cada vez mais presente na vida ordinária, especialmente dos mais jovens.

Desde 2008, o IFPA tem atuado na EaD ofertando cursos superiores, fomentados pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), e cursos técnicos, subsidiados pela Rede e-Tec Brasil.

As experiências vividas ao longo desses anos proporcionaram aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e competências referentes à EaD no que diz respeito tanto à gestão quanto a questões pedagógicas.

Se por um lado, pontos satisfatórios da experiência vivida até 2013 podem ser ressaltados, especialmente aqueles relacionados ao ingresso de alunos no mercado de trabalho público e privado e iniciativas empreendedoras realizadas a partir de conhecimentos adquiridos nos cursos, por outro, devem ser observadas algumas situações que incidiram negativamente sobre os resultados obtidos, a saber: ausência de integração entre as coordenações de programas de fomento à EaD e os *campi* do IFPA; falta de equipamentos e espaços físicos adequados para produção de material didático em diversas mídias; carência de profissionais adequadamente capacitados para tal modalidade de educação; falta de diretrizes e normatizações norteadoras para a elaboração e execução dos cursos.

Um passo fundamental para a solução de algumas dessas fragilidades foi a criação da Coordenação Geral de Educação a Distância, diretamente vinculada à Pró-Reitoria de Ensino

(PROEN), por meio da qual dois importantes documentos foram elaborados e submetidos à aprovação do Conselho Superior do IFPA: a Resolução nº 17/2013, de 05/04/2013, que estabelece a abrangência de atuação dos campi do IFPA em relação aos polos de apoio presenciais, e a Resolução nº 46/2013, de 09/04/2013, que aprova o projeto de institucionalização da EaD no âmbito do IFPA.

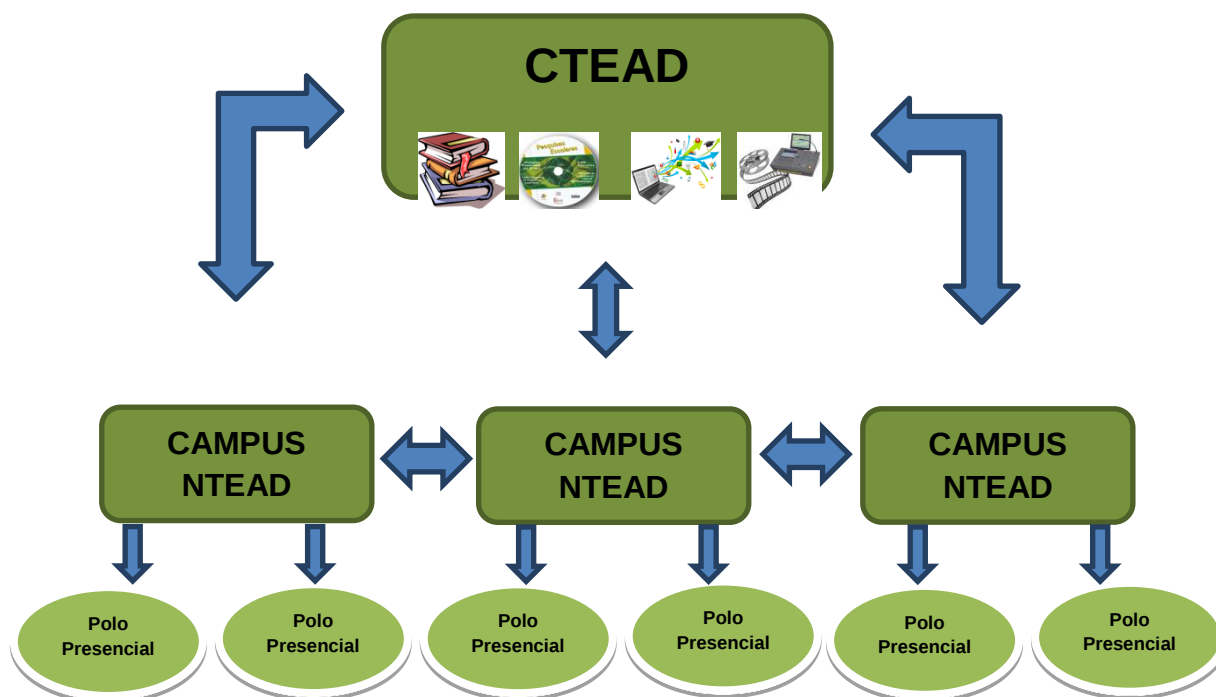
Diante do cenário exposto, faz-se necessário elaborar políticas que organizem e norteiem práticas de EaD de modo que a oferta de cursos em todos os níveis por meio dessa modalidade de ensino seja definitivamente incorporada às atividades regulares dos *campi* do IFPA e não dependam mais exclusivamente de programas de fomento, como a UAB e a Rede e-Tec Brasil. Institucionalizar a EaD, portanto, significa dar continuidade a essa modalidade de ensino no IFPA, por meio de recursos próprios (material, financeiro e pessoal), ainda que programas de fomento continuem a existir.

Na verdade, serão os subsídios mais especificamente da Rede e-Tec Brasil que darão o suporte necessário para o início do processo de institucionalização da EaD, o qual, pode-se dizer, teve seu começo com a criação da Coordenação Geral de Educação a Distância e a posterior aprovação, pelo CONSUP, das Resoluções nº 17 e 46/2013.

Desse modo, o documento que orientará a institucionalização da EAD no IFPA é o Projeto aprovado pela Resolução nº 046/2013-CONSUP, no qual é apresentada uma proposta de modelo de gestão da EaD sistêmico e semicentralizado, a partir da criação e implantação do Centro de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (CTEAD) e dos Núcleos de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (NTEAD).

O CTEAD será gerido por um Coordenador Geral e vinculado à Pró-Reitoria de Ensino e terá papel estratégico no suporte necessário a políticas, metodologias, normatizações, diretrizes, produção de material didático, etc. para que cursos na modalidade EaD sejam executados satisfatoriamente. Em termos de organização acadêmica, os cursos na modalidade EaD serão ofertados e realizados pelos *campi*, por intermédio dos NTEAD, em articulação com o CTEAD, de acordo com o modelo de gestão ilustrado na figura abaixo:

Figura 2 – Modelo de gestão do CTEAD



Cursos na modalidade a distância poderão ser ofertados em todos os *campi* do IFPA, a partir do segundo semestre de 2014, partindo-se preferencialmente dos cursos técnicos subsequentes já executados por meio da Rede e-Tec Brasil/IFPA (Aquicultura, Eventos, Informática, Metalurgia, Pesca e Saneamento) nos polos de apoio presencial já estabelecidos (Ananindeua, Capanema, Ipixuna do Pará, Itaituba, Juruti, Moju, Muaná, Santa Maria do Pará, Santana do Araguaia e Vigia de Nazaré), observando-se a área de abrangência de cada *campus*, definida na Resolução nº 017/2013-CONSUP.

Além dos polos já existentes, os próprios campi serão induzidos a se tornarem polos-sede da Rede e-Tec Brasil/IFPA, e funcionarão como os embriões da futura criação dos NTEAD.

Também, por meio da Rede e-Tec Brasil, haverá a possibilidade da oferta de cursos do programa Pró-funcionário, que visa à formação de funcionários de escolas públicas em efetivo exercício. Para atender a demanda específica do Pró-funcionário, será firmado um convênio de parceria com o Instituto Federal de Rio Grande do Norte, a fim de que os campi do IFPA possam disponibilizar os cursos técnicos em Alimentação Escolar, Secretaria Escolar, Multimeios Didáticos e Infraestrutura escolar a partir do segundo semestre de 2014.

**Quadro 1 – Objetivos e metas para consolidação da EaD no IFPA**

| OBJETIVOS                                                                                                                 | MICRO-OBJETIVOS                                                                                                                                 | METAS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | EXECUÇÃO   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1. Legitimar a educação a distância no âmbito do IFPA</b>                                                              | 1.1 Implantar o Centro de Tecnologias de Educação a Distância (CTEAD).                                                                          | 1.1.1 Construção de um bloco específico EaD dentro da área da Reitoria.<br>1.1.2 Adquirir equipamentos para produção de material didático e objetos de aprendizagem multimídia.<br>1.1.3 Criação de um corpo social especializado para desempenhar funções específicas de EaD.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Até 2016   |
|                                                                                                                           | 1.2 Implantar Núcleos de Tecnologias de Educação a Distância (NTEAD).                                                                           | 1.2.1 Constituir espaço, equipá-lo e estruturá-lo na área dos <i>campi</i> do IFPA.<br>1.2.1 Criação de um corpo social especializado para desempenhar funções específicas de EaD.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Até 2016   |
|                                                                                                                           | 1.3 Consolidar integração entre CTEAD, <i>Campi</i> /NTEADs e polos de apoio presencial.                                                        | 1.3.1 Elaborar colaborativamente políticas, diretrizes e normativas para execução da EaD no IFPA.<br>1.3.2 Instituir os <i>campi</i> como polos (sede) de apoio presencial (ver 2.1.1).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 2014-2015  |
|                                                                                                                           | 1.4 Consolidar políticas de inserção de TIC em processos educacionais.                                                                          | 1.4.1 Desenvolver ambiente virtual de aprendizagem e sistemas de informação necessários para apoiar a execução de cursos EaD e presenciais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 2014-2015  |
|                                                                                                                           |                                                                                                                                                 | 1.4.2 Desenvolver estudos e pesquisas sobre gestão, metodologias e inovação tecnológica em educação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 2014-2018  |
|                                                                                                                           | 1.5 Assegurar capacitação a coordenadores, professores, tutores, estudantes e demais colaboradores envolvidos em EaD.                           | 1.5.1 Ofertar cursos sobre recursos informáticos, ambientação em EaD e utilização do ambiente virtual de aprendizagem.<br>1.5.2 Promover palestras, seminários e/ou workshops sobre TIC na educação.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 2014-2018  |
| <b>2. Ampliar a abrangência da Educação a distância, especialmente por meio da Rede e-Tec Brasil.</b>                     | 1.6 Desenvolver material didático em diversas mídias, adequado à modalidade EaD.                                                                | 1.6.1 Produzir fascículos/apostilas, videoaulas, e objetos de aprendizagem multimídia em geral para atender a demanda dos cursos ofertados.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | 2014-2018  |
|                                                                                                                           | 2.1 Implantar novos polos de apoio presencial e expandir portfólio de cursos.                                                                   | 2.1.1 Instituir os <i>campi</i> como polos (sede) de apoio presencial (ver 1.3.2).<br>2.1.2 Promover encontros com diretores de <i>campus</i> e Prefeituras Municipais para a definição de novos polos de EaD em municípios estratégicos do estado do Pará.<br>2.1.3 Abrir turmas dos cursos técnicos subsequentes já ofertados pela Rede e-Tec Brasil (Aquicultura, Eventos, Informática, Metalurgia, Pesca e Saneamento) em novos polos.<br>2.1.4 Ofertar pelo menos uma turma por <i>campus</i> , preferencialmente de cursos que já são ofertados na modalidade regular/presencial nos próprios <i>campi</i> . | 2014 -2018 |
|                                                                                                                           | 2.2 Implantar cursos do Pró-funcionário:<br>• Alimentação Escolar<br>• Secretaria Escolar<br>• Multimeios Didáticos<br>• Infraestrutura Escolar | 2.2.1 Firmar convênio(s) com o Instituto Federal de Rio Grande do Norte (IFRN) para utilização colaborativa de recursos (material didático, pessoal etc.) daquela instituição.<br>2.2.2 Firmar convênio(s) com a Secretaria de Educação do Estado do Pará para a oferta dos cursos técnicos subseqüente do Ensino Médio na modalidade a distância.<br>2.2.3 Ofertar no mínimo uma turma por <i>campus</i> /polo, de acordo com as demandas levantadas.                                                                                                                                                             | 2014-2018  |
| <b>3. Consolidar cursos superiores, para posterior expansão:<br/>• Tecnólogos<br/>• Licenciaturas<br/>• Pós Graduação</b> | 3.1 Credenciamento do IFPA e dos cursos para a modalidade EaD.                                                                                  | 3.1.1 Implantação dos cursos de Tecnólogos e licenciaturas desenvolvidos na modalidade regular nos <i>campi</i> do IFPA;<br>3.1.2 Renovar convênio com a CAPES para novas ofertas de cursos por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 2015-2018  |

Fonte: PPI (2014-2018)

Ainda sobre a EAD e sua regulação, o IFPA-Campus Belém cumpre o que está disposto na resolução 041/2015-CONSUP que trata do Regulamento Didático Pedagógico do IFPA “Título VIII, “Da Educação à distância” capítulo I.

Na consulta pública feita com a comunidade do IFPA-Campus Belém, ao serem perguntados se já haviam trabalhado em cursos de EAD, os TAEs (19) responderam que nunca trabalharam, somente 7 disseram que sim e 4 não opinaram. De acordo com algumas respostas destacadas, a experiência se deu em diferentes programas: “Ciências Biológicas – UAB”, “Todos do CTEAD”, “Curso de Pedagogia a Aperfeiçoamento EJAD” e “Educação em Direitos Humanos”.

Quanto aos docentes, 2 responderam que já trabalharam em cursos EAD no âmbito do IFPA, 29 nunca trabalharam e 2 não opinaram. Em síntese, os professores colocaram que acharam uma boa experiência e já se sentem preparados para atuar neste tipo de modalidade, mas acreditam que o IFPA ainda tem que melhorar, principalmente em aspectos administrativos, no que tange esse tipo de oferta. Os docentes avaliaram a EAD da seguinte maneira: 30 classificaram como ruim, 8 como regular, 14 como bom, 2 como ótimo e 30 não opinaram. De acordo com os docentes que responderam ao questionário, a falta de estrutura física e problemas com a gestão de recursos didáticos para as aulas práticas/presenciais fragilizaram esta oferta entretanto, em geral destacaram a importância desta experiência.

**IFPA**Campus  
Belém**PROJETO  
POLÍTICO  
PEDAGÓGICO****2017**

## 12 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é um tema bastante atual e vem ganhando grande repercussão no contexto da política educacional do nosso país que, inspirada na concepção de direitos humanos, busca mudanças significativas no sistema educacional, ou seja, a garantia do direito de todos à educação, ao acesso e à permanência e continuidade de estudos no ensino regular.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SEESP, 2008) representou um avanço por compreender a inclusão escolar como uma inovação educacional; como uma forma diferente de conceber o conhecimento escolar, por demandar uma releitura do processo de ensino e de aprendizagem. Assim, este documento busca instituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos. Seu objetivo é proporcionar o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência (física, intelectual ou sensorial), transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas de ensino regular.

Esses direitos foram reafirmados e ampliados com a promulgação da Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que, após um período de 15 anos de tramitação no Congresso Nacional, trouxe verdadeiros avanços na inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. A LBI reformulou várias leis brasileiras (o Código Eleitoral, o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto das Cidades, Código Civil, a CLT, entre outros) que não atendiam ao novo paradigma de inclusão das pessoas com deficiência. (BRASIL/LBI, 2015).

Em relação à Educação, a nova Lei vem assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino e durante toda a vida, como demonstram os Artigos. 27 e 28, destacando o inciso XIII deste último, que se refere à Educação Superior e Profissional. (BRASIL/LBI, 2015, pp. 12-13).

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas.

Nesse contexto, quando falamos em inclusão, pensamos em uma sociedade que valoriza a diversidade humana e aceita as diferenças individuais. Uma sociedade que entende e reconhece o outro, que possibilita o convívio e o compartilhamento de oportunidades reais, não necessariamente

iguais, para todos, sem distinção ou discriminação. Estamos falando de uma sociedade inclusiva que valoriza a heterogeneidade em detrimento da igualdade.

É com base nessa concepção de diversidade e de inclusão que o IFPA–Campus Belém vem desenvolvendo princípios, diretrizes e ações que visam construir e consolidar uma política de inclusão que respeita as diferenças na busca por um sistema educacional inclusivo. Essas diretrizes surgiram como uma forma de reconhecer a diversidade, na perspectiva de reconhecimento das diferenças, objetivando resgatar valores sociais voltados para a igualdade de direitos e de oportunidades para todos, sem distinção, visando à cidadania e à universalização de direitos.

Nesse contexto, as diretrizes adotadas pelo Instituto em prol da inclusão se iniciaram com a implantação, em 2002, do Programa Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (TEC/NEP), no Âmbito da Rede Federal de Educação profissional e Tecnológica (RFEPT), que se efetivou por meio da criação do **Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)**.

O NAPNE foi criado para dar efetividade às ações do Programa TEC/NEP, que visa expandir a oferta de educação profissional, possibilitando o acesso, a permanência e a terminalidade dos estudos das pessoas com deficiências. Desta forma, o NAPNE foi concebido como um setor que articula pessoas e setores para o desenvolvimento das ações de implantação/implementação da Ação TEC/NEP no âmbito interno.

O **NAPNE** é o núcleo responsável pela promoção da cultura da educação para a convivência, pela aceitação da diversidade, buscando a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na instituição, de forma a possibilitar a inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas, desenvolvendo ações que promovam a igualdade de oportunidade para todos, respeitando suas diferenças.

De acordo com o Art. 2º da LBI, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Assim, consideram-se pessoas com necessidades educacionais específicas todas aquelas cujas necessidades educacionais se originam em função de deficiências, de altas habilidades/superdotação, transtorno do espectro autista e outros transtornos de aprendizagem.

As competências e atribuições do Núcleo, bem como sua organização e forma de funcionamento serão discutidos e estabelecidos em **Regulamento** próprio, por meio de Comissão ou Grupo de Trabalho constituído pelos coordenadores dos NAPNE's de todos os campi e organizado pela Coordenação de Diversidade da PROEN/IFPA.

Nesse contexto, cabe ao campus Belém "tecer em seu interior propostas de inclusão social" (IDEM, p.20) onde se vislumbra no ensino, pesquisa e extensão um trabalho educativo que age como um dispositivo alavancador de uma política social, voltada para a criação de oportunidades, para a redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades.

No Documento oficial que rege o IFPA, PDI (2014 – 2018), constam cinco dimensões que norteiam os fazeres institucionais:

- a) Melhoria na Qualidade de Ensino Ofertado;
- b) Fortalecimento do Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação;
- c) Fortalecimento das políticas de acesso, permanência e Inclusão no IFPA;
- d) Gestão do IFPA; e,
- e) Responsabilidade Orçamentária e Financeira.

Merece destaque e, não menos importante que as demais dimensões, o Fortalecimento das políticas de acesso, permanência e inclusão no IFPA.

No mesmo documento, quando trata de **visão Institucional**, a inclusão é garantida como se pode visualizar abaixo:

Ser uma instituição de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, garantindo a integração e diversidade dos saberes e a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho. (PDI, 2014, p. 19).

E quando se trata dos **valores** a serem pautados no IFPA, a inclusão também está presente: "Formação cidadã, Ética e transparência, **Inclusão e integração da diversidade**, Inovação Científica e Tecnológica, Excelência na gestão pública e educacional, Compromisso com o desenvolvimento local e regional, Desenvolvimento Sustentável" (PDI, 2014, p. 19).

O IFPA pautou-se em cinco dimensões de categorias para construir os objetivos e estratégias que permeiam o ensino, a pesquisa e a extensão até 2018. No que tange à inclusão, a dimensão Fortalecimento das políticas de acesso, permanência e inclusão no IFPA nos remete ao objetivo 11 – Fortalecer as políticas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA (PDI, 2014 – 2018), que por sua vez, se configura em quatro metas previstas e quantificadas até o ano 2018, para que a inclusão se materialize no IFPA.

### Quadro 2 – Políticas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA

|                                                                                                                                                      |                 |                 |                 |                 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| <b>Meta 1 – Atender os alunos com especificidades e/ou desigualdades educacionais, através da política de permanência e inclusão social no IFPA.</b> |                 |                 |                 |                 |
| <b>INDICADOR:</b> Percentual de alunos atendidos pelos programas de permanência do IFPA.                                                             |                 |                 |                 |                 |
| <b>RESPONSÁVEL:</b> Pró-Reitoria de Ensino; Campus.                                                                                                  |                 |                 |                 |                 |
| <b>Ano 2014</b>                                                                                                                                      | <b>Ano 2015</b> | <b>Ano 2016</b> | <b>Ano 2017</b> | <b>Ano 2018</b> |
| 29%                                                                                                                                                  | 40%             | 60%             | 70%             | 80%             |
| <b>Meta 2 – Destinar um quantitativo de vagas nos cursos técnicos ofertadas ao PROEJA</b>                                                            |                 |                 |                 |                 |
| <b>INDICADOR:</b> Percentual de vagas ofertadas para o PROEJA                                                                                        |                 |                 |                 |                 |
| <b>RESPONSÁVEL:</b> Pró-Reitoria de Ensino; Campus                                                                                                   |                 |                 |                 |                 |
| <b>Ano 2014</b>                                                                                                                                      | <b>Ano 2015</b> | <b>Ano 2016</b> | <b>Ano 2017</b> | <b>Ano 2018</b> |
| ---                                                                                                                                                  | ---             | 10%             | 10%             | 10%             |
| <b>Meta 3 – Destinar um quantitativo de vagas ofertadas para os cursos de Licenciatura.</b>                                                          |                 |                 |                 |                 |
| <b>INDICADOR:</b> Percentual de vagas ofertadas para Licenciaturas.                                                                                  |                 |                 |                 |                 |
| <b>RESPONSÁVEL:</b> Pró-Reitoria de Ensino; Campus.                                                                                                  |                 |                 |                 |                 |
| <b>Ano 2014</b>                                                                                                                                      | <b>Ano 2015</b> | <b>Ano 2016</b> | <b>Ano 2017</b> | <b>Ano 2018</b> |
| 10%                                                                                                                                                  | 10%             | 10%             | 15%             | 20%             |
| <b>Meta 4 – Criar os NAPNE e NEAB nos Campi do IFPA.</b>                                                                                             |                 |                 |                 |                 |
| <b>INDICADOR:</b> Percentual de Campi com núcleos criados.                                                                                           |                 |                 |                 |                 |
| <b>RESPONSÁVEL:</b> Pró-Reitoria de Ensino; Campus.                                                                                                  |                 |                 |                 |                 |
| <b>Ano 2014</b>                                                                                                                                      | <b>Ano 2015</b> | <b>Ano 2016</b> | <b>Ano 2017</b> | <b>Ano 2018</b> |
| 10%                                                                                                                                                  | 20%             | 30%             | 45%             | 50%             |

Fonte: IFPA/PDI, 2014 – 2018.

Assim, no que tange o campus Belém, para o ano de 2016, a meta 1 de atender 60% dos alunos com especificidades e/ou desigualdades educacionais, através da política de permanência e inclusão social, está em vias de ser alcançada.

Quanto à meta 2 de destinar 10% de vagas no PROEJA está em estudo pela Diretoria de Ensino do campus Belém junto às Coordenações de Cursos a continuidade da oferta.

No que tange à meta 3, está plenamente alcançada a oferta de 10% de vagas para Cursos de Licenciatura.

A meta 4 foi alcançada pelo campus Belém 100%, pois o NEAB e o NAPNE são Núcleos consolidados na instituição.

Consta no PDI, nas Políticas de ensino, o seguinte comprometimento do IFPA com a inclusão:

XIII. Consolidação de políticas assistivas (projetos de acessibilidade, implementação da lei de cotas e afins) voltadas ao processo de ensino e aprendizagem, visando à inserção das práticas de inclusão social; (IFPA, 2014, p. 51).

No que tange às Políticas de extensão, são detectados:

A Política de Extensão do Instituto Federal do Pará engloba as determinações contidas no Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), as orientações da Política Nacional de

Extensão, e as dimensões aprovadas e estabelecidas no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Extensão dos Institutos Federais.

d. **Projetos Sociais:** Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida. (IDEM, pp. 56-57).

No que tange à Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, encontramos dentre os princípios norteadores a inclusão no seguinte texto:

Em sua atuação na pesquisa, pós-graduação e inovação, o IFPA observa os seguintes princípios norteadores: compromisso com preservação do meio ambiente em especial o Amazônico; verticalização e integração do ensino, pesquisa e a extensão nos diversos níveis e modalidades de ensino de atuação do IFPA; difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais; e **compromisso com a produção e difusão de conhecimentos científicos tecnológicos, com alcance à inclusão de indígenas, quilombolas e pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais.** (IDEM, p. 67)

Em relação às Políticas de Atendimento aos Discentes, observa-se que a inclusão deve ser pautada no IFPA, com vistas a:

Combater as discriminações étnicas, raciais, religiosas e socioeconômicas, aumentando a participação de minorias nos processos seletivos de acesso aos cursos da instituição, implementando ações afirmativas que contemplem estratégias para tentar superar as mazelas sociais, promover a inclusão e a justiça social, visando reconhecer e corrigir situações de direitos negados socialmente ao longo da história no âmbito educacional. (idem, p.114)

As Políticas de Inclusão neste século XXI no Brasil são pautadas em três sentidos diferentes: a) a ideia de inclusão social; b) de ações afirmativas; c) de políticas de diferença.

Na **ideia de inclusão social**, predominam as políticas sociais de cunho compensatório destinadas à população em situação de pobreza ou em situação “de risco”, partindo-se de um entendimento de que o acesso à educação teria o papel fundamental de amenizar ou diminuir as desigualdades sociais. Está associada à defesa do que é apresentado como políticas de cunho universal, que adotam critérios como renda ou escolaridade para a seleção daqueles que serão beneficiados pelos programas do governo.

Já as **políticas de ações afirmativas ou de discriminação positiva** partem da compreensão de que a situação de pobreza e/ou desigualdade social em que se encontram determinados grupos sociais, como os negros, os índios e as mulheres, não pode ser atribuída apenas aos indivíduos isoladamente, e tampouco à exploração resultante do modo de produção capitalista.

A **ação afirmativa** considera que o pertencimento a determinado grupo discriminado historicamente não é suficiente para que alguém seja beneficiado, e que devem ser levados em conta também critérios de mérito e qualificação. E se diferencia das políticas redistributivas por exigir que a carência socioeconômica dos indivíduos seja identificada como consequência de uma discriminação étnica, racial, sexual, de gênero (MOEHLECKE, 2002).

Com frequência, as ações afirmativas são associadas exclusivamente às políticas de cotas, sejam elas sociais, étnico/raciais, de gênero ou para deficientes. Outras vezes, são definidas de modo a abranger qualquer política de inclusão social de caráter compensatório.

As “**políticas de diferença**” pressupõem o combate à disseminação de estereótipos e preconceitos contra determinados grupos historicamente inferiorizados por meio da valorização positiva de sua identidade e da pluralidade étnico-cultural que caracteriza a sociedade brasileira. "Não cabem ações repressivas, punitivas ou compensatórias por parte do Estado, mas sim medidas persuasivas que desenvolvam um trabalho de formação e reeducação" (JACCOUD, BEGHIN, 2002, p.41-42).

A inclusão social é um dos quatro eixos estratégicos da política educacional do Ministério da Educação. Entendemos que a educação é um espaço privilegiado para a inclusão social, e essa perspectiva orienta a construção desse PPP

Busca-se neste Documento encontrar a melhor forma de equacionar politicamente as várias demandas de grupos identificados por sua situação de discriminação e exclusão social e cultural.

A Política de inclusão social do campus Belém pauta-se nas três premissas acima mencionadas, no entanto, este PPP objetiva tornar a multiplicidade de experiências pedagógicas nessas diversidades em modos de renovação nas práticas educacionais adotadas.

Dessa forma, busca-se avançar em relação ao dimensionamento das políticas de inclusão na educação profissional, como prática de toda instituição, uma vez que, em atendimento às exigências da legislação em vigor e aos anseios da sociedade na luta pela igualdade de direitos, o campus Belém precisa adequar-se para atender à premissa da educação para todos.

## **12.1 Concepção de Educação Inclusiva**

Uma Educação Inclusiva é pautada na defesa dos direitos humanos fundamentais, pressupondo a plena aceitação das diversidades e o repúdio a qualquer forma de preconceito ou discriminação.

Os sujeitos da Educação Inclusiva para o campus Belém do IFPA são: pessoas com deficiência, e todos os indivíduos que ora estão à margem do processo educacional em função da diversidade de etnia, gênero, questões sociais, culturais, geracionais, religiosas, dentre outras.

A educação inclusiva nesta Instituição perpassa pelos eixos de abordagem, a saber: inclusão das pessoas com deficiência; política de assistência estudantil e inclusão social; inclusão de jovens e adultos; inclusão referente às questões de gênero, etnia, geracional, cultura e religião; E constituem-se em desafios pensando numa educação para todos.

É importante ressaltar que uma educação inclusiva implica não só o reconhecimento da diversidade presente no interior do *campus* Belém, mas principalmente a sua valorização, como afirma o Documento Concepções e Diretrizes da Educação Profissional:

A educação profissional e tecnológica por si só representa uma importante política de inclusão. [...] Os Institutos são federais, não apenas como expressão da presença em todo o território nacional, mas, acima de tudo, como entes mantidos pelo orçamento público central. [...] a política pública se estabelece no compromisso de pensar o todo enquanto aspecto que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica e cultural) e ainda estar articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional, dentre outras) (BRASIL, 2010, p. 22).

No conceito de Educação Inclusiva, o IFPA-Campus Belém se compromete a abrigar o combate a todas as formas de preconceitos, também geradores de violência e intolerância, por meio de uma educação humanista, pacifista, preocupada com a preservação da natureza e profundamente vinculada à solidariedade entre todos os povos independentemente de fronteiras geográficas, diferenças étnicas, religiosas ou quanto à orientação sexual. Entretanto, não basta incluir em uma sociedade desigual, reprodutora da desigualdade. O conceito de inclusão tem de estar vinculado ao de emancipação, quando se constroem também os princípios básicos da cidadania como consciência, organização e mobilização. Ou seja, a transformação do educando em sujeito da história. (PACHECO, 2011, p.10)

Para que a Educação Inclusiva seja materializada no âmbito do campus Belém é necessário esclarecer aqui alguns conceitos imprescindíveis, que perpassarão no cotidiano de todos os atores institucionais, tais quais:

- a) Equidade: entendida como reconhecimento e efetivação dos direitos da população com igualdade, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças entre os diversos segmentos que a compõem. É a possibilidade das diferenças serem manifestadas e respeitadas sem discriminação, uma condição que favorece o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação às diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, culturais etc. (SPOSATI, 2002).
- b) Discriminação: ação de discriminar, tratar diferente, anular, tornar invisível, excluir, marginalizar. (CLAM. 2009)

- c) Preconceito: qualquer atitude negativa em relação a uma pessoa ou a um grupo social que derive de uma ideia preconcebida sobre tal pessoa ou grupo. (CLAM. 2009)
- d) Estereótipo: consiste na generalização e atribuição de valor (na maioria das vezes negativo) a algumas características de um grupo, reduzindo-o a esses traços e definindo os “lugares de poder” a serem ocupados. (CLAM. 2009)
- e) Estigma: marca ou rótulo atribuídos a pessoas e grupos, seja por pertencerem a determinada classe social, por sua identidade de gênero, por sua cor/raça/etnia. O estigma é sempre uma forma de simplificação, de desqualificação da pessoa e do grupo. (CLAM. 2009)
- f) Racismo institucional: É caracterizado por situações em que uma instituição ou organização fracassa em prover um serviço profissional e adequado às pessoas por causa da cor, cultura, origem racial ou étnica. Esse tipo de racismo é revelado por meio de normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho que resultam da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. (CLAM. 2009)

## 12.2 Princípios Orientadores de Educação Inclusiva

A educação inclusiva deve permear a cultura institucional acerca da importância da continuidade das discussões sobre os direitos de todos e a inclusão de modo geral, para que ela não seja limitada ao acesso, mas seja uma realidade aliada à qualidade de ensino nas categorias permanência e sucesso do aluno.

Dessa forma são prementes os seguintes princípios:

- Promoção de atitudes de acolhimento às diferenças;
- Formação sobre educação inclusiva para todos os profissionais da educação;
- Cultura organizacional e filosofia que promova a inclusão;
- Estruturas de apoio organizadas de forma a promover a inclusão através do Setor de Acompanhamento dos Indicadores de Permanência e Êxito dos estudantes, NAPNE e NEAB;
- Respeito ao indivíduo e suas particularidades;
- Processos de sensibilização para a diversidade;
- Adequação das práticas pedagógicas;

- Apoio pedagógico especializado incluindo contratação de profissional Intérprete de LIBRAS;
- Acessibilidade;
- Promoção de eventos para discussão das diversidades.

### 12.3 Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Educação Inclusiva

São cinco as Diretrizes para a Educação Inclusiva:

- a) Atitudes e relacionamentos;
- b) Currículos e proposta político-pedagógica;
- c) Recursos didático-pedagógicos;
- d) Acesso, permanência e sucesso na escola;
- e) A atuação dos profissionais de educação.

Os indicadores metodológicos estão descritos no quadro abaixo:

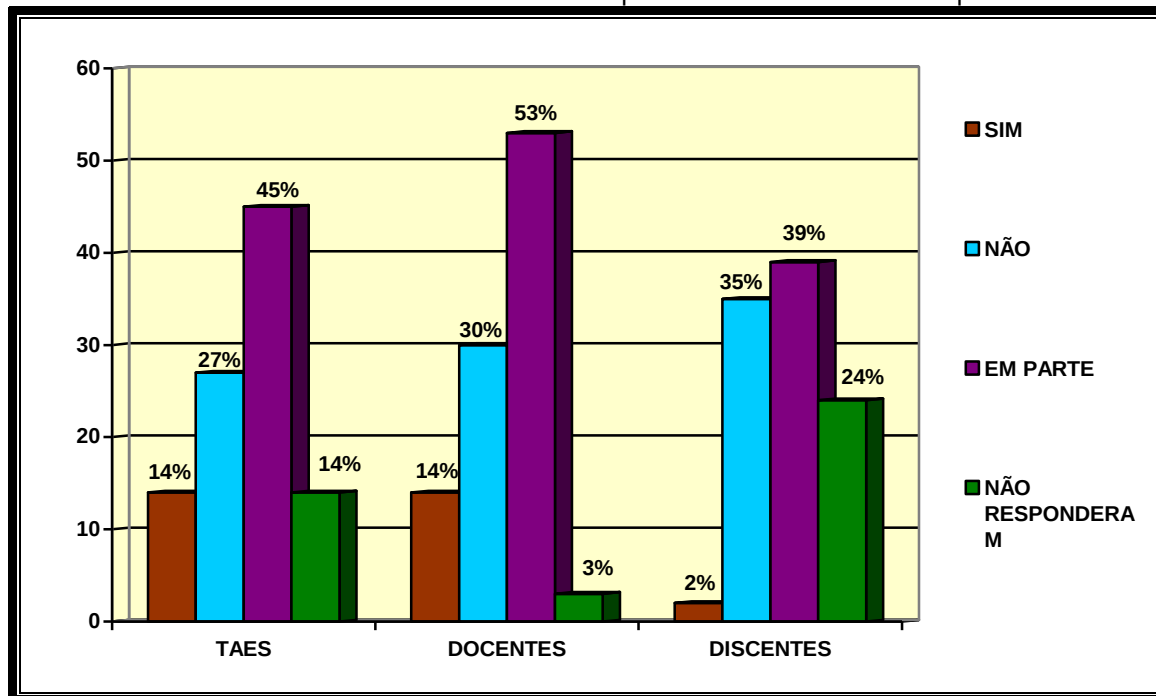
**Quadro 3 – Diretrizes e indicadores metodológicos para a educação inclusiva**

| <b>Diretrizes para a Educação Inclusiva</b>          | <b>Indicadores Metodológicos</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Atitudes e relacionamentos</b>                    | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Intervenção imediata contra xingamentos, piadas e apelidos discriminatórios;</li> <li>2. Quebra de silêncio e mudança de olhares para desnaturalizar o racismo;</li> <li>3. Reconhecimento do corpo e da estética das diversidades;</li> <li>4. Abordagem da indisciplina;</li> <li>5. Construção positiva do pertencimento racial;</li> <li>6. Valorização das Diversidades;</li> <li>7. Democratização do acesso aos lugares de poder;</li> <li>8. Superação da intolerância religiosa e a garantia de uma educação laica.</li> </ol> |
| <b>Currículos e proposta político-pedagógica</b>     | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conhecimento de leis e documentos oficiais sobre as Diversidades;</li> <li>2. Garantia de espaço para planejamento coletivo;</li> <li>3. Inserção e abordagem de conteúdos sobre as Diversidades;</li> <li>4. A sala de aula como lugar estratégico para uma educação inclusiva</li> </ol>                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>Recursos didático-pedagógicos</b>                 | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Existência de recursos didático-pedagógicos ;</li> <li>2. Usos dos recursos didático-pedagógicos na comunidade escolar;</li> <li>3. Organização e circulação dos recursos didático-pedagógicos;</li> <li>4. Manutenção e ampliação do acervo de recursos didático-pedagógicos.</li> </ol>                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>Acesso, permanência e sucesso na escola</b>       | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Pensando o estudante como ser humano integral;</li> <li>2. Acompanhamento das faltas dos alunos e enfrentamento da evasão e retenção;</li> <li>3. Utilização dos dados de avaliações oficiais sob recortes das diversidades;</li> <li>4. Realização de avaliação diagnóstica e monitoramento da aprendizagem do aluno;</li> <li>5. Atenção às dificuldades e valorização das potencialidades dos alunos;</li> <li>6. Atenção às necessidades educativas da comunidade.</li> </ol>                                                       |
| <b>A atuação dos (das) profissionais de educação</b> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Consciência das diversidades;</li> <li>2. Enfrentamento da discriminação entre profissionais de educação;</li> <li>3. Melhoria das condições de trabalho e de formação.</li> </ol>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |

Fonte: NEAB-Campus Belém.

Nesse contexto, a comunidade acadêmica do campus Belém se manifestou em relação às políticas de inclusão. Os dados estão demonstrados no gráfico abaixo.

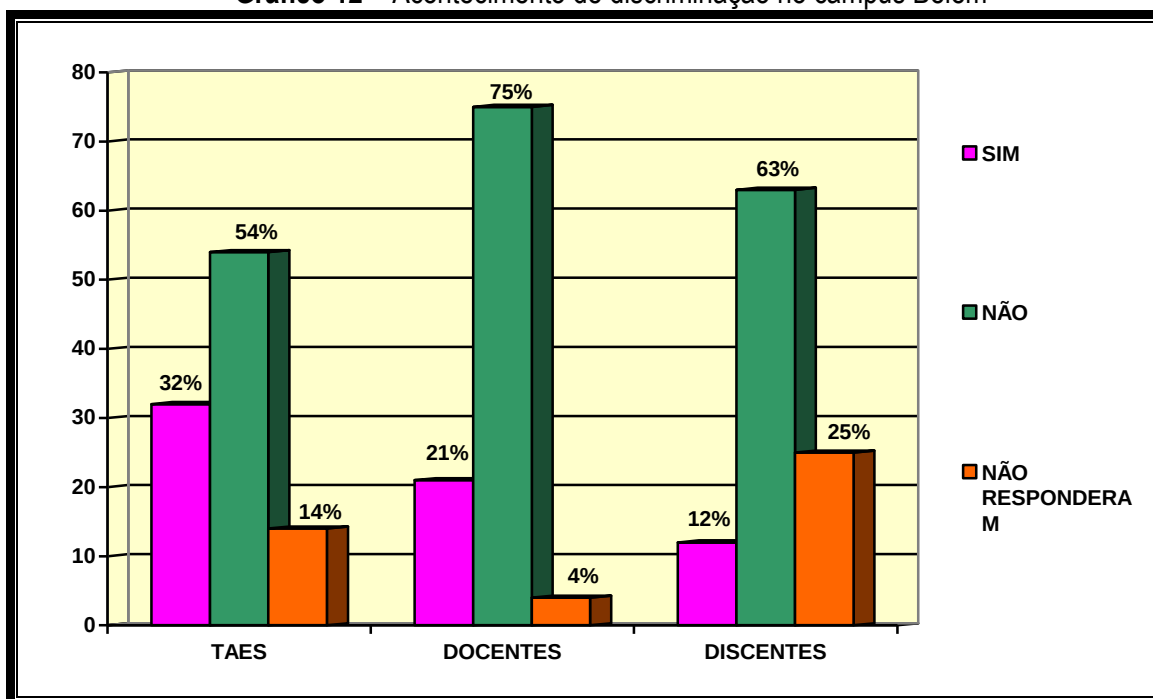
**Gráfico 11 – Conhecimento sobre as políticas de inclusão no Campus**



Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário.

Nesse contexto, a grande maioria dos servidores técnicos administrativos, docentes e discentes afirmaram que conhecem “em parte” as políticas de inclusão no campus Belém. Isso vem demonstrar o quanto as ações desenvolvidas nesse aspecto precisam ser ampliadas e mais socializadas, principalmente as que se destinam aos alunos, que, de certa forma, são os maiores beneficiados das políticas de inclusão.

Em relação a ter sofrido algum tipo de preconceito no campus Belém, a comunidade acadêmica, em grande parte, afirmou que não, conforme demonstra o gráfico abaixo:

**Gráfico 12 – Acontecimento de discriminação no campus Belém**

Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário.

De acordo com as respostas dos participantes da consulta pública, os que se sentiram discriminados atribuíram o fato a questões de gênero, religião, idade e desrespeito em relação à profissão, conforme demonstram as falas abaixo:

“De gênero” (TAE);

“Por ser técnico administrativo e o docente que é superior” (TAE);

“Que técnico não deve se meter com ensino” (TAE);

“Tratamento dos docentes em relação aos técnicos administrativos” (TAE).

“Pode parecer estranho, mas por conta de idade, vejo que tem uma certa resistência de algumas pessoas ( POR SER MAS VELHA)” (Discente);

“Tratamento diferente por parte de servidores” (Discente);

“Preconceito religioso” (Discente).

Assim, fazendo uma análise sintética acerca dos dados apresentados nesta seção, destacamos alguns pontos importantes que devem funcionar como ponto de partida para nossas ações de qualificação da oferta do ensino em nosso campus:

- Promover a formação continuada do docente e dos profissionais da educação para o trabalho com as diversidades por meio de cursos de extensão e de pós-graduação;
- Promover capacitação de toda comunidade escolar para ampla informação e sensibilização para as diversidades que permeiam o campus Belém;

- Fomentar, incrementar e redimensionar o Núcleo de apoio aos portadores de Necessidades Educacionais Especiais – NAPNE, seus espaços e recursos para o atendimento educacional especializado (pedagogo, psicólogo, assistente social, atendimento ao público, Intérprete de LIBRAS);
- Fomentar, incrementar e redimensionar o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Diversidades – NAPNE, seus espaços e recursos para o atendimento das Diversidades com servidor técnico administrativo (pedagogo, psicólogo, assistente social, atendimento ao público, Estatístico);
- Criar o Setor de Acompanhamento dos indicadores de Permanência e Êxito dos alunos;
- Promover a Acessibilidade, removendo barreiras arquitetônicas a fim de melhorar a acessibilidade dos alunos com mobilidade reduzida ou deficiência física;
- Promover acompanhamento profissional adequado aos alunos com deficiência, distúrbios de aprendizagem ou altas habilidades/superdotação;
- Adequar os currículos dos cursos para atender às diversidades das salas de aula;
- Fomentar bolsas de ensino, pesquisa e extensão na área das Diversidades;
- Assegurar a expansão da Política de Assistência Estudantil;
- Ampliar programas de bolsas: alimentação, transporte, hospedagem, extensão, monitoria, iniciação científica, estágio e outros;
- Efetivar intervenções multiprofissionais, de modo a contribuir significativamente para evitar a evasão e retenção escolar;
- Implantar mecanismos de reforço escolar para todos os níveis e modalidades de ensino;
- Coletar, analisar e acompanhar os dados relativos à evasão e retenção escolar, a fim de compreender as suas causas e propor a partir delas intervenções para minimizá-las ou saná-las.
- Criar indicadores que analisem a dimensão do acesso, permanência e êxito dos estudantes.

**IFPA**Campus  
Belém**PROJETO  
POLÍTICO  
PEDAGÓGICO****2017**

### 13 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A Resolução CNE/CP 01/2012 e o Parecer CNE/CP 08/2012 estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Subsidiaram o Documento o disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH/2006).

A Educação em Direitos Humanos, que permeia o IFPA-Campus Belém está fundamentada nos seguintes princípios:

I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental." (BRASIL, 2012, Art. 3º).

O NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Diversidades do IFPA-Campus Belém, a partir da Portaria 461/2015 GAB, com vistas ao disposto Resolução CNE/CP 01/2012 e o Parecer CNE/CP 08/2012, passa a atuar com a temática da Educação em Direitos Humanos, que abrange as seguintes dimensões:

I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local;

II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;

III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político;

**IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e**

V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

Dentre suas atribuições está:

- a) Fornecer subsídios na transversalidade da Educação em Direitos Humanos para a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); do Projeto Político-Pedagógico (PPP); do Regimento Escolar; dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC);
- b) Incrementar ações para a construção de materiais didáticos e pedagógicos para intervenção nas práticas docentes na Formação Inicial e Continuada de Professores para a Educação Básica; (BRASIL, 2012, Art. 11);
- c) Disseminar a Educação em Direitos Humanos no ensino, pesquisa e extensão; (BRASIL, 2012, Art. 12);

- d) Inserir e acompanhar a Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos dos Cursos Técnicos e Subsequentes e dos cursos de Engenharia e Tecnologia, como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar, primando pela transversalidade e interdisciplinaridade;
- e) Inserir e acompanhar a Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Formação Inicial e Continuada de Professores, como um componente curricular obrigatório; (BRASIL, 2012, Art. 9º).

O trato com a Educação em Direitos Humanos terá o cotidiano como referência para analisá-lo, compreendê-lo e modificá-lo, através da prática sistemática dos direitos conquistados, bem como a ampliação de novos direitos.

É competência do NEAB IFPA-Campus Belém, acompanhar sua promoção em três dimensões: **a) conhecimentos e habilidades:** compreender os direitos humanos e os mecanismos existentes para a sua proteção, assim como incentivar o exercício de habilidades na vida cotidiana; **b) valores, atitudes e comportamentos:** desenvolver valores e fortalecer atitudes e comportamentos que respeitem os direitos humanos; **c) ações:** desencadear atividades para a promoção, defesa e reparação das violações aos direitos humanos.

Referendadas pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNDEH), as práticas profissionais e de gestão no IFPA-Campus Belém estão estruturadas na tríade acesso, permanência e sucesso, primando pela diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, a equidade (etnicorracial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação. (BRASIL, 2008, p. 31-32)

No âmbito do **ensino** no IFPA-Campus Belém, a Educação em Direitos Humanos será incluída de duas formas: a) nos Cursos de Educação Profissional (Técnico e Subsequente), de Tecnologias e Engenharias, como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar, primando pela transversalidade e interdisciplinaridade; b) No caso da Formação Inicial e Continuada de Professores, a Educação em Direitos Humanos será um componente curricular obrigatório. Além da produção de material didático para atuação com a temática na Educação Básica através de construção de protótipos de Tecnologias Educacionais.

As ações no ensino estarão permeadas pelas noções de Interdisciplinaridade e de Transversalidade, uma vez que tais dimensões pedagógicas da ação docente são formas de trabalhar o conhecimento com vistas à reintegração de dimensões isoladas umas das outras pelo tratamento disciplinar. Além disto, designam um arcabouço teórico-conceitual capaz de fundamentar questões que

exigem uma abordagem ampla e plural como necessariamente o são as que envolvem a Educação em Direitos Humanos.

A **transversalidade** se refere à dimensão didática e diz respeito à compreensão dos diferentes objetos de conhecimento, possibilitando a referência a sistemas construídos na realidade dos alunos. A interdisciplinaridade refere-se à abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, questionando a visão compartimentada da realidade sobre a qual a escola se constituiu, mas trabalha ainda, considerando a disciplinarização do currículo.

Na **pesquisa**, sua inclusão se dará através de fomento e de uma política de incentivo que institua esse tema como área de conhecimento de caráter interdisciplinar e transdisciplinar no âmbito da iniciação científica, através de bolsas de pesquisa, bem como, registros de patentes e propriedade intelectual dos materiais didáticos e protótipos construídos para esse fim, junto ao Núcleo de Inovação Tecnológica do IFPA (NIT).

Na **extensão**, a inserção desse tema em programas e projetos envolve atividades de capacitação, assessoria e realização de eventos, articuladas com as áreas de ensino e pesquisa, contemplando temas diversos. Além da socialização do material didático para atuação com a temática na Educação Básica através transferência tecnológica de protótipos de Tecnologias Educacionais e na oferta de cursos de Aperfeiçoamento.

O IFPA-Campus Belém já vem atuando com a temática desde 2009 aos dias atuais com a oferta dos seguintes Cursos de Aperfeiçoamento na temática de Educação em Direitos Humanos:

- Curso de Aperfeiçoamento em Educação na Diversidade e Cidadania;
- Curso de Aperfeiçoamento em Educação Integral e Integrada;
- Curso de Aperfeiçoamento Gênero e Diversidade na Escola;
- Curso de Aperfeiçoamento em Educação em Direitos Humanos;
- Curso de Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade.

Está em curso no ano de 2016 uma pesquisa realizada no âmbito do *campus* Belém envolvendo alunos, e profissionais da Educação (docentes e técnico-administrativos) trabalhados em uma amostra de 30%, para detectar a visão dos sujeitos em relação à Educação em Direitos Humanos e às Diversidades presentes no âmbito institucional, utilizando como instrumento um questionário e análise documental (PDI, PPP, Organização Didática).

O resultado será divulgado no *site* institucional e a socialização será realizada no Seminário Integrador das Licenciaturas do semestre 2015-2. Será encaminhado formalmente para a Comissão de Construção do PPP do *campus* Belém com vistas a subsidiar a construção do Documento.

O Núcleo mantém publicações próprias visando divulgar as ações desenvolvidas na Educação Básica, na Formação Inicial e Continuada de Professores, incluindo livros e fascículos.

**IFPA**Campus  
Belém

# PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**2017**

## 14 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Atualmente vivemos em um mundo bastante conturbado em que o homem vem utilizando os recursos naturais de forma muitas vezes indiscriminada e inadequada, principalmente a partir do século passado. Alguns desses recursos naturais não são renováveis e uma vez extintos podem desaparecer para sempre. Em função disso, tornaram-se evidentes inúmeras contradições causadas pelo esgotamento sem precedentes dos recursos naturais por meio de atividades antropogênicas resultando em desequilíbrio ambiental ao longo dos anos.

Assim, torna-se urgente a necessidade de transformações que resgatem o respeito pela Vida, com justiça ambiental, equidade, diversidade, sustentabilidade [...], em que a Educação Ambiental (EA), para o Ministério da Educação, assume função impar “ao ressignificar o cuidado com a diversidade da vida como valor ético e político, fugindo da equação simplista ambiente = natureza” (MEC, 2007). Faz-se necessária uma sensibilização ambiental, sobretudo por parte dos educadores, já que eles têm grande responsabilidade na formação cidadã de seus educandos, sendo importante que estes possam tomar entendimento acerca do que acontece e o que podem fazer para preservar o meio ambiente, e disseminem tal conhecimento para sociedade.

A EA é fundamental para uma maior sensibilização das pessoas em relação ao mundo em que vivem para que possam ter cada vez mais qualidade de vida sem desrespeitar o meio ambiente. Somente com a educação ambiental, o ser humano será capaz de transformar valores e atitudes, construir novos conceitos de uma sociedade sustentável, promovendo valores importantes como cooperação, solidariedade, tolerância e respeito à diversidade.

O maior objetivo da EA é fomentar uma nova mentalidade de como usufruir os recursos oferecidos pela natureza, criando assim um novo modelo de comportamento, buscando um equilíbrio entre o homem e o ambiente.

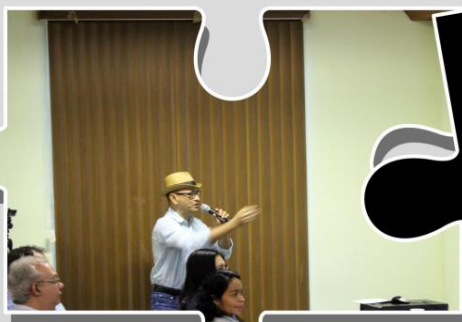
Nesse contexto e com base no que preconiza a Lei Federal N° 9.795 de 27 de abril de 1.999 – Lei da Educação Ambiental, onde em seu Art. 2° afirma: “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. A EA nesta perspectiva apresenta um caráter interdisciplinar, cuja abordagem, na educação básica, deve ser integrada e contínua, sendo, portanto, de caráter transversal ao processo formativo do educando, e não uma oferta de nova disciplina isolada.

Em atendimento ao que estabelece o Decreto Federal nº 4.281 de 25 de junho de 2002, o Campus Belém criou, em 2015, o Núcleo de Educação Ambiental (NEAM) que por sua vez só foi efetivamente institucionalizado à estrutura organizacional do campus, em 2016, pela Portaria nº

1.530/2015 -GAB/Campus Belém. Este Núcleo tem o papel de promover a discussão referente às questões ambientais, auxiliando na formação cidadã dos discentes, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão, e instituir um conjunto de práticas que permitam estimular a sustentabilidade no IFPA. Dentre as ações do NEAM estão os eventos alusivos ao dia internacional da água; o uso de energia renováveis; encontros, seminários ou congressos onde a produção científica dos discentes do Campus Belém, referentes à temática ambiental, sejam socializadas com toda a comunidade interna e externa da instituição.

O NEAM também tem o papel de buscar fomento, apoiar o desenvolvimento e contribuir para a divulgação de projetos de cunho ambiental, tanto os que já estão em andamento, bem como outros que serão implantados. Também é atribuição do NEAM promover a discussão sobre o uso racional dos recursos naturais, como por exemplo:

- a) a água, atmosfera, combustíveis fósseis, recursos renováveis e não renováveis;
- b) uso racional da energia;
- c) métodos de reaproveitamento de resíduos;
- d) políticas que busquem a redução do consumo de água e energia;
- e) educação ambiental;
- f) discussão de política de coleta seletiva e o reaproveitamento dos resíduos recicláveis, dentre outras.

**IFPA**Campus  
Belém**PROJETO  
POLÍTICO  
PEDAGÓGICO****2017**

## 15 POLÍTICA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

A Resolução nº 160/2015 - CONSUP, de 27/11/2015 é o instrumento legal que baliza as atividades de pesquisa no âmbito do IFPA. Esta resolução está de acordo com a Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no que diz respeito à modalidade de execução das referidas atividades de pesquisa. No Art. 7º, inciso III estabelece:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no Art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

**III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;** (Grifo nosso).

Portanto, se de modo semelhante à oferta de cursos de Pós-graduação, a realização de atividade de pesquisa também é um dos objetivos dos Institutos Federais, como já foi dito anteriormente, fazendo com que haja uma diferença marcante entre as atividades de pesquisa realizadas pelos IFs e as atividades de pesquisa realizadas pelas Universidades, que tem o perfil acadêmico mais voltado para a pesquisa básica, também conhecida como pesquisa pura; a pesquisa aplicada diferencia-se da pesquisa básica pelo fato de que a pesquisa básica tem por objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática imediata, ao passo que a pesquisa aplicada se vale dos conhecimentos gerados na pesquisa básica, voltando-se para aplicações práticas, dirigidos à solução de problemas específicos.

### 15.1 Concepção de Pesquisa

A Resolução nº 160/2015 – CONSUP define a pesquisa como sendo todo o empenho intelectual feito para ampliação do saber vigente e a busca da inovação técnica e artística, que gera novos conhecimentos. Depreende-se, portanto, que todo o esforço despendido no sentido de gerar ou aumentar o nível conhecimento em determinada área do saber constitui-se numa atividade de pesquisa. Nesse viés, é importante a definição que se pode fazer das modalidades de pesquisa que podem ser obtidas. Ainda segundo a Resolução nº 160/2015 – CONSUP, define-se:

- A) A Pesquisa básica como sendo o estudo teórico ou experimental que vise contribuir de forma original para a compreensão de fatos, fenômenos observáveis ou teorias, sem ter como objetivo o seu uso ou aplicação imediata;

- B) A Pesquisa Aplicada é definida como sendo as atividades que utilizam o conhecimento gerado por meio da pesquisa básica para resolver problemas voltados para aplicações concretas, incluindo a atividade de inovação.

As pesquisa no IFPA–Campus Belém poderão ocorrer em diferentes áreas do conhecimento, devendo dar-se, preferencialmente, nos âmbitos interdisciplinar e/ou transdisciplinar.

## 15.2 Princípios Orientadores da Pesquisa

Entende-se que as atividades de pesquisa, pelo fato de gerarem conhecimento e contribuírem de forma universal para a elevação do saber vigente e para a solução de problemas científicos e tecnológicos, devem possuir, dentro do âmbito do IFPA, preferencialmente caráter interdisciplinar, realizadas de forma indissociada com as atividades de ensino e extensão e, ainda, no âmbito de grupos de pesquisa. O intercâmbio e a cooperação entre grupos de pesquisa da instituição é, não somente desejado, mas incentivado.

O Art. 7º da Resolução nº 160/2015 estabelece os princípios norteadores das atividades de pesquisa e inovação no âmbito do IFPA:

Art. 7. São princípios norteadores das atividades de pesquisa básica, aplicada e inovação no IFPA:

- I - A geração e a transformação do conhecimento e da cultura visando o desenvolvimento social;
- II - A realização de associações com as atividades de ensino e extensão, dentre os diferentes níveis e modalidades de ensino;
- III - A promoção e a geração do desenvolvimento tecnológico com características inovadoras que resultem em propriedade intelectual;
- IV - O incentivo à criação e consolidação dos Grupos e Núcleos de pesquisa, especialmente aqueles que envolvam pesquisadores de diferentes *campi* do IFPA.

Assim, entende-se que a atividades de pesquisa no IFPA - Campus Belém devem seguir princípios claros, definidos na legislação vigente, atendendo aos seguintes requisitos:

- a) Estarem indissociavelmente vinculadas às atividades de ensino e extensão;
- b) Serem realizada no âmbito de grupos ou núcleos de pesquisa;
- c) Estarem regularmente cadastradas na Diretoria de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação do Campus Belém (DPI) ou na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, ou ainda serem atendidas por editais de fomento à pesquisa interno ou externo;
- d) Terem, preferencialmente, características de pesquisa aplicada ou de inovação tecnológica;

- e) Envolverem em suas atividades alunos de iniciação científica de qualquer dos níveis formativos da instituição;
- f) Terem, preferencialmente, caráter interdisciplinar e/ou transdisciplinar;
- g) Os projetos de pesquisa sem apoio financeiro interno ou externo deverão, obrigatoriamente, estar devidamente reconhecidos e aprovados pelo colegiado ou coordenação à qual o pesquisador esteja vinculado.

### **15.3 Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Pesquisa**

As principais diretrizes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa no Campus Belém são definidas pela Resolução 160/2015 – CONSUP e constituem-se em:

- As atividades de pesquisa no Campus Belém deverão estar alinhadas com as políticas institucionais preconizadas do PDI do IFPA e no PDC do Campus;
- As atividades de pesquisa deverão ser realizadas de forma indissociada com as atividades de ensino e extensão;
- As atividades de pesquisa deverão ser realizadas no âmbito dos grupos de pesquisa e programas de pós-graduação e deverão atender aos diversos níveis de ensino do Campus Belém;
- Os grupos de pesquisa do IFPA–Campus Belém deverão ser aprovados pela Diretoria de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação e certificados pela PROPPG;
- O IFPA estimulará o desenvolvimento das atividades de pesquisa através de programas de pesquisa, coerentes com as áreas de conhecimento definidas como prioritárias.

Os principais indicadores metodológicos para as atividades de pesquisa são:

- Número de grupos de pesquisa;
- Número de projetos de pesquisa desenvolvidos;
- Número de bolsas de Iniciação científica distribuídas
- Número de patentes solicitadas.

### **15.4 As Atividades de Pesquisa na Educação Básica**

O § 1º do Art. 48 da Resolução 160/2015 - CONSUP estabelece que o Estudante é membro imprescindível da equipe de projetos de pesquisa. A exigência visa contribuir e estimular os jovens a

tornarem-se profissionais da ciência e da tecnologia. Para que o país se desenvolva é necessário que o conhecimento científico seja popularizado e para contribuir com essa necessidade, é necessário que os estudantes do IFPA - Campus Belém estejam em contato com as atividades de pesquisa científica desde os primeiros anos de sua vida acadêmica. Entendemos que a iniciação científica é o primeiro passo na carreira de um pesquisador, professor ou cientista, e por isso, o envolvimento dos estudantes nas atividades de pesquisa desenvolvidas no Campus Belém é obrigatório.

### **15.5 As Atividades da Pesquisa na Educação Superior**

O § 1º do Art. 48 da Resolução 160/2015 - CONSUP estabelece que o Estudante é membro imprescindível da equipe de projetos de pesquisa independente de seu nível de formação.

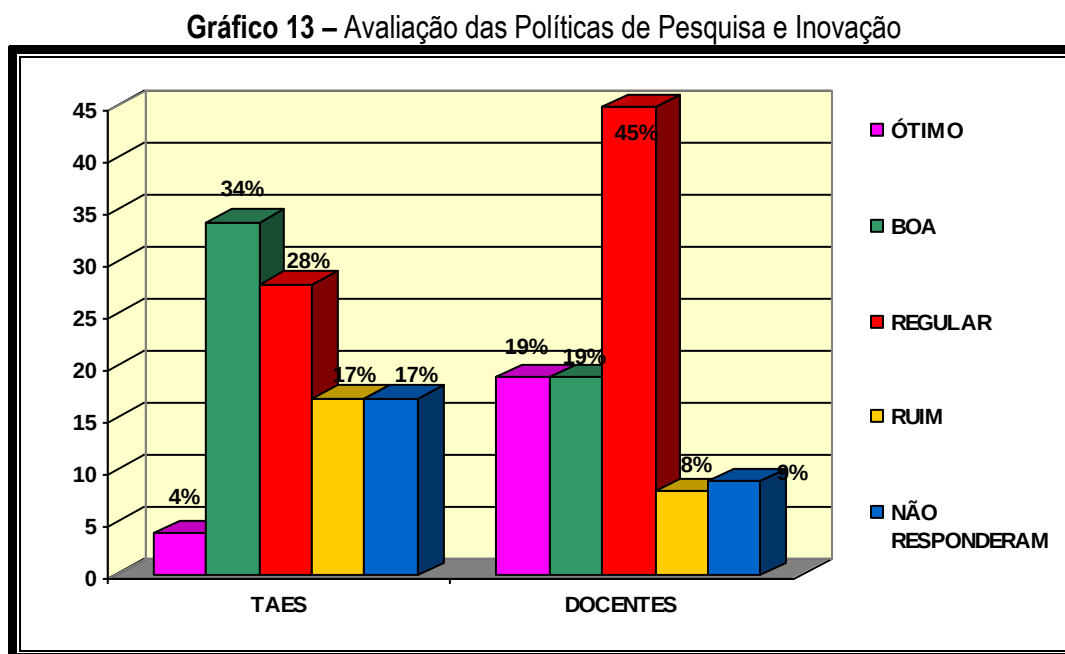
O Campus Belém dispõe do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e de Inovação (PIBICTI) como instrumento fomentador às atividades de pesquisa, que visa conceder auxílio financeiro aos estudantes envolvidos em atividades de pesquisa vinculadas a servidores/pesquisadores e grupos de pesquisa. A oferta de bolsas é realizada através de editais anuais, gerenciados pela DPI. Além disso, entende-se que as atividades de pesquisa não podem estar limitadas apenas à oferta de bolsas. É perfeitamente cabível, e até mesmo desejável, que a vinculação de estudantes aos projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito da Instituição não esteja condicionada à concessão de bolsas.

### **15.6 As Atividades da Pesquisa na Pós-Graduação**

A pesquisa feita com a comunidade acadêmica acerca da nossa política de pesquisa nos revelou alguns pontos importantes que estão expressos nos dados a seguir: os Técnicos Administrativos em educação, no que tange a avaliação que fazem sobre as políticas de pesquisa e inovação no IFPA-Campus Belém, assim se expressaram: 4% dos servidores Técnicos Administrativos em Educação avaliaram como ótima a política de pesquisa e inovação desenvolvida no IFPA-Campus Belém; 34% avaliaram como boa; 28%, regular e 17%, ruim. Outros 17% não opinaram a respeito do assunto.

Nesse mesmo contexto é possível observar que a avaliação que os docentes fazem sobre a política de pesquisa e inovação no IFPA-Campus Belém não estabelece uma relação isolada com a perspectiva do ensino desenvolvido no cotidiano institucional, isso porque tanto um quanto outro estão dentro da mesma estrutura acadêmica. Assim, observam-se os seguintes resultados: 19% dos servidores docentes avaliaram como ótima a política de pesquisa e inovação desenvolvida no

IFPA/Campus Belém; 19%, boa; 45%, regular; 8%, ruim e 9% não opinaram. Esses dados podem ser melhor visualizados no gráfico abaixo:



Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário.

Como forma de tornar mais evidente o olhar da comunidade acerca das políticas de pesquisa e inovação do Campus Belém, destacamos algumas falas extraídas dos questionários respondidos:

“A maioria considerando uma política ainda regular, percebe que é preciso tornar mais acessível e oferecer mais oportunidades de fomento e processo de soluções”.

“Lamento apenas que sejam restritas aos docentes não permitindo a atuação direta dos técnicos administrativos”.

“Sinto a necessidade de maior divulgação das ações a serem executadas”.

“São inovadoras e reconhecidas”.

“Não tenho conhecimento, falta mais divulgação”.

“São poucos os grupos de pesquisa”.

“Para técnico administrativo, quase nada”.

“Não existe divulgação mais efetiva de informação das atividades realizadas por este setor”.

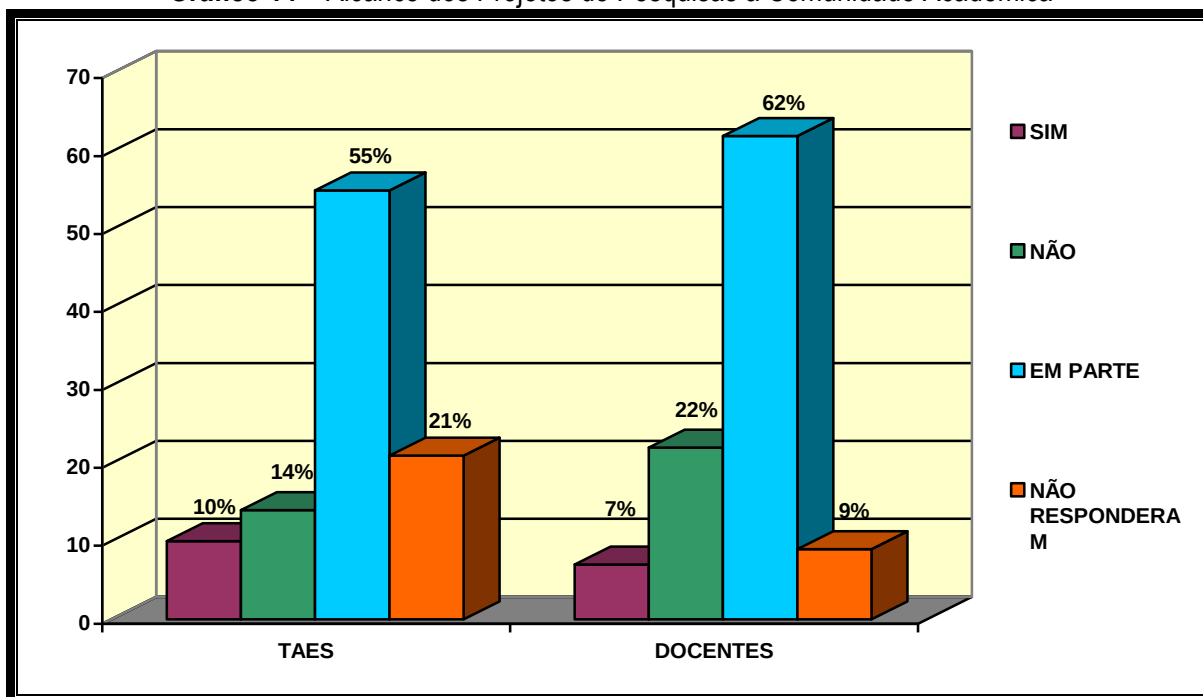
“Provavelmente não é suficiente precisando melhorar”

Sobre o alcance das políticas de pesquisa, pós-graduação e inovação à comunidade, os técnicos administrativos responderam da seguinte maneira: 10% afirmaram que as atividades de pesquisa desenvolvidas no IFPA-Campus Belém alcançam sim a sua comunidade; 14% afirmaram que as atividades de pesquisa desenvolvidas no IFPA-Campus Belém não alcançam a sua comunidade; 55%

afirmaram que as atividades de pesquisa desenvolvidas no IFPA-Campus Belém alcançam em parte a sua comunidade, e 21% não opinaram a respeito do assunto.

Quanto à opinião do docentes, temos os seguintes dados: 7% afirmaram que as atividades de pesquisa desenvolvidas no IFPA-Campus Belém alcançam sim a sua comunidade; 22% afirmaram que as atividades de pesquisa não alcançam a sua comunidade; 62% afirmaram que as atividades de pesquisa desenvolvidas no IFPA-Campus Belém alcançam em parte a sua comunidade, e 9% não opinaram. O gráfico abaixo representa essa análise.

**Gráfico 14 – Alcance dos Projetos de Pesquisas à Comunidade Acadêmica**



Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário.

Com base nos dados é importante ressaltar que muito ainda precisa melhorar em relação ao alcance das atividades de pesquisa à comunidade do IFPA-Campus Belém. Faz-se necessário que haja a socialização de tudo o que vem sendo produzido, em termos de conhecimento científico à sua comunidade interna e externa. Destacamos abaixo algumas falas dos TAEs e dos docentes extraídas da pesquisa:

“Poderia alcançar mais e em diversas áreas de conhecimento”.

“Para mim tanto faz”.

“É necessário mais incentivo e investimento”.

“Falta maior divulgação das pesquisas que são desenvolvidas no campus”.

“Projetos reconhecidos e divulgados no site”.

“A instituição precisa amadurecer enquanto instituição que produz conhecimento, entendo que os trabalhos desenvolvidos, na sua grande maioria, são mantidos internamente e não são levados às comunidades, mantendo concepções excludentes”.

“Neste momento, não tenho informações suficientes para responder essa questão”.

“Deveriam ter mais ofertas para essas ações”.

“Precisamos avançar na integração comunitária”.

“Falta divulgação daquilo que realiza na pesquisa”.

“Falta divulgação, melhorar as informações”.

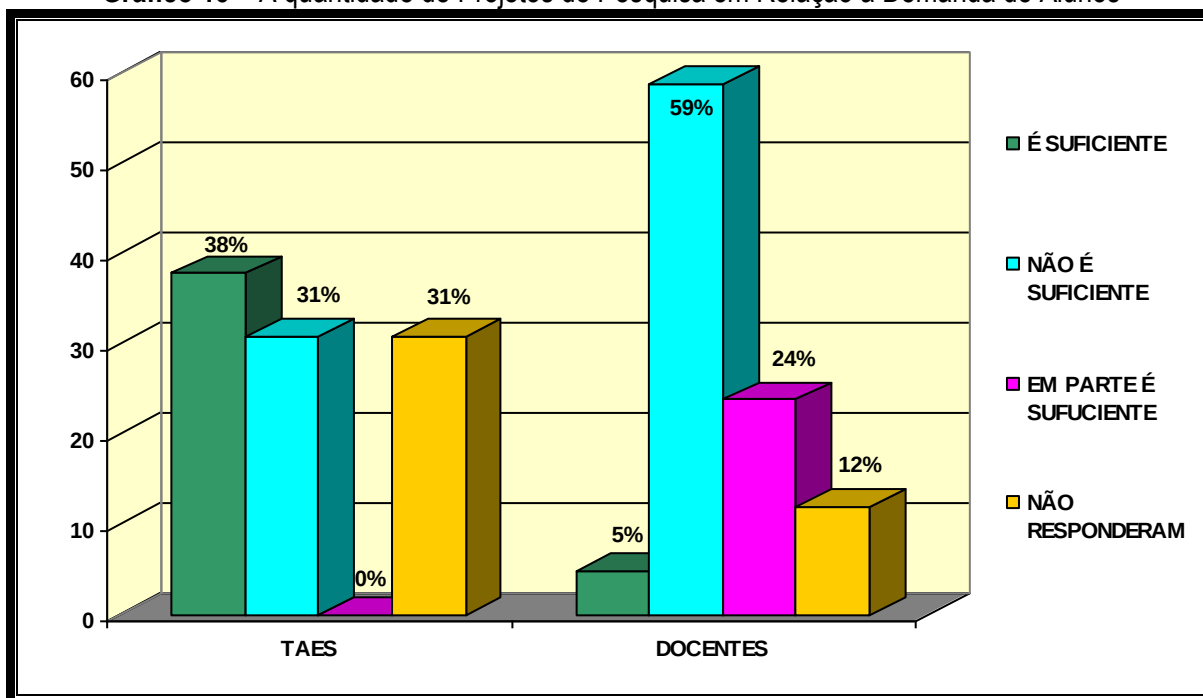
“Não existe de forma efetiva”.

“Provavelmente não é suficiente precisando melhorar”.

31% dos TAEs afirmaram que a quantidade de projetos de pesquisa oferecidos no IFPA-Campus Belém não é suficiente para atender a demanda de alunos; 38% dos servidores afirmaram que, em parte, a oferta é suficiente para atender a demanda de alunos e 31% não opinaram a respeito do assunto.

Para os docentes, os dados foram um pouco diferentes. Apenas 5% afirmaram que a quantidade de projetos de pesquisa oferecidos no IFPA-Campus Belém é sim suficiente para atender a demanda de alunos; 59% dos servidores docentes afirmaram que não é suficiente; 24% dos servidores docentes afirmaram que em parte é suficiente e 12% não opinaram a respeito do assunto. O gráfico abaixo elucida melhor essa situação.

**Gráfico 15 – A quantidade de Projetos de Pesquisa em Relação à Demanda de Alunos**



Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário.

Nesse contexto, a quantidade de projetos oferecidos, atualmente, no IFPA-Campus Belém atende em parte a demanda de alunos. Isso ficou muito evidente, pois tanto para os docentes quanto para os TAEs são necessários mais editais para submissão de projetos, em múltiplos e diversos campos do conhecimento, possibilitando que as experiências possam ser trocadas em um processo criativo de mútua realimentação. As falas abaixo revelam esse anseio.

“Necessitam de mais editais para realmente incluir o IFPA/Campus Belém oferecer às demandas de discentes matriculados”. (TAE);

“Não tenho muita informação sobre a quantidade de projetos de pesquisa”. (TAE);

“Sugeriria a expansão dos projetos e maior divulgação”. (TAE);

“Não tenho conhecimento da questão”. (TAE);

“Muitos alunos estão sem projetos”. (TAE);

“Ampliar tal projeto”. (TAE);

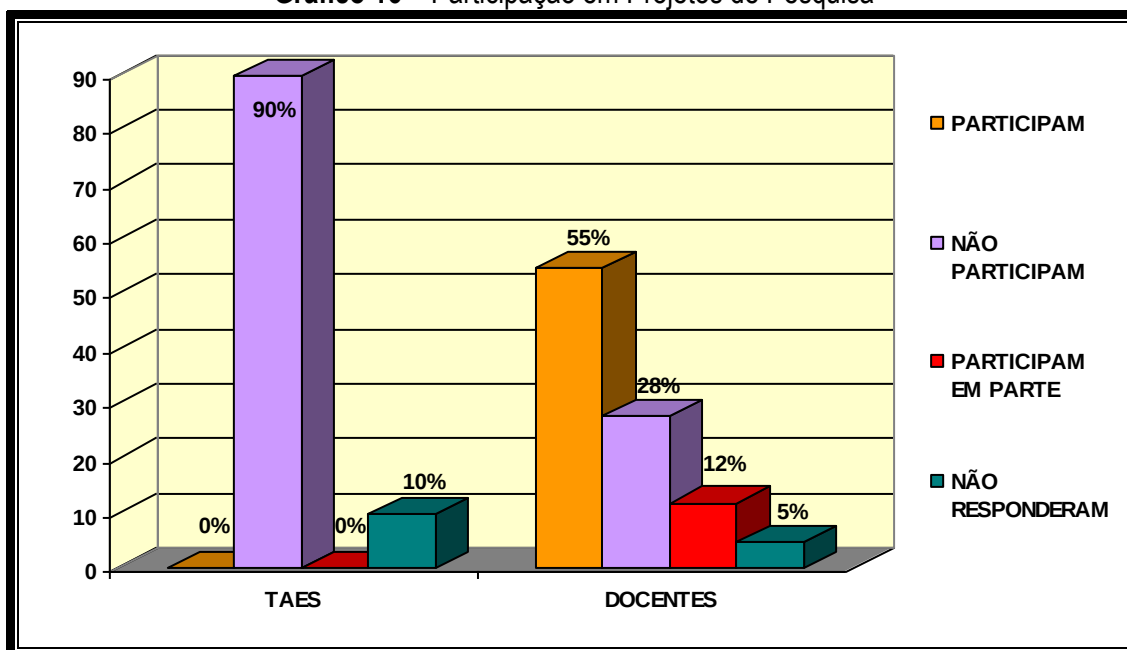
“Falta uma política de implantação de projetos de pesquisa mais efetiva”. (TAE);

“Provavelmente não é suficiente precisando melhorar”. (TAE);

“Ainda não é o suficiente, precisamos melhorar mais nossas estruturas físicas para poder ofertar mais oportunidades e obter êxito”. (Docente)

Sobre a participação de TAEs em projetos de pesquisa no Campus Belém: 90% dos servidores Técnicos Administrativos em Educação afirmaram que não participaram de algum projeto de pesquisa no IFPA-Campus Belém; 10% não opinaram a respeito do assunto.

Diferentemente a tudo isto, o que se verifica é que a classe docente consegue avaliar as políticas de pesquisa e inovação desenvolvidas no IFPA-Campus Belém, o que revela uma participação com base nos preceitos acadêmicos adequados com o perfil profissional docente. De acordo com a pesquisa realizada, 55% dos servidores docentes afirmaram que participaram sim de algum projeto de pesquisa no IFPA-Campus Belém; 28% afirmaram que não participaram de algum projeto de pesquisa; 12% afirmaram que participaram em parte de algum projeto de pesquisa e 5% não opinaram a respeito do assunto. Há, entretanto, o lamento de parte da classe docente quanto à democratização de bolsas e projetos pois observam uma tendência à concentração sempre dos mesmos docentes (quase sempre os doutores) e grupos quanto ao acesso/aprovação via editais institucionais. O gráfico abaixo demonstra essa relação.

**Gráfico 16 – Participação em Projetos de Pesquisa**

Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário.

A participação dos TAEs em projetos de pesquisa no IFPA-Campus Belém demonstra uma realidade preocupante, não há incentivo e reconhecimento de que estes também fazem pesquisa, inclusive em outras universidades, tem mestrado e doutorado e etc. A participação é quase zero e é restrita a apoio. Abaixo algumas falas extraídas da pesquisa:

“Falta de oportunidade e não de interesse”.

“Não há espaço para os técnicos administrativo”.

“Fui rejeitado”

A inclusão dos TAEs em projetos de pesquisa no IFPA-Campus Belém deve transpor a mera participação enquanto apoio, deve permitir que estes servidores coordenem projetos, orientem e que os editais de pesquisa e extensão deixem de se restringir somente à categoria docente, o que é um equívoco, pois temos TAEs com formação em licenciatura e em nível de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, portanto professores PR formação.

É imperativo ao desenvolvimento e excelência do IFPA-Campus Belém que a política de pesquisa, pós-graduação e inovação seja DEMOCRATIZADA e deixe de ser tratada como privilégio de alguns grupos e áreas.

**IFPA**Campus  
Belém**PROJETO  
POLÍTICO  
PEDAGÓGICO****2017**

## 16 POLÍTICA DE EXTENSÃO E INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

A política de extensão do IFPA vem sendo construída seguindo as diretrizes nacionais propostas e apresentadas em documento elaborado pelo Fórum dos Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia. Neste documento, ficam classificadas as ações da Extensão em projeto, programa, curso, evento e prestação de serviços, e obedecem às seguintes definições:

**Projeto:** conjunto de atividades processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural ou tecnológico com objetivos específicos e prazo determinado que pode ser vinculado ou não a um programa. A duração mínima é de 3 meses, sendo ideal o período de um ano, prorrogável por mais um ano.

**Programa:** conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços). Preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e de ensino e execução a médio e longo prazos.

**Curso de Extensão:** ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, presencial ou a distância, planejada de modo sistemático e com critérios de avaliação previamente definidos. Organizam-se com carga horária mínima de 08 horas.

**Eventos:** Ações que implicam a apresentação e/ou exibição pública, livre ou com público específico de conhecimento ou produção reconhecidos pelo IFPA. Dirigido a comunidade interna ou externa, os eventos podem ser ofertados em diversos formatos adequados aos seus objetivos (congresso, seminário, ciclo de debates, exposição, espetáculo artístico, evento esportivo, festival e outros).

**Prestação de serviços:** Realização de trabalho oferecido pela Instituição ou por processo de colaboração com terceiros (comunidade, empresa, órgão público, etc.) regulado por instrumento legal específico. Atendimento ao público em espaços de cultura, ciência e tecnologia (museus e cineclubes), serviços eventuais de consultoria, assessoria, curadoria ou laudos técnicos – são modalidades de prestação de serviços. Além disso, o atendimento jurídico e judicial, de saúde humana ou de saúde animal.

Essas ações da política de extensão do IFPA a serem desenvolvidas no Campus Belém devem seguir os preceitos de:

- Impacto social, pela ação de superação dos problemas sociais, contribuição à inclusão de grupos sociais, ao desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimento e à ampliação de oportunidades educacionais, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação;

- Relação multilateral com os outros setores da sociedade, pela interação do conhecimento e experiência acumulados na academia com o saber popular e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais; e
- Contribuição na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento regional e nacional.

### 16.1 Concepção de Extensão

A Diretoria de Extensão do IFPA-Campus Belém (DEX) executa e implementa no interior do campus o disposto no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018) e no PPI (Projeto Pedagógico Institucional 2014) do IFPA relativo à Pró-Reitoria de Extensão que tem como missão planejar, executar e acompanhar as políticas de **extensão e extensão tecnológica**, formulando diretrizes que promovam a sinergia entre os vários saberes e áreas de atuação da instituição, resguardando a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, bem como a socialização e a democratização do conhecimento à comunidade, garantindo uma relação dialógica e transformadora entre o IFPA e a sociedade em geral.

À Diretoria de Extensão (DEX) cabe executar os planos, programas e projetos de extensão, que promovam o intercâmbio interinstitucional, nacional e internacional, objetivando a implementação de políticas e ações governamentais estratégicas, especialmente através de convênios, acordos de cooperação e programas de parcerias, que visem garantir a qualificação do aluno para o mundo do trabalho.

Extensão é a interface entre comunidade interna e comunidade externa, e constitui-se como processo **educativo, cultural, científico e político** que, articulado de forma indissociável com **o ensino e a pesquisa**, viabiliza e media a relação dialógica e transformadora entre o IFPA-Campus Belém e a Sociedade.

Tal processo apoia-se na valorização e troca de saberes para a solução de problemas, e no diálogo entre a função social do IFPA e as Políticas Públicas, buscando a efetivação de direitos sociais e o exercício pleno da cidadania, contribuindo para minimizar as desigualdades, favorecendo a inclusão social.

Assim, a extensão é estratégia para a criação de redes de conhecimento, para a inclusão de atores sociais nas políticas institucionais, bem como para a própria inserção e o acompanhamento dos estudantes na comunidade de forma articulada com o mundo do trabalho.

A Extensão tem como competências:

- a) Promover, fomentar e implementar as políticas de Extensão e Extensão Tecnológica no IFPA-Campus Belém, através de programas, projetos e atividades de forma integrada com os diversos setores da instituição, articulando o diálogo, a interação e a sinergia entre os vários saberes e as demandas da sociedade;
- b) Promover e fomentar a interação e a sinergia dos programas, projetos e ações de extensão com o ensino e a pesquisa, necessários à unidade, ao desenvolvimento integral e à verticalização da tríade ensino-pesquisa-extensão;
- c) Desenvolver ações de integração do IFPA-Campus Belém com a comunidade nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas, implementando o Observatório do Mundo do Trabalho e as políticas que regem essas ações;
- d) Identificar, propor e fomentar a formação de parcerias institucionais nacionais e internacionais estratégicas, que permitam a execução e expansão do raio de ação da capacidade institucional, agregando valores e competências, viabilizando a consolidação e o incremento das linhas temáticas dos programas, projetos e ações de extensão do IFPA-Campus Belém;
- e) Propor, promover e fomentar cursos de valorização social, presenciais e a distância, com vistas a atender as especificidades dos arranjos produtivos locais dos municípios de abrangência do *campus* Belém;
- f) Apoiar a criação de recursos instrucionais e instrumentais técnico-científico educacionais - virtuais, tridimensionais, eletrônicos, bibliográficos, impressos, tecnológicos e assistidos, visando à implementação dos programas, projetos e ações de extensão, em consonância com as Diretorias de Ensino e Pesquisa do IFPA-Campus Belém;
- g) Assistir, incentivar e promover a participação dos vários segmentos sociais em projetos voltados às pessoas com deficiência, minorias desfavorecidas e minorias étnicas.

## **16.2 Princípios Orientadores de Extensão E Interação com a Sociedade**

As diretrizes gerais de extensão do campus Belém, apoiam-se na Política Nacional de Extensão (2012), visando ampliar as ações de educação em ciência, tecnologia e inovação no Estado, fortalecendo e integrando a tríade ensino-pesquisa-extensão, criando maiores oportunidades de formação e qualificação de capital humano, considerando as cadeias e arranjos produtivos locais, numa perspectiva de profissionalização para autogestão dos recursos de forma sustentável, com vistas à qualificação de mão de obra e inserção no mundo do trabalho, com geração de renda, resguardando

o patrimônio tangível e intangível social e institucional e, ainda, gerando processos de inclusão e valorização dos saberes e diversidades locais.

As diretrizes são divididas então em 5 (cinco) vertentes:

a) **Interdisciplinaridade:** as ações de Extensão propiciam a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, a integração de áreas distintas do conhecimento e a possibilidade de construção de uma nova forma de fazer ciência.

b) **Articulação entre as atividades de Extensão, Ensino e Pesquisa:** o princípio da interdisciplinaridade caminha para a perspectiva da interlocução e integração das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no fazer acadêmico. A relação entre o ensino e a extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, numa relação em que alunos e professores se constituem em sujeitos do ato de aprender. Por outro lado, a extensão possibilita a democratização do saber científico e tecnológico, num movimento de mão dupla de difusão do que é produzido sistematicamente e a sua retomada por meio da ressignificação e reelaboração desenvolvida pelos atores sociais. Essa relação entre a pesquisa, o ensino, a produção de conhecimentos e a extensão é dinâmica e contribui para a transformação da sociedade num processo de incorporação de novos modos de vida e de uso de tecnologias, capazes de operacionalizar efetivamente a relação entre teoria e prática.

c) **Relação dialógica entre o Instituto e a sociedade:** a interação entre teoria e prática potencializa a articulação entre os saberes sistematizados, acadêmicos e populares. Essa interação abre canais para a produção de novos conhecimentos resultantes do encontro do Instituto com o cotidiano das comunidades e pela efetiva participação dos setores sociais no reconhecimento e na compreensão do desafio da produção acadêmica.

d) **Relação social de impacto:** as atividades de extensão conferem relevância às ações voltadas para os interesses e necessidades da maioria da população, aliadas aos movimentos de superação de desigualdades e de exclusão social. Nesse contexto, busca-se articular programas capazes de focalizar o desenvolvimento regional e o fortalecimento de políticas públicas de amplo espectro. Dessa forma, as ações são realizadas em conjunto com a sociedade, rejeitando uma prática assistencialista em que as ações são ofertadas às pessoas, sem uma análise efetiva de suas demandas e necessidades.

e) **Impacto e transformação:** estabelecimento de uma relação entre o Instituto e outros setores da Sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Essa diretriz consolida a orientação para cada ação da extensão frente à complexidade e a diversidade da realidade, sendo necessário eleger as questões mais prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social.

A Política de Extensão do Instituto Federal do Pará engloba as determinações contidas no Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020), as orientações da Política Nacional de Extensão, e as dimensões aprovadas e estabelecidas no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Extensão dos Institutos Federais.

Para fins de compreensão e identidade dos institutos federais, as dimensões das ações e a base conceitual comum aos IFs, são resguardadas na política de extensão do IFPA. São elas:

- a) **Projetos Tecnológicos:** Atividades de pesquisa e/ ou desenvolvimento em parceria com instituições públicas ou privadas que tenham uma interface de aplicação.
- b) **Serviços Tecnológicos:** Consultoria, assessoria e prestação de serviços para o mundo produtivo e do trabalho.
- c) **Eventos:** Ações de interesse técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, favorecendo a participação da comunidade externa ou interna.
- d) **Projetos Sociais:** Projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, para inclusão social, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.
- e) **Estágio e Empregos:** Compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio.
- f) **Cursos de Extensão:** Ação pedagógica de caráter teórico e prático, com critérios de avaliação definidos e oferta não regular.
- g) **Projetos Culturais Artísticos e Esportivos:** Compreende ações referentes a atividades culturais, artísticas e esportivas.
- h) **Visitas Técnicas e Gerenciais:** Interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.
- i) **Empreendedorismo e Cooperativismo:** Apoio à formação empreendedora com o subsídio de programas institucionais.
- j) **Acompanhamento de Egressos:** Constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo do trabalho e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.
- k) **Relações Internacionais:** Tem por finalidade estabelecer intercâmbios e acordos de cooperação internacional, bem como a celebração de convênios e parcerias, como um instrumento para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.

### 16.3 Diretrizes e indicadores metodológicos de extensão e interação com a sociedade

As atividades de extensão do IFPA-Campus Belém estão divididas entre as de caráter governamental e as institucionais. Alguns programas e ações governamentais desenvolvidos pelo IFPA-Campus Belém são:

- a) **PROEXT-MEC:** O PROEXT-MEC é o Programa de Extensão Universitária do MEC que visa fomentar as ações de extensão das instituições de ensino superior. É um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na inclusão social nas suas mais diversas dimensões.
- b) **Bolsa Formação – PRONATEC:** A Bolsa-Formação é uma ação no âmbito do PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que diz respeito à oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada, ou de qualificação profissional.
- c) **Programa MULHERES MIL:** O Programa Nacional Mulheres Mil foi desenhado a partir da observância das diretrizes do governo brasileiro, em torno da redução da desigualdade social e econômica de populações marginalizadas, e do compromisso do país com a defesa da igualdade de gênero.

Outros programas e ações de caráter institucional são:

- a) **PIBEX - Programa Institucional de Bolsas de Extensão do IFPA-Campus Belém:** O PIBEX é um instrumento que abrange projetos de extensão, com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das Instituições Federais.
- b) **Chamadas Públicas sem financiamento:** Em Março/2016 a Diretoria de Extensão lançou uma Chamada pública, sem financiamento de bolsas de extensão, com a finalidade de institucionalizar todas as ações de extensão no Campus Belém, como; projetos, cursos, eventos e prestação de serviços voltados ao atendimento de uma comunidade. Isso se torna importante para garantir o reconhecimento e o apoio institucional dessas ações de extensão desenvolvidas.
- c) **Observatório do Mundo do Trabalho:** O Observatório do Mundo do Trabalho visa implementar a Política Institucional de Acompanhamento de Egressos, estabelecendo mecanismos e indicadores para reconhecer o perfil atual do egresso do IFPA, identificando as demandas e oportunidades no mundo do trabalho que estarão ao alcance dos discentes, ao encerrarem suas atividades acadêmicas no instituto, além de acompanhar a atuação dos egressos nesse contexto.

Com relação às práticas de extensão que serão executadas pelos cursos, importa salientar que elas terão o objetivo de não somente difundir os ganhos provenientes das produções científicas e

culturais, numa via vertical que vai, de cima para baixo, da universidade para a sociedade. Através do efetivo diálogo com a comunidade em geral, a extensão também possuirá a finalidade de estabelecer uma via horizontal e de mão dupla, na qual estará assegurada a troca real de experiências e de saberes com a sociedade.

Desta feita, o diálogo abrirá a possibilidade de fomento à produção de conhecimento também através de projetos e de programas de extensão institucionalizados no âmbito do campus Belém, articulados com órgãos de fomento e consignação, nos quais uma verdadeira inter-relação transformadora e integradora entre universidade e sociedade contribuirá para aproximar a extensão ao ensino e para modificar o cenário científico, profissional e cultural da Mesorregião atendida pelo campus Belém. Articulada ao ensino e à pesquisa de maneira ininterrupta, como determina o Plano Nacional de Extensão.

Sendo assim, os indicadores que visam mensurar e acompanhar a execução das metas e alcance dos objetivos ligados à extensão no IFPA-Campus Belém estão em fase de elaboração. Entretanto, dentro do cenário nacional, é possível observar a existência de indicadores, definidos pelo Fórum de Extensão da Rede Federal:

#### **Desenvolvimento Tecnológico**

- Número de programas registrados.
- Número de projetos registrados.
- Número de estudantes envolvidos.
- Número de servidores envolvidos.
- Número de estudantes bolsistas.
- Número de servidores bolsistas.
- Número de convênios/parcerias nacionais e internacionais.
- Percentual de estudantes envolvidos em programas e projetos.
- Percentual de servidores envolvidos em programas e projetos.

#### **Projetos Sociais**

- Número de programas registrados.
- Número de projetos registrados.
- Número de estudantes envolvidos.
- Número de servidores envolvidos.
- Número de estudantes bolsistas.
- Número de servidores bolsistas.
- Número de comunidades atendidas.

- Percentual de estudantes envolvidos em programas e projetos.
- Percentual de servidores envolvidos em programas e projetos.

### **Estágio e emprego**

- Número de estudantes encaminhados para estágio.
- Número de empresas cadastradas como ofertantes de estágio/emprego.
- Número de oferta anual de estágios.
- Número de estudantes encaminhados para o emprego.
- Número de empresas cadastradas com oferta anual de emprego.

### **Cursos de extensão ou Formação Inicial e Continuada**

- Número de cursos ofertados.
- Número de estudantes matriculados.
- Número de estudantes concluintes.
- Carga horária dos cursos.
- Modalidade do curso.
- Área do conhecimento/Eixo Tecnológico do curso.

### **Projetos Culturais Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos**

- Número de projetos registrados.
- Número de estudantes envolvidos.
- Número de servidores envolvidos.
- Número de pessoas da comunidade externa envolvidas.
- Número de pessoas da comunidade interna envolvidas.
- Público alvo atingido.
- Percentual de estudantes envolvidos em programas e projetos.
- Percentual de servidores envolvidos em programas e projetos.

### **Visitas técnicas**

- Número de estudantes envolvidos.
- Número de servidores envolvidos.
- Número de visitas efetuadas.

### **Empreendedorismo e Associativismo**

- Número de estudantes envolvidos nas ações de Empreendedorismo/Associativismo.
- Número de servidores envolvidos nas ações de Empreendedorismo/Associativismo.
- Número de empresas residentes na incubadora.

- Número de empresas juniores.
- Número de empresas associadas à incubadora.
- Número de empresas graduadas pela incubadora.
- Número de pessoas envolvidas com hotel de projetos.

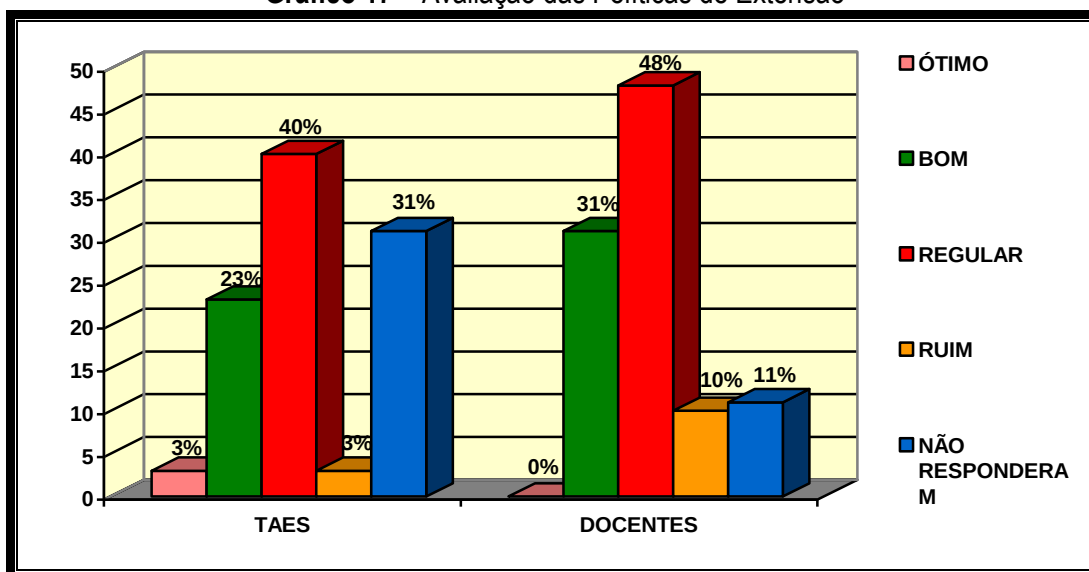
### Acompanhamento de egressos

- Número de egressos no mundo do trabalho atuando na área de formação.
- Número de egressos no mundo do trabalho atuando em outra área que não a de formação.
- Número de egressos que verticalizaram o ensino na área de formação.
- Número de egressos que verticalizaram o ensino em outra área que não a de formação.

De acordo com a pesquisa feita com a comunidade do IFPA-Campus Belém acerca da nossa política de extensão, obtivemos a seguinte avaliação: apenas 3% dos servidores TAEs avaliaram como ótima; 23% avaliaram como boa, 40% avaliaram como regular; 3% dos servidores dos TAEs avaliaram como ruim e 31% não opinaram a respeito do assunto. Os docentes avaliaram da seguinte forma: 31% avaliaram como boa a política de Extensão desenvolvida no IFPA-Campus Belém; 48% avaliaram como regular; 10% avaliaram como ruim e 11% não opinaram a respeito do assunto.

Sendo assim, podemos perceber que há um consenso entre os servidores TAEs e docentes em relação às políticas de extensão, a maioria as considera regular, o que demonstra que essas políticas precisam ser ressignificadas para atender de forma qualitativa a comunidade interna e externa do IFPA-Campus Belém. O gráfico abaixo apresenta de forma clara essa avaliação.

**Gráfico 17 – Avaliação das Políticas de Extensão**



Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário.

Destacamos algumas falas extraídas da nossa pesquisa e as socializamos:

Acredito que podemos ter maior número de parceiros profissionais para oferecer mais oportunidades de cursos e projetos para os nossos alunos e comunidade externa”.

“Não vejo extensão acadêmica, o que observo são ações assistencialistas sem que haja contrapartida da comunidade para instituição”.

“Não há espaço para os técnicos administrativos”

“Há necessidade de ampliação das ações de extensão com a comunidade acerca do campus”.

“A extensão tem evoluído nos últimos anos”.

“A diretoria de extensão tem se dedicado para o envolvimento”.

“Falta abrir o leque de possibilidades”.

“A política é fraca”.

“As políticas de extensão são muito tímidas, projetos não são aprovados. É preciso ampliar o acesso às informações e modo de participação dos editais”.

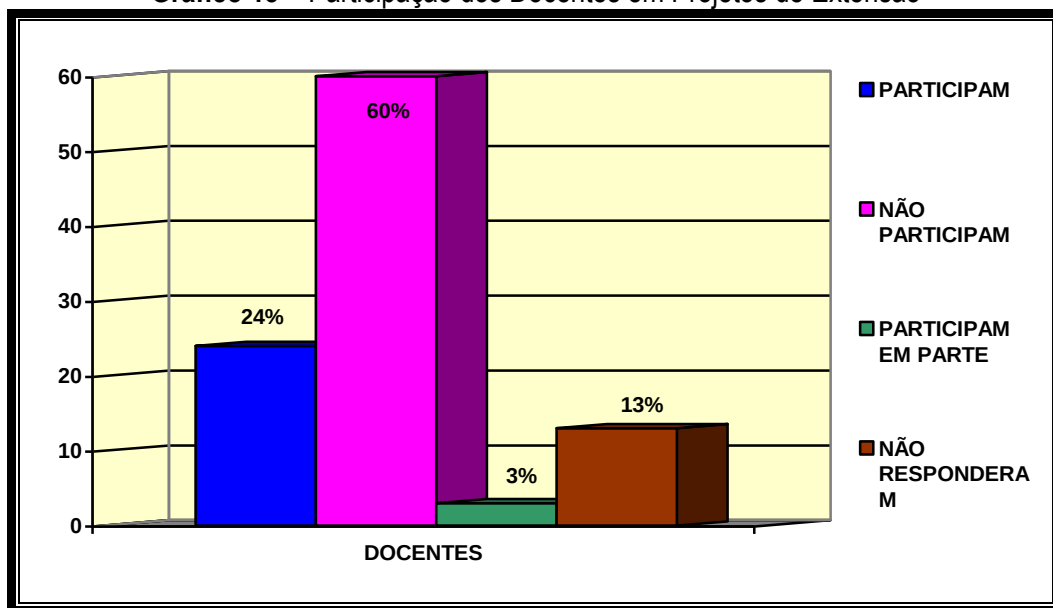
Nesse sentido, toda a discussão e orientação teórica articulada pelos docentes caminham na perspectiva do entendimento que se tem sobre o alcance das atividades de extensão desenvolvidas no IFPA-Campus Belém à sua comunidade. E, a partir dessa discussão, tem-se os seguintes dados: 14% dos servidores docentes entendem que as atividades de extensão desenvolvidas no IFPA-Campus Belém alcançam sim a sua comunidade; 16% dos servidores docentes afirmam que as atividades de extensão não alcançam a sua comunidade; 53% entendem que atividades de extensão alcançam em parte a sua comunidade e 17% não opinaram a respeito do assunto

O IFPA-Campus Belém deve assumir, portanto, um papel estratégico formulando e reformulando os projetos de extensão, numa ação compartilhada com toda sua comunidade acadêmica, que resulte na corresponsabilidade de todos os envolvidos na perspectiva de atender as demandas sociais internas, no fortalecimento institucional e na gestão democrática.

Há um esforço a nível institucional para consolidar os projetos de extensão, de forma a superar as demandas sociais internas, justamente para que se amplie a quantidade de projetos no campo da responsabilidade acadêmica para a formação da cidadania, pois de acordo com os dados obtidos na pesquisa, o quantitativo de projetos não são suficientes para atender toda a demanda de alunos, destacando: 3% dos servidores docentes acreditam que a quantidade de projetos de extensão desenvolvidos no IFPA-Campus Belém atende sim as demandas dos alunos; 40% dos servidores docentes acreditam que a quantidade de projetos de extensão não atendem as demandas dos alunos; 31% dos servidores docentes acreditam que a quantidade de projetos de extensão atendem em parte as demandas dos alunos e 26% não opinaram a respeito do assunto.

Sendo assim, em relação à participação dos docentes em projetos de extensão, destacamos: 24% dos servidores docentes afirmaram que participaram de projetos de extensão desenvolvidos no IFPA-Campus Belém; 60% dos servidores docentes afirmaram que não participaram de projetos de extensão; 3% dos servidores docentes afirmaram que participaram em parte de projetos de extensão e 13% não opinaram a respeito do assunto. O gráfico abaixo destaca essas informações.

**Gráfico 18 – Participação dos Docentes em Projetos de Extensão**



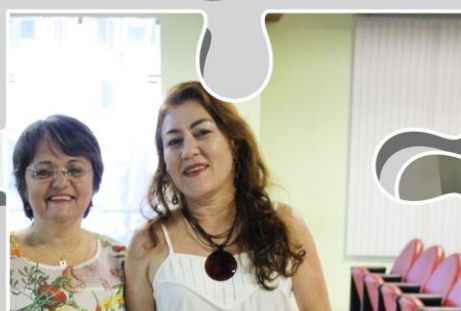
Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário.

Portanto, os dados são bem representativos ao demonstrarem que a maioria dos docentes do campus Belém não estão envolvidos em projetos de extensão. Isso é uma realidade que precisa mudar, visto a relevância dessa prática tanto para a formação acadêmica do alunos, como para a qualidade do ensino.

**IFPA**Campus  
Belém

A TRAJETÓRIA DE  
CONSTRUÇÃO DO PROJETO  
POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO  
IFRN: do escrito ao vivido no  
cotidiano da Instituição

Pró-Reitoria de Ensino  
proen@ifrn.edu.br

**PROJETO  
POLÍTICO  
PEDAGÓGICO****2017**

## 17 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A educação é o suporte na formação que constitui a integração dos grupos sociais, a forma de organização de valores morais, sociais, religiosos, bem como a sedimentação da consciência ética. O desenvolvimento pleno do ato educativo perpassa pela necessidade de uma associação entre ser humano, processo de ensino e as realidades presentes nas instituições que promovem a educação.

A Constituição Federal de 1988, no seu Art. 205, define que a Educação é um direito de todos, dever do Estado e da família, do pleno desenvolvimento do ser humano, portanto, é direito fundamental, universal e inalienável objetivando a preparação dos sujeitos sociais para o pleno exercício da cidadania e sua inserção no mercado de trabalho.

Piletti (1991) salienta:

Que a educação é o resultado da interação entre os indivíduos de uma determinada sociedade, podendo variar conforme o tempo e a forma de organização social na qual estão inseridos estabelecendo assim uma compreensão de mundo, de homem, de vida social e do próprio processo educativo. (PILETTI, 1991, p.73).

Com a proposta do governo federal em ampliar e democratizar o ensino técnico e superior, criam-se em 2008 os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da lei 11.892, requerendo-se, também, o fortalecimento de políticas que abrangessem mais oportunidades de acesso à educação, permanência e êxito do estudante.

Neste âmbito ocorre a consolidação de políticas voltadas para a permanência dos estudantes que através da Portaria nº 39/2007 regulamentou o Programa de Assistência Estudantil, o qual foi normatizado posteriormente pelo Decreto nº 7.234/2010, e que tem como objetivos atender estudantes das instituições federais de ensino de acordo com suas especificidades, democratizando as condições de permanência, minimizando os efeitos das desigualdades, contribuindo assim, para reduzir as taxas de retenção e evasão, além de promover a inclusão social.

Como marco regulamentador da política de Assistência Estudantil no IFPA, foi instituído pela Resolução nº134/2012, a qual foi concebida como um conjunto de ações que visam à integração acadêmica científica e social do estudante, incentivando o sucesso de sua trajetória acadêmica no campus, aproximando-se do cotidiano do estudante, em especial dos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, definida por Castel (1997) “como uma zona intermediária instável que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade”; compreendida esta como decorrente da pobreza, privação (ausência de renda precária ou nula, acesso aos serviços públicos, dentre outros), da fragilização de vínculos afetivos, relacionais e pertencimento social (discriminação

etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência, dentre outras) de estudantes oriundos das camadas desfavorecidas da população.

Desta forma, a Assistência Estudantil no campus Belém está focada no processo educativo, e é compreendida como direito social do estudante favorecendo condições de frequência regular no ensino como parte do processo de acesso, de permanência, e êxito dos estudantes, possibilitando a promoção de melhores condições de vida e de mudanças do contexto social no qual está inserido, e deve estar articulada ao ensino, à pesquisa e à extensão, com vistas à formação integral, estimulando a criatividade, a reflexão crítica e a apreensão das dimensões cultural, esportiva, artística, política, científica e de inovação tecnológica.

### **17.1 Concepção de Assistência Estudantil**

Com base na Resolução nº134/2012 tem-se a concepção de que a Política de Assistência Estudantil é um conjunto de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implementação de ações que visam ao êxito do rendimento escolar, e que garantam a permanência, produção do conhecimento e a conclusão de curso, com vistas à inclusão social, formação plena, capacitação profissional e qualificação para o trabalho.

### **17.2 Princípios Orientadores da Assistência Estudantil**

A política de Assistência Estudantil definida para atender a demanda estudantil no IFPA - campus Belém é orientada por:

- Equidade no processo de formação acadêmica dos discentes, sem discriminação de qualquer natureza;
- Formação ampla, focada no desenvolvimento integral dos estudantes, ancorada no ensino, na pesquisa, na extensão e na inovação tecnológica;
- A igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos;
- respeito à diversidade, à sua autonomia, ao direito a benefícios e serviços de qualidade e ao pluralismo de ideias;
- Incentivo à participação da comunidade discente para os assuntos relacionados à Assistência Estudantil;
- A garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à demanda estudantil do campus;

- A liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- Preparação para o exercício pleno da cidadania;
- A defesa em favor da justiça social e da eliminação de todas as formas de preconceitos;
- reconhecimento da liberdade como valor ético essencial à vida.

### **17.3 Diretrizes e Indicadores Metodológicos da Assistência Estudantil**

- Contribuição para a Permanência e êxito acadêmico do estudante do IFPA–Campus Belém;
- Democratização da educação por meio dos Programas sociais, promovendo a participação da comunidade escolar;
- Implementação de ações através de estudos que possam subsidiar avaliações e propostas de revisão dos serviços ofertados para o estudante;
- Fortalecimento do processo democrático e transparente, por meio do Fórum de Assistência Estudantil, para aplicação dos recursos disponíveis para o estudante;
- Contribuir para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com necessidades específicas.

Os indicadores metodológicos que nortearão a Política de Assistência Estudantil no IFPA - campus Belém são definidos através de:

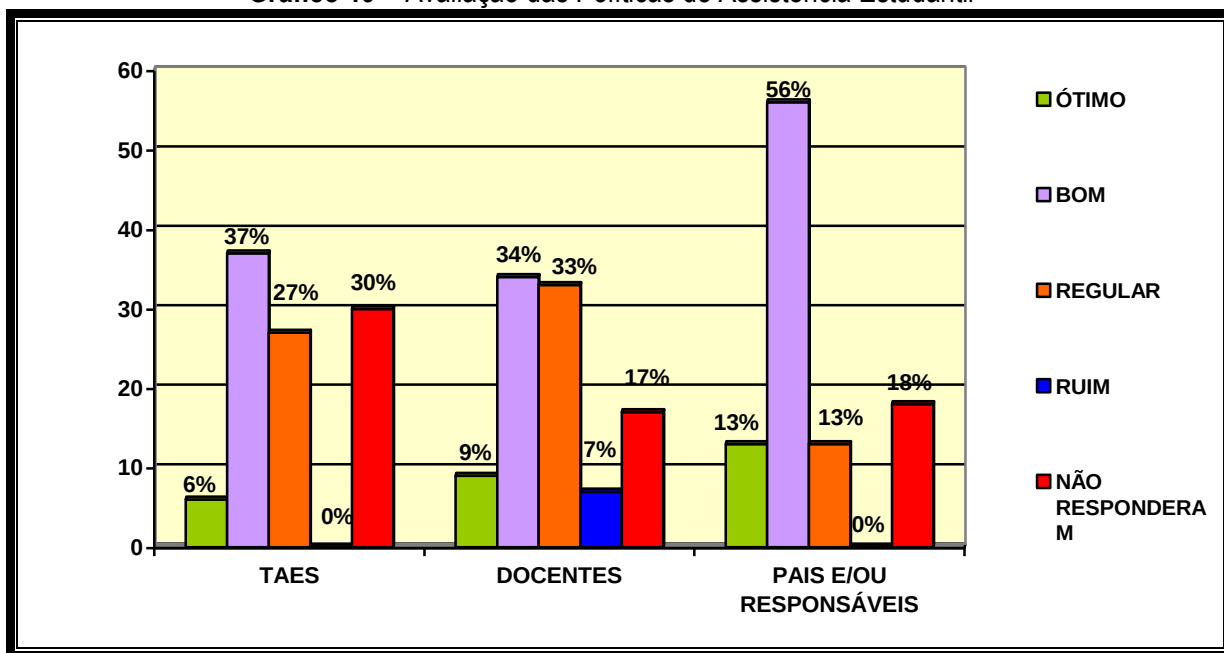
- Realização do acompanhamento dos status acadêmicos através da compatibilização do rendimento e da frequência do estudante;
- Avaliação dos impactos dos programas que beneficiam o estudante do campus;
- Realização de estudo do perfil Socioeconômico dos estudantes do campus;
- Articulação de ações da Assistência Estudantil envolvendo ensino, pesquisa e extensão;
- Realização de fóruns de discussões com representantes de turmas do campus.

Quanto à política de assistência estudantil desenvolvida no Campus Belém, levantamos os seguintes dados na pesquisa: 6% dos TAEs avaliaram como ótima a política de assistência estudantil desenvolvida no IFPA-Campus Belém; 37% avaliaram como boa; 27% avaliaram como regular, e 30% não opinaram sobre o assunto. Os docentes assim se manifestaram: 9% avaliaram como ótima a política de assistência estudantil desenvolvida no IFPA/Campus Belém; 34% avaliaram como boa; 33% dos docentes avaliaram como regular; 7% avaliaram como ruim e 17% não opinaram a respeito do assunto.

Os pais, mães e responsáveis dos discentes também avaliaram as políticas de assistência estudantil. Esses responsáveis fizeram a seguinte avaliação: 13% avaliaram como ótima a política de assistência estudantil desenvolvida no IFPA/Campus Belém; 56% avaliaram como boa; 13%, como regular, e 18% não opinaram a respeito do assunto.

O gráfico a seguir demonstra como se define todo esse processo de avaliação sobre a política de assistência estudantil desenvolvida no IFPA-Campus Belém, a partir do comparativo das três categorias em destaque neste item.

**Gráfico 19 – Avaliação das Políticas de Assistência Estudantil**



Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário.

A política de assistência estudantil desenvolvida no IFPA-Campus Belém é fruto de um lento e gradual processo de construção cuja base é a política nacional desenvolvida no âmbito do MEC, que vinha se fortalecendo no que tange não só à garantia de bolsa aos alunos, mas principalmente ao acompanhamento deste, para que a política de fato cumpra seu maior objetivo, que está para além desta distribuição de recurso, e seja efetivamente uma ação determinante à permanência e êxito do discente na instituição.

Os sucessivos cortes de orçamento na educação e ataques à direitos dos trabalhadores, intensificados principalmente após a derrubada da presidenta Dilma Rousseff, têm anunciado, entretanto, um forte retrocesso no que tange as políticas sociais como um todo, assim como a política de assistência estudantil. O cenário que se desenha é de que a Rede Federal deverá concentrar os recursos no mínimo necessário para que o discente esteja em sala de aula, comprometendo assim sua

formação integral e de cunho omnilateral que pressupõe incremento desta política, assim como no ensino, na pesquisa e na extensão.

Destacamos algumas falas significativas dos entrevistados provenientes de nossa pesquisa como forma de demonstrar pontos importantes que precisam ser melhorados e as potencialidades da política:

“Não conheço”.

“É uma política que funciona de forma efetiva”.

“Há necessidade de fortalecimento da instituição no que se refere à política de assistência estudantil do campus”.

“Tem ajudado muitos alunos carentes”.

“Muito bem construída”.

“Deve alçar maior número de alunos”.

“Entendo a assistência estudantil em vários aspectos. É composta por ajuda de custo, merenda escolar, alojamento, enfermagem emergencial, bolsas e outros”.

“Poderia ser mais abrangente, com projetos diversificados”.

É possível visualizar, por meio dos dados, a necessidade de dar maior publicidade a esta política no âmbito do IFPA-Campus Belém, assim como encorajar seu fortalecimento, melhorar e refinar o processo de seleção dos alunos beneficiados e o acompanhamento desses alunos no que tange à sua frequência e rendimento e incrementar a política/recursos para que cada vez mais alunos possam ser beneficiados.

**IFPA**Campus  
Belém**PROJETO  
POLÍTICO  
PEDAGÓGICO****2017**

## **18 POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DE SERVIDORES**

Buscando implementar uma Política de Valorização e Formação Continuada de Servidores, que abrange o desenvolvimento de Programa de Apoio à Qualificação Profissional para Técnicos e Docentes e o respeito ao Plano de carreira e o Regime de Trabalho Docente e Técnico Administrativo, o Campus Belém, concatenado com as normativas vigentes, promove a valorização e formação continuada dos seus servidores através das seguintes ações: Assegura em seu Plano de Ação Anual recursos financeiros para investir na valorização profissional dos servidores; oportuniza a participação dos servidores em programas de capacitação e procura, além disso, proporcionar um ambiente adequado ao desenvolvimento do trabalho, se preocupando com a qualidade de vida dos servidores.

### **18.1 Concepção de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional**

A Formação continuada dos profissionais da educação, como um todo, envolve tanto conhecimentos científicos e tecnológicos quanto conhecimentos advindos da formação humana, da experiência de vida e da experiência profissional como educador. Todos esses saberes traduzem-se na especificidade do fazer pedagógico e, conseqüentemente, da prática educativa da instituição em que o profissional está inserido.

Por outro lado, a diversidade inerente ao contexto formativo e as influências advindas das mais variadas instâncias sociais exigem atualização constante dos profissionais da educação na perspectiva da qualificação almejada, proporcionando, assim, crescimento profissional e pessoal. Em grande parte, isso pode ser alcançado por meio de uma apropriada e cuidadosa política de formação continuada para servidores.

Legalmente, as concepções de formação continuada do Campus Belém, sejam voltadas para docentes, sejam voltadas para técnico-administrativos, têm a mesma fundamentação, uma vez que a LDB (Lei 9.394/96) trata todos os envolvidos no processo educativo como profissionais da educação. De acordo com o Plano de Carreira dos Técnicos em Educação (PCCTAE), todos os servidores são posicionados como trabalhadores em educação, reafirmando a atividade fim desta Instituição (Lei 11.091/2005).

Por se tratar da Educação Profissional, os profissionais da educação trazem consigo singularidades nas trajetórias acadêmicas e, conseqüentemente, diferentes níveis de qualificação profissional. Desse modo, o Campus Belém, preocupa-se com as necessidades de formação

continuada dos seus servidores, considerando as diferentes áreas em que atuam e as demandas institucionais.

Para o desenvolvimento da qualificação, a instituição adere a programas de formação que favoreçam o crescimento do servidor na condição de profissional e de cidadão, atrelado a um conjunto de fatores que proporcionem o progresso do servidor em sua vida profissional, de acordo com o plano de carreira institucional: políticas salariais, níveis de decisão e de participação, condições de trabalho, relações com a sociedade e com a legislação trabalhista, entre outras questões que remetem a lutas e conquistas envolvendo o individual e o coletivo.

Outro fator de relevância é a adesão a uma política interna assentada em um plano geral de formação para os servidores. Evidencia-se, nesse caso, uma política tanto delineada pelas dimensões pessoal, profissional, social e didático-pedagógica quanto intensificadora de ações voltadas para essa formação. Uma política com tal perfil deve contemplar, adequadamente, as definições em relação às metas, aos objetivos, à temporalidade, ao acompanhamento e à avaliação. Ademais, é essencial diagnosticar necessidades e eleger prioridades, visando um redimensionamento contínuo das propostas formativas, em consonância com o projeto institucional, com as demandas internas e com as necessidades do conhecimento científico e tecnológico.

Assim, a concepção de formação continuada definida para o Campus Belém ancora-se no desenvolvimento profissional perspectivado como uma condição indispensável para a aprendizagem permanente do servidor. Tem-se, como finalidade, contribuir, continuamente, para o desenvolvimento pessoal, cultural, profissional, político e social dos docentes e dos técnicos administrativos.

## **18.2 Princípios Orientadores de Formação Continuada e Desenvolvimento Profissional**

Destacam-se os seguintes princípios orientadores da política de formação continuada e de desenvolvimento dos profissionais da educação do Campus Belém:

- Fortalecimento da identidade profissional por meio da formação permanente;
- Compromisso político, pedagógico e social do educador;
- Atuação profissional norteada pelas concepções (de ser humano, de educação, de sociedade e de trabalho) definidas no PPP da Instituição;
- Compromisso com a qualificação profissional, com a profissionalização, com a melhoria da prática pedagógica, com a valorização profissional e com o fomento à qualidade de vida dos servidores;
- Compromisso com a formação continuada em uma perspectiva investigativa, reflexiva e interdisciplinar;

- Comprometimento com processos formativos orientados pela perspectiva democrática e participativa.

### **18.3 Diretrizes E Indicadores Metodológicos De Formação Continuada E Desenvolvimento Profissional**

Para nortear a política de formação continuada do Campus Belém, é necessário traçar diretrizes que busquem garantir a efetivação de um processo formativo sistematizado, capaz de atender às demandas do mundo do trabalho e às novas demandas internas.

Apresentam-se, assim, as seguintes diretrizes:

- Desenvolvimento de uma política interna de formação continuada para os servidores, de acordo com a regulamentação da carreira de docentes e da carreira de técnicos administrativos;
- Estabelecimento de procedimentos sistemáticos de formação continuada e de qualificação para os servidores, contemplando as diferentes áreas profissionais;
- Atendimento aos interesses e às necessidades de formação continuada dos servidores de diferentes áreas profissionais, considerando as carências da Instituição;
- Planejamento anual de acordo com as necessidades do campus ;
- Promoção, de modo transparente, de programas de formação continuada e de qualificação, com ampla divulgação junto à comunidade e com ênfase no planejamento participativo;
- Realização de seminários e/ou cursos de formação para os ingressantes na carreira da educação profissional e tecnológica;
- Planejamento anual, em cada diretoria, para afastamento de servidores em processo de qualificação profissional;
- Garantia de oportunidades iguais para todos os profissionais que atuam nos diversos setores do campus;
- Promoção de ações visando motivar os servidores a buscar, como meio de atingir a cidadania plena, níveis mais elevados de educação formal;
- Promoção de ações visando a implementação de metodologias de formação continuada em uma perspectiva construtivista ou reflexiva;
- Acompanhamento e avaliação da participação dos servidores em cursos de formação continuada, visando o crescimento pessoal e institucional;

- Uso das novas tecnologias para comunicação e para oferta de cursos de formação continuada de servidores;
- Incentivo às publicações científicas e à participação dos servidores em eventos, para a divulgação de produções científicas e culturais, relatos de experiências, etc.;
- Desenvolvimento de programas de preparação para a aposentadoria;
- Criação de convênios, com instituições formadoras, para cursos de graduação e de pós-graduação (*lato sensu* e *stricto sensu*), preferencialmente com instituições integrantes da rede pública de ensino brasileira;
- Valorização dos servidores por meio do desenvolvimento de programas de melhoria da qualidade de vida.

Ressalta-se, por fim, que a política de formação continuada dos servidores do Campus Belém, tendo como consequência o fortalecimento profissional conjunto de docentes e de técnicos administrativos, não se efetiva apenas pelo acúmulo de cursos, métodos e técnicas. Ocorre, de fato, por meio de uma atuação competente e crítica tanto no que se refere às práticas formativas quanto no que se refere às práticas de reconstrução e de fortalecimento da identidade pessoal e profissional dos envolvidos. Destaca-se, ainda, que as políticas de formação continuada, quando referenciadas pela dimensão coletiva, contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação da profissão do educador.

Quanto à capacitação e formação continuada dos servidores, a nossa pesquisa levantou os seguintes dados: 37% dos servidores TAEs alegam que com frequência participam de cursos, seminários, eventos de qualificação profissional, pesquisa, extensão e publicam trabalhos científicos; 17% dos Técnicos TAEs alegam que raramente participam; 3% afirmaram que nunca participam; e 13% não opinaram a respeito do assunto.

Diante desse cenário, destacamos algumas falas extraídas da pesquisa para que possamos notar as potencialidades e aquilo que é necessário melhorar neste âmbito:

“Não existem muitos cursos de capacitação na área de educação ofertados gratuitamente”.

“Não há oportunidade e nem incentivo para TAE participar de eventos e cursos, o que há são cursos de capacitação para os servidores mas não definido por interesse do próprio servidor, mas por conveniência da gestão”.

“Recentemente participei de um curso de qualificação e como ouvinte de alguns seminários”.

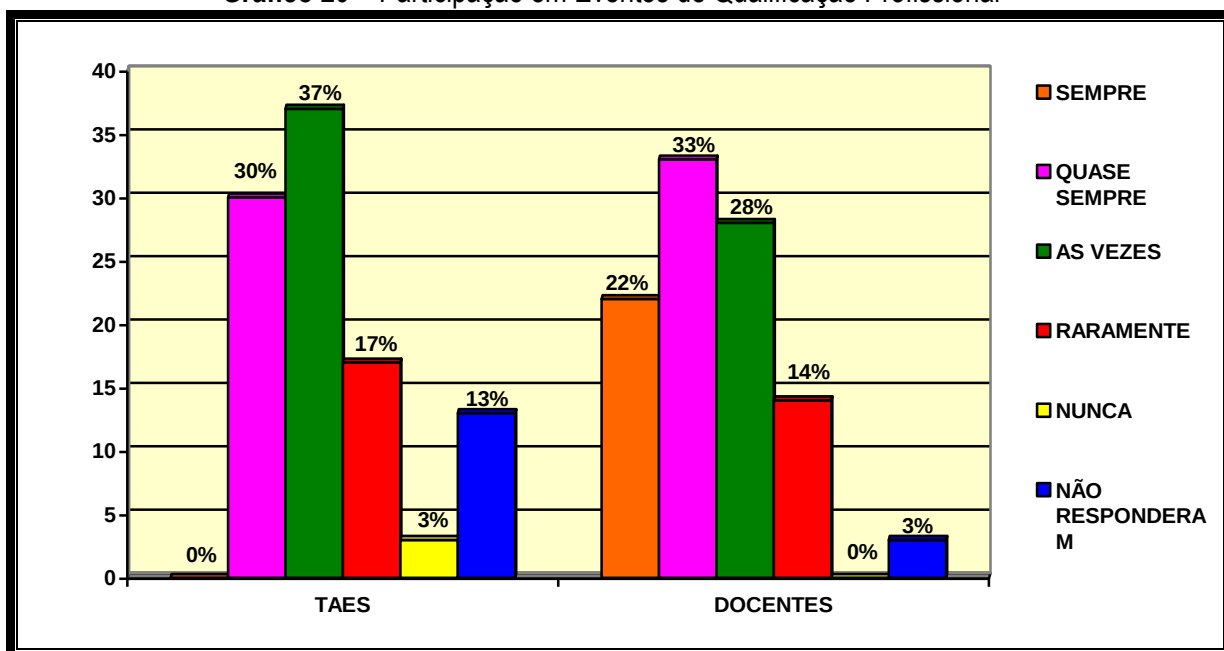
“Mais oportunidades”.

“Por falta de tempo. Pois se deixarmos a sala do trabalho, o serviço iria se acumular”.

Quanto à categoria docente, a pesquisa nos possibilitou levantar os seguintes dados: 22% dos servidores docentes alegam que sempre participam de cursos, seminários, eventos de qualificação

Profissional, pesquisa, extensão e publicam trabalhos científicos; 33% dos docentes afirmam que quase sempre participam; 14% dos docentes alegam que raramente participam; 28% dos servidores docentes alegam que às vezes participam; e 3% não opinaram a respeito do assunto. O gráfico abaixo permite uma melhor análise sobre essa questão.

**Gráfico 20 – Participação em Eventos de Qualificação Profissional**



Fonte: Dados da Consulta Pública realizada pela comissão do PPP, por meio de questionário.

Diante do resultado destacado acima, torna-se necessário demonstrar algumas expressões articuladas por alguns profissionais docentes que chamaram atenção nesta pesquisa:

“Os professores que praticam a pesquisa sentem-se sem apoio e fazem isso em paralelo a outras atividades como sala de aula”.

“Poucos tem apoio financeiro e alguns preferem não ter apoio financeiro, pois podem não cumprir prazos”.

“Eles também fazem pesquisa motivados pelas pós-graduações que fizeram. Os que não fizeram pós-graduação não praticam nenhum tipo de pesquisa”.

É importante destacar que a qualificação profissional é um direito dos profissionais da educação e estão estabelecidas no Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024), em suas metas:

**Meta 15:** garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

**Meta 17:** valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.

**Meta 18:** assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

**Meta 19:** assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

**IFPA**Campus  
Belém

# PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**2017**

## **19 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP**

O PPP é concebido e desenvolvido com a finalidade de organizar todo o trabalho pedagógico da escola. Por ser uma ação intencional que vai delinear de forma autônoma a identidade da escola, de forma coletiva e participativa, sua construção e reconstrução ou o seu acompanhamento e revisão, deve ser vivenciada em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo. Nesse contexto, acompanhar e avaliar o projeto político e pedagógico da escola significa acompanhar e avaliar a própria organização do trabalho pedagógico, seus resultados, suas ações, seu diagnóstico, sua política, suas propostas, de forma crítica, dinâmica, contínua e democrática.

A construção de um instrumento com tamanha importância e dimensão não pode ficar relegado a uma simples formalidade documental, mas precisa e deve se materializar em um processo dinâmico e contínuo de ação-reflexão-ação de todo o trabalho administrativo e pedagógico desenvolvido pela instituição educativa. Trata-se de um momento fundamental de análise e avaliação do que deu certo, do que precisa melhorar, do que precisa ser ressignificado, de um novo olhar sobre a realidade vivenciada. (VEIGA, 2009).

Portanto, a avaliação sistematizada do PPP consiste em um processo dialógico, crítico e reflexivo, que se inicia com a problematização da realidade escolar e culmina na proposição de novas ações, diretrizes e metas, visando direcionar, fortalecer e qualificar as ações desenvolvidas e, conseqüentemente, melhorar a qualidade do ensino ofertado.

### **19.1 Concepção de Avaliação do PPP**

É notório que existem muitas concepções teóricas e práticas sobre o que significa avaliar. No âmbito da ação educativa, não podemos pensá-la em um sentido restrito e classificatório, apenas como julgamento de valor, mas deve ser compreendida e adotada como uma atitude constante e necessária em todo trabalho planejado. É a constatação da correspondência entre a proposta elaborada e sua execução. Como afirma Hoffmann (2003, p. 15), “a avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação”.

Dentro do contexto do compromisso com a qualidade da educação pública, a avaliação, nesse PPP, assume dimensões mais abrangentes e passa a ter algumas características importantes. A primeira delas diz respeito aos objetivos. É preciso ter clareza dos objetivos que pretendemos alcançar quando estamos avaliando. Outro aspecto importante é que a avaliação deve ser contínua e processual, pois, ao avaliar o processo de construção do projeto, podemos diagnosticar aspectos que precisam ser melhorados, podendo, assim, intervir na sua própria prática ou nos fatores que estão

interferindo nos resultados. Em outras palavras, “o julgamento qualitativo da ação deve estar em função do aprimoramento dessa mesma ação” (LUCKESI, 1994, p. 172).

Nesse sentido, entendemos que a avaliação se constitui como uma importante ferramenta a serviço da gestão e do planejamento educacional na medida em que seus resultados permitem aprimorar o desempenho das ações do PPP e a organização interna da unidade escolar. Portanto, a avaliação assumida neste PPP tem um significado singular, analítico, crítico, reflexivo e deve ser realizada de forma processual, contínua, organizada e sistematizada por todos os envolvidos na ação educativa, elevando o seu caráter participativo e coletivo, como pressupõe a sua construção.

## 19.2 Aspectos Teórico-Metodológicos do Processo

A Avaliação é um processo que está imerso em aspectos ideológicos, políticos, econômicos, culturais e sociais. Partimos de uma concepção de avaliação que consiste na reflexão dos objetivos adotados, na metodologia desenvolvida, nas estratégias utilizadas e nas metas alcançadas, visando à discussão e à ressignificação de todo o trabalho realizado. Sendo assim, o processo de acompanhamento e avaliação do PPP precisa ter um caráter democrático, transformador e emancipatório, assumindo um compromisso com a mudança institucional. Assim, a avaliação,

[...] tem que identificar aspectos concretos, formais e informais, explícitos ou não, internos e externos, que viabilizam a realização dos objetivos e fins educacionais propostos num projeto institucional. Há, portanto, que se considerar toda a dinâmica institucional para captar o espírito da instituição avaliada. Nesta perspectiva, a avaliação institucional tem um caráter formativo, está voltada para a compreensão e promoção da autoconsciência da instituição escolar. (BRANDALISE, 2010, p. 318).

Para isso torna-se necessário rever o seu processo de construção; as políticas adotadas, as diretrizes estabelecidas, as ações realizadas, ou seja, a avaliação deve ser realizada com a finalidade de identificar o acontecimento e a qualidade das atividades realizadas no ensino, na pesquisa e na extensão, bem como das ações praticadas pela gestão acadêmica e administrativa, com vistas a gerar informações para a tomada de decisões. Essa avaliação pressupõe o envolvimento de toda a comunidade acadêmica (docentes, técnicos administrativos e discentes), além da comunidade externa, dado seu caráter coletivo e participativo.

A abordagem metodológica utilizada no processo de acompanhamento e avaliação do PPP tem um caráter social e qualitativo, que possibilita compreender e interpretar a realidade, construída não só por fatos observáveis e externos, mas também por significados, símbolos e interpretações elaboradas pelo próprio sujeito, por meio da interação que estabelece com o outro. A abordagem qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da

compreensão de um grupo social, de uma organização. Não busca a generalidade, mas se caracteriza por estudar em profundidade uma situação concreta, real. Como diz Delgado (2006, p. 18), “uma característica fundamental da metodologia qualitativa é sua singularidade e a não-compatibilidade com generalizações”. Não busca a explicação da realidade, mas sua compreensão, estabelecendo inferências possíveis entre os padrões de configuração em cada caso.

Nessa perspectiva, o acompanhamento e a avaliação do PPP implica a articulação e a integração de diferentes instrumentos que possibilitem sistematizar as práticas pedagógicas e administrativas realizadas, com o intuito de auxiliar nas discussões e reflexões, bem como no planejamento de novas ações. Esse processo de retroalimentação favorece tanto a melhoria da qualidade das práticas educativas e dos seus resultados, a nível micro, quanto o aprimoramento das políticas e diretrizes institucionais, a nível macro.

Assim, inicialmente, adotaremos alguns instrumentos, documentos e processos avaliativos que servirão de base para o acompanhamento e a avaliação do PPP, a destacar:

- Relatórios da autoavaliação institucional e resultados da avaliação institucional externa;
- Registros de ações de avaliação desenvolvidas pela Direção Geral e DEN, junto à comunidade;
- Registros das reuniões dos Colegiados, dos Núcleos Docentes Estruturantes, dos Conselhos e das reuniões pedagógicas;
- Relatórios de gestão institucional;
- Relatórios de pesquisas relativas a ações administrativo-pedagógicas desenvolvidas;
- Resultados da aplicação de instrumentos avaliativos específicos.
- Resultados das avaliações de cursos e relatórios da autoavaliação das condições de ensino;
- Resultados das avaliações de desempenho funcional dos servidores docentes e técnicos administrativos;
- Resultados de avaliação de desempenho dos estudantes (internas e externas); e
- Relatórios dos seminários e das reuniões de planejamento docente, como momentos de reflexão e estudos de verificação das ações pedagógicas e a sua eficácia no desenvolvimento e/ou entaves e dificuldades a serem superadas.

### 19.3 Diretrizes para a Implementação do Processo

Considerando a dimensão política, filosófica, pedagógica e organizativa do PPP, bem como o seu caráter eminentemente coletivo e participativo, em que todos os atores sociais da comunidade acadêmica devem estar envolvidos, a instituição precisa estabelecer estratégias viáveis e sistematizadas que garantam a realização do processo de acompanhamento e avaliação do PPP, de forma contínua e permanente.

As estratégias adotadas para envolver esse movimento de acompanhamento e de avaliação do PPP são necessárias para se compreender a própria dinâmica institucional, no entanto, não pode ser traduzida apenas na identificação de pontos fortes e de fragilidades, mas, principalmente, na elaboração de recomendações que deverão ser consideradas na proposição de melhorias qualitativas para a instituição.

Dessa forma, destacamos algumas diretrizes que podem ser consideradas e adotadas no acompanhamento e na avaliação do PPP, como um processo democrático, sistemático e periódico:

Sensibilização e envolvimento de todos os sujeitos que fazem parte da Instituição educativa, como: gestores, professores, técnicos administrativos, pais, responsáveis, alunos, egressos, bem como a comunidade externa;

Sistematização de instrumentos de avaliação, ou seja, uma dinâmica própria de como se avaliarem os processos de planejamento e de execução do PPP para as políticas, diretrizes e ações propostas;

Construção de variáveis e indicadores para o acompanhamento e a avaliação do PPP, apontando-se a periodicidade e a consolidação dos resultados obtidos por meio de diferentes mecanismos de avaliação sistematizados;

Estabelecimento de estratégias de articulação sistemática e permanente entre os diferentes setores da Instituição para o acompanhamento do planejamento, com o propósito de avaliar e analisar periodicamente as políticas, diretrizes e ações definidas no PPP; e

Reflexão e análise crítica dos resultados, com objetivo de retroalimentar as políticas, os currículos, e as práticas, envolvendo os processos de gestão administrativos e pedagógicos.

Portanto, inicialmente, recomendamos que o PPP seja revisado a cada 04 anos. No entanto, a sua retroalimentação e ressignificação deve acontecer anualmente, com o objetivo de averiguarmos se as ações foram bem sucedidas ou não e fazermos as modificações necessárias às ações que foram concretizadas, conforme instituem as diretrizes acima.

## 19.4 O Programa Institucional de Avaliação

Sobre o Programa Institucional de Avaliação, a Comissão Própria de Avaliação-CPA do IFPA-Campus Belém seguirá o disposto no PPI 2104-2018:

A Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES e determinou, em seu Artigo 11, a constituição de Comissões Próprias de Avaliação (CPA) em todas as IES, para conduzir, sistematizar e prestar informações ao INEP quanto aos processos de avaliação interna.

A CPA do IFPA é constituída por ato do dirigente máximo da instituição, assegurando a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docentes, técnicos administrativos e discentes) e da sociedade civil organizada, sem que haja maioria absoluta de um dos segmentos e tenha atuação autônoma na IES com a finalidade de planejar, organizar, aplicar, analisar e refletir sobre a avaliação institucional, com a participação e envolvimento de toda a comunidade acadêmica, alunos e servidores, bem como o envolvimento da comunidade externa.

De acordo com o Regimento Interno, a CPA caracteriza-se como um órgão suplementar da Reitoria, e teve sua origem com a criação da CPA do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA), Portaria nº 226/04-GAB.

### 19.4.1 Objetivos

O Programa de Avaliação Institucional do IFPA é de caráter participativo, ou seja, envolve todos os atores da comunidade (docente, discente, técnico-administrativo e segmentos representativos da comunidade externa). Desta forma, todos serão corresponsáveis pela condução do processo de avaliação, juntamente com a CPA. Tendo como objetivos significativos de sua atuação, em conformidade com o que dispõe o SINAES- lei nº 10.861, de 14 de abril 2004:

a) Objetivo Geral:

- Avaliar as condições físicas, materiais, financeiras, administrativas e acadêmicas que implicam o desenvolvimento das dimensões pedagógicas, políticas, éticas, sociais e culturais oferecidas aos cursos mantidos pelo IFPA.

b) Objetivos Específicos:

- constatar as condições do Instituto para a criação e execução de ações formadoras a partir do tripé ensino-pesquisa-extensão;
- apontar caminhos de caráter pedagógico, político e prospectivo que possibilitem mudanças na realidade a ser avaliada;

- fornecer subsídios para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI);
- revelar elementos que permitam a revisão/reformulação das políticas públicas da Instituição;
- descrever o tipo de formação que os docentes estão alicerçando nos cursos.

#### 19.4.2 Metodologia no Processo Autoavaliativo

As dimensões consideradas no processo de avaliação institucional do IFPA contemplam as estabelecidas pela Lei nº 10.861/04, Art. 3º, e estão relacionadas a seguir:

- **Dimensão 1** - A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- **Dimensão 2** - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- **Dimensão 3** - A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- **Dimensão 4** - A comunicação com a sociedade;
- **Dimensão 5** - As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- **Dimensão 6** - A organização e gestão da Instituição, o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- **Dimensão 7** - A infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- **Dimensão 8** - O planejamento e a avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
- **Dimensão 9** - As políticas de atendimento a estudantes e egressos;
- **Dimensão 10** - A sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Seguindo as recomendações do SINAES, tanto os dados coletados quanto o tratamento destes possuem caráter quantitativo e qualitativo. As modalidades de avaliação, bem como os instrumentos de coleta de dados utilizados se baseiam: no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE); na avaliação das condições de ensino *in loco* pelos Avaliadores do Inep; e nos formulários com perguntas fechadas pela CPA.

A Avaliação Institucional para a comunidade acadêmica interna e externa permite uma abordagem interativa entre os sujeitos do processo avaliativo, por meio do link na página institucional do IFPA para o *site* da CPA, permitindo a identificação da comunidade acadêmica com a autoavaliação, a história da criação da CPA e o planejamento das ações da comissão.

Como forma de prover a implantação da autoavaliação, foram construídos formulários através de estudos e discussões entre os membros da CPA e com sugestões socializadas. Foram levantadas questões sistematizadas em três tipos de formulários específicos para cada categoria (docente, técnico-administrativo e discente).

Para análise dos dados do IFPA, as respostas foram tabuladas numa escala de 1 a 4 para os participantes preencherem as questões. A aplicação dos questionários será realizada em período de aplicação e prazo para recolhimento.

#### 19.4.3 Resultados da Autoavaliação

O desenvolvimento do processo de autoavaliação do IFPA foi planejado contemplando as dimensões abordadas. A partir dos resultados de identificação das fraquezas e das oportunidades obtidos na avaliação institucional da Instituição, pretende-se:

- a) produzir um documento com conhecimentos, reflexões e juízos de valores em relação às condições oferecidas aos cursos do Instituto, examinando se a missão e os objetivos estratégicos estão sendo cumpridos conforme descritos no PDI;
- b) construir um banco de dados sistematizando as informações existentes e as novas que serão coletadas, analisadas e interpretadas;
- c) criar uma cultura de avaliação institucional no instituto;
- d) organizar uma comissão permanente de avaliação por *campus* para dar continuidade ao processo de avaliação permanente;
- e) sugerir várias pistas para construção de programas e ações a serem executados para melhorar a qualidade social do IFPA;
- f) divulgar por meio de um relatório e reuniões os resultados da investigação.

A comunidade acadêmica participa do processo de autoavaliação, respondendo aos instrumentos de avaliação, que contemplam questões referentes: ao contexto social, à organização didático-pedagógica, ao corpo docente e às instalações. Por meio deste exercício, a Instituição busca a consolidação desta prática, o aprimoramento e o melhor desempenho da sua missão.

O resultado desta avaliação atende aos princípios da Administração Pública quanto à publicidade e à transparência, sendo os resultados da autoavaliação divulgados anualmente por meio do *site* da Instituição e outros.

Dessa forma, o diagnóstico dos resultados da avaliação institucional deve garantir a prática educativa à missão do IFPA, garantindo uma cultura avaliativa institucional que atenda às expectativas da comunidade interna e externa para o cumprimento das ações presentes e futuras.

**IFPA**Campus  
Belém**PROJETO  
POLÍTICO  
PEDAGÓGICO****2017**

## 20 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Só o corpo interno da escola é capaz de atribuir-lhe uma identidade, que é condição “sine qua non” para que se possa estabelecer sua organização e rumos, evidentemente sem descuidar do apoio do sistema de ensino. Se o projeto político – pedagógico precisa ser gestado pelo coletivo escolar, ele só frutificará em terreno democrático, onde todos consigam participar da experiência construtiva de decidir sobre o que é melhor para sua escola. Isso não pode ser imposto, decidido de cima para baixo, por mérito de uma autoridade institucional” (SANTOS, 2002, p. 7).

O processo de construção do PPP do IFPA-Campus Belém foi iniciado em agosto de 2015, ao longo desses 16 meses (1 ano e 4 meses de trabalho) enfrentamos muitas dificuldades, a primeira delas foi relacionada ao tempo, pois o tempo da democracia é diferente do tempo da gestão institucional e da necessidade imperativa de construção de um documento de natureza tão fundamental e determinante para a vida e o cotidiano da instituição de ensino. Foram vários cronogramas estabelecidos e que precisaram ser revistos em virtude da necessidade de cada vez mais esclarecer a comunidade acadêmica e empoderá-la, fazer com que pudesse se sentir pertencente e participante deste processo. Debater, entrevistar, aplicar questionários e ouvi-la foi prioridade para esta comissão, pois a construção de uma cultura de participação e de gestão democrática é algo inerente à elaboração e consolidação de uma proposta pedagógica viva e palpável a todos e para todos.

A riqueza desta experiência está exatamente no percurso que traçamos e sobre o qual nos lançamos, o “produto” final é um documento de extrema relevância; entretanto, o caminho percorrido, os seminários, a pesquisa, as conversas, as dificuldades, o envolvimento da comunidade, as críticas construtivas, os altos e baixos desta experiência de construção foi uma oportunidade única de olharmos para dentro de nós enquanto Campus Belém, os caminhos e (des) caminhos, aquilo que fez parte da nossa história, mas que não queremos mais repetir e aquilo que reforça nossa identidade e que se melhorado, potencializado e tratado com seriedade, responsabilidade e compromisso pode nos conduzir ao caminho da qualificação institucional e excelência no ensino.

Nesse tempo de 1 ano e 4 meses o campus Belém experimentou o processo mais radical de envolvimento da comunidade acadêmica na construção de sua identidade ao longo desses 107 anos de existência, foi um tempo reflexão mas também muita ação e, sobretudo, aprendizado sem fim. Nos enxergamos exatamente assim neste processo: uma comunidade que valoriza sua instituição e que quer protagonizar a sua melhoria, quer ter voz, quer participar das decisões, quer pintar o Campus Belém com as cores da diversidade, torná-lo cada vez mais estruturado, agradável à permanência de todos, inclusivo e vivo.

A pesquisa feita com as categorias que compõem o IFPA-Campus Belém demonstrou o quanto e o que a nossa comunidade tem a dizer e que Campus Belém almeja para si e para as gerações futuras. Destacamos aqui alguns excertos dessas falas (categorias de discentes, docentes, pais/responsáveis e técnicos administrativos):

- “um instituto que funcionasse com organização e justiça”,
- “mais participativo, interativo, inter-relacionado”,
- “um IFPA mais justo, igualitário, organizado, e motivador da melhoria de todas as atividades lá desenvolvidas”,
- “um IFPA com mais oportunidades de estágios remunerado para menor aprendiz”, “com infraestrutura adequada, menos greves e com equipamentos modernos”,
- “instituição que oferece um desempenho e qualificação técnica de qualidade profissional direcionada ao mercado de trabalho”,
- “um IFPA com data de início e saída, sem greves que prejudicam o calendário acadêmico dos alunos”,
- “um instituto onde fortalecesse o todo, ou seja, proporcionar eventos que busquem salientar o pensamento crítico, formar alunos que realmente saiam seguros e sem medo de exercer a função, criar mais eventos artísticos para que se possa integrar o todo”,
- “com mais oportunidade de cursos”,
- “aulas completas, mais recursos pedagógicos para o entendimento dos alunos, estágios para a área técnica, tablet para os alunos e professores, transportes para as viagens e mais viagens tanto técnica quanto do ensino médio”,
- “um IFPA com mais interação com os alunos, coordenação e professores. Mais bonito, agradável”,
- “o Campus que eles prometem no primeiro dia de aula”,
- “Não uma instituição perfeita mas sim como um lugar onde eu possa todos os dias me orgulhar por ter passado no processo seletivo e que tudo isso valeu a pena porque a instituição me dá um retorno imenso na forma de educação técnica, média e social para mim, para meus amigos e para a comunidade em geral”,
- “um Instituto com menos burocracia, mais professores nas matérias e professores que estimulem mais a pesquisa”,
- “um IFPA organizado, sem falta de professores. Um IFPA com excelentes laboratórios. Com grupos de pesquisas funcionando. Projetos de extensão funcionando. Com atividade de desporto para os alunos”,
- “o IFPA que realmente se importe com o tripé Ensino, Pesquisa e Extensão”;
- “uma assistência maior, contratar mais funcionários”.

**Com base na pesquisa feita durante a construção do PPP do Campus Belém podemos traçar as seguintes metas a serem alcançadas:**

- A regularização dos Cursos Técnicos Integrados e reformulações com base nas novas Diretrizes da Educação Profissional e Educação Básica – Ensino Médio;
- “A regularização dos Cursos Subsequentes e reformulações adequadas à nova legislação da Educação Profissional (Diretrizes Curriculares da EP de 2012);
- A melhora do Índice Geral de Cursos Superiores abaixo (Nota 3);

- Manter uma rotina de acompanhamento e registro de acompanhamento de Indicadores de Desempenho do Ensino;
- Superar as falhas de acompanhamento e implementação e acompanhamento das avaliações exigidas pelo EMEC/INEP no Campus;
- Elaborar documentos que orientem a gestão do Campus Belém, tendo como prioridade o nosso regimento interno;
- A implementação, consolidação e avaliação permanente dos documentos que são instrumentos para o planejamento da Gestão: PPP, PDC e Regimento Interno.
- Qualificação e expansão do acompanhamento da Política de Assistência Estudantil do Campus;
- Alinhamento das ações do Campus às deliberações dos Conselhos Superiores;
- Atualização permanente da gestão à Legislação pertinente aos Servidores Públicos e a todas as ações administrativas;
- Promoção de uma gestão democrática e participativa;
- Publicidade das ações de ensino, pesquisa, extensão e administração do Campus;
- Fortalecimento e consolidação dos fóruns do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração enquanto espaços privilegiados de interlocução entre a gestão e a comunidade do campus Belém;

A construção do PPP do Campus Belém além que suprir uma necessidade fundamental para a organização do nosso campus, consolida-se como instrumento de proposição de mudanças, entretanto, tendo como ponto de partida sua rica história construída ao longo de seus 107 anos de existência. Este PPP tem como finalidade orientar, dar sentidos, significados, estabelecer diretrizes e ainda, reafirmar a função social do Campus Belém com base em uma proposta pedagógica de cunho integrador em prol da construção de uma educação “mais inteira” possível para os nossos jovens e adultos. Este PPP materializa o comprometimento da comunidade e reforça o compromisso do IFPA-Campus Belém para com a sociedade.

A efetivação do PPP do campus Belém é compromisso de todos e requer os esforços de todas as categorias que dele fazem parte. O PPP é um documento orientador, portanto flexível, em permanente avaliação. A ideia é não torná-lo um instrumento que “engessa” a estrutura institucional, mas que considere sua dinâmica e esteja em permanente interlocução com a realidade, permitindo o pensar e repensar das ações institucionais e, por consequência, seu crescimento e excelência.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. **O direito do trabalhador à Educação**. In: Trabalho e Conhecimento: dilemas na Educação do Trabalhador. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira. **Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas**. Olhar de professor, Ponta Grossa: 2010. Disponível em: <http://www.uepg.br/olhardeprofessor>. Acesso em: 11 nov. 2016.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Lei nº 13.146, de 6 jul 2015**, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Atualizada em 9 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de Fevereiro de 2002**. Brasília, 2002. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf). Acesso em: 28 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Diário Oficial da União**. Seção 1. Nº 165, sexta-feira, 28 de agosto de 2015. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br>. Acessado em: 29 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da educação. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento\\_base.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf). Acesso em: 17 nov. 2009

\_\_\_\_\_. **O PNE 2012-2020: Metas e estratégias**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf). Acesso em: 28 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Programa de integração da educação profissional técnica de nível médio na modalidade de jovens e adultos-PROEJA**: Documento Base. Brasília: MEC, 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. **Concepção e diretrizes dos institutos federais de educação**. Brasília: MEC/SETEC, 2010.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus. Escola Técnica Federal do Pará. **A Escola Técnica Federal do Pará e o Desenvolvimento do Ensino Industrial**. Um estudo histórico, 1909/87, por Péricles Antonio Barra Bastos. Belém, gráfica Santo Antônio, 1988.209p.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm). Acesso em: 10 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 11 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm). Acesso em: 11 jun. 2016.

CASTEL, Robert. **A dinâmica dos processos de marginalização da vulnerabilidade á “desfiliação”**. **Cadernos CRH**, nº 726 e 27, p.19 - 40, 1997.

CAVALCANTI, Francisco de Assis Ribeiro (Org.). **Curso de aperfeiçoamento em educação em direitos humanos**. Belém: IFPA, 2015. ISBN: 978-85-62855-38-2

CAVALCANTI, Lana Souza. **Ensino da Geografia e Diversidade**: construção de conhecimentos escolares e atribuição de significados pelos diversos sujeitos do processo de ensino. In: Educação Geográfica teorias e práticas. Ed. Contexto. SP, 2012.

CENTRO LATINO AMERICANO EM SEXUALIDADE E DIREITOS HUMANOS (Clam), 2009, p. 35 e 197.

COSTA, Lairson (org.) **Instituto Federal do Pará: 100 anos de Educação Profissional/Lairson Costa**- Belém: GTR Gráfica e Editora, 2009. 228p.; Il.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DURHAM, Eunice R. **Uma política para o Ensino Superior**. Ed. Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior Universidade de São Paulo. [s.d]

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; e RAMOS, Marise Nogueira (Orgs.) **Ensino Médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Editora Cortez, 2005, 175p.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação**: mito e desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação, 2003.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. Conselho Superior, **Resolução nº 201/2015 - CONSUP**, de 14 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 160/2015 - CONSUP**, de 27 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018**. Disponível em: <<http://www.ifpa.edu.br/2013-10-27-00-11-6>> acesso em: 11 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano de Ação da Assistência Estudantil Campus Belém-2016**. Disponível em: <[www.belem.ifpa.edu.br](http://www.belem.ifpa.edu.br)>.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 134/2012- CONSUP**. Disponível em: [www.ifpa.edu.br](http://www.ifpa.edu.br).

JACCOUD, L. B.; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida (org.). **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **O essencial da didática e o trabalho de professor** – em busca de novos caminhos. 2001. Disponível em: <http://limaribeiro.net/File/Content/Document/pt-br/didatica-do-ensino-superior-o-essencial-da-didatica.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2016.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MENEZES, Ebenezer Takunode; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete professores leigos. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira -Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/professores-leigos/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

MOEHLECKE, Sabrina. As Políticas de Diversidade na Educação no Governo Lula. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, maio/ago. 2009

MOREIRA, Armindo. Professor não é educador. Cascavel-PR, 2012;

PACHECO, Eliezer. (Org.) **Institutos federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília, 2011 Ed. Moderna S. Paulo.

PARO, Vitor Henrique. Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação/Vitor Henrique Paro.2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.—(Coleção questões da nossa época; v.4).

PILLETI, Nelson. **Educação e Sociedade**. Editora Ática 2ª edição revisada. 1991.

PINTO, Álvaro Vieira, 1909-Sete lições sobre educação de adultos/ Álvaro Vieira Pinto: Introdução e entrevista de Demerval Saviani e Betty Antunes de Oliveira: versão final revista pelo o autor.—16.ed.— São Paulo, Cortez, 2010.

PORTO, Adriana M. N. S. A Relação entre conteúdo e forma nas políticas de Educação Profissional referenciadas no projeto de ensino médio integrado. Dissertação de mestrado. PPPGED/ICED/UFGA, 2011.

RAMOS, Elizabete Batista; SILVA, Laura Helena Barros da (Org.). **Curso de aperfeiçoamento em educação de jovens e adultos na diversidade**. Belém: IFPA, 2015. ISBN: 978-85-62855-33-7

ROCHA, Helena do S. C. da. **Educação Integral e Integrada**. Belém: IFPA, 2010. 3v.

\_\_\_\_\_. **Educação na Diversidade e Cidadania**. Belém: IFPA, 2010. 3v.

SANTANA, Ana Paula Palheta; CAVALCANTI, Francisco de Assis Ribeiro; MIRANDA, Heraldo de Cristo (Org.). **Apostamentos acerca de cultura, educação, política e direitos humanos**. Belém: IFPA, 2015.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda., 1998.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. **Revista Científica da UFGA** <http://www.ufpa.br/revistaic> v. 3, março 2002. Acesso em 06/12/2016.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar geografia**: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. 2. ed. Pinheiro, São Paulo: Annablume, 2004.

VEIGA. Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática**: novos marcos para a educação de qualidade. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>. Acesso em: 7 nov. 2016.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A –QUESTIONÁRIO/DIAGNÓSTICO

### QUESTIONÁRIO PPP – CATEGORIA DOCENTE

#### IDENTIFICAÇÃO

Nome (\*Não obrigatório):

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Idade:

Formação:

Tempo de formação:

Tempo de trabalho como docente:

Tempo de trabalho como docente no IFPA–Campus Belém:

Quais os Cursos em que atua no IFPA–Campus Belém:

Em qual (ais) a forma (s) de oferta: ( ) Integrado ao Ensino Médio ( ) Subsequente

( ) Superior Graduação ( ) Pós graduação

#### EIXO 1 – SOBRE O PPP

1.1 – Qual a sua compreensão sobre o PPP?

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

1.2- Já participou da construção de algum PPP?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, em qual instituição? \_\_\_\_\_

1.2 – Você considera importante a construção do PPP no IFPA–Campus Belém?

( ) Sim ( ) Não

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

#### EIXO 2 – SOBRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

2.1 - Como você avalia o ensino no IFPA-Campus Belém?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Fraco

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

2.2 – Com a formação que recebem no IFPA-Campus Belém, você acredita que nossos alunos estejam preparados para atuar no mercado de trabalho?

( ) Sim ( ) Não

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

2.3 - Você se sente motivado a trabalhar no IFPA–Campus Belém?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

2.4 - Você adota uma postura dialógica em sala de aula?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

2.5- Em sua opinião, qual a função social do IFPA-Campus Belém?

\_\_\_\_\_

2.6- Quais as principais dificuldades que você enfrenta, enquanto professor do Campus Belém, no exercício de sua função?

\_\_\_\_\_

2.7- Em que ações, atividades ou projetos você está inserido no IFPA-Campus Belém?

\_\_\_\_\_

2.8- Você se considera um bom professor? No que acha que poderia melhorar?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

#### EIXO 3 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

3.1- Em sua opinião, o curso ou cursos em que atua está ou estão acompanhando as transformações e as tendências da sociedade atual?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

3.2- A organização das disciplinas a cada semestre/ano está adequada? Você percebe que alguns semestres estão com sobrecarga e outros não?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

3.3- Você realiza um trabalho integrado com as outras disciplinas do seu curso?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

3.4- Você participa dos momentos de planejamento pedagógico realizados no IFPA–Campus Belém? Qual a importância desses momentos para você?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

3.5- Quanto à avaliação da aprendizagem, de que forma você a realiza? Os critérios de avaliação são apresentados previamente à turma?

3.6- Você participa ou já participou de projetos integradores no IFPA-Campus Belém?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

3.7- Quanto à prática profissional dos discentes (microestágio, estágio supervisionado e etc.), você consegue perceber a integração dos saberes práticos e teóricos realizada pelo aluno de maneira significativa?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

3.8- Que perfil você espera do seu aluno?

3.9- Em sua opinião, o currículo do seu curso contempla questões relacionadas às seguintes dimensões: DIVERSIDADE E INCLUSÃO, DIREITOS HUMANOS E SUSTENTABILIDADE?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

#### **EIXO 4- PRÁTICAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL**

4.1- As ações de gestão e tomada de decisão são elaboradas e executadas de forma democrática e participativa no IFPA-Campus Belém?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

4.2- A comunidade acadêmica do IFPA - Campus Belém (professores, estudantes, funcionários, pais ou responsáveis) participa da gestão?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

4.3- As ações de gestão em relação ao IFPA-Campus Belém são publicadas no site institucional e nas redes sociais oficiais da instituição?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

4.4 -Em sua opinião, como é o atendimento/tratamento dos servidores técnico-administrativos do IFPA-Campus Belém?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

#### **EIXO 5- GESTÃO EDUCACIONAL E PRÁTICA PEDAGÓGICA**

5.1- Você se relaciona bem com seus alunos? Há cordialidade, solidariedade e respeito na relação entre professor e aluno?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

5.2- Como você avalia a sua frequência nas aulas?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

5.3 – Você se considera um bom professor?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

5.4- Como você avalia a sua aula?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

5.5- Como você descreveria uma boa aula? O que deve ter/acontecer?

5.6- Com que frequência você realiza reposição de aulas não ministradas?

( ) Sempre ( ) quase sempre ( ) às vezes ( ) raramente ( ) nunca

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

5.7- Quais os principais motivos pelos quais você não ministrou as aulas e por isso fez-se necessária a reposição?

5.8- A gestão educacional (direção de ensino, departamento de ensino, departamento pedagógico, coordenações de curso e etc.) atua efetivamente em colaboração com os professores para resolução de problemas relacionados ao processo de ensino e aprendizagem?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

## EIXO 6- POLÍTICAS EDUCACIONAIS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

6.1- Em sua opinião o IFPA-Campus Belém consegue trabalhar integradamente a tríade: ensino, pesquisa e extensão?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.2- Os cursos ofertados pelo IFPA-Campus Belém na modalidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas formas: Integrado ao Ensino Médio e subsequente estão funcionando de forma satisfatória? Como você os avalia?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Não há como responder pois não sou aluno deste nível, modalidade e forma de oferta.

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.3- Os cursos superiores de graduação ofertados pelo IFPA-Campus Belém estão funcionando de forma satisfatória? Como você os avalia?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Não há como responder pois não sou aluno deste nível, modalidade e forma de oferta.

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.4- Os cursos superiores de pós-graduação ofertados pelo IFPA-Campus Belém estão funcionando de forma satisfatória? Como você os avalia?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Não há como responder pois não sou aluno deste nível, modalidade e forma de oferta.

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.5- Com que frequência você participa de cursos, seminários, eventos de qualificação profissional, pesquisa, extensão, publica trabalhos e etc?

( ) Sempre ( ) quase sempre ( ) às vezes ( ) raramente ( ) nunca

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.6- Você já trabalhou em algum curso na modalidade da Educação a Distância do IFPA-Campus Belém?

( ) Sim Qual? \_\_\_\_\_ ( ) Não

Avalie:

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

6.7- Você se sente INCLUÍDO no IFPA-Campus Belém?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.8- Você conhece as políticas de inclusão do IFPA-Campus Belém?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.9- Você já sofreu algum tipo de preconceito no IFPA-Campus Belém?

( ) Sim De que tipo: \_\_\_\_\_ ( ) Não

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.10- Como você avalia as políticas de pesquisa e inovação no IFPA-Campus Belém?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.11- Em sua opinião, as atividades de pesquisa no IFPA-Campus Belém alcançam a comunidade?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.12- A quantidade de projetos de pesquisa oferecidos no IFPA é suficiente para atender a demanda de alunos?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.13- Você participa de algum projeto de pesquisa no IFPA–Campus Belém?

( ) Sim Qual? \_\_\_\_\_

( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.14- Como você avalia as políticas de extensão no IFPA-Campus Belém?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.15- Como você avalia a política de estágio no IFPA-Campus Belém?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.16- Como você avalia as práticas de estágio destinadas aos alunos?

( ) complementou o conhecimento construído em sala, possibilitando a percepção da relação teoria e prática.

( ) não possibilitou a construção do conhecimento, nem conseguiu relacionar a teoria com a prática.

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.17- Em sua opinião, as atividades de extensão no IFPA-Campus Belém alcançam a comunidade?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.18- A quantidade de projetos de extensão oferecidos no IFPA é suficiente para atender a demanda de alunos?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.19- Você participa de algum projeto de extensão no IFPA–Campus Belém?

( ) Sim Qual? \_\_\_\_\_

( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.18- Como você avalia a política da assistência estudantil no IFPA-Campus Belém?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

## **EIXO 7- ATIVIDADES CULTURAIS, ARTÍSTICAS E DESPORTIVAS.**

7.1- Como você avalia a dimensão cultural, artística e desportiva no IFPA-Campus Belém?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

7.2- Para você, o IFPA-Campus Belém oferece satisfatoriamente atividades culturais, artísticas e desportivas para envolver os alunos, professores e técnicos administrativos?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

7.3-Quais os projetos, ações e atividades no âmbito da cultura, da arte e do desporto você acha que deveriam acontecer no IFPA-Campus Belém?

\_\_\_\_\_

## **PARA FINALIZAR!**

Qual o IFPA-Campus Belém que você gostaria de ter?

\_\_\_\_\_

## **QUESTIONÁRIO PPP – CATEGORIA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

### **IDENTIFICAÇÃO**

Nome (\*Não obrigatório):

Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino

Idade:

Formação:

Tempo de formação:

Tempo de trabalho como técnico administrativo no IFPA-Campus Belém:

Área de atuação no IFPA–Campus Belém:

### EIXO 1 – SOBRE O PPP

– Qual a sua compreensão sobre o PPP?

1.2- Já participou da construção de algum PPP?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, em qual instituição? \_\_\_\_\_

– Você considera importante a construção do PPP no IFPA–Campus Belém?

( ) Sim ( ) Não

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

### EIXO 2 – SOBRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

2.1 - Como você avalia o ensino no IFPA-Campus Belém?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Fraco

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

– Com a formação que recebem no IFPA-Campus Belém, você acredita que nossos alunos estejam preparados para atuar no mercado de trabalho?

( ) Sim ( ) Não

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

- Você se sente motivado a trabalhar no IFPA–Campus Belém?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

2.4 - Você adota uma postura dialógica no seu ambiente de trabalho?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

2.5- Em sua opinião, qual a função social do IFPA-Campus Belém?

2.6- Quais as principais dificuldades que você enfrenta, enquanto técnico administrativo do Campus Belém, no exercício de sua função?

2.7- Em que ações, atividades ou projetos você está inserido no IFPA-Campus Belém?

2.8- Você se considera um bom técnico administrativo? No que acha que poderia melhorar?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

### EIXO 3 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

3.1- Em sua opinião, os cursos do IFPA-Campus Belém estão acompanhando as transformações e as tendências da sociedade atual?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

3.2- O setor em que você atua realiza um trabalho integrado com outros setores do IFPA-Campus Belém?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

3.3- Você participa dos momentos de planejamento pedagógico, eventos, congressos, seminários, cursos e palestras realizados no IFPA–Campus Belém? Qual a importância desses momentos para você?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

3.4- Você participa ou já participou de projetos integradores no IFPA-Campus Belém?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

3.5- Quanto à prática profissional dos discentes (microestágio, estágio supervisionado e etc.), você consegue perceber a integração dos saberes práticos e teóricos realizada pelo aluno de maneira significativa?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

3.6- Que perfil você espera do aluno do IFPA-Campus Belém?

\_\_\_\_\_

3.7- Em sua opinião, o currículo dos cursos do IFPA-Campus Belém contemplam questões relacionadas às seguintes dimensões: DIVERSIDADE E INCLUSÃO, DIREITOS HUMANOS E SUSTENTABILIDADE?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

#### **EIXO 4- PRÁTICAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL**

4.1- As ações de gestão e tomada de decisão são elaboradas e executadas de forma democrática e participativa no IFPA-Campus Belém?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

4.2- A comunidade acadêmica do IFPA- Campus Belém (professores, estudantes, funcionários, pais ou responsáveis) participa da gestão?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

4.3- As ações de gestão em relação ao IFPA-Campus Belém são publicadas no site institucional e nas redes sociais oficiais da instituição?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

4.4 -Em sua opinião, como é o tratamento dos professores em relação aos servidores técnico-administrativos do IFPA-Campus Belém?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

4.5 -Em sua opinião, como é o tratamento dos alunos em relação aos servidores técnico-administrativos do IFPA-Campus Belém?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

4.6 -Em sua opinião, como é o tratamento da gestão em relação aos servidores técnico-administrativos do IFPA-Campus Belém?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

#### **EIXO 5- GESTÃO EDUCACIONAL E PRÁTICA PEDAGÓGICA**

5.1- Você se relaciona bem com alunos, professores e comunidade acadêmica em geral? Há cordialidade, solidariedade e respeito no plano dessas relações?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

5.2- Como você avalia a sua frequência ao trabalho?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

5.3 – Você se considera um bom técnico administrativo?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

5.4- Como você avalia sua atuação profissional?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

5.5- Como você descreveria uma boa atuação profissional? Como deve ser/acontecer?

\_\_\_\_\_

5.6- Quais os principais motivos pelos quais você costuma se ausentar no trabalho?

\_\_\_\_\_

5.8- A gestão (direções, departamentos, coordenações e etc.) atua efetivamente em colaboração com os técnicos administrativos para resolução de problemas relacionados à oferta do ensino no IFPA-Campus Belém?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

## **EIXO 6- POLÍTICAS EDUCACIONAIS E AÇÕES INSTITUCIONAIS**

6.1- Em sua opinião o IFPA-Campus Belém consegue trabalhar integradamente a tríade: ensino, pesquisa e extensão?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.2- Os cursos ofertados pelo IFPA-Campus Belém na modalidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas formas: Integrado ao Ensino Médio e subsequente estão funcionando de forma satisfatória? Como você os avalia?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Não há como responder pois não sou aluno deste nível, modalidade e forma de oferta.

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.3- Os cursos superiores de graduação ofertados pelo IFPA-Campus Belém estão funcionando de forma satisfatória? Como você os avalia?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Não há como responder pois não sou aluno deste nível, modalidade e forma de oferta.

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.4- Os cursos superiores de pós-graduação ofertados pelo IFPA-Campus Belém estão funcionando de forma satisfatória? Como você os avalia?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Não há como responder pois não sou aluno deste nível, modalidade e forma de oferta.

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.5- Com que frequência você participa de cursos, seminários, eventos de qualificação profissional, pesquisa, extensão, publica trabalhos e etc?

( ) Sempre ( ) quase sempre ( ) às vezes ( ) raramente ( ) nunca

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.6- Você já trabalhou em algum curso na modalidade da Educação a Distância do IFPA-Campus Belém?

( ) Sim Qual? \_\_\_\_\_ ( ) Não

Avalie:

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

6.7- Você se sente INCLUÍDO no IFPA-Campus Belém?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.8- Você conhece as políticas de inclusão do IFPA-Campus Belém?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.9- Você já sofreu algum tipo de preconceito no IFPA-Campus Belém?

( ) Sim De que tipo: \_\_\_\_\_ ( ) Não

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.10- Como você avalia as políticas de pesquisa e inovação no IFPA-Campus Belém?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

Em sua opinião, as atividades de pesquisa no IFPA-Campus Belém alcançam a comunidade?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

A quantidade de projetos de pesquisa oferecidos no IFPA é suficiente para atender a demanda de alunos?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

Você participa de algum projeto de pesquisa no IFPA-Campus Belém?

( ) Sim Qual? \_\_\_\_\_ ( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.14- Como você avalia as políticas de extensão no IFPA-Campus Belém?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.15- Como você avalia a política de estágio no IFPA-Campus Belém?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

Como você avalia as práticas de estágio destinadas aos alunos?

( ) complementou o conhecimento construído em sala, possibilitando a percepção da relação teoria e prática.

( ) não possibilitou a construção do conhecimento, nem conseguiu relacionar a teoria com a prática.

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

Em sua opinião, as atividades de extensão no IFPA-Campus Belém alcançam a comunidade?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

A quantidade de projetos de extensão oferecidos no IFPA é suficiente para atender a demanda de alunos?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

Você participa de algum projeto de extensão no IFPA-Campus Belém?

( ) Sim Qual? \_\_\_\_\_ ( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.18- Como você avalia a política da assistência estudantil no IFPA-Campus Belém?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

## **EIXO 7- ATIVIDADES CULTURAIS, ARTÍSTICAS E DESPORTIVAS.**

7.1- Como você avalia a dimensão cultural, artística e desportiva no IFPA-Campus Belém?

( ) Ótimo    ( ) Bom    ( ) Regular    ( ) Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

7.2- Para você, o IFPA-Campus Belém oferece satisfatoriamente atividades culturais, artísticas e desportivas para envolver os alunos, professores e técnicos administrativos?

( ) Sim    Qual? \_\_\_\_\_    ( ) Sim    ( ) Não    ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

7.3- Quais os projetos, ações e atividades no âmbito da cultura, da arte e do desporto você acha que deveriam acontecer no IFPA-Campus Belém?

\_\_\_\_\_

PARA FINALIZAR!

Qual o IFPA-Campus Belém que você gostaria de ter?

\_\_\_\_\_

## QUESTIONÁRIO PPP – CATEGORIA DISCENTE

### IDENTIFICAÇÃO

Nome (\*Não obrigatório):

Idade:

Curso:

Forma de oferta: ( ) Integrado ao Ensino Médio ( ) Subsequente ( ) Superior

Há quanto tempo você estuda no IFPA:

Qual o seu endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Você trabalha?

( ) Sim Em que? \_\_\_\_\_ ( ) Não

Apresenta Alguma Deficiência ou Necessidade Específica?

( ) Sim Qual? \_\_\_\_\_ ( ) Não

### EIXO 1 – SOBRE O PPP

1.3 – Você sabe o que é um PPP?

( ) Sim ( ) Não

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

1.2- Já participou da construção de algum PPP?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, em qual instituição? \_\_\_\_\_

### EIXO 2 – SOBRE O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

2.1 - Como você avalia o ensino no IFPA-Campus Belém?

( ) Ótimo ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Fraco

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

2.4 – Com a formação recebida no IFPA-Campus Belém, você se sente preparado para atuar no mercado de trabalho?

( ) Sim ( ) Não

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

2.5 - Você é motivado a aprender no IFPA-Campus Belém?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

2.4 - Os professores do campus adotam uma postura dialógica?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

2.5- Em sua opinião, qual a função social do IFPA-Campus Belém?

2.6- Quais as principais dificuldades que você enfrenta enquanto aluno do IFPA-Campus Belém?

2.7- Que ações, atividades e ou projetos não acontecem no IFPA-Campus Belém e que você gostaria que acontecessem?

2.8- Você se considera um bom estudante? No que acha que poderia melhorar?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

### EIXO 3 – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

3.1- Em sua opinião, o seu curso está acompanhando as transformações e as tendências da sociedade atual?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

3.2- A organização das disciplinas a cada semestre/ano está adequada? Você percebe que alguns semestres estão com sobrecarga e outros não?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

3.3- Você percebe integração entre os conteúdos ministrados entre as diferentes disciplinas do curso?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

3.4- Ao participar das aulas, você percebe organização e planejamento prévio por parte do professor ao ministrá-las?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

3.5- Quanto à avaliação da aprendizagem, de que forma seus professores a realizam? Os critérios de avaliação são apresentados previamente à turma?

3.6- Você participa ou já participou de projetos integradores durante seu curso?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

3.7- Quanto à prática profissional (microestágio, estágio supervisionado e etc.), você consegue integrar teoria e prática satisfatoriamente? As experiências que o curso lhe proporciona são suficientes para prepará-lo para o trabalho?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

3.8- Que perfil você espera do seu professor?

3.9- Em sua opinião, o currículo do seu curso contempla questões relacionadas às seguintes dimensões: DIVERSIDADE E INCLUSÃO, DIREITOS HUMANOS E SUSTENTABILIDADE?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

#### **EIXO 4- PRÁTICAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL**

4.1- As ações de gestão e tomada de decisão são elaboradas e executadas de forma democrática e participativa no IFPA-Campus Belém?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

4.2- A comunidade acadêmica do IFPA- Campus Belém (professores, estudantes, funcionários, pais ou responsáveis) participa da gestão?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

4.3- As ações de gestão em relação ao IFPA-Campus Belém são publicadas no site institucional e nas redes sociais oficiais do Campus?

( ) Sim ( ) Não ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

4.4 -Em sua opinião, como é o atendimento/tratamento dos servidores técnico-administrativos do IFPA-Campus Belém?

#### **EIXO 5- GESTÃO EDUCACIONAL E PRÁTICA PEDAGÓGICA**

5.1- Seus professores se relacionam bem com a sua turma? há cordialidade, solidariedade e respeito na relação entre professor e aluno?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

5.2- Como você avalia a frequência docente nas aulas?

5.3- Você se sente motivado a participar das aulas?

( ) Sim ( ) Não ( ) Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

5.4- Como você descreveria uma boa aula? O que deve ter/acontecer?

5.5- Com que frequência sua turma fica sem professor em alguma disciplina?

( ) Sempre ( ) quase sempre ( ) às vezes ( ) raramente ( ) nunca

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

5.6- Com que frequência os docentes fazem reposição de aulas não ministradas?

( ) Sempre ( ) quase sempre ( ) às vezes ( ) raramente ( ) nunca

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

5.7- Quais os principais motivos pelos quais os docentes não ministram as aulas e por isso faz-se necessária a reposição?

5.8- A gestão educacional (direção de ensino, departamento de ensino, departamento pedagógico, coordenações de curso e etc.) atua efetivamente para resolução de problemas relacionados à frequência docente, falta de docentes, acompanhamento das aulas, etc?

☐ Sim ☐ Não ☐ Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

## **EIXO 6- POLÍTICAS EDUCACIONAIS E AÇÕES INSTITUCIONAIS**

6.1- Em sua opinião o IFPA-Campus Belém consegue trabalhar integradamente a tríade: ensino, pesquisa e extensão?

☐ Sim ☐ Não ☐ Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.2- Os cursos ofertados pelo IFPA-Campus Belém na modalidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas formas: Integrado ao Ensino Médio e subsequente estão funcionando de forma satisfatória? Como você os avalia?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Não há como responder pois não sou aluno deste nível, modalidade e forma de oferta.

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.3- Os cursos superiores de graduação ofertados pelo IFPA-Campus Belém estão funcionando de forma satisfatória? Como você os avalia?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Não há como responder pois não sou aluno deste nível, modalidade e forma de oferta.

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.4- Os cursos superiores de pós-graduação ofertados pelo IFPA-Campus Belém estão funcionando de forma satisfatória? Como você os avalia?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim ☐ Não há como responder pois não sou aluno deste nível, modalidade e forma de oferta.

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.5- Com que frequência os docentes de sua turma se ausentam para participar de cursos, seminários, eventos de qualificação profissional, pesquisa, extensão e etc?

☐ Sempre ☐ quase sempre ☐ às vezes ☐ raramente ☐ nunca

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.6- Você já fez algum curso na modalidade da Educação a Distância do IFPA-Campus Belém?

☐ Sim Qual? \_\_\_\_\_ ☐ Não

Avalie:

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.7- Você se sente INCLUÍDO no IFPA-Campus Belém?

☐ Sim ☐ Não ☐ Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.8- Você conhece as políticas de inclusão do IFPA-Campus Belém?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.9- Você já sofreu algum tipo de preconceito no IFPA-Campus Belém?

☐ Sim De que tipo: \_\_\_\_\_ ☐ Não

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.10- Como você avalia as políticas de pesquisa e inovação no IFPA-Campus Belém?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.11- Como você avalia a prática da pesquisa em sua formação no IFPA?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.12- Como você avalia as políticas de extensão no IFPA-Campus Belém?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.13- Como você avalia a política de estágio no IFPA-Campus Belém?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.14- Como você avalia as práticas de estágio que você já teve?

☐ complementou o conhecimento construído em sala, possibilitando a percepção da relação teoria e prática.

☐ não possibilitou a construção do conhecimento, nem conseguiu relacionar a teoria com a prática.

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.15- Em sua opinião, as atividades de extensão no IFPA-Campus Belém alcançam a comunidade?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.16- A quantidade de projetos de extensão oferecidos no IFPA é suficiente para atender a demanda de alunos?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.17- Você tem conhecimento de quais projetos de extensão são desenvolvidos no IFPA?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6.18- Como você avalia a política da assistência estudantil no IFPA-Campus Belém?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

### **EIXO 7- ATIVIDADES CULTURAIS, ARTÍSTICAS E DESPORTIVAS.**

7.1- Como você avalia a dimensão cultural, artística e desportiva no IFPA-Campus Belém?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

7.2- Para você, o IFPA oferece satisfatoriamente atividades culturais, artísticas e desportivas para envolver os alunos?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

7.3- Quais projetos, ações e atividades no âmbito da cultura, da arte e do desporto você acha que deveriam acontecer no IFPA?

\_\_\_\_\_

### **PARA FINALIZAR!**

Qual o IFPA-Campus Belém que você gostaria de ter?

\_\_\_\_\_

## QUESTIONÁRIO PPP- CATEGORIA PAIS E/OU RESPONSÁVEIS DOS DISCENTES

### IDENTIFICAÇÃO

Nome (\*Não obrigatório):

Idade:

Sexo: ☐ Feminino ☐ Masculino

Qual a sua escolaridade:

☐ Ensino Fundamental incompleto

☐ Ensino Fundamental Completo

☐ Ensino Médio incompleto

☐ Ensino Médio completo

☐ Ensino Superior

☐ Pós-Graduação

Qual a sua profissão? \_\_\_\_\_

Está trabalhando atualmente? \_\_\_\_\_

1 - Você sabe o que é um PPP?

☐ Sim ☐ Não

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

2- Já participou da construção de algum PPP em alguma escola em que seu(sua) filho(a) tenha estudado?

☐ Sim ☐ Não

Se sim, em qual instituição? \_\_\_\_\_

3- Você considera importante a construção do PPP no IFPA–Campus Belém?

☐ Sim ☐ Não

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

4 - Qual o grau importância que você atribui à educação escolar do seu (a) filho (a) ?

☐ Muito importante ☐ Importante ☐ Necessário ☐ Regular ☐ Baixo

5 - Como você avalia o ensino no IFPA, Campus Belém?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

6 - Você participa da Educação Escolar do seu filho (a) em que momento?

☐ Quando é convocado (a) pela coordenação pedagógica, direção e professor(a) da instituição.

☐ Nas reuniões de Pais;

☐ Diariamente, procurando a escola;

☐ No início ou término do ano letivo;

☐ Outras \_\_\_\_\_

5 - Você possui tempo para contribuir em casa com esta educação (acompanhamento escolar; etc.)?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

7- Com a formação que seu filho (a) recebe no IFPA-Campus Belém, você acredita que estará preparado para atuar no mercado de trabalho?

☐ Sim ☐ Não

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

8- Você percebe seu filho (a) motivado (a) a estudar no IFPA–Campus Belém?

☐ Sim ☐ Não ☐ Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

9- Em sua opinião, qual a função social do IFPA-Campus Belém?

---

10- Quais as principais dificuldades que seu filho (a) enfrenta enquanto aluno (a) do IFPA-Campus Belém?

---

11- Você participa de alguma ação, atividade ou projeto no IFPA-Campus Belém?

---

12- Em sua opinião, os cursos do IFPA-Campus Belém estão acompanhando as transformações e as tendências da sociedade atual?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

13- Quanto à prática profissional do seu filho (a) (microestágio, estágio supervisionado e etc.), você consegue perceber a integração de teoria e prática realizada por ele de maneira significativa?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

14- Que perfil você espera do seu filho (a) enquanto aluno do IFPA-Campus Belém?

---

15- As ações de gestão e tomada de decisão são elaboradas e executadas de forma democrática e participativa no IFPA-Campus Belém?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

16- A comunidade acadêmica do IFPA- Campus Belém (professores, estudantes, funcionários, pais ou responsáveis) participa da gestão?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

17- As ações de gestão em relação ao IFPA-Campus Belém são publicadas no site institucional e nas redes sociais oficiais da instituição?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

18 -Em sua opinião, como é o tratamento dos professores em relação aos alunos do IFPA-Campus Belém?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

19 -Em sua opinião, como é o tratamento dos servidores em relação aos alunos do IFPA-Campus Belém?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

20- Quando necessita resolver alguma pendência ou buscar informações no IFPA-Campus Belém, é tratado com cordialidade, solidariedade e respeito pelos servidores?

☐ Sim ☐ Não ☐ Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

21- Como você avalia a frequência de seu filho (a) na escola?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

22- Quais os principais motivos pelos quais seu filho (a) costuma se ausentar da escola?

---

23- A gestão (direções, departamentos, coordenações e etc.) atua efetivamente em colaboração com os pais e responsáveis para resolução de problemas relacionados à oferta do ensino no IFPA-Campus Belém?

☐ Sim ☐ Não ☐ Às vezes

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

24- O curso que seu filho (a) frequenta no IFPA-Campus Belém está funcionando de forma satisfatória? Como você o avalia?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

25- Você conhece as políticas de inclusão do IFPA-Campus Belém?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

26- Você já sofreu algum tipo de preconceito no IFPA-Campus Belém?

☐ Sim De que tipo: \_\_\_\_\_ ☐ Não

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

27- Como você avalia a política da assistência estudantil no IFPA-Campus Belém?

☐ Ótimo ☐ Bom ☐ Regular ☐ Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

28- Como você avalia a dimensão cultural, artística e desportiva no IFPA-Campus Belém?

( ) Ótimo    ( ) Bom    ( ) Regular    ( ) Ruim

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

29- Para você, o IFPA-Campus Belém oferece satisfatoriamente atividades culturais, artísticas e desportivas para envolver os alunos, pais e responsáveis?

( ) Sim    ( ) Não    ( ) Em parte

Comente a sua resposta: \_\_\_\_\_

30- Quais os projetos, ações e atividades no âmbito da cultura, da arte e do desporto você acha que deveriam acontecer no IFPA-Campus Belém?

\_\_\_\_\_

#### **PARA FINALIZAR!**

Qual o IFPA-Campus Belém que você gostaria de ter?

\_\_\_\_\_

## **APENDICE B – RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMUNIDADE ACADÊMICA DO IFPA-CAMPUS BELÉM QUE PARTICIPARAM DAS DISCUSSÕES PARA CONSTRUÇÃO DO PPP**

### **CATEGORIA DOCENTE**

Aldo Luiz Fernandes Souza  
Adalciléo Lucio de Souza Duarte  
Adolfo Raimundo Lopes Maia  
Agesandro Caetano Correa  
Adjair Souza Corrêa  
Alacid Rodrigues de Vilhena  
Alam dos Reis Saraiva  
Alessandro de Castro Correa  
Aline Reis de Oliveira Araujo  
Ana Cássia Sarmiento Ferreira  
Ana Maria Leite Lobato  
Andre Mauricio Damasceno Ferreira  
Andréa F. Ferreira Chaves  
Andrea Fernandes da Costa  
Andrea Lilian Marques da Costa  
Antonia de Almeida Ramos  
Antonia Elizabete Romanowski  
Antonio Cláudio Rosário Souza  
Antonio Roberto de Oliveira  
Antonio Marcos Mota Miranda  
Antônio Brito Ferreira  
Ana Paula Palheta Santana  
Augusto Sergio Silva Fernandes  
Benedito Coutinho Neto  
Benedito Tadeu Ferreira de Moraes  
Carlos Alberto Machado da Rocha  
Carlos Ednaldo Ueno Costa  
Celiamar Costa Simões Moreira  
Cláudio Cezar Cunha de Vasconcelos Chaves  
Claudio Wellington Pinheiro de Almeida  
Daniel Palheta Pereira  
Diego Pereira Santos  
Edilberto Pampolha Lima  
Edison Almeida Rodrigues  
Edward Pascoal Figueiredo Gonçalves  
Elke Cristina F. de Lira  
Natália Conceição Silva Barros Cavalcanti  
Emiliane Advincula Malheiros  
Erick Alexandre de Oliveira Fontes  
Ermelinda Nobrega de Magalhães Melo

Everaldo José dos Santos  
Eurico Cardoso Fontes  
Fabricio Medeiros Alho  
Fabrizia Alvino Rayol  
Fanny Santos de Miranda  
Flávio Reginaldo Pimentel  
Franciane Andreza Veloso dos Santos Gonçalves  
Francisco de Assis Ribeiro Cavalcanti  
Francisco José Furtado Rendeiro  
Gabriel de Jesus Lavareda Amaro  
Giselle da Cruz Moreira  
Haroldo de Vasconcelos Bentes  
Helena do Socorro Campos da Rocha  
Helio Antonio Lameira de Almeida  
Humberto de Castro Brito  
Ilka Suely Dias Serra  
Inaldo de Sousa Sampaio Filho  
Jacirene da Silva Queiroz  
Jaime Henrique Barbosa da Costa  
Jair Arlindo Lobo de Melo  
Jayme Zagury Ferreira Rodrigues Pará  
Jaqueline Maria Soares da Silva  
Jean da Silva Rodrigues  
Jean Guilherme Guimarães Bittencourt  
Jedna Kato Dantas  
João Daniel Ferraz Santos  
João Lobo Peralta  
João Luiz Gouvea  
Jose Arimilton Carvalho de Andrade  
José Maria Braga Pinto  
José Otávio Monteiro Lima  
Johny da Silva Oliveira  
Julia Antonia Maues Correa  
Karina Jeanne de Castro Lins Magno e Silva  
Leandro Andrei Lopes Pinheiro  
Karla Nina  
Kleber Roberto Matos da Silva  
Laudemir Roberto Ferreira Araújo  
Laura Helena Barros da Silva  
Luiz Arlindo Ramos de Melo  
Luiz Carlos Maceió da Graça  
Luiz Cláudio Acácio Barbosa  
Luiz Sergio Samico Maciel  
Manoel Antonio Quaresma Rodrigues  
Marcia Josefa Bevone Costa

Marcia Valéria Porto de Oliveira Cunha  
Marcio Benicio de Sa Ribeiro  
Marcus Antonio Batista Ramos  
Maria das Neves Pontes Barata Peres  
Maria de Nazaré Rodrigues Pereira Martins  
Maria Helena Cunha Oliveira  
Marilene Ferreira do Nascimento  
Neila Waldomira do Socorro Sousa Cabral  
Neilton da Silva Tapajos  
Nilton Cesar Almeida Queiroz  
Orlando Simões Júnior  
Oscar Jesus Choque Fernandez  
Osvaldo Teixeira Lopes Campos  
Otavio Fernandes Lima da Rocha  
Paulo Custodio Gomes de Oliveira  
Paulo Sergio Rabelo de Souza  
Raidson Jenner Negreiros de Alencar  
Raissa Tavares da Silva  
Raimundo Nonato de Castro  
Rayette Souza da Silva  
Regina Coeli Moraes Krelling  
Ricardo Jose Cabeça de Souza  
Rildo de Souza Santos  
Rita de Cássia Cerqueira Gomes  
Rita de Cassia Ferreira de Vasconcelos  
Rita Sidmar Alencar Gil  
Roberto Paulo Barbosa Ramos  
Robson Wander Costa Lopes  
Rodrigo Alves Chaves  
Rômulo Augusto Nascimento de Oliveira  
Ronaldo Luiz Silva do Nascimento  
Rosineide de Belem Lourinho dos Santos  
Rui Alves Chaves  
Sabina da Memoria Cardoso de Andrade  
Sandra Helena Ataíde de Lima  
Sandra Maria Santos de Oliveira Araújo  
Shirley Capela Tozi  
Simonne da Costa Amaral  
Solange Maria Vinagre Corrêa  
Sônia Regina Silva Duarte  
Syme Regina Souza Queiroz  
Talisman Cláudio de Queiroz Teixeira Júnior  
Vanessa Souza Alvares de Mello  
Taylor Araujo Collyer  
Walder Wolgrand Menezes Marques

Weiller Pessoa  
Wellerth Mendes Ribeiro  
Wellingson Valente dos Reis  
Yngreth da Silva Moraes  
Rita Porfírio-EXTERNO  
Rosana Nazaré Conceição Reseiro-EXTERNO

#### **CATEGORIA TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

Adélia de Moraes Pinto  
Adriana Maria Nazaré de Souza Porto  
Adriana Quaresma Sadala  
Aldelice Dias Alves  
Alex Reis Guedes  
Alexandre Santos da Silva  
André Carvalho dos Santos  
Carlos André S. Mendes  
Carlos Melo Júnior  
Cláudia Portela dos Santos  
David Nogueira Alves  
Diana Castro Pessoa  
Elaine Cristina de Miranda Wanzeler  
Elaine Ribeiro Gomes  
Elinilze Guedes Teodoro  
Elizabete Batista Ramos  
Fábio Dias dos Santos  
Fernanda Suely Barata  
Gisela Fernanda Monteiro Danin  
Gláuber Rosa Miranda  
Gleicelzaura da Costa  
Herodoto Ezequiel Fonseca da Silva  
Irinaldo Fernandes Oliveira  
Ivo José Paes e Silva  
Lenira dos Santos Rocha  
Luciana Chaves  
Mara Georgete de C. Raiol  
Marcos Raimundo Pereira da Silva  
Maria Jose Souza dos Santos  
Marília Mota de Miranda  
Milena Nagahama  
Miriam Castro Marques  
Nilda Oliveira da Silva Souza  
Patrícia Oliveira da Silva  
Paula Priscila de Matos Vasconcelos  
Regina Glória Pinheiro de Oliveira Silveira

Rejane do Socorro da Silva Carvalho  
 Renilda Ribeiro  
 Ricardo kelens da Silva  
 Roose de Fátima da Silva Rosa  
 Roseane do Socorro Brabo da Silva  
 Suellen Souza Ramos  
 Tayan Roberto Silva Martinez  
 Vicente Romulo  
 Sandra Suely Maiolino dos Anjos-EXTERNO

#### **CATEGORIA DISCENTE**

Adenilson Damasceno Estumano  
 Adrian Hélio Beltrão da Costa  
 Adriel Brito da Silva  
 Adriene S. do Rosário  
 Adson Henrique Farias  
 Ágata de Paula Assunção Teixeira  
 Alan Nunes Gomes  
 Alcineide Silva da Costa  
 Alessandra de Souza Moreira  
 Alessandro Alonso Gonçalves Nery  
 Alessandro da Silva Castro  
 Alex dos Santos Lacerda  
 Alex Mulleve Costa da Cunha  
 Alice Mota Maia  
 Aline de Cássia Santos de Oliveira  
 Aliny Santa Rosa da Silva  
 Alisson Vinicius Monteiro Aragão  
 Alex Sousa Paiva  
 Alyre Santa Rosa da Silva  
 Alysson Almeida Gomes  
 Amanda Conceição Sousa  
 Amanda Costa Barros  
 Amanda da Silva Holanda  
 Amanda Feitosa da Conceição  
 Amanda Oliveira Campos  
 Amora Andra Mendes Cordovil  
 Ana Beatriz dos Santos Delgado  
 Ana Carla da Silva de Lima  
 Ana Cássia Ferreira Rodrigues  
 Ana Cláudia Pacheco Silva  
 Ana de Cácia A. Vidal  
 Ana Flávia F. da Silva  
 Ana Gabriela de Oliveira Lima

Ana Kárita Amador Araújo  
Ana Karolyne Pinheiro da Silva  
Ana Laura Mesquita da Silva  
Ana Lucia Bessa da Silveira  
Ana Maria P. da Silva  
Ana Paula Pinheiro dos Santos  
Ana Paula Santos Raiol  
André Ronaldo Pinho Conceição  
Andreia Borges Pinheiro da Silva  
Andréia Pinho Fonseca  
Andresa Maria Bezerra da Silva  
Andreza Gabriele Castro da Silva  
Andryel Miranda Piedade  
Angela Cristina Conde da Silva  
Ângela Elvira Barbosa Pereira  
Anthony Tadeu Amaral Carvalho  
Antonia Almeida dos Santos  
Antônio Daniel Felix  
Antonio Henrique Sousa da Silva  
Antonio Thiago Amaral Lino  
Arícia Begot  
Arieli Cristina da Silva Cardoso  
Arthur Matheus Brandão Alves  
Aryadne Nunes Sousa  
Asafe Emmanuel da Silva Beltrão  
Áurea Pimentel Costa  
Áurea Pimentel Costa  
Beatriz Alcantara Monteiro  
Beatriz dos Santos Ribeiro  
Bianca Costa de Lima  
Boaventura Neris dos Santos  
Brena Roberta Nascimento Cunha  
Brenda Karolynny Dantas  
Brenda Leal Gomes  
Bruna Carolina Alves França  
Bruna de Kássia B. Pereira  
Bruna Moreira Figueiredo  
Bruno Carvalho Marinho  
Bruno Henrique Sousa de Sousa  
Cacia de Nazaré F. do Carmo  
Caio Cesar B. Amorim  
Caio Marx Saraiva Dias  
Camila Fagundes Leal  
Camila Leal Carvalho  
Carina Cibele Carvalho de Araújo

Carla Alcilene da Silva Aguiar  
Carlos Andrei Pedroso da Silva  
Carlos Bruno da Silva Ferreira  
Carlos Eduardo Barbosa Ferreira  
Carlos Eduardo de Oliveira Fonseca Dias  
Carlos Henrique Dias Bilby  
Carolina Araújo Guedes  
Cecília Chagas Filgueiras  
Celso Daykson da Gama Otto  
Charles Willian Cavalcante de Oliveira  
Cláudia Mayara Couto de Castro  
Claudiane Sales de Oliveira  
Cláudio Henrique Rodrigues da Costa  
Cristiane da Silva Gonçalves  
Daniel Alves Pereira Lima  
Daniel Sarmiento Vales  
Daniele Aguiar de Melo  
Daniele Alves de Andrade  
Davi Araújo Souza  
Dayana Viviany Silva de Souza  
DeivisonLaurentio da Rocha  
Devisson Mesquita dos Santos  
Dhebora Natalia Leão Coelho  
Diana Thereza Dias Lavor  
Diego Henrique Carvalho da Cunha  
Edgar Adriel Freitas Rodrigues  
Edilene de Araújo Neves  
Edimilson Ribeiro Rodrigues  
Edineia da Silva Farias  
Edinilson Ribeiro Tavares Correa  
Edivaldo de V. Lobato Júnior  
Edna Lúcia Modesto Baia  
Ednilson Ribeiro Tavares Correa  
Edson Adriel Freitas Rodrigues  
Edson Silva Sousa Júnior  
Eduarda Dariane L. Ribeiro  
Eduardo Henrique Barros de Andrade  
Edward WilfredOldenstam  
Eliane de Almeida Paiva  
Elias Azarias Cruz  
Elio Rogério Corrêa de Souza  
Elmatan de Jesus Silva Souza  
Emanoelle Pereira  
Emerson Silva Caldas  
Emeson Barreto da Silva

EmilleRaiane Negrão de Oliveira  
Emily Cristiane Rêgo Gomes  
Emily Cristiane Rêgo Gomes  
Enock da Silva Oliveira  
Erika Monteiro dos Santos  
Erisen Reis Holanda  
Ester Gomes Santos  
Eunice Vieira Corpes  
EvellynKemela Silva de Sousa  
Eyshila das Graças de Araújo dos Santos  
Eytor Martins Moreira  
Fábio Henrique Elizeário dos Santos  
Fábio Simão Souza Silva  
Fabio Wallace Nogueira da Silva  
Felipe Alberto Menezes da Silva  
Felipe Augusto de França Gomes  
Felipe Holanda Gonçalves  
Flávia da Silva Macedo  
Francielle Cristina Saraiva dos Santos  
Francisco de Assis  
Francivaldo Nunes da Silva  
Franklin Dias da Costa  
Franklin Ronaldo Martins Tavares Júnior  
Franque Oliveira Modesto  
Fred Gabriel Hoibe de Moura  
Fredson Murilo de Oliveira Teixeira  
Gabriel Andrade da Silva  
Gabriel Henrique da Costa Lopes  
Gabriela Espírito Santo  
Gabriela Irecê Fuckner  
Gabrielle Cristina Rosário de Araújo  
Gabrielle Sampaio do Vale  
Genilza dos Santos Palheta  
George Lucas Gomes Cardoso  
Gerson Melo Barbosa  
Giovanna Carolinny Diniz da Silva  
Giovanna de Oliveira Rodrigues  
Gisele de Souza Guerreiros  
Glauco Phelipe Neves da Silva  
Gledson Beckman Sousa da Silva  
Glenda Campos Almada  
GleyceAntonia Farias  
Gustavo Coelho Miranda  
Gustavo Moura Pires  
Gustavo Rodrigo Soares Alves

Hádria de Wilton Santos Farias  
Heloisa Vieira de Sousa  
HescarlathElieth Cordeiro Brasil  
Higor Jordan Nascimento David  
Hillary Taylar de Jesus Jesus Tavares  
Hugo Christian Arruda Gomes  
IlanaCibeli Soares Fidêncio  
Ingrid Amaral Santos  
Ingrid Brenda Freitas Moreira  
Ingrid Tavares Costa  
IodayseSuanne O. de Souza  
Iria Victória Barreto Maia  
Irlanna do Socorro Pereira Barra  
Irlanna do Socorro Pereira Barra  
Irlene Correa Nogueira  
Isabela Alcântara Monteiro  
Isabelly Pimentel Risuenho  
Ítalo Geovany de Oliveira Fontel  
Ivangleice de Moraes Costa  
Izabel Souza Cardoso  
Izabela do N. Bernardo  
Izabella Sousa Maués  
Jackline de Almeida Paiva  
JadsonJori Souza Santos  
Jaqueline Bizerra de Assis  
Jasle da Silva da Silva  
Jaynara Barbosa de Castro  
Jaynara Barbosa de Castro  
Jefferson Manoel Borges Martins  
Jennifer Costa  
Jennifer da Silva Mendes  
Jerônimo Rufino Amorim  
Jesiel Correa Calderaro Pereira  
Jéssica Karoline Farias da Silva  
Jessyca Aline Pedroso de Sousa  
João Felipe da Graça Almeida  
João Gabriel Pyles Duarte  
João Marcelo Freitas de Almeida  
João Paulo Bandeira Nunes  
João Pedro Ferreira de Carvalho  
João Soter  
Jociele Serrão Andrade  
Joel Gomes Barbosa Filho  
Jonathan Perdigão Pacheco  
Jorgete Oliveira da Costa

Jorjeane do Socorro Castro Moraes  
José Américo Ribeiro Neto  
José Antonio de Carvalho Silva  
José Gomes de Souza Junior  
José Marcel Coelho Santos  
José Orlando Teles Amador Júnior  
José Robério Dias Pereira Junior  
Josivaldo Castro Souto  
Juan Sousa Veras  
Jucileide Silva Cardoso  
Júlia Emanoela Gomes de Souza  
Júlia Sousa Margalho  
Juliana Lima de Amorin  
Juliana Miranda de Sousa  
Juliana Santa Brígida Pinheiro  
Juliany da Cruz Lima  
Júlio Heitor Matos de Jesus Santos  
Karina Costa Siqueira  
KarolayneGabrielly Barradas de Souza  
Karolina da Costa Fonseca  
KauanySthefane Campelo Guimarães  
KauluthenStrayker Marques Silva  
Késia Cristina dos Passos  
Kevin de Oliveira Braga  
Kleysson Souza de Oliveira  
Lannay Maria Rodrigues Melo  
Larissa Beatriz Pimentel Costa  
Larissa Cristina Magalhães Fernandes  
Larissa Cristina Xavier  
Larissa da Silva Alves  
Larissa Emily Sousa da Silva  
Larissa Freitas de Oliveira  
Larisse Virginia Silva e Silva  
Layra Isis Rebelo Souza  
Lays Milene Miranda  
Leia Gonçalves de Freitas  
Leonardo Marques Gonçalves Júnior  
Letícia da Silva Farias  
Letícia Raissa dos Santos Moreira  
Lidiane Nascimento Sousa  
Lígia Maria Pinto Moreira  
Liliane Dias Lobato  
Liliane Karla Serrão Gaia  
Lorena Duarte de Oliveira  
Lorena Mendes de Moraes

Lorran Basílio Rosa  
Luana Kamila Conceição Reis  
Luana Vitoria dos Santos Borges  
Lucas Augusto de Assis Santos  
Lucas Cunha Alves  
Lucas dos Santos Martins  
Lucas Iacov Macêdo Cardoso  
Lucas Lourran Oliveira Bento  
Lucas Machado Fontenele  
Lucas Monfredo Pantoja  
Lucas Pimentel Oliveira  
Lucas Rafael Campos Ramos  
Luciana Hitomi Barbosa da Silva  
Lucidalva Vale Trindade  
Luiz Carlos Barbosa Luneir  
Luiz Henrique Souza Lima  
Lukas Victor Caetano Emim  
Lyandra Rafaela de Araújo  
Lygia Vanessa de Castro Freitas  
Maciel Augustino Cardoso do Rosário  
Maico Lucas Lima Farias  
Maik Nogueira Moreira  
Mainá Larissa Barbosa Ferreira  
Manoel Vitor Lopes da Silva  
Marcelo Silva de Lima  
Marcos Davi Lima da Silva  
Maressa Trindade Freitas  
Maria Betânia Costa dos Santos  
Maria Carolina Monteiro e Santos  
Maria de Lourdes Bastos da Silva  
Maria de Nazaré da Costa Ramos  
Maria Eduarda C. Sousa  
Maria Eduarda Trindade Cardias  
Maria Elci Raiol da Costa  
Maria Francielle Lopes de Souza  
Maria Francielle Lopes de Souza  
Maria Rosilene dos S. e Silva  
Marília Ahndrew Veiga  
Marília das Chagas Lima  
Marília Gabriela Silva Saldanha  
Mariza Pinto Correa  
Marlon Santiago da Silva  
Marly Magno da Rocha Hayashi  
Mateus Carvalho Nogueira  
Matheus Baia Feitosa

Matheus de Amaral da Costa  
Matheus Melo Macedo  
Matheus Vinicius Nunes Costa  
Mayara de Paiva Rodrigues  
Mayara Moreira Barreto  
Mayra Emanuella Araújo da Conceição  
Meicy Maira Marques Maciel  
MelryElem de Moraes Setubal  
Mirian Rosa Rodrigues da Silva  
Moisés Marinho Noronha Tembra Filho  
Murilo da Silva Rodrigues  
Narciso Rodrigues da Costa  
Narciso Rodrigues da Costa  
Natália Moraes dos Santos  
Natalie Moura de Souza  
Natasha Vivianny Pinheiro  
NayanaLayse Ribeiro da Silva  
Nelson Ferreira Gonçalves Júnior  
Neuza Carvalho dos Santos  
Nicole Batista Ribeiro  
Nilber Olivar Santana Montão  
Otávio Leandro de Alencar Silva  
Pablo Rafael Coelho Ribeiro  
Patrícia Barros Ferreira  
Paula Gabriela Ferreira Sousa  
Paula Renata Bastos Quinto Matos  
Paulo Guilherme Nogueira Cardoso Pontes  
Paulo Henrique Marques da Silva  
Paulo Victor Pereira da Silva  
Quézia Moreira Barros de Alencar  
Rafael Afonso Veiga da Silva  
Rafael de Souza Ferreira  
Rafael Jonathan Oliveira dos Santos  
Rafael Negrão Rodrigues  
Rafael Souza de Freitas  
Rafael Wesley Barbosa Leite  
Rafaelle Almeida da Silva  
Raí Kevin da Silva  
Raiane Caxias de Sá  
Raimundo Nonato Rodrigues Rosa  
Raphael Galvão Santa Rosa Costa Amaral  
Raquel Raiol Tavares  
Raquel Teixeira Nonato  
Raul Lucas Padilha Castro  
RayannaCarollina de Souza Lobato

Rayssa de Jesus Cabral  
Rayssa dos Santos de Souza  
Rebeca Loureni Monteiro Santos  
Regiane Carvalho Abraçado  
Reginaldo Ferreira de Sousa Barbosa  
Renan Ferreira de Carvalho  
Renan Santa Rosa Cardoso  
Renan Vasconcelos Bastos  
Renata Karoline da Silva Ramos  
Robert Bastos Santos  
Roberta Kimberly Calandrine Azevedo dos Santos  
Roberto Lopes Pereira  
Roberto Rodrigues do Couto Júnior  
Rodrigo Sampaio Soares  
Rogério Gustavo Reis Duarte  
Rômulo Moreira de Moraes  
Ronald Gabriel Campos de Souza  
Ronathan Alves Oliveira da Silva  
Rosana Itaparica de Carvalho  
Rosilene dos S. Silva  
Ruth Catarine Oliveira de Almeida Rodrigues  
Sandra Freitas da Silva  
Sandro Araújo da Silva Júnior  
Sandy Soares Souza  
Sarah de Almeida Araújo  
Silene Teles do Nascimento  
SilvaneElleres Dias da Silva  
Silvia Larissa Monteiro  
Stefanie Caroline Pereira Amoras  
Stefanne de Cassia Pereira Silva  
Stephany Rodrigues da Costa Nascimento  
Sthefany Queiroz Moreira  
Suellen Cristina da Rocha Silva  
Suellen Lorena Souza da Silva  
Suzana de Sousa Sena  
Tafinis de Sousa Silva  
Taiana Lorena Costa Fernandes  
Tais Maria dos Santos Viana  
Taís Silveira da Cunha  
Tatiane dos Santos Agelim  
Tato Manoel Martins de Sales  
Thainara Almeida Ferreira  
Thais Souza Santos  
Thaissa Pantoja de Jesus  
Thalia Rafaela Coelho de Figueiredo

Thalyta Tamires Rodrigues Costa  
ThamiresShuammy C. da Silva  
Thamires Vale de Paiva  
Thayanne Gabrielle Siqueira Amorim  
Thayná Gomes da Silva  
Thayna Silva Pinheiro  
ThaysCirleneAquime Feitosa  
Thayse Nazaré Pereira Barra  
Thiago Lima Monteiro  
Thiago Sousa Vasconcellos Lopes  
Tuane Larissa Rosário de Souza  
Valciele da Silva Vieira  
Valeska Roberta Rosário de Paiva  
Vandson Rodrigo Silva da Silva  
Vanessa Cristina Oliveira Souza  
Vanessa Guimarães Costa  
Vanessa Martins dos Santos  
Vanessa Raiana Raiol do Amaral  
Vanessa Ribeiro Barbosa  
Vanildo Lopes Monteiro Júnior  
Victor Adriano Gonçalves da Silva  
Victor Gabriel Lino Brito  
Victor Manoel de Almeida Rodrigues  
Vilmara Santos Baia  
Vinicius Botelho Costa  
Vinicius Costa Pinheiro  
Vinicius Fialho Teixeira  
Vitor Renan Santos Freire  
Vitoria Pietra Pinto de Almeida  
Vivian Laurene Prado Gomes  
Vívian Nadine Pinto Brito  
Viviane Carolina Oliveira de S. Leite  
Washington Rabelo Rodrigues  
Weany Jeniffer Costa da Conceição  
Wellington Bráz Ferreira Mescouto  
Weslei Marcelo Amorim dos Santos  
Willian Douglas Furtado de Almeida  
Williane Azevedo da Silva  
Wilson Wesley Oliveira do Nascimento  
Yancarlo Pinheiro Ramos  
Yasmim Gabriela Costa Dias  
Yasmim Leão Cereja  
Yasmin de Cássia Medeiros Mendes  
Ygor Francisco Lima Nazaré  
Yldenor Luiz Guimarães Machado

Ytalo Douglas Silveira Azevedo  
 Cacia de Nazaré F. do Carmo- COMUNIDADE EXTERNA  
 Cassio Vale da Costa-COMUNIDADE EXTERNA  
 Dayana Viviany Silva de Souza- COMUNIDADE EXTERNA  
 Deolinda dos Santos- COMUNIDADE EXTERNA  
 Genilda Teixeira Pereira Amaral- COMUNIDADE EXTERNA  
 Leila Gonçalves de Freitas- COMUNIDADE EXTERNA  
 Lorena Biscloff- COMUNIDADE EXTERNA  
 Max Sena Ribeiro- COMUNIDADE EXTERNA  
 Rodrigo Otávio Silva da Costa- COMUNIDADE EXTERNA  
 Terezinha do Socorro Reis Rosa- COMUNIDADE EXTERNA

#### **CATEGORIA PAIS E/OU RESPONSÁVEIS**

Adma Maria Farias  
 Adriana de Almeida Souza  
 Alberto A. Melo  
 Aldair da Silva Oliveira  
 Alice Kelly Penante Reis  
 Ana Amélia L. Migranda  
 Ana Cibelle Mendes  
 Ana Paula Rosa de Melo  
 Ana Rosa Tavares de Melo  
 Andréia Pinto Fonseca  
 Antonio B. da Silva Filho  
 Arlete nascimento Sampaio  
 Aurea de Almeida Amaral  
 Bartolemea Padilha  
 Belir de Nazaré C. da Silva  
 Carlos Marcelo M. dos Santos  
 Carmem Lúcia Borges da Silva  
 Cristiane de Campos Silva  
 Cristiano Costa de Amorim  
 Denise dos S. da S. Pereira  
 Diego H. da S. Ferreira  
 Diene Julia Souza Barbosa  
 Diosete D. vaz  
 E. Pinto da Silva  
 Edilene Nunes Sousa  
 Edilene Pinto de Almeida  
 Edivaldo Lira Linhares  
 Edson Pereira Rodrigues  
 Eduardo Santos  
 Elba Betânia A. de Sousa

Elias ferreira Cerejo  
Elizabeth Correa de Oliveira  
Elizangela Raiol  
Eraldo de Souza Botelho  
Erica C. A. Lima  
Érika Ferreira  
Erita Daniele Ferreira de Souza  
Fabiana Alves  
Famael B. Alves  
Flavio G. da Silva  
Flávio Silva  
Francisca Cardoso de Lima  
Francisca Silva Brasil  
Françoese de Araújo Mendes  
Genival Pinto dos Santos  
Geraldo Rosa Farias  
Gerdenilde dias brito  
Gerúval Pinto dos Santos  
Gildeth Alves da Silva  
Gracilda Moraes Gurjão  
Luan Texeira Silva  
Ivanir Ferreira de Almeida  
J. R. D.  
Jandira Pacheco Rodrigues  
Jaqueline do N. Rodrigues Pinto  
João Paulo da T. da Costa  
Jorge de Moraes  
José Laranjeira  
Jurema C. Cunha Amaral  
Karina Kelly Bouth  
Kátia Leal Silva  
Laide F. Assunção  
Larla Adriana F. Monteiro  
Leila Gurjão da silva  
Lidia Maria Feitosa  
Lidiane da C. C. Coelho  
Luciano Carvalho Johonston  
Luís Fernando Lima  
Luiz Marcos Reis Pinheiro  
M. A. Azevedo  
Manoel Benedito Alves  
Manuel Monteiro de M. Gomes  
Manuela Monteiro  
Marcela Cristiane Ferreira Rêgo  
Marcia S. A. Silva

Márcia V. B. Barbosa  
Maria Cinete Ferreira  
Maria da Conceição Santos  
Maria de Nazare da Silva  
Maria do C. Souza Silva  
Maria do Socorro F. Sousa  
Maria Nilza A. Lino  
Mario Naldo Miranda Maciel  
Marionaldo M. Maciel  
Marivulto A. Azevedo  
Marta dos Santos Araújo  
MarylaneLaima de Miranda Pardauil  
Nair Ângela Pereira  
Natalina de F. Gama de Abreu  
Nelma Barreto  
Paulo Artur Vilhena  
Pedro L. Carvalho  
Poliana Silva  
R. A. Silva  
Raimundo Costa Oliveira  
Regina Lucia Rocha Santos  
Ronilson Alves da Silva  
Rosa Maria dos santos ventura  
Rosângela Wanzeler Ribeiro  
Sebastião de T.  
Sebastião Felix A. Silva  
Silvia Carla M. Fagundes  
Solange A. da silva  
Tatiane de N. R. de Souza  
Wellington Soares e Silva  
Wilson Pinheiro

## **APENDICE C – RELAÇÃO DE ENTIDADES EXTERNAS QUE PARTICIPARAM DAS DISCUSSÕES PARA CONSTRUÇÃO DO PPP**

Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar –CIABA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará – CREA/PA

Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN

Instituto Evaldo Lodi– IEL

Secretaria Executiva de Estado de Educação – SEDUC/PA (convidada/não enviaram representante)

Secretaria Municipal de Educação – SEMEC/Belém

Secretaria Municipal de Educação – SEMED/Ponta de Pedras

Secretaria Municipal de Educação – SEMED/Santa Bárbara

Universidade Federal do Pará - UFPA

## **APENDICE D – RELAÇÃO DOS PROFESSORES COLABORADORES QUE PARTICIPARAM DAS DISCUSSÕES PARA A CONSTRUÇÃO DO PPP**

Prof.. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araújo – UFPA

Aline Barros - Psicóloga organizacional/IEL

Franklin Rabelo da Silva – CREA - advogado e assessor parlamentar

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos – PPGED/ICED/UFPA

Prof.<sup>a</sup>. Esp. Manuela de Matos Porto - Socióloga/Esp. Em História, Cultura Africana e Afro, Coordenadora do Núcleo de Projetos e Programas do Ensino Fundamental/SEMEC

Prof.<sup>a</sup>. Léa Botelho de Amorim Sousa - Pedagoga/ Chefe do Departamento de Ensino-CIABA

Prof.a.. Msc Ana Lúcia Pascoal Diniz – IFRN

Prof.a.. Msc. Enely Tavares da Silva - Professora e Coordenadora de Projetos da SEMED/Ponta de Pedras

Prof.a.. Msc.. Jaqueline do Nascimento Rodrigues - Coordenadora Pedagógica da Escola Municipal Prof. Gabriel Lage da Silva/SEMEC/Belém

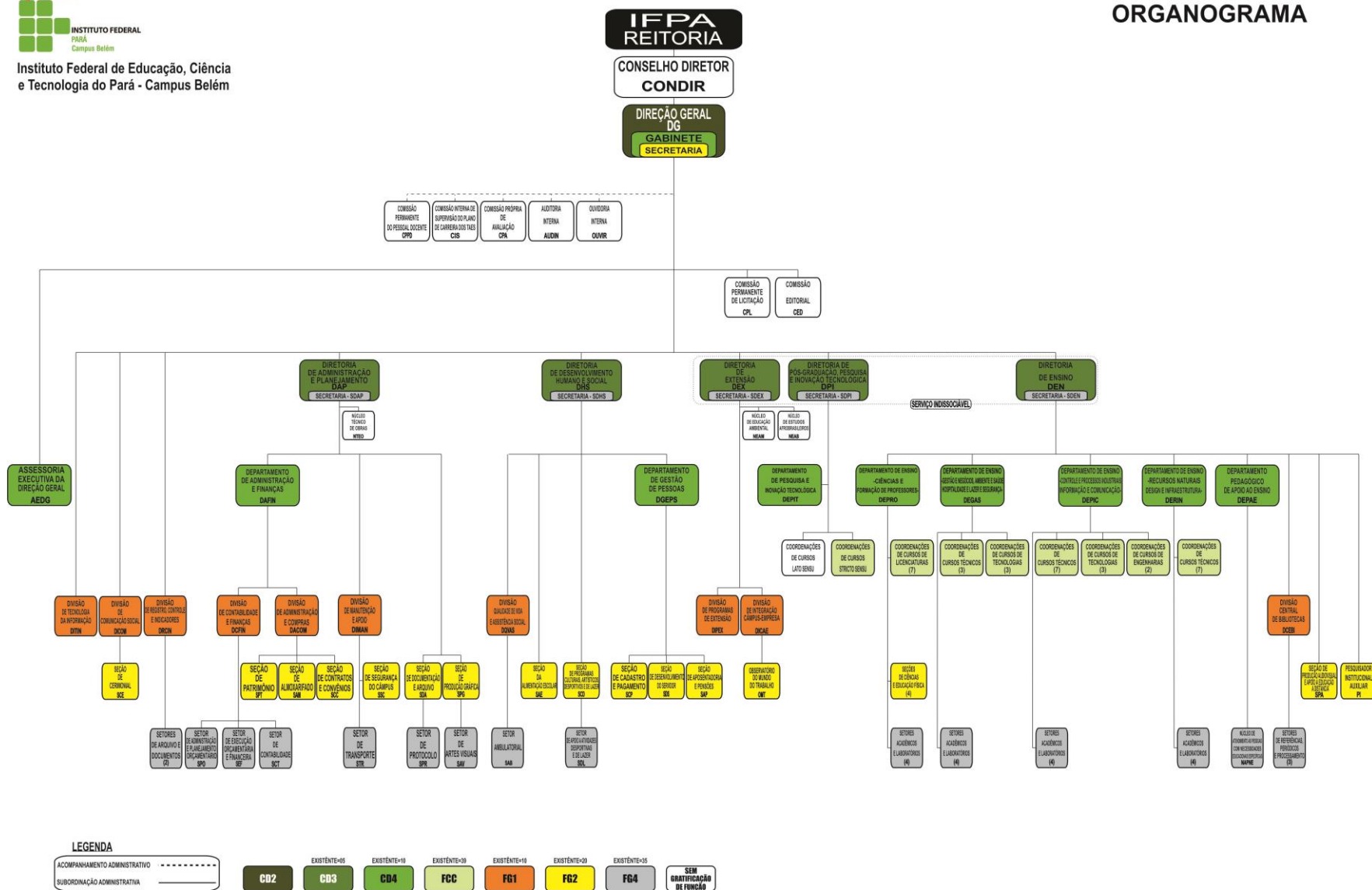
Prof.<sup>a</sup>. Msc. Nadja Maria de Lima Costa – IFRN

Prof.. Esp. Marcos Vandilson Aviz de Castro - Pedagogo/Técnico Pedagógico/SEMED/Santa Bárbara

Prof.. Msc.Alcemir Pantoja Rodrigues - Mestre em Educação/UEPA e Diretor da Escola Municipal Prof. Gabriel Lage da Silva/SEMEC

# ANEXOS

## ORGANOGRAMA



## **ANEXO B – PROGRAMAÇÃO DO I SEMINÁRIO PARA A CONSTRUÇÃO DO PPP**

**Programação do I Seminário para a Construção do PPP do IFPA-Campus Belém**

**Tema: Construindo a Identidade do Ensino no IFPA-Campus Belém**

**DIA 23/11/2015 – Manhã**

**9h – Mesa de Abertura**

**Direção Geral:** Prof. Msc Manoel Antônio Quaresma Rodrigues.

**Direção de Ensino:** Prof.a.. Msc. Laura Helena Barros da Silva.

**Presidente da Comissão de Elaboração do PPP:** Prof.a.. Msc. Adriana Maria N. de Souza Porto.

**9:30h – Documentário:** 106 Anos: Memórias e Identidades.

Alexandre Silva e Ivo Paes

**10h – Palestra** “A Educação Profissional e o Desafio de uma Educação Inteira”

Prof.. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araújo – UFPA.

**12h – Encerramento da manhã.**

**DIA 23/11/2015 - Tarde**

**14h – Palestra:** “PPP: Concepções, Fundamentos e Organização”

Pedagoga Sc.M. Gleice Izaura da Costa – PROEN/ IFPA.

**16h – Apresentação do Projeto Arte por toda Parte: A língua do P.**

Coordenação: Prof.ª.. Sc.M. Rosineide de Belém Lourinho dos Santos - IFPA/ Campus Belém.

**17h – Encerramento do 1º dia.**

**DIA 24/11/2015 – Manhã**

**9h – Palestra** “Diversidade, Inclusão e PPP”.

Prof.ª.. Sc.M. Helena Rocha – NEAB/ IFPA.

**10:30h - Vídeo:** PPP, sua Importância e Estrutura.

Autor: Vasco Moretto.

**10:40h – Socialização do Material já produzido do PPP:** Textos; Questionários por segmentos.

**12h – Encerramento da manhã.**

**DIA 24/11/2015 – Tarde**

**14h - Instalação do Fórum Permanente de Ensino.**

Prof.ª.. Sc.M. Laura Helena Barros da Silva - Diretora de Ensino do IFPA/Campus Belém.

- Leitura e Aprovação da Minuta de Regimento do Fórum.

- Apresentação dos Representantes da Comunidade Acadêmica para a composição do Fórum.

**17h – Encerramento do evento.**

## **ANEXO C – PROGRAMAÇÃO DO II SEMINÁRIO PARA A CONSTRUÇÃO DO PPP**

### **Programação do II Seminário para a Construção do PPP do IFPA - Campus Belém**

**Tema: “Gestão Democrática e Participativa: Mecanismos para Consolidação e Materialização do PPP do IFPA - Campus Belém”.**

#### **DIA 27/04/2016 – Manhã**

##### **9h – Composição da Mesa de Abertura**

**Reitoria:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Elinilze Guedes Teodoro: Pró-reitora de ensino do IFPA.

**Direção Geral:** Prof. Msc. Manoel Antônio Quaresma Rodrigues.

**Direção de Ensino:** Prof.<sup>a</sup> Msc. Laura Helena Barros da Silva.

**Presidente da Comissão de Elaboração do PPP:** Prof.<sup>a</sup> Msc. Adriana Maria N. de Souza Porto.

##### **9:30h – Palestra: Gestão Democrática, PPP e Controle Social.**

Prof.<sup>a</sup> Dra. Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos - PPGED-ICED/UFPA.

Mediadora: Prof.<sup>a</sup> Msc. Laura Helena Barros da Silva.

##### **10:45h - Socialização do material produzido e dos dados obtidos entre dezembro/15 e março/16 (comissão do PPP).**

Presidente da Comissão de Elaboração do PPP: Prof.<sup>a</sup> Adriana M<sup>a</sup> Nazaré de Souza Porto.

**Convidar os representantes das prefeituras para entregar simbolicamente as demandas acerca da oferta educacional de seus respectivos municípios.**

**Município de Sta. Bárbara:** Prof. Esp. Marcos Vandilson Aviz de Castro (Pedagogo/Técnico Pedagógico).

**Município de Ponta de Pedras:** Prof.<sup>a</sup> Msc. Enely Tavares da Silva. (Professora e Coordenadora de Projetos da SEMED).

##### **12:00h - Encerramento da manhã.**

Apresentação dos alunos da Escola Municipal Prof. Gabriel Lage da Silva (A lenda da Vitória Régia-Ciclo 1 e 2 e Aquarela Ciclo 3).

#### **DIA 27/04/2016 – Tarde**

##### **14h-Mesa com representantes da SEDUC e da SEMEC.**

**Tema:** Experiências de construção e materialização dos Projetos Político Pedagógicos das escolas da rede estadual e municipal.

**SEDUC:** Não enviou representante.

**SEMEC:** Prof.<sup>a</sup> Esp. Manuela de Matos Porto (Socióloga/Esp. Em História, Cultura Africana e Afro, Coordenadora do Núcleo de Projetos e Programas do Ensino Fundamental).

**SEMEC/Escola Municipal Prof. Gabriel Lage da Silva:** Prof. Msc. Alcemir Pantoja Rodrigues (Mestre em Educação/UEPA e Diretor da escola);

Prof.<sup>a</sup> Msc. Jaqueline do Nascimento Rodrigues (Mestra em Educação/UFPA e Coordenadora Pedagógica da escola.

Mediador: Prof. Msc. Jean Guilherme Guimarães Bittencourt.

##### **15:30h - Mesa com representantes das instituições externas parceiras do IFPA**

**Tema:** O papel dessas instituições para a educação-formação do trabalhador e as possibilidades de parceria com o IFPA-Campus Belém.

Palestrantes: Aline Barros - IEEL- Psicóloga Organizacional;

Franklin Rabelo da Silva - CREA- PA - Advogado e Assessor Parlamentar;  
 Prof.<sup>a</sup> Léa Botelho de Amorim Sousa - Pedagoga/ Chefe do Departamento de Ensino - CIABA.  
 Mediador: Prof.<sup>a</sup> Dra. Syme Regina Souza Queiroz.

**18:00h – Encerramento do 1º dia.**

#### **DIA 28/04/2016 – Manhã**

**8h – Palestra:** A trajetória de construção do PPP do IFRN: do escrito ao vivido no cotidiano da instituição.

Prof.<sup>a</sup> Msc. Ana Lúcia Pascoal Diniz – IFRN;

Prof.<sup>a</sup> Msc. Nadja Maria de Lima Costa - IFRN.

Mediador: Prof. Esp. Alexandre Santos da Silva.

**10:30h - Apresentação da comissão do Plano de Desenvolvimento do Campus Belém.**

Prof.<sup>a</sup> Msc. Rita de Cássia Ferreira de Vasconcelos.

**11:00h - Apresentação da comissão do Plano de Gestão do Campus Belém.**

Prof. Dr. Jean da Silva Rodrigues.

**11:30h - Apresentação do Projeto Arte Por Toda Parte.**

Coordenação: Prof.<sup>a</sup> Msc. Rosineide de Belém Lourinho dos Santos - IFPA/ Campus Belém.

**12:00h - Encerramento da manhã.**

#### **DIA 28/04/2016 – Tarde**

**14h - Instalação do Fórum Permanente de Ensino**

Responsável: Prof.<sup>a</sup> Msc. Laura Helena Barros da Silva – Diretora de Ensino do IFPA-Campus Belém.

- Leitura e Aprovação da Minuta de Regimento do Fórum.

- Escolha de representantes da comunidade acadêmica para a composição do Fórum.

**15:00h - Instalação do Fórum Permanente de Extensão**

Responsável: Prof. Dr. Hélio Antônio Lameira de Almeida – Diretor de Extensão do IFPA-Campus Belém

- Leitura e Aprovação da Minuta de Regimento do Fórum

- Escolha de representantes da comunidade acadêmica para a composição do Fórum.

**16:00h - Instalação do Fórum Permanente de Pesquisa**

Responsável: Prof. Dr. Raidson Jenner Negreiros de Alencar – Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação do IFPA-Campus Belém.

- Leitura e Aprovação da Minuta de Regimento do Fórum

- Escolha de representantes da comunidade acadêmica para a composição do Fórum.

**17:00h - Instalação do Fórum Permanente de Administração e Planejamento**

Responsável: Regina Glória Pinheiro de O. Silveira– Diretora de Administração e Planejamento– IFPA-Campus Belém.

- Leitura e Aprovação da Minuta de Regimento do Fórum

- Escolha de representantes da comunidade acadêmica para a composição do Fórum.

**18h – Encerramento do evento.**